



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES TEUTO-BRASILEIROS DO
ESTADO DE SÃO PAULO: UMA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA
TRAJETÓRIA DE UM ÓRGÃO ASSOCIATIVO VOLTADO À
EDUCAÇÃO ÉTNICA NO PERÍODO DE 1916 A 1938**

Sônia Ap. dos Santos Nobre

Campinas, 2004

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES TEUTO-BRASILEIROS DO
ESTADO DE SÃO PAULO: UMA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA
TRAJETÓRIA DE UM ÓRGÃO ASSOCIATIVO VOLTADO À
EDUCAÇÃO ÉTNICA NO PERÍODO DE 1916 A 1938**

Autor: Sônia Aparecida dos Santos Nobre

Orientadora: Prof. Dra. Olga Rodrigues de Moraes von Simson

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Sônia Aparecida dos Santos Nobre e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 25/05/2004

Assinatura:

Olga R. de Moraes von Simson

Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:

Olga R. de Moraes von Simson
Lucia Christina de Souza Campos

[Signature]

2004

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	
	T/UNICAMP
	N669a
V	EX
TOMBO BC	60459
PROC.	16-227-04
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	21,00
DATA	19-11-04
Nº CPD	

Bib Id 329674

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**
Bibliotecária: Rosemary Passos - CRB-8º/5751

Nobre, Sônia Aparecida dos Santos.
N669r Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo: Uma
reconstrução histórica da trajetória de um órgão associativo voltado à educação étnica no
período de 1916-1938 / Sônia Aparecida dos Santos Nobre. –
Campinas, SP: [s.n.], 2004.

Orientador : Olga Rodrigues de Moraes von Simson.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade
de Educação.

I. Associação de professores teuto-brasileiros. 2. Imigração alemã. 3. Escola
étnica.
4. Educação – História. I. Simson, Olga Rodrigues de Moraes von. II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

04-077-BFE

RESUMO

Este trabalho é o resultado de um estudo sobre a Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo que foi fundada em 1916. Analisando documentos, artigos de jornais e revistas buscamos compreender a organização dos professores teuto-brasileiros, seus interesses e suas lutas na construção de um sistema de ensino teuto no Brasil que deu origem a um grande número de escolas alemãs no Estado de São Paulo. Refletimos sobre o imigrante alemão no Brasil, sobre seu modo de viver em sociedades organizadas e sobre seu imenso desejo de preservar a língua e a cultura de sua pátria. Num processo de rearticulação de valores e costumes buscou-se entender o apogeu e a queda do sistema de ensino étnico organizado pelos imigrantes alemães no Estado de São Paulo.

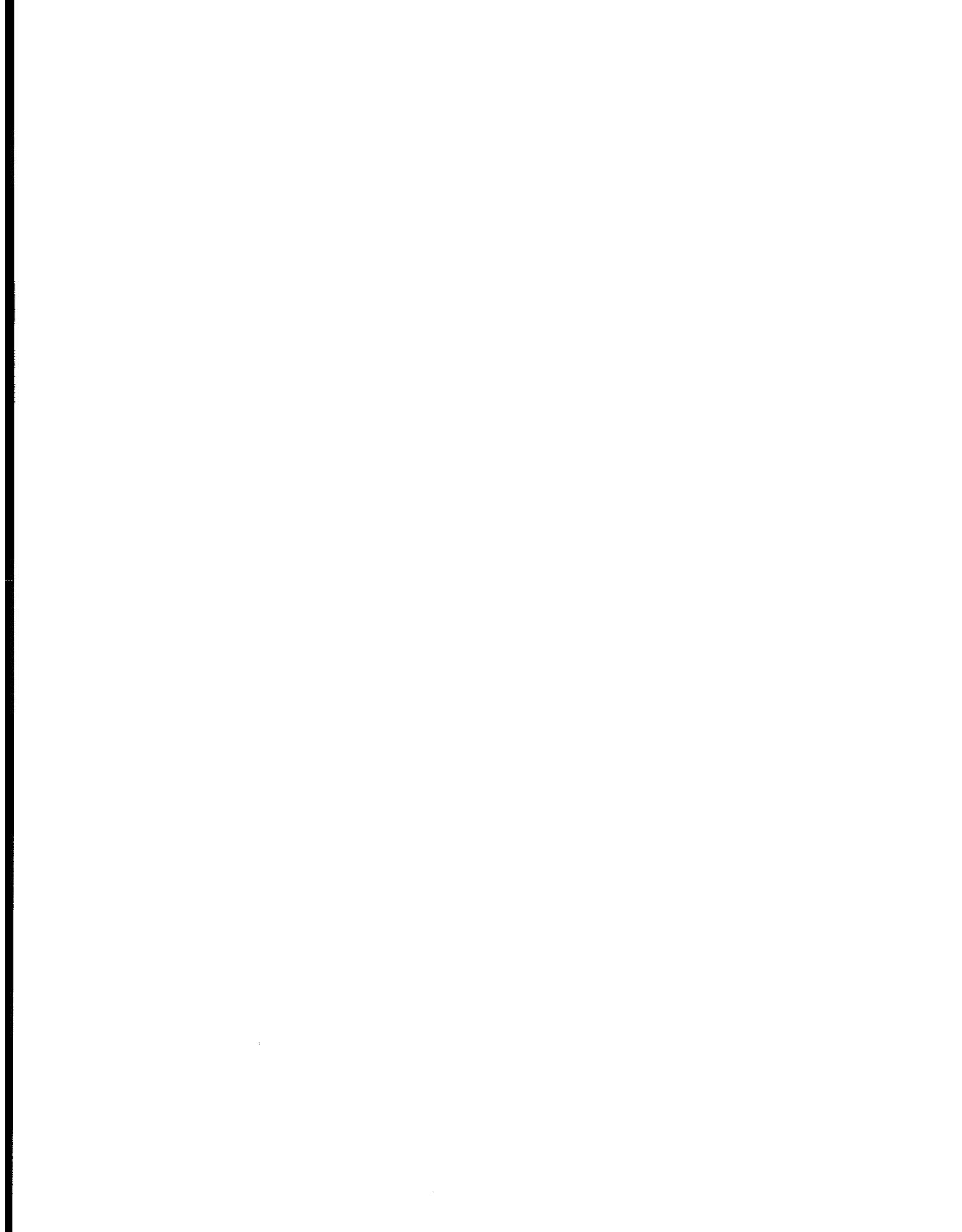
Palavras-chave: Associação de professores teuto-brasileiros, imigração alemã, escola étnica.



ABSTRACT

This work is the result of a study about the São Paulo State German-Brazilian Teachers Association that was founded in 1916. Analyzing documents, newspapers articles and ethnic journals, we tried to understand the German-Brazilian teachers' organization, its interests and fights in the construction of an ethnic educational system in Brazil which created numerous German schools in São Paulo State. We analyzed the life of German immigrants in Brazil, their way of living that included several associations and their desire to preserve the language and the culture of the Homeland. Evaluating their integration process to the Brazilian society, values and habits, we tried to understand the acme and failure of this ethnic teaching system one of the first organized by immigrants in the State of São Paulo.

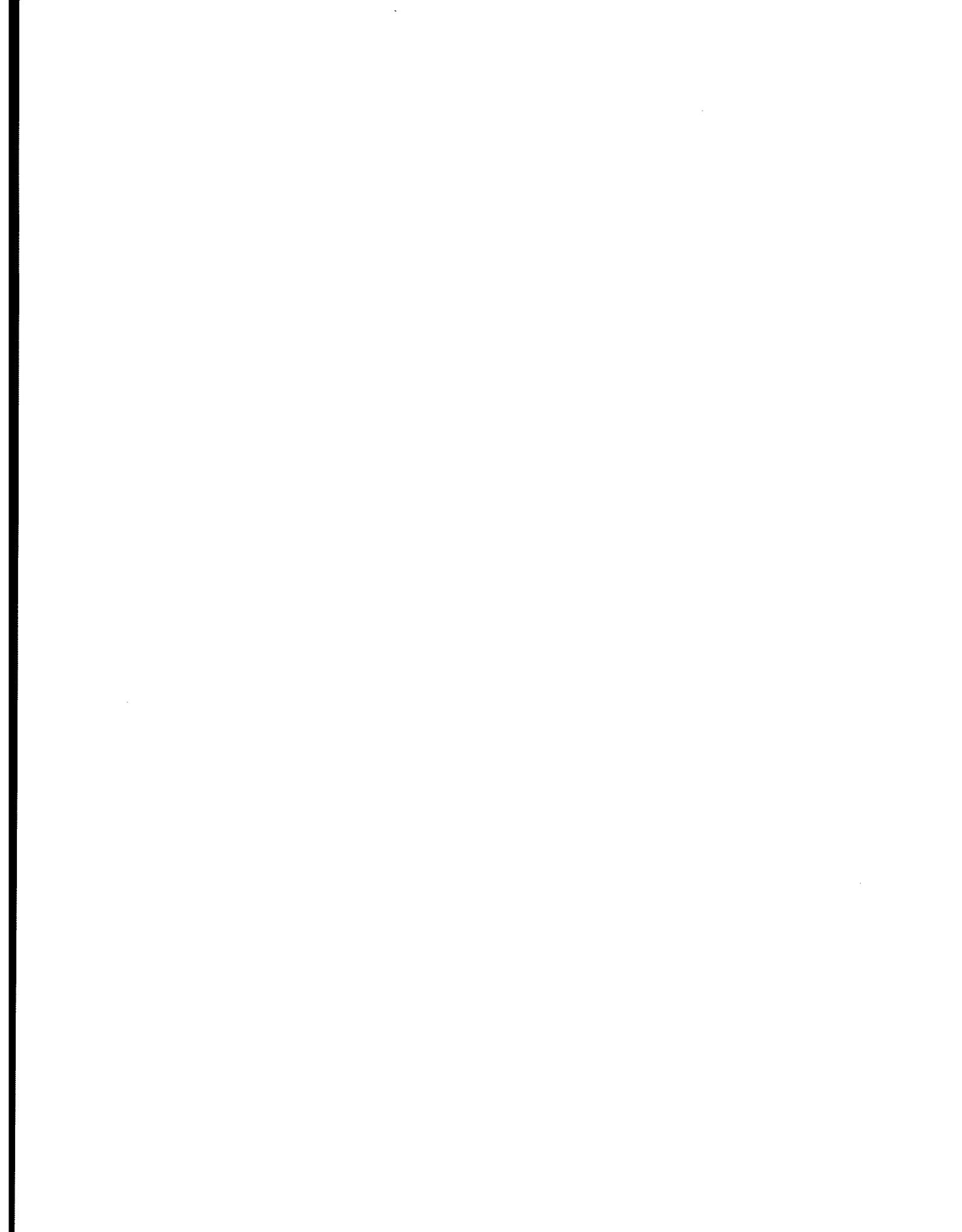
Key words: German-Brazilian Teachers' Association, German immigration, Ethnic schooling.



AGRADECIMENTOS

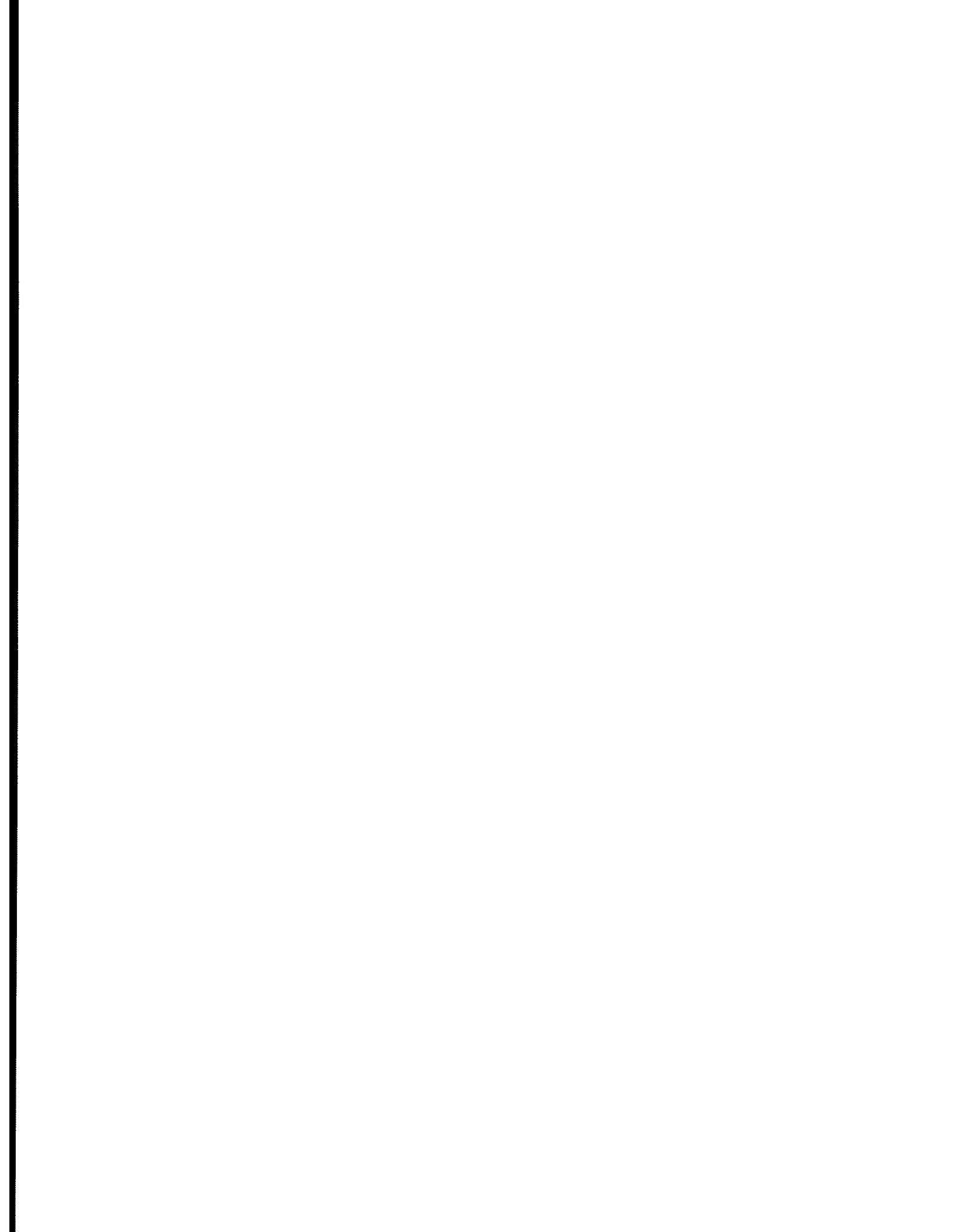
Este trabalho não é uma obra individual, pois para ela contribuíram muitas pessoas que de formas diversas me incentivaram ou apoiaram de modo a poder executá-lo. Deixo por isso aqui o meu profundo agradecimento

- pela orientação e confiança, à Prof^ª Dr^ª Olga Rodrigues de Moraes von Simson;
- ao meu filho, Pablo Nobre, pelo carinho, compreensão e apoio;
- pelo companheirismo, pela leitura cuidadosa de meus textos, pelas críticas e sugestões que me levaram a permanentes desafios, ao meu marido, Sergio Nobre;
- ao Instituto Martius-Staden, São Paulo e aos seus amáveis funcionários, pela simpatia, pela atenção e pela ajuda na busca de material;
- aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Educação da UNICAMP e, especialmente, aos funcionários da Biblioteca da UNESP, Campus de Rio Claro, que muito me auxiliaram na busca de bibliografia;
- aos novos amigos que encontrei na UNICAMP e aos velhos amigos, especialmente à Suzeli Mauro, que sempre estiveram presentes.
- à Meire Müller, pela leitura, sugestões e, especialmente, pela correção do português.



SUMÁRIO

RESUMO	iii
ABSTRACT	v
AGRADECIMENTOS	vii
SUMÁRIO	ix
LISTA DE ANEXOS	xiii
SIGLAS	xv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
Breve histórico sobre a imigração alemã no Brasil	7
A imigração alemã no Estado de São Paulo: um breve relato	22
O associativismo alemão no Estado de São Paulo	28
Federação Paulista das Associações Teuto-Brasileiras	33
CAPÍTULO II	
AS ESCOLAS TEUTO-BRASILEIRAS NO ESTADO DE SÃO PAULO	41
A importância da instituição escolar para o imigrante alemão.....	41
Algumas considerações sobre o sistema educacional brasileiro e paulista no final do século XIX e início do século XX	45
Uma visão da amplitude das escolas alemãs no Estado de São Paulo	54
A escola teuto-brasileira: um espaço privilegiado da educação étnica	67
CAPÍTULO III	
AS ASSOCIAÇÕES ESCOLARES E A PROPOSTA CURRICULAR PARA AS ESCOLAS COLONIAIS	81
As associações escolares (Schulvereine)	81
A proposta curricular para o ensino teuto nas escolas coloniais	86



Comentários gerais sobre a proposta curricular - uma interpretação de texto complementar ao plano curricular	90
Dificuldades para a implantação do plano de ensino	102
Perfil dos alunos e dos pais	104
JOHANNES KELLER: um defensor e propagador do <i>Deutschtum</i> no Estado de São Paulo	106
CAPÍTULO IV	
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES TEUTO-BRASILEIROS DO ESTADO SÃO PAULO	111
Liga Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros (LDL)	111
Fundo de Aposentadoria e Invalidez (RHK)	116
Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo (LV)	119
- I período – <i>Lehrer- und Schulverein für Mittelbrasilien, São Paulo</i>	121
- II. período - <i>Deutscher Schulverband für den Staat São Paulo</i>	126
- III. período - <i>Deutscher Lehrerverein São Paulo</i>	129
- IV. período - <i>Hans Staden - Verein São Paulo</i>	134
Comentários gerais sobre as mudanças ocorridas na Associação dos Professores	138
CAPÍTULO V	
DA ORGANIZAÇÃO À REPRESSÃO	143
Congressos das Escolas Teuto-Brasileiras - <i>Schultage</i>	143
Serviço Teuto-Brasileiro de Filmes Culturais - <i>Deutscher Kulturfilmdienst</i> (DKD).	150
Alguns aspectos do desenvolvimento político-social brasileiro a partir de 1930 e o movimento de nacionalização.....	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175
ANEXOS	183



LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Ata de fundação das Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo, 1916. Tradução.

Anexo 1a - Ata de fundação das Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo, 1916. Original.

Anexo 2 - Estatutos da Associação dos Professores Teuto-Brasileiros – 1916. Tradução.

Anexo 2a - Estatutos da Associação dos Professores Teuto-Brasileiros – 1916. Original.

Anexo 3 - Estatutos da Associação dos Professores Teuto-Brasileiros – 1929. Tradução

Anexo 3a - Estatutos da Associação dos Professores Teuto-Brasileiros - 1929. Original.

Anexo 4 - Estatutos da Associação Escolar Teuto-Brasileira da Vila Santana e Arredores, 1926. Tradução.

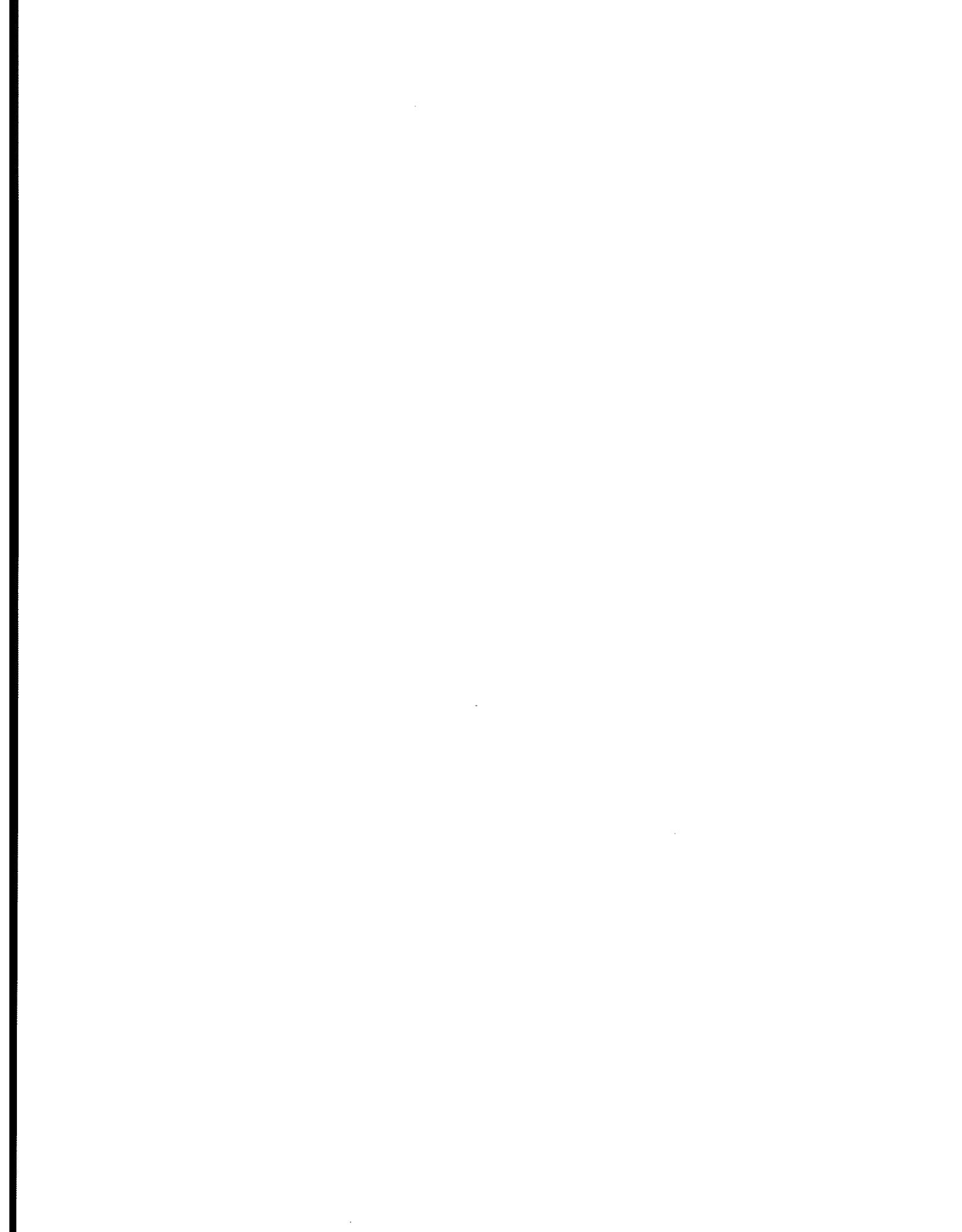
Anexo 4a - Estatutos da Associação Escolar Teuto-Brasileira da Vila Santana e Arredores, 1926. Original.

Anexo 5 - Questionário da LDL. Tradução.

Anexo 5a - Questionário da LDL. Original.

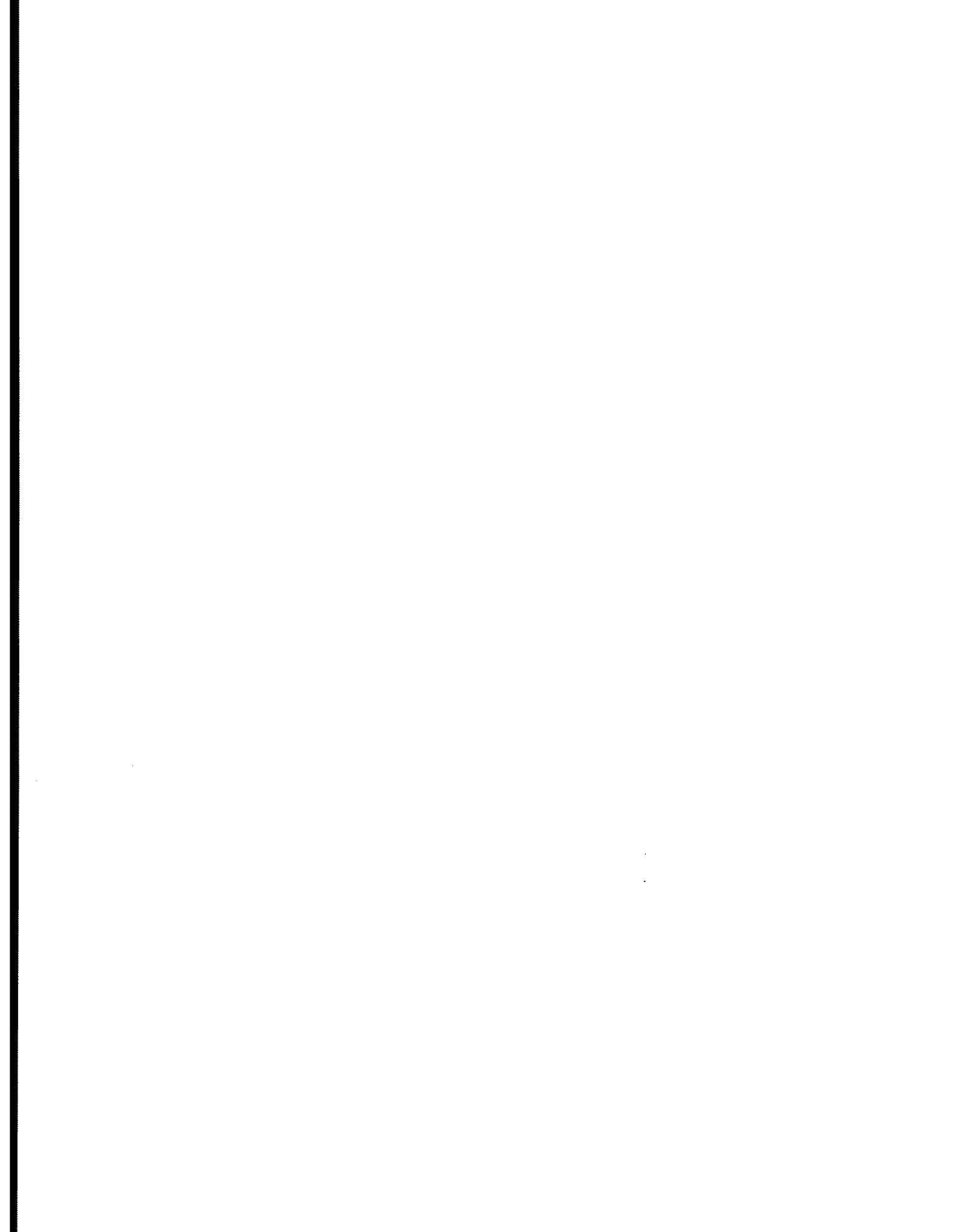
Anexo 6 - Instruções para o ensino da língua portuguesa. Original.

Anexo 7- Capa do primeiro número da revista – Para Escola e Casa.



SIGLAS

- LV = Lehrerverein - Associação de Professores.
- LDL = Landesverband der Deutschbrasilianischen Lehrer.
Associação Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros.
- HSV = Hans Staden – Verein.
Associação Hans-Staden (antiga Associação dos Professores).
- DAF = Deutsche Arbeitsfront – Frente de Trabalho Alemão.
- DKD = Deutscher Kulturfilmdienst - Serviços Culturais Alemães de Filmes.
- AO = Auslandsorganisation der Nazi Partei.
Organização do Partido Nazista no Exterior.
- NSDAP = Nationalsozialistische Deutsche Arbeitspartei.
Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães.
- PK = Pensionskasse - Fundo de Aposentadoria.
- RHK = Ruhegehalts- und Hintergebliebenenfürsorge –Kasse.
Fundo de Aposentadoria e Invalidez.
- VDA = Verein für das Deutschtum im Ausland.
Associação para a Cultura Alemã no Exterior.
- VDV = Verband der Deutschen Vereine.
Federação Paulista das Associações Alemãs.



INTRODUÇÃO

A história da imigração alemã no Brasil tem sido, nas últimas décadas, objeto de estudos de diferentes áreas de pesquisa. A imigração alemã no Brasil data do início do século XIX e aconteceu, principalmente, nos estados do Sul e Sudeste (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro), sendo o Rio Grande do Sul o Estado que mais recebeu imigrantes dessa nacionalidade, o que pode explicar o grande número de pesquisas relacionadas à imigração alemã nesse Estado.

O conhecimento da língua e da cultura alemã é um tema que já há algum tempo tem despertado meu interesse. Em 1990, abandonei meu emprego como professora de primeiro grau na Rede Estadual de Ensino de Campinas e fui para a Alemanha, acompanhar meu marido que foi fazer o curso de doutorado na cidade de Leipzig, situada na antiga Alemanha Oriental. Os quatro anos que vivi nesse país foram importantes para a minha formação. Lá, tive a oportunidade de aprender a língua e vivenciar a cultura alemã. No contato diário, aprendi a conhecer, respeitar e admirar as diferenças étnico-culturais que distinguem esse povo.

Ao retornar ao Brasil em 1994, fui morar na cidade de Rio Claro e, sem perspectiva de emprego, ingressei no curso de Pedagogia – UNESP, Rio Claro. Ao decidir o tema do TCC – Trabalho de Conclusão de Curso – optei por estudar a história do Colégio Koelle de Rio Claro, um colégio tradicional que foi fundado em 1883 por um imigrante alemão. A pesquisa sobre o colégio e a comunidade alemã da cidade de Rio Claro contribuiu para ampliar meus conhecimentos sobre o imigrante alemão e, ao mesmo tempo, revelou-me a escassez de pesquisas relacionadas a esse tema no Estado de São Paulo.

O desejo de dar continuidade ao estudo da imigração alemã, assim como de pesquisar suas contribuições para o processo educacional no Brasil levou-me a elaborar um projeto acerca do tema Associação dos Professores Teuto-Brasileiros no Estado de São Paulo que deu origem a esta pesquisa.

Este trabalho de pesquisa não tem a intenção de abordar a imigração alemã no Brasil como um todo, pois isso seria impossível, visto que o tema é bastante amplo. Sendo assim, determinamos o Estado de São Paulo como espaço territorial limite dessa investigação. A Província de São Paulo recebeu, oficialmente, os primeiros grupos de imigrantes alemães a partir de 1827, data em que foi fundada a Colônia de Santo Amaro, continuando a receber grande fluxo de imigrantes ao longo do século XIX que se estabeleceram tanto na capital quanto no interior.

Por muitos anos, os imigrantes alemães procuraram manter-se isolados da sociedade brasileira. Com a ajuda financeira do Reino Alemão, eles foram, gradativamente, se organizando e criando seus próprios espaços de cultura, religião e lazer. Pode-se dizer que todos os núcleos coloniais possuíam uma escola e uma igreja. Essas duas instituições, juntamente com o auxílio da família, são responsáveis pelo cultivo e pela manutenção da cultura alemã dentro dos núcleos alemães no Brasil. O isolamento fez com que os colonos se unissem e criassem alternativas de lazer e cultura. Muitas associações escolares, esportivas, clubes, de canto, além de inúmeras outras, foram fundadas, demonstrando assim o esforço e o nível de organização desse povo. Por um longo período, o idioma alemão serviu de meio de comunicação, tanto na escola como nas outras esferas que envolviam o cotidiano dos imigrantes.

Em 1916 foi criado o *Lehrerverein* - Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo - tema central deste trabalho de pesquisa.

A opção por uma abordagem historiográfica possibilitou-nos analisar e interpretar os diversos materiais encontrados. Historiadores que engrossam a corrente da nova história, como Peter Burke e Jacques Le Goff, fundamentam a necessidade de interpretar os documentos quando usados como fonte de pesquisa.

Marilza Elizardo Brito, ao refletir sobre os caminhos da história, faz comentários sobre o instrumental teórico de caráter crítico que acompanha a nova história e afirma que:

[...] já não é possível encarar o documento apenas como uma relação fria de números, de ocorrências de datas, de frases saídas de bocas de personagens famosos, etc. Este instrumental possibilita que o historiador tenha um olhar especial para o documento, percebendo um objetivo na inscrição de cada frase, de cada desenho, de cada anotação numérica (BRITO, 1989, p. 16).

O material desta pesquisa foi coletado quase que exclusivamente no Instituto Martius-Staden de São Paulo. Trata-se de documentos, na sua maioria manuscritos, artigos de revistas e de jornais, livros-atas das reuniões do *Lehrerverein*, estatutos, correspondências recebidas e enviadas pela Associação, mapas, relatórios e documentos avulsos mimeografados. Todos esses documentos encontram-se no idioma alemão, sendo grande parte deles manuscritos em escrita antiga. As reflexões foram complementadas por fontes iconográficas.

Esta dissertação foi dividida em cinco capítulos através dos quais procuramos reconstituir a trajetória do imigrante alemão, da Associação dos Professores Teutos-Brasileiros no Estado de São Paulo e de suas ações dentro dos grupos coloniais, a saber:

O primeiro capítulo oferece ao leitor um breve histórico da imigração alemã no Brasil, assim como um relato sucinto das condições sócio-culturais tanto do Brasil como da Alemanha da época. Ao abandonar sua pátria o imigrante parte, normalmente, para um mundo desconhecido, alimenta expectativas que podem se chocar com a realidade encontrada. Nesse capítulo é discutido, ainda, o associativismo alemão no Estado de São Paulo. Mediante uma rápida exposição do tema, procura-se mostrar ao leitor o nível de organização dos imigrantes alemães que implantaram no Brasil modelos de organização que já eram praticadas na Alemanha. Neste sentido, merece destaque o papel desempenhado pela Federação das Associações Teuto-Brasileiras do Estado de São Paulo.

A análise das diferentes organizações teutas possibilita-nos compreender melhor os interesses, valores e modo de vida dos colonos alemães.

O segundo capítulo trata do significado e do papel da instituição escolar para os imigrantes alemães. A escassez de escolas públicas no Brasil, em particular no Estado de São Paulo, não foi a única razão que estimulou o imigrante a se organizar e construir escolas comunitárias para seus filhos. A escola para os imigrantes representava a comunidade mais ampla e tinha a importante tarefa de dar continuidade à cultura germânica, da qual os imigrantes alemães não pretendiam se desvencilhar. Mesmo distantes mantinham vínculos

estreitos com o Reino Alemão que lhes enviava materiais didáticos e auxílio financeiro para a criação e manutenção de escolas teutas no Brasil. Essas escolas reservavam um espaço privilegiado para a educação étnica porque era ali que a criança aprendia a língua, a cultura e os valores alemães. A manutenção da cultura e do espírito alemão criou um mundo de representações que isolou o imigrante, por longos anos, da sociedade brasileira. A amplitude das escolas alemãs no Estado de São Paulo por volta de 1926, tanto na capital como no interior do Estado, assim como o número de alunos e de professores oferecem ao leitor uma visão da abrangência do sistema escolar alemão.

O capítulo em questão traz, ainda, informações sobre o sistema educacional brasileiro e paulista, abrangendo o término do período imperial e início da Primeira República que irão ajudar o leitor a compreender melhor o contexto sócio-cultural da época.

Com rara exceção, as escolas comunitárias compunham a maior parte do ensino teuto no Estado de São Paulo. Como exemplo, o terceiro capítulo apresenta e analisa os estatutos da Associação Escolar (*Schulverein*) da escola Alemã da Vila Santana e Arredores. A partir dessa análise tem-se uma idéia tanto da organização dos pais quanto das regras e dos métodos mantidos pela instituição. As aulas e toda a comunicação realizavam-se na língua alemã que era um importante elemento na preservação da cultura, dos costumes e dos hábitos, enfim, do chamado *Deutschtum* (germanidade). O perfil dos alunos, a proposta curricular para o ensino nas escolas teutas coloniais, assim como as dificuldades para a implantação do plano de ensino são, também, temas abordados nesse capítulo.

Ao longo da pesquisa tornou-se claro o quanto os imigrantes alemães se esforçaram para criar uma rede de ensino teuto no Brasil. Muitos imigrantes se empenharam na realização desse projeto. Dentre esses estava o professor/diretor Johannes Keller que esteve, por longo tempo, envolvido diretamente com os assuntos educacionais. Keller foi, sem dúvida, o maior defensor e propagador do *Deutschtum* no Estado de São Paulo.

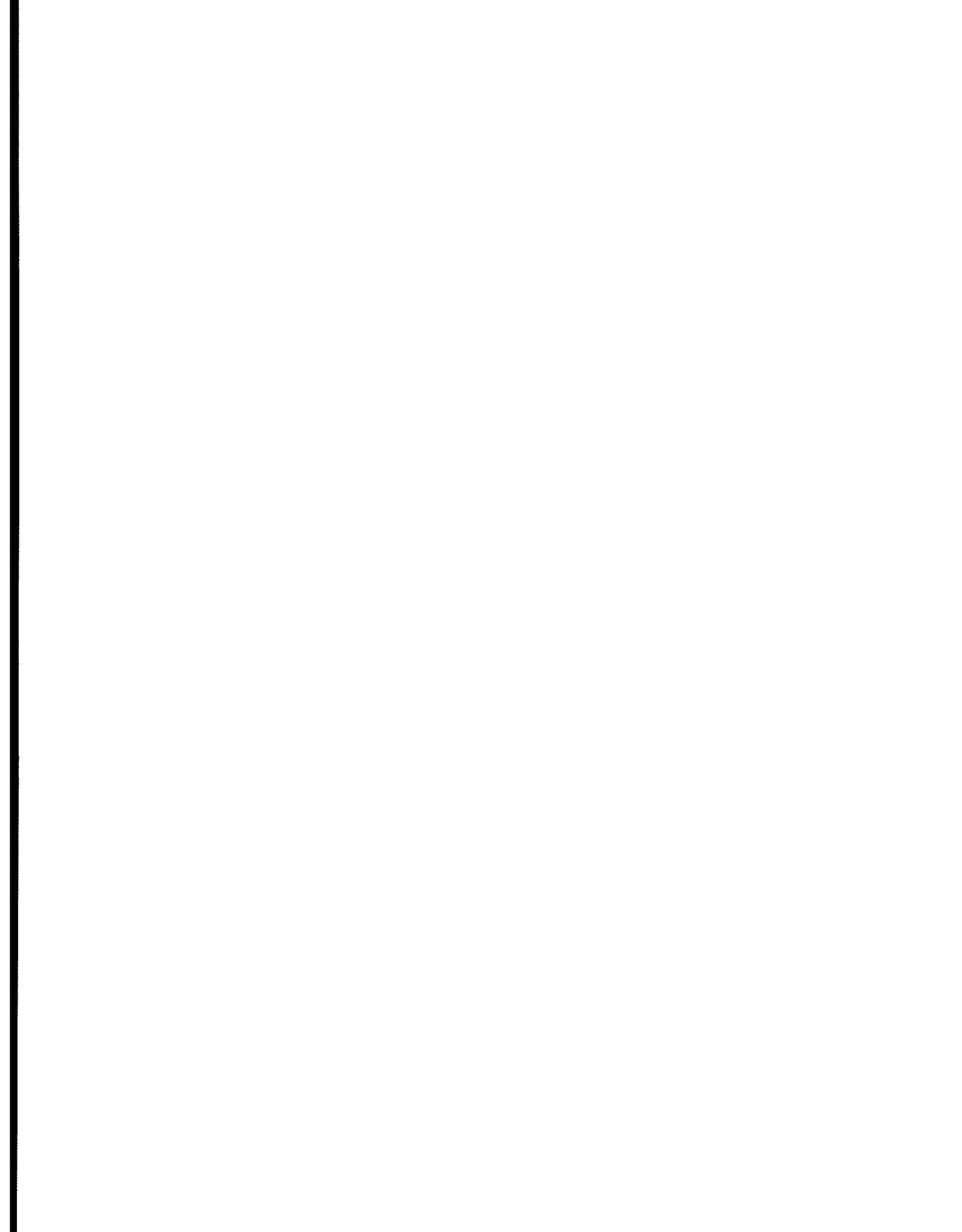
O quarto capítulo reconstitui a história das organizações do professor teuto-brasileiro em nível nacional e, especialmente, estadual. Além de um resumo histórico sobre a Associação Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros (LDL) e o Fundo de Aposentadoria (RHK), criado pelos professores teutos, é tratada de forma minuciosa, nesse capítulo, a Associação de Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo (*Lehrerverein – LV*). A Associação de Professores teutos do Estado de São Paulo foi criada em dezembro de 1916 e

manteve-se ativa até o ano de 1938. Procurou-se percorrer o trajeto histórico da Associação, de modo que fossem apresentados e analisados os objetivos de cada fase de sua existência. A Associação dos Professores foi um órgão que contribuiu muito para a organização do sistema de ensino teuto-brasileiro em São Paulo.

O auge e a queda do sistema de ensino teuto-brasileiro são temas abordados no quinto capítulo. São destacadas outras organizações que contribuíram diretamente para o sucesso do trabalho educacional teuto no Brasil. De grande importância foram os Congressos Nacionais das Escolas Teuto-Brasileiras que se realizavam periodicamente em diferentes estados do Brasil bem como o Serviço Teuto-Brasileiro de Filmes Culturais (*Deutscher Kulturfilmdienst - DKD*) organizado pela Associação Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros e, em São Paulo, pela Associação dos Professores.

A história do Brasil mostra-nos que, a partir de 1938, os agentes do governo Vargas investiram com maior rigor no movimento de nacionalização, combatendo, principalmente a atuação dos estrangeiros em território nacional. Uma das esferas que mais sofreram com as ações nacionalizadoras foi a cultural. Documentos levantados nesta pesquisa relatam-nos que no período entre os anos de 1938 e 1942 o ensino nas escolas organizadas e dirigidas por imigrantes alemães foi questionado, vigiado e punido pelas autoridades brasileiras. Várias escolas sofreram processo de nacionalização, outras foram fechadas, acarretando, assim, a queda do sistema de ensino teuto no país.

O presente trabalho não se apresenta como uma obra conclusiva acerca das contribuições dos imigrantes alemães nos aspectos educacionais no Estado de São Paulo. Nossa intenção foi dialogar com as fontes, possibilitando o surgimento de novas pesquisas sobre o tema, e de trazer à tona resultados desta investigação sobre a organização dos professores alemães em torno de um sistema de ensino teuto-brasileiro.



BREVE HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO BRASIL

“Un pays nouveau, un port magnifique, l'éloignement de la mesquine Europa, un nouvel horizon politique, une terre d'avenir et un passé presque inconnu qui invite l'homme d'étude à des recherches, une nature splendide et le contact avec des idées exotiques nouvelles.¹”

A história da imigração no Brasil é bastante ampla e atinge diferentes nacionalidades. Esse tema tem sido, nas últimas décadas, objeto de pesquisa por muitos estudiosos. O Brasil recebeu muitos imigrantes, principalmente a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX. Italianos, portugueses, espanhóis, alemães, suíços, árabes e muitas outras nacionalidades contribuíram para a construção do país. Esta investigação não tem a intenção de abordar a diversidade do tema, mas, sim, de pesquisar questões relacionadas à imigração alemã no Brasil e, em especial, no Estado de São Paulo.

Embora muitos pesquisadores já tenham abordado esse mesmo tema, prenderam-se, principalmente, à imigração alemã nos estados do Sul: Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No entanto, constata-se que ainda há enorme escassez de pesquisas referente

¹ Palavras do diplomata austríaco, conde Prokesch-Osten -1868, dirigidas a Gobineau que hesitava em aceitar o cargo de comando a legação para o Brasil (ZWEIG, 1981).

ao mesmo assunto, quando percorremos outros estados que também receberam imigrantes alemães.

Para entender melhor o imigrante alemão, suas organizações e ações dentro dos núcleos coloniais, é necessário compreender os aspectos sociais, culturais e econômicos que conduziram ao processo imigratório.

A transferência da família real em 1808 de Portugal para a Colônia, decorrente da invasão napoleônica em Portugal, provocou grandes mudanças na sociedade brasileira, fato esse que contribuiu, positivamente, para o progresso do Brasil. Mudaram-se as relações sociais, políticas e, principalmente, os aspectos culturais. Um dos fatos importantes foi o decreto de Dom João que permitiu a abertura dos portos do Brasil às nações amigas².

Com o objetivo de satisfazer as necessidades e os anseios da Corte, muitas instituições foram criadas. Sem dúvida, tais órgãos e instituições criadas por D. João VI, que permaneceu no país durante doze anos, marcaram o início de um novo período no Brasil. Dentre outras fundações, destacaram-se: o Museu Real, o Jardim Botânico, a Biblioteca Nacional, Faculdade de Medicina, cursos em nível mais avançado e a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, que foi posteriormente transformada em Escola Nacional de Belas-Artes.

Além dessas mudanças políticas, econômicas e culturais que visavam oferecer melhor infra-estrutura ao país, constata-se também a preocupação em povoar as terras brasileiras. Embora a mão-de-obra ainda não constituísse grande problema, pois naquela época o tráfico de escravos era uma prática comum entre as possessões coloniais lusitanas, D. João VI verificou a necessidade de atrair os primeiros colonos. Um importante passo nesse sentido foi o decreto, assinado por ele, em 2 de dezembro de 1808, permitindo que estrangeiros se tornassem proprietários de terras no Brasil.

Em 16 de março de 1820, D. João VI assinou um novo decreto que incentivava a entrada oficial de imigrantes em território brasileiro, deixando explícita a preferência por imigrantes alemães. O Decreto Real previa, além da doação de terras aos colonos, o reconhecimento de sua cidadania alemã, sendo os mesmos sujeitos às leis e aos costumes do

² Decreto de 28 de janeiro de 1808. Cf. Fausto, 2001, 67.

país³. Mas, foi a partir de 1822 (ano da Independência) que as autoridades governamentais passaram a dar maior atenção aos problemas internos do país. Após esse período verificaram-se diferentes movimentos com o objetivo de organizar uma nação única e independente. Tanto os aspectos sócio-econômicos, quanto os políticos foram reestruturados a partir de lutas de diversos grupos e setores envolvidos no processo.

Percebe-se na vasta literatura existente acerca desse tema, como na obra de Zenha (1950), por exemplo, que D. Pedro I se interessou, pessoalmente, pela colonização com colonos brancos, alemães, no Brasil. A Imperatriz do Brasil, Dona Leopoldina, teve papel de grande relevância nas decisões políticas do país. Além de incentivar D. Pedro a lutar ao lado do povo brasileiro, Dona Leopoldina dedicou grande esforço no sentido de trazer para cá imigrantes europeus. Sua intenção era atrair imigrantes que já possuíssem uma profissão (artesãos, cabeleireiros, alfaiates e sapateiros), possibilitando, assim, que as pessoas que aqui se encontravam e, principalmente, os alforriados aprendessem um ofício. Em uma de suas conversas com José Bonifácio, a respeito desse tema, Leopoldina afirma:

Camponeses e artesãos deverão vir da Europa, trazendo consigo suas ferramentas e sua disciplina de trabalho. Lavrar a terra com as próprias mãos, este trabalho os nossos homens somente aprenderão vendo (KAISER, 1997, p. 230).

Percebe-se, na citação acima, que o povo brasileiro (negros, mulatos e índios) era considerado, pela elite governamental, como pessoas não aptas⁴ a desenvolver atividades que pudessem contribuir para a organização e o progresso da nação. Ainda, naquela época, foram elaboradas e distribuídas propagandas em território de língua alemã, Áustria e Alemanha, com o intuito de atrair imigrantes para o Brasil.

Além do pensamento de que o trabalhador livre nacional era pouco produtivo e arreado ao trabalho, havia, também, a teoria do “branqueamento da raça” defendida por muitos políticos da época. Segundo Petrone (1982), Hipólito da Costa manifestou-se por diversas

³ É importante lembrar que muitos decretos e leis não saíram do papel. A situação do imigrante só melhorou com a lei de 23 de outubro de 1832, já no governo regencial, que estabelecia que os imigrantes há mais de quatro anos no Brasil poderiam se naturalizar e usufruir seu direito à cidadania.

⁴ A afirmação de que o homem nativo precisava aprender ofícios com o imigrante tem sido questionada por muitos historiadores como Maria Helena Patto, por exemplo, pois esta afirmação, além de marginalizar o nativo, ignora completamente a existência de profissionais no país antes da chegada dos imigrantes.

vezes em seus textos para o Correio Brasiliense a favor da introdução de brancos europeus com o objetivo de povoar o território e melhorar a população do ponto de vista racial.

Ao discutir o racismo e o ideário da formação do povo no pensamento brasileiro, Seyferth aborda a política do branqueamento no Brasil e afirma que

[...] juntar raça e nação sempre foi a falácia dos nacionalismos e, no caso brasileiro, produziu um discurso sobre mestiçagem assentado na desqualificação dos não-brancos, visto que a imaginada formação étnica/racial do povo idealizava o branqueamento fenotípico e a aculturação no sentido ocidental-ibérico (SEYFERTH, 2002, p. 30).

Reforçando a idéia do branqueamento da raça, Viotti (1982) salienta, também, a tentativa frustrada de introduzir imigrantes chineses no país. Segundo a autora, entre os anos 1855-56, foram escritos muitos panfletos com citações pró e contra a imigração chinesa. Para uns a presença do chinês seria uma catástrofe, pois consideravam esse povo atrasado intelectualmente, de pouco amor ao trabalho e que, certamente, em pouco tempo, manifestariam o desejo de retornar ao país de origem. Para outros, o chinês era o único povo que poderia se sujeitar às difíceis condições de trabalho na zona rural e aos baixos salários, sendo, portanto, a salvação da lavoura cafeeira.

Um outro fator que deu grande impulso ao processo imigratório foi a abolição da escravatura. A Inglaterra que tinha interesses em ampliar seu mercado consumidor, passou a pressionar o governo brasileiro para que mudasse seu sistema de trabalho. No sistema então vigente, o escravo era privado do poder aquisitivo, fato que limitava o número de consumidores. Em 1850 surgiu a Lei Eusébio de Queiroz, que determinava, definitivamente, a extinção do tráfico negreiro para o Brasil. A partir da ilegalidade do tráfico tornou-se urgente a necessidade de mão-de-obra.

Foi a partir dessas transformações, da expansão da lavoura do café e da necessidade de organizar o país no âmbito político e financeiro, que se ampliou a vinda de imigrantes para o Brasil, a partir das últimas décadas do século XIX. Segundo Hardt (1992), com a efetivação desses acontecimentos identificaram-se dois tipos de imigração:

uma, de iniciativa oficial, cujo objetivo era ocupar e povoar zonas até então desocupadas e distantes na maior parte das vezes da área de influência de latifúndio; a outra, de iniciativa particular estimulada pelo governo, visava à

obtenção de braços livres para a grande lavoura em substituição ao braço escravo (p. 47).

Segundo Seyferth (1990), a entrada de imigrantes no Brasil (alemães, portugueses e outros) foi pouco expressiva no período de 1824 até 1850. O grande fluxo imigratório para o país teve início em meados do século XIX, intensificando-se com a abolição da escravatura.

Quanto à imigração alemã, foi no sul do Brasil, especialmente nas províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que se deu o sistema de colonização, feito em grande parte por imigrantes alemães, visando à ocupação de regiões menos povoadas. O imigrante recebia um pequeno lote de terra que deveria cultivar.

A doação de terra foi um fato que ocorreu raramente no processo imigratório da Província de São Paulo. Segundo Petrone (1987, p.291), os fazendeiros dessa província eram contra a doação de terras ao imigrante, pois a existência de pequenos proprietários não lhes interessava, o que eles queriam era apenas a utilização da força do trabalho imigrante nas lavouras de café.

A data de 1824 marca, para muitos historiadores, a chegada organizada e oficial dos primeiros imigrantes alemães no Brasil. Nesse ano foi fundada a Colônia Alemã de São Leopoldo – RS, onde se estabeleceram, em 25 de julho, dezessete pessoas de Holstein, nove de Hamburg, quatro da Baviera, uma da Prússia, uma de Hannover e dez de origem desconhecida⁵. No entanto, ao percorrer a literatura sobre a imigração alemã no Brasil, percebe-se que há controvérsias sobre a data oficial de chegada desses primeiros alemães. De um lado, Jean Roche (1969) em seu exaustivo trabalho sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul, atribui a São Leopoldo o berço de tal atividade, vinculando-lhe as primeiras experiências da colonização oficial. Contrariando essa afirmação, José Fernando Carneiro, estudioso do assunto, afirma que

[...] o sentido do Dia do Colono, comemorado na data de 25 de julho não deve ser alargado muito. A razão é que Nova Friburgo no estado do Rio foi a primeira colônia de imigrantes não lusitanos organizada, dirigida e subsidiada pelo poder público. Em julho de 1819 partiam da Suíça para o Brasil os primeiros colonos em número de 1.085. Não bastasse isso, aos 3 de maio de 1824 outro grupo de colônos entraram em Nova Friburgo. Desta vez,

⁵ Cf. PRIEN, Hans-Jürgen. 1989, vol.10, p. 31.

284 alemães. Além da data ser anterior ao do Dia do Colôno, data de entrada dos 38 alemães em São Leopoldo, o número que foi assentado no Rio de Janeiro foi superior. Já em 1840 visconde de São Leopoldo se referia ao núcleo de colonização de São Leopoldo como sendo o mais importante do Brasil, o que era exato, e como sendo o primeiro, o que não era nem é exato (CARNEIRO, 1963).

Não se pode esquecer, ainda, as experiências do médico alemão, George Heinrich von Langsdorff, Cônsul Geral da Rússia que vivia no Rio de Janeiro, que em 1822 trouxe, com a permissão do governo brasileiro, imigrantes alemães para trabalharem em sua propriedade rural - Fazenda Mandioca - situada ao fundo da baía de Guanabara, aos pés da Serra dos Órgãos. Segundo Simson (1997), Langsdorff havia iniciado a aclimação de espécies européias em sua propriedade e queria empregar mão-de-obra não-escrava para a realização desse trabalho agrícola. Com a intenção de convencer famílias camponesas a imigrarem para o Brasil, ele redigiu um livreto de propaganda do Brasil como país de imigração. Este foi publicado na França em 1820 e, no ano seguinte, na Alemanha. Vinte famílias alemãs aceitaram seu convite, reunindo-se no navio um total de oitenta e cinco pessoas, das quais sessenta e cinco recebiam subsídios do próprio Langsdorff para as despesas de viagem. Os imigrantes vinham de diferentes províncias germânicas e tinham profissões variadas como ferreiros, marceneiros, carvoeiros, pedreiros, canteiros, padeiros, agricultores, saboeiros, alfaiates e outras (KOMISSAROV, 1992, p. 88-89).

As experiências de Langsdorff não foram bem sucedidas, pois o Cônsul enfrentou dificuldades financeiras, jurídicas e administrativas.

Porém, cremos ser irrelevante discutir a questão da data dos primeiros colonos alemães a chegarem ao Brasil. O que não se pode é negar que a presença alemã está registrada na história do Brasil desde longa data. Aliás, a importância germânica na história do Brasil é indubitável. Oberacker Jr (1985) registra, em sua obra de dois volumes, o quanto o germânico e o teuto-brasileiro contribuíram para a formação da nação brasileira, tanto nos aspectos econômicos como culturais. O que interessa é estudar e analisar a presença germânica e suas contribuições.

Com segurança pode-se afirmar que a província do Rio Grande do Sul foi a que mais recebeu imigrantes alemães, mas a história da imigração alemã não se limita a esse espaço territorial. O Estado de Santa Catarina traz, até os dias de hoje, as marcas do imigrante

alemão. Várias cidades do Sul do Brasil foram fundadas por colonos alemães. A cidade de Blumenau, por exemplo, foi fundada em 1850 pelo farmacêutico Hermann Blumenau, nascido em Hasselfeld, na região de Harz, Alemanha. Essa cidade foi colonizada por prussianos da Pomerânia, de Holstein e Hannover e alguns elementos de Brunswig e da Saxônia (WILLEMS, 1946, p. 62).

Segundo Brunn (1971), o grande número de pessoas que abandonou a Alemanha na segunda metade do século XIX, principalmente entre os anos de 1880-1890, alarmou as esferas políticas e econômicas do país, provocando intensas discussões sobre o tema. A maior parte desses contingentes populacionais dirigiu-se para a América do Norte (U.S.A. e Canadá), enquanto um número bem menor, na sua maioria camponeses pobres, partiram para a Argentina e o Brasil.

Vários são os motivos que levaram os alemães a deixarem seu país de origem e partirem para terras distantes, além-mar, à procura de melhores oportunidades de vida. Conforme afirma Kreutz (1991), o motivo das migrações normalmente estava associado a fatores econômicos e não por perseguição religiosa ou política. Dentre as principais causas que desencadearam a emigração alemã pode-se enfatizar as seguintes: a) resistência de muitos, principalmente trabalhadores agrícolas, ao processo de industrialização que então se acelerava na Alemanha, b) alta densidade demográfica de algumas regiões e a fome gerada pelas más colheitas no sul e sudeste do país, c) altos impostos e d) escassez e alto preço de terras cultiváveis no Norte da Alemanha.

Resultados de pesquisas identificam, ainda, a existência de um proletariado rural formado por aqueles indivíduos que haviam perdido suas terras para os grandes proprietários. Esses tinham um futuro incerto, trabalhando para as grandes e médias propriedades em troca de baixos salários. Esse grupo de trabalhadores rurais se animava com a possibilidade de adquirir terras no continente americano, podendo, assim, melhorar sua condição de vida. Portanto, aqueles indivíduos que, por razões pessoais, políticas e/ou econômicas, não se adaptavam ou que não se inseriam na nova ordem econômica tinham como alternativa a emigração (SIRIANI, 2003).

Além desses motivos, deve-se salientar o forte interesse político e econômico da Alemanha em promover a emigração. Por não ter colônias para as quais pudesse enviar os excedentes populacionais e pela ocorrência relativamente tardia da expansão industrial, não

absorvendo, no momento certo, os egressos do campo, a Alemanha contemplava o fenômeno da emigração como uma oportuna solução para aliviar as tensões sociais existentes no país.

Um outro fato importante era a perspectiva de criar, com a influência do emigrante, um novo e rico mercado para as indústrias alemãs. Para a realização de tal projeto era necessário que a emigração ocorresse de forma planejada. Ao abordar esse tema Brunn (1971) relata a intenção da Alemanha em procurar um país que oferecesse certas condições necessárias, como:

1. absorver grande número de emigrantes, ter clima favorável, oferecer possibilidades satisfatórias de desenvolvimento e que fosse pouco habitado,
2. garantir a manutenção da nacionalidade alemã aos imigrantes,
3. estar em condições de fornecer bens da zona tropical temperada (alimentação e matéria-prima) até o século XX e,
4. por longo tempo não desenvolver sua própria indústria, pois ficaria, assim, dependente dos produtos e do comércio alemão (p. 120).

O autor acrescenta ainda que tal território poderia ser encontrado na América do Sul, ou seja, no Sul do Brasil. Como se nota, as intenções eram claras. O imigrante deveria ser o elo de ligação entre os dois países, possibilitando, assim, o sucesso da expansão comercial lucrativa para a Alemanha. Para isso era importante que o imigrante não perdesse a nacionalidade alemã e que mantivesse os hábitos, a cultura, a língua e o espírito do povo alemão. Havia também o desejo de que o país escolhido não se desenvolvesse economicamente, pois, assim, permaneceria sob dependência total da Alemanha por longo tempo.

Na intenção de evitar a assimilação do imigrante o governo alemão ofereceu, por longo tempo, assistência cultural aos imigrantes, principalmente, enviando professores e material didático para as escolas alemãs que foram criadas no Brasil (Livro-Ata, 1925-1931, p. 62).

Mas não era só a Alemanha que tinha interesses claros na emigração, o Brasil também alimentava expectativas quanto ao processo imigratório. Afinal, a mão-de-obra escrava se tornava escassa e a economia apontava a necessidade de um novo mercado de

trabalho livre. No final do período colonial, surgiu no panorama agrário a lavoura do café que havia sido introduzida no Brasil ainda no século XVIII. A demanda externa era grande, sendo assim, o país podia exportar essa mercadoria em grande escala. O cultivo do café e sua exportação eram temas de grande relevância na política e na economia do país, sobretudo, para o Estado de São Paulo, onde a cultura cafeeira se expandia rapidamente, penetrando em direção ao Oeste da Província de São Paulo. Abriram-se, então, novas perspectivas para a imigração. Pessoas de diversas partes do mundo, especialmente europeus, deixaram seu país de origem e vieram tentar a sorte no Brasil, uma terra desconhecida.

Nesse sentido, foram criadas, ao longo do século XIX, várias sociedades que promoviam a imigração. Muitas propagandas foram elaboradas, tanto pelo governo brasileiro como por grupos na Alemanha que tinham interesses na emigração. As propagandas salientavam as vantagens e benefícios da emigração para o Brasil. Muitas vezes esses panfletos e prospectos de propaganda exageravam ao relatar as vantagens da emigração. Com relação às propagandas enganosas, Davatz⁶ (1972) relata:

Lindas descrições, relatos atraentes dos países que a imaginação entreviu; quadros pintados de modo parcial e inexato, em que a realidade é por vezes deliberadamente falseada, cartas ou informes sedutores e fascinantes de amigos, de parentes; a eficácia de tantos prospectos de propaganda e também, sobretudo, a atividade infatigável dos agentes de emigração, mais empenhados em recheiar os próprios bolsos do que em suavizar a existência do pobre... – tudo isso e mais coisa contribuiu para que a questão da emigração atingisse um grau verdadeiramente doentio, tornando-se uma legítima febre de emigração que já contaminou muita gente. E assim como na febre física dissipa-se a reflexão tranqüila, o juízo claro, coisa parecida ocorre nas febres de emigração. Aquele a quem ela contagiou, sonha com o país idealizado durante o sono e durante a vigília, no trabalho e no descanso; agarra-se a prospectos e folhetos que tratam de seu tema favorito, dando-lhes o maior crédito (em régra, porém, quando afogam as suas aspirações). Ao mesmo passo, no entanto, desprezam geralmente as advertências e conselhos dos homens sensatos e, logo que se ofereça oportunidade, decidem-se com freqüência a realizar os seus projetos até o dia em que – quantas vezes! – nada restará senão confessar o triste engano. “Fui ludibriado!”(p. 36-37).

⁶ Thomas Davatz, um suíço do cantão de Graubünden, que emigrara com mulher e filhos, juntamente com outros 200 do vale Prätigau para o Brasil. Veio para trabalhar como colono na Fazenda Ibicaba, situada em Limeira, interior do Estado de São Paulo, de propriedade do Senador Vergueiro. Antes de partir, Davatz recebeu do governo cantonal a incumbência de enviar de volta um relatório minucioso sobre as condições de vida do imigrante em Ibicaba. Escreveu a obra intitulada - Memórias de um Colono no Brasil (1850) – que foi traduzida por Sérgio Buarque de Holanda e que traz, também, prefácio e notas valiosas do historiador brasileiro. A narrativa de Davatz sobre suas experiências no Oeste Paulista é muito importante, pois é uma das raras obras na história brasileira que apresentam o ponto de vista do trabalhador.

Mas, apesar de grande investimento na divulgação da imigração, o número de imigrantes alemães que se estabeleceu no Brasil ainda foi bem menor do que os contingentes alemães que se fixaram na Argentina, por exemplo. Em pouco tempo, os insucessos das primeiras tentativas levaram ao desprestígio a emigração em diferentes países da Europa, como França, Itália, Portugal e Alemanha. Já em 1846, o governo da Prússia colocou-se contra a emigração para o Brasil. Fundou-se a Sociedade Central de Berlim com o objetivo de impedir a emigração. Brunn (1971) afirma que vários fatores contribuíram para tal fracasso, como o clima, a febre amarela a escravidão e, principalmente, a má administração do governo brasileiro.

Apesar do empenho dos governos provincial e imperial em atrair o imigrante, por meio de propaganda e auxílio financeiro, impedindo, assim, a crise da mão-de-obra na lavoura do café, nota-se que o governo brasileiro não se encontrava devidamente preparado, em termos legais e institucionais, para promover um processo imigratório de grandes proporções (HARDT, 1992, p. 47). Ao deixarem seu país e, muitas vezes, membros da família, grande quantidade de imigrantes ainda não tinha clareza das condições de vida e das exigências do novo mundo em que iriam habitar. Pode-se dizer que, quando os imigrantes chegavam aos portos do Rio de Janeiro e de Santos, iniciava-se para eles uma nova vida, visto que aqui teriam que se adaptar à cultura, ao clima, às novas regras de vida, aos costumes, além de aprender um novo idioma.

O fazendeiro, acostumado a lidar com escravos, ainda não estava preparado para aceitar e entender a mentalidade do trabalhador livre. Na verdade, o imigrante sentia-se lesado e traído. Conforme relata Davatz (1972, p. 71), somente ao chegar ao Brasil é que o imigrante alemão percebia que as promessas de melhores condições de vida nos contratos provisórios assinados, ainda em solo alemão, nem sempre correspondiam à dura realidade que teriam de enfrentar, desencadeando, assim, sérios conflitos entre fazendeiros e colonos. Frente às dificuldades, muitos estrangeiros viram-se obrigados a viver da agricultura de subsistência ou a se deslocarem para as pequenas vilas ou cidades. Como exemplo do último caso, pode-se citar a Vila Alemã da cidade de Rio Claro, SP - conhecida entre os imigrantes alemães como *Kuhviertel* (Bairro das Vacas) e o Bairro dos Pires em Limeira - que foi formada por imigrantes alemães. Esses deixavam as fazendas vizinhas e se estabeleciam na cidade de Rio

Claro, onde abriam pequenos negócios, estabelecimentos comerciais ou trabalhavam nas oficinas da estrada de ferro.

Fosse no campo ou na zona urbana, o que se constata é que os imigrantes alemães foram se unindo em grupos “fechados” em si mesmos, fundando igrejas e escolas, criando associações culturais e de lazer, dando, pouco a pouco, origem aos chamados núcleos coloniais.

Se, por um lado, as relações desses grupos com a população brasileira eram difíceis devido ao idioma e à diferença de cultura, por outro lado, observa-se que não houve, até as primeiras décadas do século XX, preocupação por parte do governo em promover a integração do imigrante. As relações do imigrante alemão com a sociedade brasileira eram bastante restritas. Enquanto isso, como forma de superar as dificuldades aqui vivenciadas, o entendimento e a organização entre eles próprios obteve êxito, buscando preservar a língua, a tradição e a religião.

A maioria dos imigrantes pertencia a outra confissão religiosa, o que lhes causava grandes aborrecimentos, pois eram marginalizados por não engrossarem a corrente da religião oficial o catolicismo. O artigo 5º da constituição do Império (1824) determinava:

A Religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com o seu culto doméstico ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo (DREHER, 1992, p. 15).

A princípio o artigo 5º, acima citado, não parece tão rigoroso, mas na realidade, trazia muitas dificuldades a quem não professasse a religião oficial. Cultos realizados em casas diferentes das descritas no artigo 5º corriam o risco de serem dispersados e os participantes multados. Por exemplo, ainda em 1887, o chefe de polícia da província do Rio Grande do Sul mandou fechar a igreja protestante de Santa Maria por ela possuir uma torre, fato que, segundo ele, contrariava o art. 5º da Constituição de 1824. Para não atrair a atenção das autoridades, a Igreja Luterana de Rio Claro teve, por longos anos, a torre atrás do prédio e não na frente, como era de costume.

Uma outra questão que causava indignação ao imigrante era o não acesso a cargos políticos importantes. Somente a partir da reforma do direito eleitoral de 1881 é que protestantes e brasileiros naturalizados puderam ser eleitos deputados. Willems (1946, p.465)

afirma que a cidade de São Leopoldo, fundada basicamente por imigrantes alemães, foi elevada à categoria de município em 1846, mas até 1860 não havia um único funcionário ou vereador municipal de ascendência germânica. Ao discutir as restrições da legislação eleitoral brasileira, a historiadora Maria Helena Patto (1999) registra que, por longo tempo, as leis eleitorais excluíam do direito ao voto 80% da população brasileira. O veto à participação política do povo atingia os menores de vinte e um anos, as mulheres, os analfabetos, os praças, os religiosos e os estrangeiros. Como se nota, brasileiros e imigrantes carregavam juntos o peso da falta de democracia que reinava no país.

A realização de matrimônios era, também, complicada, visto que eles só eram válidos na presença de um sacerdote católico-romano. Os filhos dos evangélicos eram, conseqüentemente, filhos naturais, ilegítimos, não podendo herdar os bens de seus pais. A questão dos matrimônios gerou grande polêmica entre os imigrantes. Pressionado pela Restrição de Heydt⁷, editada pela Prússia em 1859, o governo brasileiro passou a reconhecer os casamentos não-católicos (desde que eles tivessem sido realizados antes da imigração) a partir de 1861. Mas o problema só se resolveu por inteiro com a Proclamação da República em 1889, quando o governo e a Igreja foram definitivamente separados e se instituiu o casamento civil.

Não era permitido, também, aos evangélicos enterrar seus mortos em cemitérios da cidade. Sendo assim, a comunidade evangélica via-se obrigada a organizar seu próprio cemitério ou a sepultar seus membros fora dos muros dos cemitérios municipais.⁸

Com relação à proibição de enterrar evangélicos em cemitérios católicos pode-se citar o conhecido caso do professor da Faculdade de Direito em São Paulo, Julius Frank, que veio para o Brasil em 1828. Depois de executar diferentes trabalhos, Frank foi admitido na recém-fundada Faculdade de Direito de São Paulo como professor de História e Filosofia. O professor Frank faleceu em 1841. Como evangélico, não pôde ser enterrado no cemitério local. Sem outra alternativa, Frank foi enterrado pelos estudantes no pátio da Faculdade do Largo

⁷ O Restrito de Heydt tinha por objetivo proibir a imigração de prussianos para o Brasil. Após a unificação dos Estados alemães, em 1871, ele foi mantido e estendido a todos os cidadãos do recém-constituído império.

⁸ Vários cemitérios alemães foram construídos no Estado de São Paulo. O cemitério de Santo Amaro, local onde se estabeleceu o primeiro núcleo colonial alemão no Estado de São Paulo, foi criado em 1828 e, segundo Siriani, desativado pela prefeitura de São Paulo em 1966, fato que desencadeou protestos por parte de instituições e descendentes de alemães da capital. O Cemitério Evangélico Alemão de Rio Claro – SP foi inaugurado em 12 de julho de 1865 e se encontra ativo até o presente momento.

São Francisco, onde foi erguido um monumento em sua memória (FAUSER, 1999, p. 168-169).

Outro fato que dificultava a vida dos imigrantes era o árduo trabalho que tiveram que executar no Brasil. Embora grande número deles fosse agricultor, constata-se que muitos já tinham um ofício urbano - fato que vem confirmar o desejo da Imperatriz Leopoldina, citado anteriormente - podendo desenvolver outra atividade que não fosse rural, pois o processo de industrialização na Europa já estava bastante avançado em relação ao Brasil que ainda se destacava como um país tipicamente agrário e onde muito pouco se pensava em desenvolvimento industrial. Alguns deles nunca tinham se dedicado ao trabalho agrícola em sua terra de origem, o que tornava seu cotidiano no Brasil ainda mais doloroso.

Ao chegarem ao Brasil iam para as fazendas de cafeicultura, onde se inteiravam de seus verdadeiros deveres e direitos. Normalmente, os imigrantes não tinham consciência do real significado do contrato provisório de trabalho, em sistema de parceria⁹, que assinavam ainda na Alemanha. Logo ao chegarem ao Brasil já percebiam a dura vida que teriam de enfrentar. Davatz (1850) descreveu detalhadamente a situação do imigrante suíço e alemão ao chegar ao Brasil. Depois da longa viagem marítima até o Brasil, ainda tinham que percorrer quilômetros a pé ou em lombo de animais, até chegarem às fazendas onde iam trabalhar. As precárias moradias não ofereciam nenhum conforto. Em muitos casos, na falta de outra opção, as senzalas eram ocupadas.

De modo geral, a propaganda distribuída na Europa não relatava as duras condições de vida que os estrangeiros teriam que enfrentar no Brasil. Ao pesquisar a vida da Imperatriz Leopoldina no Brasil, Kaiser (1997) registra o espanto da Imperatriz ao ler a propaganda que seria enviada para a Alemanha e Áustria. Dona Leopoldina reagiu aos exageros da propaganda elaborada pelo então bispo da corte, Machado Miranda, que prometia, gratuitamente, a cada camponês austríaco mil jeiras¹⁰ de terra. No entanto, o bispo não informara que essas terras ainda teriam de ser desbravadas, que deveriam trazer seus arados, suas enxadas, todas as ferramentas com as quais estavam acostumados a trabalhar. Segundo Miranda, era muito difícil atrair o europeu para cá, pois não havia assistência médica, a falta

⁹ O sistema de parceria foi introduzido no Estado de São Paulo pelo Senador Vergueiro em 1847.

¹⁰ Jeira, medida agrária que varia, segundo o país, de 19 a 36 hectares.

de infra-estrutura era grande e o clima bastante diferente do europeu. Miranda acrescentava ainda:

Os imigrantes da Áustria e da Alemanha só virão pelo fato de a Senhora estar aqui, Dona Leopoldina. Se uma princesa Habsburg sobrevive lá, a mata virgem não pode ser tão ruim assim (KAISER, 1997, p. 231).

Foi a partir dessa observação de Miranda que a Imperatriz, com a sua colaboração, elaborou um plano que estabelecia a região sul do país para a fixação dos imigrantes alemães, assim como a medida de terra que seria dada a cada um deles (KAISER, 1997, p. 230-232).

Outros motivos que, certamente, dificultavam a adaptação do imigrante no Brasil eram a alimentação, diferente daquela que tinham na Europa, os hábitos e costumes distintos da sua vida cotidiana no país de origem.

Apesar das dificuldades, diversas partes do Brasil receberam o imigrante alemão. Sem dúvida, a maior parte deles veio para os estados do sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), mas outros estados foram, também, habitados por eles. Em 1827, já chegavam em São Paulo os primeiros imigrantes alemães que se estabeleceram na Vila de Santo Amaro, na localidade de Parelheiros. O Estado do Paraná recebeu, também, grande número de imigrantes alemães, principalmente com a fundação da Colônia Rio Negro. Em 1840 o Estado de Espírito Santo acolheu imigrantes, alemães e austríacos, que se fixaram na zona serrana do centro. Em Minas Gerais, especificamente em Juíz de Fora, os colonos alemães chegaram na década de 1850. Os imigrantes alemães estabeleceram-se também no Sul da Bahia.

A colonização alemã, embora em pequeno número, quando comparada com a italiana, esteve presente, de algum modo, em quase todas as regiões importantes do Brasil. Gradativamente, os teuto-brasileiros foram, em pequenos grupos, transferindo-se para outros estados, chegando até o Amazonas e a Mato Grosso.

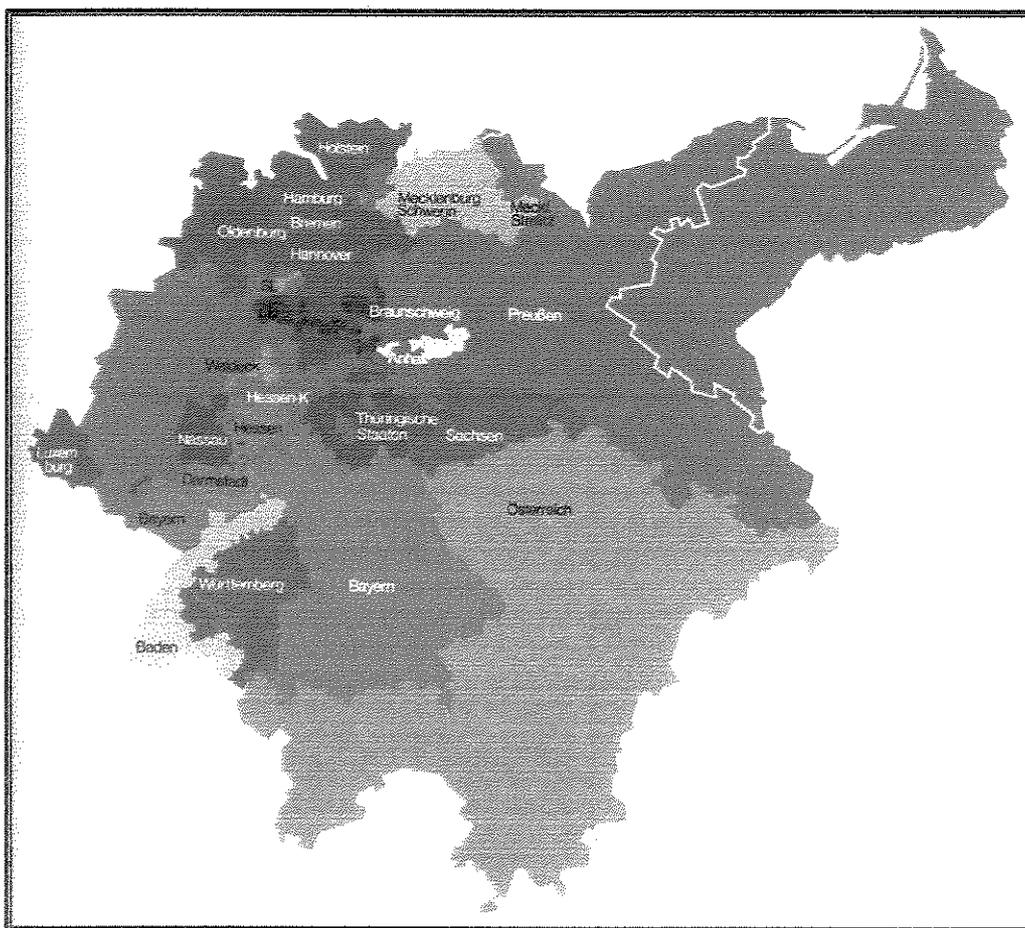
O imigrante alemão provinha de diversas regiões de sua terra natal e trazia consigo a cultura, os valores e a religião de cada região¹¹. Provavelmente a realidade cotidiana de cada grupo variava de acordo com a região da qual provinha. Isso significa que o convívio entre eles mesmos não era tão simples.

¹¹ Segundo SIRIANI (2003, p. 42), o Estado de São Paulo recebeu imigrantes de diversas regiões da Alemanha, como Hamburgo, Bremen, Kiel, Leipzig, Hannover, Oldenburgo, Koblenz e de diversas partes da Bavária.

Quando se fala da Alemanha do século XIX é preciso ter claro que, naquela época, o território alemão era bem mais amplo, pois o país ainda não estava estruturado do modo como se encontra na atualidade. Com as guerras conquistavam-se novos espaços territoriais, fato que contribuiu para que, por longo tempo, a Alemanha dominasse partes de outros países como, por exemplo, Polônia, Rússia e Áustria. Devido a essa questão histórica, havia a presença de muitos imigrantes de fala e cultura alemã, mas que se identificavam como russos, poloneses, austríacos e outros.

Pode-se ter uma visão do espaço territorial do Estado Alemão no mapa abaixo depois do ano de 1815. No ano de 1871 fundou-se o Reino Alemão, fato que modificou novamente sua extensão territorial.

O Estado Alemão depois de 1815



Fonte: DEUTSCHER BUNDESTAG, 1989, p. 57.

Não se pode ignorar que o processo imigratório no Brasil ocupa uma parte importante de sua história. Tanto os imigrantes alemães quanto os de outras nacionalidades traziam consigo princípios morais, normas, hábitos e costumes, novo tipo de alimentação, de acordo com a região de que provinham, o que contribuiu não só para a formação do povo brasileiro, mas também para a mudança de seus hábitos, valores e costumes.

A imigração alemã no Estado de São Paulo: um breve relato

A fixação do primeiro grupo de imigrantes alemães no Estado de São Paulo ocorreu na Vila de Santo Amaro, no mês de novembro de 1827. Ao escrever sobre essa colônia alemã de Santo Amaro, Zenha (1950) descreveu a trajetória dos primeiros imigrantes alemães na Província de São Paulo, as condições de vida que aqui encontraram e o despreparo dos governantes locais para recebê-los. Apesar da intenção de instalar imigrantes em terras devolutas de beira-mar ou à margem das estradas já ter sido um tema discutido entre as autoridades, foi com grande surpresa que os administradores da Província de São Paulo receberam o aviso do governo imperial comunicando-lhes a chegada, para breve, de um grande grupo de imigrantes alemães¹². Pouco tempo após o aviso imperial, em 13 de dezembro de 1827, atracava no porto de Santos a galera holandesa Maria que trazia um grupo de 227 alemães. Esses imigrantes, arrebanhados pelo major Schaeffer, deveriam dedicar-se ao trabalho agrícola.

¹² “Sua Majestade o Imperador é servido que o Vice-Presidente da Província de São Paulo tome desde já as medidas que julgar convenientes para receber e arranjar os colonos estrangeiros que em breve sairão da Corte para essa Província, e os mais que sucessivamente lhe serão enviados a medida que lhe forem chegando; recomendando-lhe que na distribuição de terras se escolham as mais salubres, não só porque assim o aconselha a humanidade, mas porque as vantagens que uns gozarem podem decidir outros a que venhão procurá-las; e deixando ao seu discernimento fixa-los, se o julgar conveniente, na nova povoação dos campos do Guarapuava, ou em Vila Nova de Franca do Imperador, ou em qualquer outro lugar que em Conselho eleger por mais vantajoso. E assim o manda pela Secretaria do Estado dos Negócios do Império participar ao mesmo Vice-Presidente para sua execução, ficando na inteligência de que deve dar parte pela mesma secretaria da escolha dos lugares e dos motivos que determinaram a preferência. Palácio do Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1827. Visconde de São Leopoldo.” (Livro de Registros de Avisos do Ministério do Império. Apud.: Zenha, 1950, p. 7).

Ao receber os imigrantes, o governo provincial, totalmente despreparado, não sabia como agir, onde e como abrigar esse grande grupo de pessoas. Visto que o núcleo colonial ainda não havia sido planejado, os alemães foram acolhidos temporariamente no Hospital Militar de São Paulo. Neste local, permaneceram por longo tempo até que obtivessem os prometidos lotes de terra. Gradativamente foram juntando-se a outros grupos de modo que, ao término de aproximadamente dois anos, o número de imigrantes já representava quase mil alemães. O médico Justiniano de Mello Franco¹³, que tinha o domínio da língua alemã, ocupou o cargo de diretor, exercendo o papel de tutor e único responsável pelos colonos na fase inicial.

Segundo relata Zenha (1950), o período inicial foi bastante dramático. Para garantir o sobrevivência do grupo foi estabelecido, por ordem do governo central, um subsídio diário de \$ 160 réis para os adultos e de \$ 80 réis para as crianças. Essa medida causou grande polêmica, pois onerava os cofres públicos. O imigrante passou a ser visto pela população local como um estorvo, como estrangeiro indesejado que causava prejuízo à economia do país.

Na espera de que a situação fosse resolvida e que recebessem terras para cultivar, os alemães ficavam sem trabalho, ociosos, vagando pelas ruas da capital. Alguns, conforme afirma Edmundo Zenha, entregavam-se às bebidas e aos jogos, causando, muitas vezes, confusões e conflitos dentro do próprio grupo.

Depois de grande discussão entre as autoridades, optou-se pelas terras devolutas do sertão de Santo Amaro para formar o núcleo colonial. Segundo Siriani (2003), as medições dos lotes prolongavam-se de modo angustiante. A demora desencadeou uma série de conflitos entre os alemães e o administrador da colônia.

Estudiosos do assunto não encontraram provas de que havia qualquer tipo de contrato entre os colonos e o governo imperial, fato que causava grande insegurança entre os alemães, pois ficavam apenas com as promessas verbais e a esperança de que essas fossem mantidas. Em contrapartida, a falta de contrato deixava os colonos livres da obrigação de se manterem fixos nas terras a eles destinadas. Todos esses acontecimentos contribuíram para que alguns colonos se transferissem para a vila de Santo Amaro ou para a cidade de São Paulo, onde passaram a desenvolver atividades profissionais urbanas, tais como as de sapateiros,

¹³ Justiniano de Mello Franco estudou medicina na Alemanha, onde se casou com uma alemã. Voltou para o Brasil em 1817, junto com a comitiva da Imperatriz Leopoldina (FAUSER, 1999, p. 35).

alfaiates, pedreiros e outras profissões urbanas. Deve-se salientar ainda que muitos colonos que passaram a residir na vila urbana não abandonaram totalmente os trabalhos agrícolas. Mantiveram, simultaneamente, as duas atividades, garantindo, assim, o sustento familiar (SIRIANI, 2003, p.63-68).

Santo Amaro fazia parte do município de Santos e foi citado pela primeira vez na Carta Geográfica da Capitania de São Paulo, no ano de 1666. No ano de 1832, a freguesia foi elevada à vila e, já no ano de 1877, contava com quarenta léguas de território e 10.280 habitantes¹⁴.

As péssimas condições da região, as terras montanhosas e a baixa fertilidade do solo causavam grande descontentamento aos alemães. Em 29 de junho de 1829 foi realizado o sorteio dos lotes e, apesar dos protestos, noventa e quatro famílias, sem outra alternativa, aceitaram as condições locais.

Logo após o assentamento, em 1831, o administrador Dr. Justiniano de Mello Franco apresentou seu pedido de demissão, deixando os colonos abandonados à própria sorte. Apesar das dificuldades e da vida bastante rústica que levavam, como afirma Siriani (2003)¹⁵, esses imigrantes foram, gradativamente, se organizando. Alguns se tornaram proprietários de armazéns de secos e molhados, mas a maioria permaneceu no trabalho agrícola, colaborando, assim, para o desenvolvimento da região. Com relação à contribuição dos alemães, Siriani (2003) relata que

[...] a contribuição do elemento alemão no campo das atividades agrícolas não se faz sentir apenas nas áreas do núcleo de Santo Amaro e Itapecerica, mas também na própria capital, em freguesias como Brás, Tatuapé e Penha, onde o predomínio de chácaras - com pequenos roçados - colaborava diretamente para o abastecimento dos mercados locais e, também, para a heterogeneidade do trabalho alemão em São Paulo (p.77).

Além de introduzir no mercado brasileiro novos produtos, como a batata, por exemplo, o imigrante alemão comercializava muitos gêneros como leite, queijo, manteiga, mel etc.

¹⁴ Segundo Siriani, não se tem informação se esse número ainda englobava a freguesia de Itapecerica, que foi desmembrada e elevada à categoria de vila a 8 de maio do mesmo ano.

¹⁵ Siriani relata, ainda, que as condições de moradia eram péssimas. As casas não ofereciam nenhum conforto. Normalmente, não tinham móveis ou qualquer outro tipo de bens.

Os imigrantes provinham de diversas regiões da Alemanha trazendo consigo diferentes hábitos e costumes. Segundo Zenha, conflitos religiosos e singularidades culturais entre os grupos contribuíam, também, para o enfraquecimento da unidade cultural e étnica. Embora mais da metade do grupo estabelecido na colônia de Santo Amaro fosse protestante, não havia um pastor que desse assistência religiosa aos colonos.

A falta de escola era um outro fator que desencadeava problemas, pois a cultura escolar era um componente importante para o imigrante alemão. Foi apenas em 1916 que os colonos se organizaram e fundaram a Associação Escolar de Santo Amaro que deu origem à *Deutsche Schule* de Santo Amaro (atual Colégio Humboldt de São Paulo).

As dificuldades e os problemas desencadeados com a chegada do primeiro grupo de imigrantes alemães no Estado de São Paulo confirmam que o governo brasileiro não se encontrava em condição de promover a imigração. Sem outra alternativa, mal instalados e sobrevivendo com pouco dinheiro, os imigrantes alemães esperaram por quase dois anos até que recebessem os lotes prometidos.

Mas a história da imigração alemã no Estado de São Paulo não se restringe à colônia de Santo Amaro. Após 1827, data da chegada do primeiro grupo, tanto a capital como o interior do Estado receberam grandes contingentes alemães.

Um fator de grande importância que incentivou a imigração alemã para o Estado de São Paulo foi o sistema de parceria nas fazendas de café. Os fazendeiros da Província de São Paulo viam no processo imigratório a solução para a crise da mão-de-obra que se tornava gradativamente escassa. O Senador Vergueiro¹⁶ foi o primeiro a introduzir o sistema de parceria na lavoura de café. A primeira experiência desse trabalho em parceria aconteceu na fazenda Ibicaba, de sua propriedade, na região de Limeira. Por esse sistema, a remuneração dos colonos era baseada na produção das colheitas. Vergueiro recebeu da província de São Paulo um empréstimo por três anos, livre de juros, a fim de cobrir as despesas de transporte de mil imigrantes. Em 1847, vinte anos após a chegada do grupo de

¹⁶ Nicolau Pereira de Campos Vergueiro nasceu em 20 de dezembro de 1778, em Vale da Porca – Portugal, e faleceu no Rio de Janeiro – Brasil, em 18 de fevereiro de 1859. Formou-se em Direito Civil pela Universidade de Coimbra. Vergueiro é considerado um dos fundadores da cidade de Rio Claro. Teve grande desempenho na vida política da província de São Paulo e, conseqüentemente, da região de Rio Claro, onde foi proprietário das fazendas Ibicaba e Angélica. Dentre outros cargos políticos Vergueiro foi Juiz das Sesmarias (1811), vereador na Câmara de São Paulo (1813), membro do Governo Provisório de S. Paulo (1821), deputado à Constituinte Portuguesa (1822), deputado à Constituinte Brasileira (1823), deputado Geral do Província de S. Paulo (1826-1828) e Diretor da Faculdade de Direito em São Paulo (1837-1842).

alemães em Santo Amaro, quando sua plantação de café começava a produzir, Vergueiro trouxe para a fazenda Ibicaba os primeiros imigrantes alemães a habitar sua propriedade nesse sistema de trabalho. Lá chegou um grupo de sessenta e quatro famílias num total de 432 pessoas, oriundas da Prússia, Baviera e Holstein (DEAN, 1977, p.95).

A iniciativa de Vergueiro foi de grande importância, pois originava-se, assim, um novo sistema de trabalho livre com o imigrante europeu que poderia substituir o trabalho escravo. Segundo Dean, a agricultura brasileira se transformava lentamente em um sistema de campesinato livre, podendo, desse modo, produzir mais que as grandes lavouras e, ao mesmo tempo, atenuar a importância do elemento africano na população, que era visto como cultural e racialmente inferior. O sistema de parceria foi adotado, também, por outros fazendeiros da região, como Jundiá, Campinas e Amparo.

Inicialmente, o sistema de parceria parecia interessante, visto que a experiência oficial em trazer imigrantes europeus não tivera grande êxito. Além dos altos custos para os cofres públicos, o imigrante de modo geral acabava ficando isolado dentro dos núcleos coloniais não se integrando à cultura brasileira. Um outro ponto positivo para os fazendeiros era a não presença de lavradores livres, proprietários, como ocorria no Rio Grande do Sul, por exemplo. Desse modo, Vergueiro passou a servir de agente para outros fazendeiros. Iniciava-se, assim, a imigração promovida por particulares. Segundo Diégues (1964), em 1857, havia vinte e seis colônias que adotavam esse tipo de trabalho. Nessas fazendas trabalhavam 511 brasileiros, 1031 alemães, 1000 suíços alemães, 108 suíços franceses, 616 portugueses e 88 belgas (p. 33).

No entanto, a adoção do sistema de parceria com o elemento estrangeiro não perdurou por muito tempo. Além da grande ambição do fazendeiro em obter lucros, os contratos eram, muitas vezes, enganosos. Baseando-se nos relatos de Davatz, Dean (1977) afirma que

era fácil, portanto perceber a má-fé em todas as transações do fazendeiro – nos livros de contabilidade, nos aparelhos de pesar e medir e nas taxas de câmbio a que trocavam suas moedas alemãs ou suíças. Davam-se conta de que os preços nos armazéns das fazendas eram em geral mais altos do que os da cidade. A política de conceder empréstimos livremente, não apenas em produtos como em dinheiro, parecia em retrospecto, uma espécie de cilada (p. 103).

O colono teve problemas, inclusive, com sua liberdade pessoal. Conforme relata Davatz, sem a autorização por escrito do diretor, nenhum colono em dia útil podia ausentar-se da fazenda, a não ser para local muito próximo e quando a viagem - ida e volta - fosse possível em um só dia. Considerando que o diretor podia conceder ou recusar tal autorização, o colono que deveria ser tratado como trabalhador livre perdia a liberdade de ir e vir (p. 79). Insatisfeitos com a situação, os colonos procuravam novas alternativas de vida. Alguns se transferiam para as pequenas vilas urbanas em busca de um novo tipo de trabalho, outros se esforçavam para adquirir um pedaço de terra, tornando-se, assim, pequenos proprietários. Não se pode esquecer, também, que a Prússia ao tomar conhecimento de tais abusos lançou medidas que proibiam a imigração para o Brasil e, sobretudo, para a Província de São Paulo.

No início de século XX foram criados diversos núcleos coloniais no interior do Estado de São Paulo, conforme afirma Cintrão (1999), sendo essas colônias oficiais do século XX, fundadas no período de 1905 - 1911, apresentadas na tabela abaixo:

Colônias alemãs fundadas no período de 1905-1911

Ano de fundação	Núcleo colonial	Emancipação
1905	Nova Odessa	1920
1906	Jorge Tibiriçá	1923
1907	Nova Europa	1920
1907	Gavião Peixoto	1923
1910	Nova Veneza	1919
1911	Martinho Prado Junior	1920
1911	Visconde de Indaiatuba	1923
1911	Conde de Parahyba	1919

Fonte: Fundação: Relatório da Secretaria da Agricultura de 1906, 1907, 1910 e 1911
Emancipação: Relatório da Secretária da Agricultura de 1923 (apud, FERRARI, 1976).

Nota-se que nesse período houve um grande esforço do governo em trazer o imigrante europeu para trabalhar na lavoura de café, resolvendo assim o problema da escassez da mão-de-obra. Ao pesquisar os núcleos coloniais de Cambuhy, Cintrão registra que:

os núcleos coloniais de Cambuhy foram criados pelo governo numa tentativa de fixar o imigrante recém-chegado, a fim de constituir os “viveiros de trabalhadores”, com intuito de abastecer a mão de obra da grande lavoura cafeeira, principalmente na época das colheitas. A fundação dos núcleos coloniais oficiais representa para o imigrante a possibilidade de se tornarem

proprietários de um lote de terra. Serviu como chamariz ao colono europeu que se viu atraído por essas possibilidades (CINTRÃO, 1999, p. 33).

De fato, com o decorrer do tempo, muitas colônias foram formadas tanto na capital como no interior do Estado. Várias colônias foram estabelecidas na região oeste de São Paulo, visto que nessa região a lavoura de café era predominante. Seja por iniciativa do governo, de particulares ou dos próprios alemães que foram adquirindo pequenas propriedades, muitos locais como Santos, Jundiaí, Campinas, Monte-Mor, Americana, Limeira, Cosmópolis, Rio Claro, Leme e Ribeirão Preto abrigaram o imigrante alemão. Formou-se, ainda, na região central do Estado, a colônia Nova Europa que na época pertencia ao município de Ibitinga e, na região leste, as colônias de Presidente Venceslau e Macaraí.

Apesar de o número de colônias criadas no Estado de São Paulo ter sido relativamente grande, o grupo de imigrantes alemães estabelecido aqui foi bem menor que o contingente que se dirigiu para os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, por exemplo. A imigração alemã no Estado fica também muito aquém do número de imigrantes de outras nacionalidades que para cá vieram, como italianos, espanhóis e portugueses.

A partir dos dados apresentados, verifica-se que a imigração alemã no Estado de São Paulo teve caráter diferente da ocorrida nos estados do Sul. Aqui, poucos imigrantes ganharam um pedaço de terra para cultivar, a maioria trabalhava como parceiro nas fazendas de café, comprava um pequeno pedaço de terra, onde produzia o próprio alimento ou, ainda, como operários nas fábricas que começavam a aparecer no panorama industrial. De modo geral, todo imigrante tem problemas de adaptação na nova pátria. Viver num espaço onde tudo é diferente do que se viveu até então exige muito esforço, disposição, compreensão e, acima de tudo, assimilação da nova cultura. Inicialmente os alemães viveram bastante isolados em seus núcleos coloniais. Criaram seu espaço religioso, organizaram escolas para seus filhos, festejavam e comemoravam entre si, em eventos realizados na própria comunidade.

As dificuldades que o imigrante alemão encontrou na nova terra contribuíram para a criação de muitas associações, tanto as de caráter cultural, quanto as educacionais ou de lazer. A importância do associativismo dentro dos núcleos alemães e a dimensão desse tema quando se fala em imigrantes alemães no Brasil são assuntos abordados a seguir.

O associativismo alemão no Estado de São Paulo

Ao aprofundar o estudo da imigração alemã no Brasil, percebe-se que as organizações coletivas, de modo geral, desempenharam um importante papel dentro de seus núcleos. Ressalta-se a hipótese de que, organizados coletivamente, os alemães se sentiam mais protegidos, seguros e próximos de sua pátria.

O sucesso da imigração alemã no Brasil está intimamente ligado a essas associações. A criação de associações já era, segundo relata Kreutz (1991: 83), uma prática comum na Alemanha. O modelo alemão foi amplamente desenvolvido no Brasil. Dentre outras, destacam-se associações recreativas, esportivas, culturais, de auxílio, musicais (corais), escolares e profissionais. O objetivo, neste trabalho, não é o de dar ênfase às diferentes associações fundadas pelos alemães no Brasil, pois esse tema é tão amplo que poderia gerar uma nova pesquisa. A intenção é fazer um breve comentário sobre as principais associações fundadas em São Paulo e oferecer ao leitor uma idéia da amplitude do tema, antes de se abordar o tema chave dessa pesquisa que é a Associação dos Professores Teuto-Brasileiros no Estado de São Paulo (*Lehrerverein*).

Segundo Fauser (1999, p. 54-61), a primeira associação fundada no Estado de São Paulo foi a Sociedade Germânia (*Gesellschaft Germania*). Essa associação foi criada em 1868 na capital e tinha sua sede na Rua do Príncipe, nº 8. Sua primeira diretoria foi formada em 1872. A Sociedade Germânia funcionou, por muitos anos, como ponto de encontro dos imigrantes alemães. Ali, reuniam-se comerciantes e industriais da cidade, indivíduos de menores posses e pessoas que participavam ativamente da comunidade como, por exemplo, médicos, engenheiros, professores e artesões. Era nesse local que se realizavam atividades comunitárias e culturais, fortalecendo o convívio social do imigrante. Além de um restaurante e salas para apresentações culturais, a sociedade possuía, ainda, uma biblioteca com salas de leitura. Em 1942, a Sociedade Germânia foi englobada pelo Clube Germânia, atual Esporte Clube Pinheiros.

A organização de grupos de canto (*Gesangverein*), formados por homens nas colônias, não só na capital, mas também no interior, ocupava um lugar de destaque no cotidiano das comunidades. Registra-se aqui uma pequena amostra desse tipo de organização:

- *Der Männergesangverein Lyra – MGV* (Associação Masculina de Canto - Lyra), fundada em 12 de novembro de 1884 e que permanece em atividade ainda nos dias de hoje. O primeiro concerto realizou-se em 14 de fevereiro de 1885, sob a direção de August Rupp. Com a ajuda dos sócios e de amigos, a Associação comemorou os seus cinquenta anos, em 1934, com a inauguração de suas próprias instalações. Em sua fase inicial, *Der Männergesangverein Lyra* não possuía participação feminina em suas atividades musicais, mas, na atualidade, o grupo é composto de homens e mulheres. A casa de concerto ficou fechada durante a Guerra, funcionando apenas a diretoria. Em 1944 a casa passou a ser utilizada, temporariamente, pela “Legião Brasileira de Assistência” e em 1945 o prédio foi desapropriado e cedido aos militares. Após o término da guerra, os membros do grupo Lyra aderiram a outros grupos. Atualmente a Associação tem uma nova casa no bairro do Campo Belo, mas seus membros continuam lutando para recuperar a antiga casa de concerto. Segundo Fauser, o processo já foi ganho na justiça, mas os militares se recusam a desocupar o local.

- *Männergesangverein “Frohsinn”* (Associação Masculina de Canto “Frohsinn”) foi fundada em 9 de dezembro de 1913. Logo após a entrada do Brasil na guerra contra a Alemanha a Associação foi fechada. A Associação realizava suas atividades na *Deutsche Schule (Olindaschule)*, pois não tinha instalações próprias. Esse grupo tinha grande atuação nas festas realizadas pela comunidade.

- *Der Schubertchor* (O Coral de Schubert) foi fundado em 25 de janeiro de 1923 pelos membros da Associação dos Excursionistas da Vila Marianna. Foi o primeiro grupo na cidade de São Paulo, do qual participavam homens e mulheres. O grupo tornou-se bastante conhecido pela qualidade do trabalho de seu dirigente, o professor de música Franz Müller. Müller tinha estudado na Escola Pedagógica de Música – Teichmüller – em Leipzig. O grupo fez grande sucesso, especialmente, com as músicas natalinas.

- *Männergesangverein “Harmonie”* (Associação Masculina de Canto “Harmonie”) – fundada em 3 de dezembro de 1927, com vinte e cinco membros. Essa associação tinha sua sede no Bairro Indianópolis.

- ***Deutscher Männergesangverein “Liederkrantz”*** (Associação Alemã Masculina de Canto – “Liederkrantz”) – foi fundada em 2 de fevereiro de 1926 no Bairro Bosque da Saúde. Inicialmente chamava-se “Gesangverein Bosque da Saúde”. Foi denominada “Liederkrantz” quando o grupo passou a ensaiar na *Deutsche Schule Villa Marianna*. O dirigente do coral era Hermann Mackrodt.

- ***Deutscher Männergesangverein “Einigkeit”*** (Associação Alemã Masculina de Canto, “Concórdia”) – foi fundada em 1930 no Bairro da Mooca. Inicialmente trazia o nome de “Schwäbischer Gesangverein Alto da Mooca”. Em 1936 a Associação contava com oitenta e oito membros e era dirigida pelo maestro Schmiedecke.

- ***Der Deutsche Sängerbund in Brasilien*** (A Coligação dos Cantores Alemães no Brasil) foi fundada em 27 de fevereiro de 1925 com o objetivo de reunir as associações existentes. No primeiro encontro (no dia 1º de maio) estavam representadas cinco associações. O primeiro concerto da coligação aconteceu um ano após a criação da Associação em São Paulo. O professor Heinrich Knoedt editou o jornal Musik- und Sängerverzeitung “Der Bund”(A Federação). Essa coligação cresceu tanto que, em 1930, já contava com a adesão de trinta e cinco associações e 1500 sócios. Em 1933 o número de adesões aumentou para cinquenta e duas associações, incluindo, também, associações do Rio Grande do Sul. *Der Deutsche Sängerbund in Brasilien* extinguiu-se com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Conforme está registrado na lista de escolas alemãs, apresentada no capítulo II, muitas colônias do interior do Estado de São Paulo mantinham, além da associação escolar, algum outro tipo de associação, como é o caso, por exemplo, da *Deutsche Schule Campos Sales*, *Deutsche Schule de Campinas* e *Deutsche Schule Sant’Anna* e outras que cultivavam em sua comunidade uma Associação de Canto; da *Deutsche Schule de Pires- Limeira*, que mantinha uma associação de esporte; da *Deutsche Schule de Jundiay*, onde funcionava uma Associação “Germania” e da *Deutsche Schule Villa Marianna*, que mantinha uma associação de jogadores de bocha. A última escola cultivava, também, a já mencionada Associação dos Excursionistas (*Wanderverein*). Com um número considerável de sócios (em torno de 300 pessoas), o *Wanderverein* da *Deutsche Schule Villa Marianna* organizava, aos fins de semana,

excursões para as colônias do interior do Estado, onde apresentavam músicas e danças típicas de seu povo.

As atividades do *Wanderverein* tiveram grande influência do diretor da *Deutsche Schule Villa Marianna*, Johannes Keller, que desempenhava o papel de elemento integrador entre os grupos de alemães situados no interior e aqueles da cidade de São Paulo.

Mas não apenas o lazer e a cultura marcaram as associações de origem alemã. Na segunda metade do século XIX surgiram, também, as pequenas associações de auxílio e amparo criadas por imigrantes alemães. A *Deutsche Hilfsverein* (Sociedade Alemã Beneficente), fundada em 24 de setembro de 1863, merece destaque, pois permanece até a atualidade. Era uma sociedade pequena, com apenas vinte sócios, que tinha por objetivo prestar socorro aos pobres, órfãos, viúvas e doentes de raça germânica. A instituição preocupava-se, também, em arrumar emprego, alimentação e moradia para os imigrantes recém-chegados à capital. Atualmente a entidade possui uma ampla sede no bairro do Butantã, onde atende não apenas à comunidade teuta, mas a todos que necessitam de sua ajuda.

O associativismo era um componente importante na união dos imigrantes alemães. A diversidade de associações era grande e abrangia diferentes esferas, como é o caso do *Schützenverein* (Associação de Caçadores), cultivada por diversos núcleos alemães como comunidade alemã do Bráz, da cidade de Santos, de Campinas entre outros. Havia, também, o *Einwandererverein* (Associação de Imigrantes), *Bienenzüchterverein* (Associação de Criadores de Abelhas). A partir de 1934 os soldados que tinham estado ao lado da Alemanha na Primeira Guerra Mundial reuniram-se e fundaram, em Tucuruvi, o *Kriegerverein* (Associação de Ex-combatentes). Após a guerra o *Kriegerverein* transformou-se no Clube Bragança.

A organização de associações não era privilégio dos imigrantes da capital, mas, sim, parte da cultura de um povo que, mesmo distante de sua pátria, procurava manter seus hábitos, costumes e cultura.

Como se não bastasse toda essa diversidade de *Vereine* (Associações), os imigrantes alemães fundaram, também, a chamada, Federação Paulista das Associações Teuto-Brasileiras de São Paulo (*Verband der Deutschen Vereine São Paulo* - conhecida pela abreviatura VDV). Como o próprio nome já indica, o VDV englobava todas as outras associações. Abordaremos a seguir, de forma mais detalhada, as atividades e funções do VDV,

pois, assim, além de mostrar ao leitor a diversidade de associações existentes no Estado de São Paulo, correm-se menos riscos de deixar esta ou aquela associação sem registro.

Federação Paulista das Associações Teuto-Brasileiras

A Federação Paulista das Associações Teuto-Brasileiras foi fundada no dia 18 de abril de 1931 e era denominada *Der Verband Deutscher Vereine - São Paulo*. Segundo registra seu estatuto, parágrafo 1º, sua função era: “...acolher todas as Associações, cujo estatuto tem por objetivo cultivar e manter a língua, os costumes e a cultura alemã.”

Com relação às suas metas e seus objetivos, o parágrafo 2º dos estatutos define:

O objetivo e meta da Associação são a defesa do “*Deutschtum*” e de seus interesses na totalidade. Todas as tarefas, com as quais as Associações isoladas têm dificuldades ou não conseguem resolvê-las, pertencem ao âmbito de atividade da Associação. Além disso, a Associação será o órgão oficial, representante do conjunto da cultura alemã em São Paulo, frente a todos os serviços públicos brasileiros, a todas as repartições alemãs e suíças, assim como a todas organizações não alemãs.

De acordo com o exposto acima, pode-se dizer que, a partir de 1931, o VDV ficou responsável por tudo o que dizia respeito aos imigrantes alemães no Estado de São Paulo. A palavra *Deutschtum*, citada acima, tem um significado bastante abrangente dentro da língua alemã. Seyferth (1981) define a palavra *Deutschtum* de forma bastante ampla e interessante:

[...] engloba a língua, a cultura e o Geist (espírito) alemão, a lealdade à Alemanha, enfim, tudo o que está relacionado a ela, mas como nação e não como Estado. Representa uma solidariedade cultural e social do povo alemão (p. 46).

Um olhar mais atento permite afirmar que a criação dessas associações fazia parte de um projeto mais amplo que era a manutenção da cultura teuta. Não apenas as instituições escola e Igreja desempenharam papel importante nessa tarefa. As associações

criadas ao longo do tempo produziram e mantiveram, por meio de políticas de representações, a cultura e o espírito alemão, ou seja, o *Deutschtum*.

Ao participar das atividades organizadas por essas associações (festas, bailes, saraus etc.) o imigrante sentia-se membro integrante do grupo étnico e, ao mesmo tempo, alimentava a idéia de estar sempre próximo de sua pátria. Assim, a distância entre Brasil e Alemanha era amenizada e os possíveis conflitos entre os diferentes grupos eram contornados em prol da unidade étnica.

A escritora alemã Maria Kahle¹⁷ aborda em sua obra – *Deutsche Heimat in Brasilien* – Pátria alemã no Brasil, a questão do desenvolvimento do *Deutschtum* no país. Ao discutir esse tema Kahle (1937) afirma que

o *Deutschtum* no Brasil teve um desenvolvimento muito mais favorável que nos Estados Unidos da América. Decisivo para seu desenvolvimento foi a permanência do imigrante em colônias fechadas, onde vivia a cultura alemã, a fidelidade à língua materna (o alemão) – pelo menos até o período da Primeira Guerra Mundial – e o conhecimento de uma raça estranha que possuía baixo nível cultural. Tudo isso fez despertar e fortalecer nesses imigrantes a consciência alemã (p. 33).

Além de viver isolado dentro dos núcleos coloniais, dando continuidade à cultura e mantendo a língua materna, a citação acima mostra que o imigrante alemão se considerava superior ao povo brasileiro. Kahle afirma que o emigrante não tinha fortes razões para exaltar o sentimento nacional alemão. Segundo a autora, o imigrante só percebeu “seu verdadeiro valor” quando conheceu outros povos, outras culturas. A esse respeito afirma a autora:

Apenas quando o colono conheceu outros povos, outro modo de vida, é que ele reconheceu que a superioridade de seus costumes, de sua ordem na educação, de sua cultura, de sua diligência, de sua limpeza e de sua integridade era, assim como sua língua materna e seu modo de se expressar, uma herança de seus antepassados (KAHLE, 1937, p. 34).

¹⁷ Ao que consta, Maria Kahle era uma pessoa de grande carisma entre os imigrantes alemães. Ela veio ao Brasil pela primeira vez em 1913 a convite de parentes. Trabalhou inicialmente no jornal alemão - *Der Urwaldbote* - na cidade de Blumenau. Posteriormente, foi trabalhar nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo como jornalista onde exercia a função de correspondente do exterior. Ao regressar à Alemanha, Kahle exerceu, entre os anos 1924 a 1926, a função de redatora no jornal diário – *Der Jungdeutsche* – na cidade de Kassel, onde publicou várias de suas poesias.

Como se nota na citação anterior, Kahle evidencia, de maneira preconceituosa e subjetiva, a superioridade alemã como característica da raça. É um bem que o indivíduo herda de seus antepassados. Com esse pensamento, não é de se admirar que o imigrante alemão, com rara exceção, não tenha se inserido por longo tempo na comunidade brasileira. Como aderir ou adotar uma cultura que é vista como inferior à sua? Cabe lembrar que a partir da Primeira Guerra Mundial as autoridades alemãs investiram na manutenção e expansão do *Deutschtum*, principalmente, enviando material didático para as escolas. Em 1934, Kahle realizou, a pedido do *Verein für das Deutschtum im Ausland* (VDA)¹⁸, uma longa viagem pela América do Sul com a missão de visitar todas as colônias alemãs. Maria Kahle deveria levar a todos os colonos, por meio de palestras e apresentação de filmes, a “nova Alemanha” assim como exaltar as idéias do nacional socialismo que governava a Alemanha da época (ibid, p. 45). Nessa longa viagem, Kahle permaneceu no Brasil durante cinco meses, percorrendo todos os estados que abrigavam colonos alemães. Não é por acaso que a maioria de suas obras aborda os temas imigração e *Deutschtum*.

O grande número de associações, dos mais variados tipos, filiadas à Federação Paulista das Associações Teuto-Brasileiras, confirma o isolamento e o desejo de manter a própria cultura do imigrante alemão. Conforme afirma Seyferth, o *Deutschtum* engloba toda a cultura, hábitos, costumes, modo de pensar e agir do povo alemão. Por meio de cantos, jogos, cultura escolar, festas etc., as associações procuravam estimular e dar continuidade a uma cultura bastante diferente da cultura brasileira.

O parágrafo 7º dos estatutos do VDV regulamenta a organização e direção da Federação e registra os seguintes grupos de adesão:

Grupo 1: Associações de Ginástica e Esporte,

¹⁸ A história da Associação para a Cultura Alemã no Exterior (VDA) teve início no ano de 1880 com as fundações das associações escolares alemãs. Suas primeiras atividades foram desenvolvidas na região do Sul de Tirol. Em 1881 fundou-se em Berlim a Associação Escolar Geral – *Allgemeine Deutsche Schulverein*. De acordo com os estatutos da associação, o *Deutschtum* deveria ser protegido independentemente das fronteiras nacionais e as minorias alemãs, espalhadas pelo mundo, deveriam receber apoio do Reino Alemão. A principal atividade do VDA no início do século XX foi a criação e promoção de escolas alemãs no exterior. A partir do ano de 1933 o VDA passou a ser denominado *Volksbund für das Deutschtum im Ausland* – Frente Popular para a Cultura Alemã no Exterior. No período entre os anos de 1933 a 1937, a associação quintuplicou seu número de sócios. Em 1939 o VDA uniu-se ao “*Bund Deutscher Osten*” (BDO) e passou a ser coordenada pelo substituto de Hitler, Rudolf Hass. Em pouco tempo, o BDO foi absorvido pela VDA que organizou e liderou sozinha os trabalhos do *Deutschtum* no exterior. Após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, a associação (VDA) foi proibida pelos aliados.

- Grupo 2: Associações de Canto e Música,
 Grupo 3: Sociedades,
 Grupo 4: Associações de Comércio e Indústria,
 Grupo 5: Associações Profissionais,
 Grupo 6: Associações de Professores e de Escolas,
 Grupo 7: Associações Ministeriais e Culturais,
 Grupo 8: Associações beneficente e Auxílio e
 Grupo 9: Outras Associações.

A lista de sócios de 1º de maio de 1937 registra os grupos e suas respectivas associações que aderiram ao *Verband der Deutschen Vereine*, distribuindo-as da seguinte forma:

Lista de sócios do Verband Deutscher Vereine

Grupos	Associações	Total
Associações de ginástica e esporte	Deutscher Turnverein Deutscher Sportclub Sport Club Germania Schützenverein Santos Turnschaft von 1890 Deutscher Segelclub Sportclub Einigkeit Wanderbund Villa Marianna Sportclub Teutonia Santo André Sportclub Germania Santo André	10
Associações de canto e música	DMGV Lyra DMGV Liederkranz Bosque Männer Gesangverein Harmonie Indianópolis MGV Frohsinn Schubertchor Gesangverein Liederkranz Santo André DMGV Einigkeit Moóca Deutscher Musikverein	08
Sociedades	Gesellschaft Germania Osterreichischer Verein „Donau“ Deutscher Verein Rio Claro Club Germania-Santos	04

Associação de comércio e indústria	Deutsch-Brasilianische Handelskammer	01
Associações de ex-combatentes	Deutscher Reichskriegerbund Kameradschaft São Paulo	01
Associações de professores e de escolas	Hans Staden Verein Verein Deutsche Schule São Paulo Verein Deutsche Schule Villa Marianna Verein Deutsche Schule Moóca-Braz Verein Deutsche Schule Sant' Anna Verein Deutsche Schule Santo André Verein Deutsche Schule Santa Clara Verein Deutsche Schule Santo Amaro Verein Deutsche Schule Campo Bello Verein Deutsche Schule Bosque de Saúde Verein Deutsche Schule São Caetano Verein Deutsche Schule Villa Emma Verein Deutsche Schule Villa Galvão Verein Deutsche Schule Lapa Verein Deutsche Schule Pinheiros Verein Deutsche Schule Santos Verein Deutsche Schule Riberão Preto Verein Deutsche Schule Monte Mór	18
Associações Culturais /religiosas	Deutsch-Evangelische Gemeinde São Paulo Deutsch-Evangelische Gemeinde Santos Katholischer Gesellenverein Verein Wartburghaus	04
Associações beneficentes e de Auxílio	Abteilung Deutscher Hilfsverein Abteilung Frauenhilfe Abteilung Krankenkasse Abteilung Deutsches Krankenhaus Allgemeine Deutsches Krankenhaus	05
Outras Associações	Verein für Deutsche Schäferhunde Vereinigung Deutsch-Brasilianischer Bienenzüchter Teckel Club	03

Fonte: pasta - Verband der Deutschen Vereine, Instituto Martius-Staden, SP.

Além destes nove grupos o VDV contava, ainda, com grande número de sócios extraordinários que eram representantes (*Vertreter*) das seguintes instituições:

1. Vertreter des Deutschen Generalkonsulates.
2. Vertreter der Landesgruppe Brasilien der AO. der NSDAP.
3. Vertreter des Kreises São Paulo / Paraná der AO. der NSDAP.
4. Vertreter der Ortsgruppe São Paulo der AO. de NSDAP.
5. Vertreter des Kreises São Paulo / Paraná der AO. der DAF.
6. Vertreter der Ortsgruppe São Paulo der AO. der DAF.
7. Vertreter des Deutschen Reichskriegerbundes Landesverb.-Brasilien.
8. Vertreter des Deutsch-Evangelischen Pfarramtes.
9. Vertreter des Deutsch-Katholischen.
10. Vertreter der Deutschen Schulhilfe São Paulo.
11. Vertreten des Deutschen Sängerbundes Brasilien.
12. Vertreter des Deutschen Handball-Verbandes São Paulo.

A diretoria do *Verband der Deutschen Vereine* era composta por um ou mais representantes de cada grupo acima mencionado e era escolhida a cada dois anos.

É interessante ressaltar aqui o parágrafo 10 do estatuto que autorizava a participação feminina na Associação registrando que: “*Damas podem ser aceitas e votadas em todos os órgãos da Associação.*” Normalmente, a participação de mulheres nas organizações alemãs não era bem vista, sendo, muitas vezes, proibida oficialmente, pelos estatutos. Depois da aceitação de mulheres no *Schubertchor*, em 1923, nota-se que a mulher foi conquistando, lentamente, seu espaço dentro das associações.

Destaca-se, ainda, o parágrafo 3º que determinava a língua alemã como língua oficial do VDV – “*Die Geschäftssprache ist Deutsch.*” A manutenção da língua alemã era um componente importante nas colônias alemãs, pois, por meio dela, mantinha-se vivo o espírito alemão: o *Deutschtum*. O uso da língua materna reforça a identidade étnica e cultural. Ao discutir a questão do idioma alemão como meio de comunicação dentro das colônias, das escolas e nas famílias alemãs ou teuto-brasileiras, Seyferth destaca a importância da língua e afirma que

dela depende a sobrevivência da cultura e dos hábitos alemães e só ela poderá preservar para os descendentes de alemães o seu *Deutschtum*. A nacionalidade, portanto, é vinculada à língua materna e dela depende sua persistência em terra estranha (SEYFERTH, 1981, p. 110).

Como se nota, a língua alemã era um importante componente na preservação do *Deutschtum* e sua utilização como meio de comunicação dentro das organizações alemãs contribuiu, também, para o isolamento do imigrante alemão no Brasil.

É interessante ressaltar ainda o forte interesse que a Federação Paulista das Associações Alemãs tinha em defender e divulgar as idéias do NSDAP (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães). Suas festas e comemorações eram enfeitadas com bandeiras do NSDAP. Em 1937, ocasião em que a instituição comemorou o sexto ano de existência, o presidente e responsável pelos negócios do VDV, Karl Spanaus, deixou claro em uma entrevista concedida ao jornal *Deutscher Morgen* (conhecido também como: Aurora Allemã) a ligação íntima que havia entre os dois grupos (*Deutscher Morgen*, 16/07/1937). Segundo o presidente, “com a fundação do VDV o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães tinha ganho um grande grupo no Estado de São Paulo”. As reuniões eram sempre abertas com a saudação “Heil Hitler!”. As idéias, palavras e frases do *Führer* e seus ministros eram sempre relembradas e repetidas. A importância de serem fortes, unidos e livres era exaltada nas reuniões e nos grandes encontros. Na festa comemorativa, Karl Spanaus iniciou seu discurso com as seguintes palavras:

*“Weil wir einig sind,
sind wir stark
und weil wir stark sind,
sind wir frei.”*

*“Porque somos unidos,
somos fortes
e porque somos fortes,
somos livres.”*

O presidente ressaltou a importância do VDV e relatou o sucesso obtido ao longo de seis anos. De acordo com sua entrevista, a Federação Paulista iniciou suas atividades em 1931 com 8.135 sócios. Após seis anos de trabalhos a Associação contava com 17.205 sócios. Afirmava, ainda, que o número de sócios cresceu rapidamente graças ao aumento de 100% dos sócios provindos das *Schulvereine* (Associações Escolares). A Federação Paulista das Associações Alemãs desenvolveu suas atividades até o ano de 1942.

Como se confere na tabela de sócios do *Verband der Deutschen Vereine São Paulo*, apresentada anteriormente, o grupo de maior número de associações é o grupo nº 6, ou seja, o grupo de Associações de Professores e Escolas. Esse grupo registrava a adesão de dezoito associações, dentre elas a do *Lehrerverein* (Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo – que na época era denominada Hans Staden-Verein - HSV).

Os próximos capítulos oferecem uma visão da amplitude e da localização das escolas teuto-brasileiras no Estado de São Paulo, assim como do importante papel que o *Lehrerverein* (tema chave desta pesquisa) desempenhou, tanto na organização dos aspectos pedagógicos e profissionais do professorado teuto-brasileiro, quanto na união dos imigrantes alemães do Estado de São Paulo.

AS ESCOLAS TEUTO-BRASILEIRAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

A importância da instituição escolar para o imigrante alemão

A educação não é um tópico novo na história da humanidade. Sua história acompanha a história do homem. Seu objetivo inicial era transmitir aos jovens o conhecimento, os hábitos e a tradição dos mais velhos. As crianças aprendiam por meio da observação, da participação e da imitação. A menina auxiliava a mãe nas tarefas domésticas, aprendendo, assim, as obrigações femininas da época. Os meninos acompanhavam os homens na caça, na pesca e/ou na luta, aprendendo por observação ou por imitação¹. Percebe-se que o ato de educar compreendia o ato de observar, imitar, fazer junto, enfim, era o momento em que o indivíduo preparava-se para as diferentes situações do cotidiano. Nesse sistema social não havia necessidade de escolas; todos podiam ensinar, assim como todos podiam aprender, pois aprender e ensinar significava executar as tarefas do dia-a-dia, ou seja, buscar meios para a própria sobrevivência.

Com o passar do tempo a sociedade modificou-se, o homem foi adquirindo nova mentalidade e, gradativamente, modificando seu modo de viver. Com o avanço das ciências, foram aparecendo novas profissões, novas formas de vida. A educação familiar já

¹ Cf. KILPATRICK, 1978, p. 41.

não era suficiente. Os afazeres do cotidiano ampliaram-se e a família já não dava conta de educar seus filhos, de prepará-los para as novas exigências do mercado de trabalho. Além da escassez do tempo, devido ao aumento das tarefas diárias, percebe-se que a educação passou, também, a exigir conhecimentos específicos que os pais já não eram capazes de transmitir aos seus filhos. É nesse processo de mudanças e transformações direcionadas à produção capitalista que nasce a instituição-escola.

Ao estudar a história da educação, nota-se que a educação do homem, seja no lar, junto à família, seja por um preceptor ou seja na escola, sempre foi discutida pelos legisladores. A educação já era um tema bastante difundido e discutido entre os gregos. Platão já discutia a importância da educação, embora de forma diferente, segundo as classes sociais, para a formação do homem público. Para ele, as pessoas que iriam assumir tarefas de poder (funções na política) deveriam ter acesso à escola, enquanto que as classes excluídas e oprimidas não precisariam da formação escolar e de nenhum treinamento especial, mas sim da aculturação que descenderia das classes dominantes para as classes subalternas (MANACORDA, 1992, p. 41).

Um grande exemplo da importância de expandir-se a educação escolar encontra-se nos escritos do reformador alemão Martinho Lutero que, preocupado com a educação cristã, escreveu uma exortação aos prefeitos e câmaras municipais das cidades da Alemanha, para que se criassem e mantivessem escolas cristãs. Esse apelo aos que detinham o poder político e econômico das cidades foi publicado em 1524 em Wittenberg por Lucas Cranach e reeditado, muitas vezes, em Winterberg, Erfurt, Nürnberg, Estrasburgo e outras cidades da Alemanha no século XVI (BECK, 1995, p. 302).

Lutero fazia uma advertência quanto à importância da escola para a formação do homem. Preocupado com o abandono das escolas na Alemanha, Lutero, com grande sabedoria, afirmava que

[...] o progresso de uma cidade não depende apenas do acúmulo de grandes tesouros, da construção de muros de fortificação, de casas bonitas, de muitos canhões e da fabricação de muitas armaduras. Inclusive, onde existe muitas coisas desta espécie e aparecem alguns tolos enlouquecidos, o prejuízo é tanto pior e maior para referida cidade. Muito antes, o melhor e mais rico progresso é quando possui muitos homens bem instruídos, muitos cidadãos ajuizados, honestos e bem educados. Estes então podem também acumular, preservar e usar corretamente riquezas e todos tipo de bens (BECK, 1995, p. 309).

Para Lutero a educação estava acima de tudo. A instrução do cidadão era o bem maior de uma sociedade, pois apenas o cidadão instruído poderia apresentar características e desenvolver capacidades para elevar a nação. A necessidade de se construírem escolas comunitárias é justificada de forma bastante clara nesse documento. Lutero argumentava que muitos pais “não se encontravam aptos para cuidar da educação formal de seus filhos²”. As atividades do cotidiano não lhes deixavam tempo e espaço necessário para desenvolver esta tarefa. Manter um educador particular seria oneroso demais para um cidadão comum, sendo assim muitos meninos pobres seriam prejudicados. Um caminho para resolver a questão educacional da nação seriam, então, as escolas comunitárias, garantidas pelos governantes, nas quais um grande número de crianças se beneficiasse de um único educador.

Os aspectos religiosos e a necessidade de ler a Bíblia deram grande impulso à ampliação e organização da educação escolar na Alemanha. As idéias do reformador Martinho Lutero colaboraram sobremaneira para a popularização e valorização do ensino escolar na cultura alemã. Os imigrantes alemães, que já traziam consigo um significativo cabedal cultural, viam na instituição-escola a melhor forma de educar seus filhos e, ao mesmo tempo, de cultivar, manter e preservar a língua e a cultura alemã. Na ata da conferência de diretores da Associação dos Professores do Estado de São Paulo, realizada em 1917, encontram-se registradas as tarefas do professor e o objetivo da escola alemã no exterior. Em seu discurso, o diretor destaca os seguintes pontos:

1. a escola alemã no exterior (no caso, no Brasil) precisa, principalmente, servir aos interesses do povo alemão nas aulas de Alemão e História. A escola tem que ser não confessional;
2. a escola alemã no exterior tem que educar as crianças para os deveres, virtudes e sentimento de responsabilidade, assim como para a submissão individual sob a idéia de veneração diante do sublime e do belo;
3. deve-se dar grande atenção à parte externa e à mobília da escola, pois ela (a escola) deve ser o local preferido das crianças alemãs;

² Cf. BECK, p.308.

4. o professor estrangeiro (no caso, os professores alemães no Brasil) precisa ser funcionário do Reino Alemão (Livro de protocolo do Lehrerverein, SP – Ata - 4/1/1917, p.3).

Vê-se que, conforme os tópicos acima citados, tanto a escola como o professor alemão no Brasil deveriam trabalhar de acordo com os interesses do Reino Alemão, o que nos leva a crer que, para desenvolver bem tal função, seria melhor que os professores fossem funcionários do governo alemão. A cultura seria preservada, principalmente, por meio das aulas de História e da Língua Alemã. Para que esse objetivo fosse alcançado era primordial que a escola fosse bem cuidada, significando, assim, um espaço atraente e agradável para a criança. Sem dúvida o zelo com a conservação do prédio escolar é de extrema importância, mas causa estranheza constatar que a preocupação com o espaço físico da escola era bem maior que com as questões didáticas e pedagógicas.

Pode-se dizer que, até por volta de 1920, ignorava-se completamente e até mesmo se pode afirmar que se evitava a integração entre as culturas alemã e brasileira. Não havia diálogo entre as duas culturas nem a preocupação de conhecer, entender e assimilar os diferentes códigos sociais e culturais da sociedade brasileira. Os filhos dos imigrantes alemães aprendiam e viviam na escola os mesmos valores ensinados e defendidos na família, ou seja, a manutenção do *Deutschtum* estava sempre em primeiro plano.

Ao definir as tarefas da escola, o presidente do *Lehrerverein* revela a visão de educação dessa instituição. Embora se reconheça que a educação naquele tempo não tinha o amplo sentido da educação da época atual, fazem-se necessárias algumas observações. Segundo registros do livro-ata, a educação tinha como função “desenvolver no aluno a responsabilidade para os deveres e a submissão frente ao belo”. Despertar no indivíduo a consciência de seus deveres é, sem dúvida, também uma tarefa da escola, mas o que não parece legítimo é limitar-se a esse conceito único. O presidente apresenta uma visão de educação bastante limitada, pois prega um pensamento subjetivo e individual que conduz o aluno à submissão. Sem a consciência do binômio direito/dever não é possível exercer a cidadania.

A verdade é que a escola tinha função importante dentro dos núcleos alemães. Era no espaço escolar que as crianças recebiam formação, fosse ela repressora ou libertadora,

era nesse espaço que os imigrantes se reuniam, organizavam festas e compartilhavam juntos os sabores e dissabores de ser imigrantes.

Algumas considerações sobre o sistema educacional brasileiro e paulista no final do século XIX e início do século XX

Ao estudar a história da educação brasileira, nota-se que a escola, principalmente durante o período colonial e imperial, não era um tema que merecia grande atenção por parte das autoridades políticas que governavam o país. É muito difícil falar de educação em nível nacional nesses períodos quando então a educação do povo não fazia parte dos projetos políticos. O país ainda contava com um grande número de analfabetos que era completamente excluído da participação na sociedade. Não podiam assumir cargos públicos nem mesmo escolher seus representantes políticos, pois a Constituição de 1824, a primeira Constituição do país, excluía, também, os analfabetos do processo eleitoral. Não se pode esquecer que a sociedade brasileira se fundamentava, especialmente, na grande propriedade e na mão-de-obra escrava, o que trouxe profundas implicações de ordem social e política para a nação.

Veríssimo (1985) oferece uma visão bastante clara do sistema educacional antes do período República. Sua obra, editada pela primeira vez em 1890, no Pará, teve várias reedições ao longo dos anos subsequentes. Percebe-se que muitos dos problemas que afligiam os intelectuais da época continuam despertando a preocupação em muitos educadores da atualidade. Ao abordar a educação nacional, Veríssimo (1985, p. 33-34) registra que:

Em matéria de instrução pública e, portanto, educação nacional, da qual aquela é o fator mais imediato, quando não o mais eficaz, nós estamos desbaratando ou desperdiçando o que nos legaram os nossos pais e mostrando-nos inteiramente indiferentes ao futuro. Não hesito em afirmar que não há presentemente no Brasil um só estadista, um só homem político, um só dos nossos dirigentes que cogite seriamente, praticamente, nesta questão ou que sinceramente dela se preocupe. E, no entanto, ninguém dirá que como o problema de povoamento de nosso território deserto e

improdutivo, que é o problema capital do nosso país, não seja a educação nacional o que mais importa ao nosso futuro.

O artigo 179, nº XXXII, da Constituição, outorgada pela coroa em 1824, já garantia a instrução primária gratuita a todos os cidadãos. Muitas leis foram outorgadas em prol da educação, mas muitas delas, não saíram do papel. Ao refletir sobre a educação, Azevedo (1996) afirma que:

O que faltava para uma vigorosa obra de educação em alto nível e em grande escala eram, sobretudo, condições de ambiente realmente favoráveis à mudança de mentalidade e aos progressos da cultura no país (p.569).

Com o Ato Adicional à Constituição de 1834 foi descentralizado o sistema de ensino no país. Transferiu-se a responsabilidade de oferecer escolas primárias e secundárias públicas do governo central do Império para as províncias, fato que permaneceria ainda na Primeira República. Nota-se que já no período imperial, muito se falava em disseminação do ensino primário. Com a descentralização ocorrida por meio do Ato Adicional de 1834, foram criados os liceus provinciais nas capitais, mas a falta de recursos impossibilitou que as províncias criassem uma rede organizada de escolas.

Veríssimo (1985) descreve com muita clareza a precariedade do sistema escolar no término de século XIX. Segundo ele, as escolas eram escassas e, nas poucas existentes, o ensino era de péssima qualidade. Não havia infra-estrutura, escassez de equipamentos escolares e de bibliotecas, tanto para alunos como para professores. Os livros didáticos eram limitados na quantidade e deficientes em conteúdo. Geralmente, traziam temas que não condiziam com a realidade brasileira, principalmente com relação ao ensino de História e de Geografia, como se vê adiante. Romanelli (1996) registra que

o ensino, sobretudo o secundário acabou ficando nas mãos da iniciativa privada e o primário foi relegado ao abandono, com pouquíssimas escolas, sobrevivendo a custo do sacrifício de alguns mestres-escolas, que, destituídos de habilitação para o exercício de qualquer profissão rendosa, se viam na contingência de ensinar (p. 40).

Além da falta de professores, percebe-se que muitos deles não tinham a formação necessária ao cargo. A falta de interesse, tanto por parte do aluno como de muitos professores, era grande. O próprio fato de o Brasil ter uma enorme extensão territorial muito grande contribuía, e muito, para a desorganização do sistema educacional nacional e, segundo

Veríssimo (1985), não havia uma unidade nacional no sistema educacional, o que prevalecia era o sentimento regionalizado de educação. Muitas províncias menos habitadas e com sérios problemas financeiros, não tinham a educação como prioridade de governo.

A falta de reconhecimento do trabalho do professor era também uma questão que trazia problemas à educação. O salário do professor era muito baixo e, não raras vezes, pago com meses de atraso. Segundo Barth³, os salários eram tão baixos que “*os alfaiates e sapateiros faziam melhor negócio.*”

O desinteresse do governo em organizar e manter escolas para o povo fez com que o número de escolas particulares aumentasse, principalmente nas capitais das províncias mais importantes do país, como Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. Veríssimo (1985) critica essas novas iniciativas particulares e as caracteriza como “indústria do ensino”. Para ele o ensino oferecido nas escolas particulares era de péssima qualidade, pois:

A educação nacional não pode ser objeto de comércio, e o ensino particular no Brasil, qual existe e é praticado, não faz dela outra coisa, o que basta para, em nome dos interesses superiores de nossa cultura, da nossa civilização e do nosso futuro, reprovar esta forma de ensino aqui, e tudo fazer para reformá-la completamente, de modo que ela venha a ser um fator útil de nossa evolução e um digno auxiliar do nosso ensino público (p. 28).

Por volta de 1920, a população brasileira era, ainda, composta por um grande número de analfabetos. Segundo Nagle (2001, p. 149), em 1922, quando o Brasil se preparava para a comemoração do primeiro Centenário da Independência, a quota de analfabetos chegava a 80% da população brasileira. Um número assustador para um país que, gradativamente, caminhava rumo à industrialização.

Outros intelectuais da época, manifestaram também grande preocupação com relação ao estado em que se encontrava a educação nacional. Miguel Couto, por exemplo, ressaltou em sua conferência realizada na Associação Brasileira de Educação, os problemas educacionais brasileiros. Lamentando a ignorância do povo e afirmando que:

³ Barth, professor alemão, que atuava no Brasil. Em 1869 ele escreveu cartas que foram publicadas na Alemanha, no *Jornal do Professor*, nas quais ele relatava o sistema escolar brasileiro, assim como os graves problemas educacionais que o país enfrentava. (Cf. BARTH. Briefe eines Lehrers aus Brasilien In: **Allgemeine Deutsche Lehrerzeitung**; zugleich Organ der allgemeinen deutschen Lehrerversammlungen und des Deutschen Lehrerpensionsverbandes 22 (1870) 7, p. 51 – 52).

O progresso de um paiz está na razão directa da cultura do povo. [...] Não há pois mais rendoso emprego dos dinheiros públicos do que o destinado à cultura, assim, como, a ignorancia representa o primeiro e maior factor do atraso, da pobreza e da inferioridade de qualquer nação⁴.

Para Couto, o Brasil tinha que enfrentar a questão educacional como uma calamidade nacional e prestar-lhe socorros imediatos, caso contrário seria facilmente derrotado na concorrência com as nações cultas. Para resolver tal problema, Couto propunha um imposto sobre as bebidas alcoólicas, cujo dinheiro deveria ir, integralmente, para a educação.

Conforme citado anteriormente, a extensão territorial do Brasil era um grande obstáculo na difusão do ensino. Couto atribuía à União o compromisso de construir escolas públicas em todos os pequenos centros do interior que reunissem, num raio de meia légua, uma população escolar mínima de quarenta crianças. Para ele a União deveria tomar iniciativas imediatas para resolver o problema, propondo, por exemplo levar o ensino primário e a higiene, cujo custo seria coberto pelo imposto sobre as bebidas alcoólicas, a todo o interior do Brasil e criar o Ministério da Educação.

É interessante observar que, ao discutir o ensino nacional, tanto Veríssimo como Couto e outros, apoiavam-se em modelos de instrução pública de países estrangeiros com diferentes realidades, como Estados Unidos, Japão e Alemanha. Percebe-se que muitos intelectuais da época tinham grande admiração pelo sistema escolar da Alemanha. Carneiro Leão, por exemplo, destacou a importância do Brasil estar atento aos métodos de ensino de nações mais avançadas e comentava que:

O Brasil, sem alienar a sua individualidade, mas, ao contrário, despertando-a e desenvolvendo-a, deve observar o que se passa lá fora, para aproveitar as lições fornecidas pelos povos mais velhos, mais experientes e mais cultivados.

Precisamos saber escolher o que mais nos convém. Entre a organização americana da diversidade de métodos educacionais da independência de organização e a preocupação da Alemanha, intensificando, preparando pela unidade da educação e de cultura e a unidade nacional, devemos compreender o que nos servirá melhor. Num país, como o nosso, da extensão territorial, da multiplicidade de raças imigrantes, da dificuldade de comunicações, da diversidade de fortunas e de possibilidades dos diversos Estados, entre si, a educação que intensificar a unidade de cultura e a unidade

⁴ Cf.: COUTO, 1927.

de espírito será a mais apropriada à preparação da homogeneidade nacional e da grandeza de nosso futuro⁵.

Carneiro Leão destacou, em seu texto, problemas que afligiam a sociedade brasileira, como a imensa extensão territorial, a diversidade de raças, a riqueza mal distribuída e a falta de infra-estrutura que dificultava a comunicação. O autor deixa claro, também, sua preferência pelos métodos de ensino escolar adotados na Alemanha, que se preocupava em intensificar a unidade nacional e criar um espírito de patriotismo.

Apesar de muitos intelectuais e políticos estarem preocupados com os aspectos educacionais, as discussões sobre a organização e expansão do ensino nacional ainda não geravam tanto interesse quanto as discussões sobre ensino escolar em alguns países da Europa. No território alemão, por exemplo, esse tema já era motivo de grandes debates na primeira metade do século XVI, quando o reformador Martinho Lutero redigiu uma carta aos Conselhos de todas as cidades, pedindo que se construíssem escolas para o povo.

Como já mencionado anteriormente, um outro ponto de preocupação para os educadores brasileiros do período do Império e início da Primeira República, era com relação ao ensino de História e Geografia. Veríssimo faz uma análise crítica do ensino dessas duas disciplinas no Brasil, que, para ele, era bastante falho, ou melhor, quase inexistente. O material didático era escasso e os raros livros existentes tratavam da História e da Geografia da Europa, ignorando completamente, os aspectos nacionais. Não havia um livro que contasse a História Brasileira ou que relatasse a diversidade do povo brasileiro, assim como mostrasse aspectos da geografia e da diversidade da flora e fauna brasileiras. Não se trata de menosprezar os conhecimentos históricos e geográficos da Europa ou de outro continente, esse saber é também importante na formação do indivíduo, mas, sim, de destacar a importância da História e Geografia pátrias. Segundo Veríssimo (1985), “a educação nacional não se pode fazer senão pelo estudo da pátria, a sua história é, quase se poderia dizer, a parte principal” (p. 103).

A partir dessa reflexão do autor, nota-se que o país começava, lentamente, a pensar a educação nacional. Ao destacar a importância dessas disciplinas, Veríssimo faz uma retrospectiva histórica lembrando que tanto a educação grega como a romana foram sobretudo nacionais. Segundo ele, “todos os povos, todas as nações compreenderam que o sentimento

⁵ Cf. LEÃO, 1990.

nacional e, conseqüentemente, o patriotismo, se inspiraram no conhecimento da pátria e da sua história, isto é, da sua vida.” (p.103). Nota-se que o ensino de história da pátria teria a função de despertar no povo brasileiro o sentimento de “pertencimento”, de patriotismo e de nação.

Não se pode negar, entretanto, que Veríssimo foi um grande simpatizante do ensino escolar alemão. Na intenção de justificar a necessidade de mudar o ensino de História, tornando-o um instrumento no processo de formação do patriotismo brasileiro, Veríssimo (1985) baseia-se na educação alemã e afirma que:

Na Alemanha, que é preciso citar sempre que se trata de educação e, principalmente, da educação como meio de desenvolver o sentimento nacional e fortificar o patriotismo, na Alemanha o estudo da história é feito desde o primário até a universidade. E feito num alto espírito patriótico e como um meio pedagógico eficaz de educação nacional.” (p. 105).

Com a instituição da República, a escola passou a ser, no imaginário republicano, um símbolo de representações sociais, capaz de reestabelecer a ordem. Muitos políticos e intelectuais da época acreditavam que os problemas do país seriam resolvidos por meio da educação. A instrução escolar passou a ter maior atenção de muitos intelectuais e políticos da época que discutiam esse assunto com um grande entusiasmo e expectativas. Ao abordar esse tema, Marta de Carvalho (1989) afirma que o objetivo da educação era

regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se espera da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional. Regenerar o brasileiro era dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações (p. 10).

Resultados de pesquisas e estudos têm mostrado que as iniciativas e reformas mais significativas no âmbito educacional no Brasil, ocorreram a partir da década de 1920. Foi nos anos 20 que se iniciou uma grande campanha no sentido de disseminar o ensino primário, tentando assim combater o analfabetismo predominante no país⁶. É a partir desse período que os assuntos relacionados à instrução pública passaram a ser discutidos com maior freqüência e foram, pouco a pouco, sendo contemplados em programas mais amplos. A educação passou a ser vista como solução para todos os problemas brasileiros. Como diz Marta de Carvalho (1989), era necessário investir na formação dos professores. Eles seriam os “organizadores da

⁶ Esse tema será abordado oportunamente em capítulo posterior.

alma popular”, pois era a “escola e a educação que iria tornar o povo saudável e produtivo” (p. 64). Depois de tantos anos de abandono, a elite brasileira via na educação um novo caminho que conduzia à organização da Nação. Houve maior investimento na construção de prédios escolares, na ampliação do número vagas e, principalmente, na formação de professores.

Durante a década de 1920 ocorreram mudanças significativas no país. A Primeira República enfrentava sérios problemas políticos, sociais e econômicos. A lavoura cafeeira continuava em crise e a carestia afetava diretamente a vida do trabalhador que reagia com protesto e paralisações em massa. As manifestações populares ocorridas entre os anos 1917 e 1921 revelavam o descontentamento do povo e o anseio por mudanças. Além disso, a crise política se agravava. A política do café com leite (São Paulo-Minas Gerais) encontrava-se ameaçada por outros estados da federação que também almejavam o poder. O consenso entre os grupos da elite fora quebrado e as classes dominantes sentiam-se ameaçadas frente a “desordem” que colocava à nação. A Primeira República começava a se degenerar. Corrupção, fraudes e desmandos levaram a uma nova ordem que culminou com a Revolução de 1930.

A situação educacional no Estado de São Paulo não era muito diferente do resto do país. Apesar de o Estado se destacar, constata-se que no âmbito educacional havia também um grande déficit. O período entre os anos de 1889 até 1920 foi decisivo para a vida econômica, social e política do Estado de São Paulo. Com a República os estados ganharam autonomia, podendo, cada região, expressar seus interesses. Foi uma fase de grandes mudanças, durante a qual o Estado foi adquirindo liderança nos vários setores da vida nacional. Na verdade, o Estado de São Paulo começou a se destacar a partir da segunda metade do século XIX com a expansão da cafeicultura em seu território. A oligarquia política defendia os interesses da classe dominante, ligados à economia cafeeira e, gradativamente, também à indústria (FAUSTO, 2001, p. 148).

O acelerado crescimento populacional no Estado de São Paulo foi um outro fator que merece destaque. Em 1872 o Estado possuía cerca de 800 mil habitantes, dos quais 26.040 se encontravam na capital; em 1890, o número de habitantes do Estado crescera para 1.384.753, registrando um aumento populacional considerável na capital, onde viviam 69.934 habitantes (ANTUNHA, 1967, p. 14). O processo imigratório estava no auge, o que representava um dos traços mais importantes das mudanças socioeconômicas, ocorridas no

Brasil e no Estado a partir das últimas décadas do século XIX. As regiões Centro-Sul, Sul e Leste foram as que mais receberam imigrantes.

Por volta de 1920, concentrava-se, em São Paulo, o maior número de estrangeiros (52,4%) residentes no país. A concentração de imigrantes no Estado justifica-se pelas facilidades concedidas pelo Estado (passagens, alojamentos) e pelas oportunidades de trabalho que a economia em expansão oferecia. A tabela a seguir indica o crescimento da população do Estado, conforme os dados dos recenseamentos realizados nos anos de 1872 a 1920:

População do Estado de São Paulo – 1872 a 1920

Data do recenseamento	Número de população
01.08.1872	873.354
31.12.1890	1.384.743
31.12.1900	2.282.279
01.09.1920	4.592.188

Fonte: Dados extraídos da edição comemorativa do IV Centenário – Ed. Banco do Brasil. (apud: ANTUNHA, 1967, p. 23).

Como se nota, o crescimento entre os anos 1872 a 1920 foi extraordinário. Esse aumento acelerado da população do Estado trouxe graves problemas sociais que se refletiram diretamente no âmbito da educação.

A Constituição Republicana de 24 de fevereiro de 1891 deixava sob a responsabilidade dos estados a organização e manutenção da educação destinada às camadas populares, isto é, a educação primária, a educação pré-primária, o ensino normal e o ensino profissional. De modo geral, os municípios, inclusive os de São Paulo, não se encontravam em condições de promover um ensino que atendesse às necessidades quantitativas e qualitativas de sua população, ou seja, oferecer vagas para todas as crianças em idade escolar, assim como um ensino de boa qualidade. Sendo assim, esses níveis de ensino ficaram sob a inteira responsabilidade e na dependência do desenvolvimento econômico de cada estado.

Durante a Primeira República os estados esforçavam-se para organizar o ensino popular, podendo, assim, oferecer às classes menos favorecidas, no mínimo, os primeiros anos de instrução⁷. Antunha (1967), ao discutir o ensino em São Paulo, afirma:

⁷ Cf. SOUZA, 1998.

[...] sabendo-se que pouca coisa existia em São Paulo em matéria de ensino primário antes do advento da República, é realmente impressionante o que foi realizado em algumas décadas. A política dos governos estaduais de desenvolvimento da educação popular representava naturalmente um grande esforço para superar o déficit acumulado durante muitos anos e para acompanhar o crescimento da população, que foi extraordinário desde do início da República (p. 101).

Além dos problemas referentes à escassez de estabelecimentos escolares, também a qualidade do ensino ministrado nas escolas era muito criticada. A formação deficiente de muitos professores e a falta de unidade do ensino colaboravam, geralmente, para a repetência e/ou a evasão escolar.

A liberdade de ensino outorgada pela Constituição Federal e a falta de condição financeira dos municípios e dos estados davam margem às iniciativas privadas. Em São Paulo foram criadas muitas escolas primárias ligadas às colônias estrangeiras.⁸ As escolas particulares abrangiam vários níveis de ensino como: curso primário, secundário e profissional. Calcula-se que, por uma questão de necessidades e de custos, as escolas de ensino primário eram mais freqüentes. Esse ramo de ensino cresceu tanto que a lei 1579, de 17.12.1917, introduziu uma série de dispositivos a respeito de ensino primário privado, indicando, inclusive, o processo de nacionalização (tema que será abordado em capítulo posterior) das escolas estrangeiras. Eram consideradas escolas estrangeiras aquelas que recebiam subvenção do governo estrangeiro, as que tinham a direção nas mãos de estrangeiro e/ou as que adotavam a língua estrangeira como meio de comunicação.⁹

Ao analisar a expansão do sistema educacional de São Paulo no decênio de 1910 – 1919, Antunha (1967) concluiu, dentre outros problemas, que uma grande parte da população do estado era analfabeta. A esse respeito dizia ele que:

Havia um grande número de crianças em idade escolar (50% da população escolarizável, ou seja, em números absolutos, cerca de 250 mil crianças) que não recebiam qualquer tipo de instrução. As escolas isoladas, principalmente, apresentavam um baixo rendimento e necessitavam de reformulações. A presença de um grande número de escolas estrangeiras que

⁸ O relatório anual da Deutsche Schule de São Paulo de 1938, registra 310 escolas estrangeiras, distribuídas de seguinte forma: 215 japonesas, vinte e seis alemãs, vinte e cinco italianas, dezesseis inglesas, seis húngaras, seis sírias, seis judias, quatro lituanas, três armênias, duas francesas e uma polonesa. (Jahresbericht: 1938. über Schulen im Staat São Paulo, p. 110)

⁹ Cf. ANTUNHA, 1967, p. 128.

estavam completamente desvinculadas da fiscalização e da autoridade nacional, compondo assim, grande risco à integração de seus alunos à vida nacional” (p. 130-131).

A precariedade do sistema educacional ao longo de todos esses anos foi um dos fatores que propiciaram a abertura de escolas estrangeiras pelos diferentes grupos de imigrantes que aqui residiam. Além de transmitir a cultura escolar, essas escolas estrangeiras se preocupavam em manter vivo um conjunto de representações culturais que davam ênfase à manutenção dos valores morais, étnicos e culturais de cada grupo. A partir de 1920 surgiram várias reformas educacionais com o objetivo de estruturar, organizar e dar novos rumos ao sistema educacional no país. A reforma de Sampaio Dória em São Paulo, tema que será abordado oportunamente, representa um marco que simboliza uma nova era na história da educação brasileira.

Uma visão da amplitude das escolas alemãs no Estado de São Paulo

Não se pretende, neste trabalho, abordar a diversidade de escolas de origem estrangeira criadas no país ou no Estado de São Paulo, mas sim apresentar e discutir as escolas criadas e mantidas pelos imigrantes alemães no Estado de São Paulo. Com o processo migratório surgiram escolas teuto-brasileiras em diversos estados do Brasil. Essas escolas foram organizadas pelos próprios imigrantes que consideravam a educação escolar parte importante da formação de seus filhos. Ao abordar o tema imigração/escola, Willems (1946) apresenta a seguinte tabela que registra a amplitude das escolas teuto-brasileiras nos diversos estados da União (em 1930):

Escolas teuto-brasileiras nos diferentes estados da União -1930.

Estado	Número de Teuto-brasileiros	Número de escolas	Número de professores	Número de alunos
Rio Grande do Sul	500.000	900	1.000	32.000
Santa Catarina	200.000	180	200	10.000
Paraná	30.000	40	100 (?)	1.950
São Paulo	32.000	25	103	2.800
Rio de Janeiro	20.000	5	106	650
Espírito Santo	30.000	100	50	2.500
Minas Gerais	10.000	7	8	150
Outros	4.000	3	4	75
Totais	826.000	1.260	1.571	50.125

Fonte: WILLEMS, 1946, p. 405.

Pode-se verificar que o número total das escolas teuto-brasileiras (1260 escolas) existentes no Brasil era bastante considerável, principalmente quando se pensa que a instrução pública, naquela época, ainda caminhava a passos lentos.

As colônias estrangeiras fundaram escolas, em sua maioria primárias, que desempenharam papel importante na história educacional do Estado.

A história das escolas alemãs no Estado de São Paulo tem início na segunda metade do século XIX¹⁰, quando foram construídas as primeiras instituições escolares de origem alemã. Grupos de imigrantes organizaram-se e criaram associações com o objetivo de fundar escolas, nas quais seus filhos, além de receber a formação escolar, pudessem aprender, cultivar e fortalecer a língua e a cultura alemãs.

Muitas escolas foram construídas na cidade de São Paulo, visto que a cidade acolhia um grande número de imigrantes alemães que compunham parte do universo de operários da, na época, indústria paulistana emergente. Os colonos alemães que residiam em pequenas cidades do interior ou no campo, preocuparam-se, também, em oferecer a seus filhos a educação escolar. Para discutir a amplitude das escolas alemãs no Estado, baseou-se no artigo do diretor Gustav Adolf Hoch¹¹ que produziu um trabalho sobre esse assunto em 1926.

Segundo Hoch, por volta de 1925 a cidade de São Paulo contava com cerca de 870.000 habitantes. Dentre esses, havia aproximadamente 30.000 alemães. A grande maioria

¹⁰ A primeira escola alemã do Estado de São Paulo foi fundada em 1863 na cidade de Campinas.

¹¹ Cf. Artigo do diretor da Olindschule Gustav Adolf Hoch: Die Deutschen Schulen im Staate S. Paulo nebst einigen Bemerkungen über brasilianisches Schulwesen. In: **Die Deutsche Schule im Auslande** – n. 7/8, p. 186-191, 1926. (acervo do arquivo do Instituto Martius - Staden, SP).

deles estava empregada no comércio ou na indústria. Naquela época, São Paulo acolhia por volta de quarenta grandes firmas alemãs, três bancos e vinte e quatro associações. Gradativamente, esses imigrantes foram se organizando em pequenas colônias e, do processo de organização e trabalho conjunto, resultou a criação de várias escolas, urbanas e rurais.

Escolas de origem alemã foram fundadas em diferentes regiões do Estado de São Paulo, com o objetivo de atender tanto aos filhos de imigrantes alemães que aqui nasciam quanto aos que chegavam com os pais e que tinham dificuldades em se adaptar às instituições do ensino público estadual. Uma das dificuldades estava relacionada ao idioma. A grande maioria dos alemães ou filhos de alemães não dominava o português, pois tinha o idioma alemão como língua de comunicação na família e na comunidade.

Segundo os relatos do diretor de escola, Gustav Adolf Hoch, entre os anos de 1924 e 1926, o Estado de São Paulo contava com vinte e cinco escolas de origem alemã¹², com cerca de 2300 alunos e noventa professores. Dentre essas vinte e cinco escolas, nove localizavam-se no município de São Paulo, capital do Estado, com aproximadamente 1500 alunos e sessenta professores. Dessas vinte e cinco escolas, dezoito foram criadas por associações escolares, isto é, criadas e organizadas pela própria comunidade, seis eram de origem particular e uma delas era mantida pelas irmãs católicas da Ordem de Santa Catarina.

Segue abaixo a lista dessas escolas, assim como sua localização e um breve comentário sobre as características de cada uma e/ou do local onde se situavam. Os dados referentes ao número de alunos e de professores, assim como os dados estatísticos do bairro foram retirados do artigo de Hoch, acima citado, e correspondem ao período de 1924 a 1926.

Deutsche Schule

A *Deutsche Schule* foi fundada na cidade de São Paulo, em 1878 por uma associação escolar. Contava com 481 alunos (meninos e meninas). Seu corpo docente era composto por vinte e dois professores. No período relativo ao relatório acima citado, a *Deutsche Schule* já possuía prédio próprio, onde mantinha diversos níveis de ensino (*Realschule, Mittelschule*) e, inclusive, um curso de comércio. Depois de sua mudança para a Rua Olinda, a *Deutsche Schule* ficou conhecida como “*Olinda Schule*”. Em 1938 a escola

¹² Ao relatar sobre as escolas particulares no Estado de São Paulo, Antunha (1967 p. 129) afirma que havia, em 1917, trinta e sete escolas de origem alemã no Estado, nas quais estavam matriculados 3.387 alunos.

recebeu o nome de “*Colégio Visconde de Porto Seguro*”, denominação que permanece até hoje.

Deutsche Katholische Schule St. Adalbert

A Santo Adalbertschule foi fundada em 1901, na cidade de São Paulo. A escola era de confissão católica, mantida pelas irmãs da Ordem Religiosa de Santa Catarina. Entre meninos e meninas a escola registrava um número de 400 alunos e dez professores (todas irmãs) e um professor de ginástica.

Deutsche Haushaltungsschule

A escola foi fundada em 1923, na cidade de São Paulo. Era particular, tendo como proprietária a senhora Helene Stegner-Ahlfeld. Como o próprio nome já indica (administração do lar), esta escola tinha um caráter diferente, pois preocupava-se em ensinar os afazeres domésticos e os idiomas: alemão, português e inglês. A escola oferecia, também, aulas de música e era freqüentada por onze alunas.

Deutsche Schule Villa Marianna

A escola Alemã da Vila Mariana, em São Paulo, foi fundada em 1901. Em 1924-26, contava com 300 alunos (dentre eles oitenta brasileiros) e dez professores. Era uma escola não-confessional e oferecia oito anos de ensino, além da pré-escola. Possuía prédio próprio e foi criada por iniciativa da própria comunidade a Associação Escolar da Vila Mariana que era formada por 180 sócios. A Vila Mariana mantinha, ainda, uma Associação de Excursionistas, com 170 sócios e um Clube de Jogadores de Boliche chamado “Teutonia”, com trinta sócios.

Em 1926, conforme registra o relatório, moravam na Vila Mariana mais de 4000 alemães. A maioria deles trabalhava no comércio ou nas fábricas. Alguns exerciam atividades de jardinagem.

Deutsche Schule Moóca – Braz

A Escola Alemã da Moóca-Braz, São Paulo, foi fundada em 1911. A escola era não confessional. Nela trabalhavam quatro professores (sendo um de ginástica), que atendiam aos 140 alunos. Os alunos eram, em sua grande maioria, de origem alemã. A Associação Escolar da Moóca-Braz contava com 173 membros e possuía prédio próprio.

Naquele bairro havia muitas fábricas, razão pela qual ali residiam, aproximadamente, 2000 alemães que trabalhavam, na sua maioria, como operários.

Deutsche Schule Sant'Anna

A Escola Alemã Santana, situada na região norte da cidade São Paulo, foi fundada em 1923. A instituição era não confessional, aberta a meninos e meninas. A escola oferecia somente os três primeiros anos escolares aos 115 alunos. Dentre eles, havia poucos brasileiros. O ensino era ministrado por três professores. A Escola Alemã Santana é conhecida hoje como “Colégio Imperatriz Leopoldina.”

No bairro Santana moravam cerca de 5000 alemães, sendo a maioria, operários de fábrica ou do comércio. Além da Associação Escolar os imigrantes dessa região mantinham, também, uma Associação de Canto.

Deutsche Schule Santo Amaro

Embora sendo Santo Amaro a colônia alemã mais antiga do Estado de São Paulo (fundada em 1827), a Escola Alemã foi fundada apenas em 1916. Nos anos de 1924-26, a escola contava com vinte e seis alunos e dois professores. Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, a escola foi fechada. Sua reabertura, com o nome de Escola Barão do Rio Branco, deu-se em 1954. Em 1959 o nome da escola foi mudado para Ginásio Humboldt, em homenagem ao centenário do falecimento de Alexander von Humboldt. Atualmente a escola é conhecida como “Colégio Humboldt”. É uma das escolas que, na atualidade, dão grande incentivo ao ensino da língua alemã e mantêm vínculos estreitos com a Alemanha. Em 1997 o Colégio recebeu o direito de aplicar as provas do “Abitur” (exame alemão obrigatório ao fim da escola média).

Em 1926, moravam em Santo Amaro cerca de 500 alemães que eram operários da indústria ou trabalhavam no comércio. A escola é fruto da organização da comunidade.

Deutsche Schule Villa Emma

A Escola Alemã da Vila Emma, na cidade de São Paulo, foi fundada em 1915. A escola era não confessional e contava com vinte e seis alunos e um professor. A Associação Escolar tinha oitenta sócios. Desde 1923 a escola possuía prédio próprio.

No local moravam cerca de 300 alemães que trabalhavam como comerciantes ou operários.

Deutsch-brasilianische Privatschule

A Escola Particular Teuto-Brasileira de Pinheiros, São Paulo, foi fundada em 1925 por um professor de nome Franck. Era pequena, com apenas quarenta e seis alunos. Em Pinheiros moravam cerca de 300 alemães, sendo a maioria operários.

Deutsche Vereinschule Campinas

A Associação Escolar Alemã de Campinas foi fundada em 1863. É a escola alemã mais antiga no Estado de São Paulo. A escola mantinha uma professora e vinte e oito alunos. Nessa escola as crianças podiam freqüentar os três primeiros anos escolares. A escola possuía prédio próprio¹³.

A cidade de Campinas, na época, possuía cerca de 80.000 habitantes e sua principal fonte econômica era a cultura cafeeira. Por volta de 1925, havia em Campinas, de oito a dez casas de comércio alemão. Além da Associação Escolar os imigrantes organizaram, na cidade, uma Associação de Canto de nome “Concordia”, com 150 membros e uma Associação de Ginástica.

Neue Deutsche Schule Campinas

A Nova Escola Alemã de Campinas foi fundada em 1893 pelo professor Carlos Zink. A escola era particular e atendia a 200 alunos. Havia três professores e uma professora de trabalhos manuais. A escola possuía prédio próprio.

¹³ Um estudo mais detalhado sobre essa escola foi realizado por KARASTOJANOV (1999).

Deutsche Privatschule – Carioba

A Escola Alemã Particular - Carioba situava-se na cidade de Americana, tendo sido construída e mantida por uma família de nome Müller. Era uma escola pequena que atendia a poucos alunos. Havia doze alunos e três professores.

Na região, a economia predominante baseava-se na tecelagem.

Deutsche Schule Campos Salles

A Escola Alemã Campos Salles de Cosmópolis foi fundada em 1898. A escola era não confessional e atendia a trinta alunos. Nela trabalhavam dois professores. Desde 1910 a escola possuía prédio próprio. Além da Associação Escolar, com cinquenta sócios, a colônia mantinha uma Associação de Canto, com setenta sócios.

Na região de Cosmópolis moravam aproximadamente 600 alemães. Todos trabalhavam na agricultura.

Deutsch-brasilianische Schule Friedburg

A Escola Teuto-Brasileira de Friburgo situada próxima Campinas, foi fundada em 1879 e era mista. Frequentavam esta escola quarenta e sete alunos, sob a orientação de um professor. A partir de 1917 a escola passou a funcionar em prédio próprio. A Associação Escolar era formada por 128 membros¹⁴.

Aproximadamente 200 alemães moravam nessa região, onde desenvolviam trabalho no campo como pequenos proprietários.

Deutsche Schule Jundiahy

A Escola Alemã de Jundiaí foi fundada em 1924. Contava com vinte e um alunos (meninos e meninas) e dois professores. Além da Associação Escolar os imigrantes organizaram a Associação “Germania”, da qual faziam parte 100 sócios.

A cidade de Jundiaí contava, na época da fundação da escola, com aproximadamente 20.000 habitantes, sendo que cerca de 300 eram alemães trabalhando, a maioria nas oficinas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro.

¹⁴ Um estudo mais detalhado sobre essa escola foi realizado por SIMSON (1997).

Deutsche Schule Kirchdorf

A Escola Alemã de Kirchdorf, situada entre a cidade de Leme e Rio Claro, foi fundada em 1900. A escola contava com vinte alunos (meninos e meninas) e um professor. Em 1912 passou a funcionar em prédio próprio.

Na pequena colônia de Kirchdorf moravam oitenta e cinco alemães que eram lavradores.

Deutsche Schule Riograndense (Maracahy)

Escola Alemã Riograndense, situada no município de Maracai, próximo à cidade de Assis, foi fundada em 1925. A escola funcionava com vinte alunos e um professor. Em 1926 iniciou-se a construção do prédio escolar¹⁵.

Na colônia Riograndense moravam aproximadamente 100 famílias alemãs que trabalhavam no campo.

Germmania – Schule Monte Mór

A Escola Germânica de Monte-Mór, situada aproximadamente a trinta e dois quilômetros de Campinas, foi fundada em 1923. Uma escola não confessional que atendia a meninos e meninas. Possuía prédio próprio e um professor atendia aos trinta e três alunos. A Associação Escolar tinha noventa e oito sócios.

Na região de Monte Mór moravam 300 alemães que trabalhavam, quase sem exceção, na lavoura.

Deutsche Schule Nova Europa

A Escola Alemã Nova Europa, situada no município de Ibitinga, foi fundada em 1912. A escola contava com vinte e quatro alunos e dois professores. Além da Associação Escolar (com trinta e dois sócios), a colônia mantinha, ainda, uma Associação de Canto e uma Associação de Ginástica com quarenta sócios cada uma¹⁶.

Na colônia de Nova Europa moravam cerca de 350 alemães. Eram pequenos proprietários que trabalhavam no campo.

¹⁵ Um estudo mais detalhado sobre essa escola foi realizado por FELIX (1990).

¹⁶ Um estudo mais detalhado sobre essa escola foi realizado por CINTRÃO (1999).

Deutsche Schule Pires

A Escola Alemã de Pires, situada em Limeira, foi fundada em 1894. Contando com quarenta e três alunos (meninos e meninas) e um professor, funcionava, desde 1914 em prédio próprio. Além da Associação Escolar, havia, também, uma Associação de Ginástica.¹⁷

A colônia Pires era agrária. Lá moravam noventa e duas famílias de origem teuto-brasileira e cinquenta de origem alemã.

Deutsche Schule Presidente Wenceslau

A Escola Alemã de Presidente Wenceslau, situada nesse município a oeste do Estado de São Paulo, foi fundada em 1926. Funcionava com aproximadamente quarenta alunos e um professor.

Era uma colônia com cerca de 150 famílias alemãs que trabalhavam no campo.

Deutsche Schule Ribeirão Preto

A Escola Alemã de Ribeirão Preto foi fundada em 1913. Fechada durante a I Guerra Mundial e reaberta em janeiro de 1926, a escola contava com trinta e quatro alunos e um professor e era mantida pela Associação Escolar.

A cidade de Ribeirão Preto tinha, naquela época, cerca de 70.000 habitantes. Dentre estes, 150 alemães, que trabalhavam, na sua maioria, como operários.

Deutsche Schule Rio Claro

A Escola Alemã de Rio Claro foi fundada em 1883. Era particular, dirigida pelo professor/pastor Theodor Kölle. Em 1926, a escola contava com, aproximadamente, 160 alunos (meninos e meninas). Em 1910, foi anexado à escola um internato, para meninas e meninos, que recebia alunos de todo o país. A escola possuía prédio próprio, mantido inicialmente pela Igreja Luterana.¹⁸

A Cidade de Rio Claro tinha, naquela época, cerca de 30.000 habitantes, sendo, aproximadamente, 800 de origem alemã. A maioria trabalhava nas indústrias ou como

¹⁷ Um estudo mais detalhado sobre essa escola foi realizado por BEZERRA (2001).

¹⁸ Um estudo mais detalhado sobre essa escola foi realizado por NOBRE (1998).

camponês. Rio Claro contava com dez casas de comércio alemão. Havia a Associação da Igreja, com vinte e cinco membros e a Associação Regional dos Alemães, com vinte sócios.

Deutsche Schule Santos

A Escola Alemã de Santos foi fundada em 1892. Contava com sessenta alunos, três professoras e um diretor. A escola tinha prédio próprio. Além da Associação Escolar, os imigrantes dessa cidade mantinham outras associações: Sociedade Germânica, Casa Alemã do Marinheiro e Associação dos Caçadores.

Santos era uma cidade de grande influência, pois lá se encontrava um importante porto, de onde era transportado o café para o exterior. Naquela época, a cidade contava com cerca de 150.000 habitantes. Dentre estes, aproximadamente, 1000 eram alemães. Havia na cidade quinze grandes casas de comércio alemães e três bancos de origem alemã.

Deutsche Privatschule

A Escola Alemã de Tremembé, pequena colônia na Serra da Cantareira, a doze quilômetros da cidade de São Paulo, era particular e pertencia à Senhora W. Seelmann-Eggebert. A escola tinha quatorze alunos.

Na colônia de Tremembé moravam cerca de 100 alemães que, em sua maioria, trabalhavam na cidade de São Paulo.

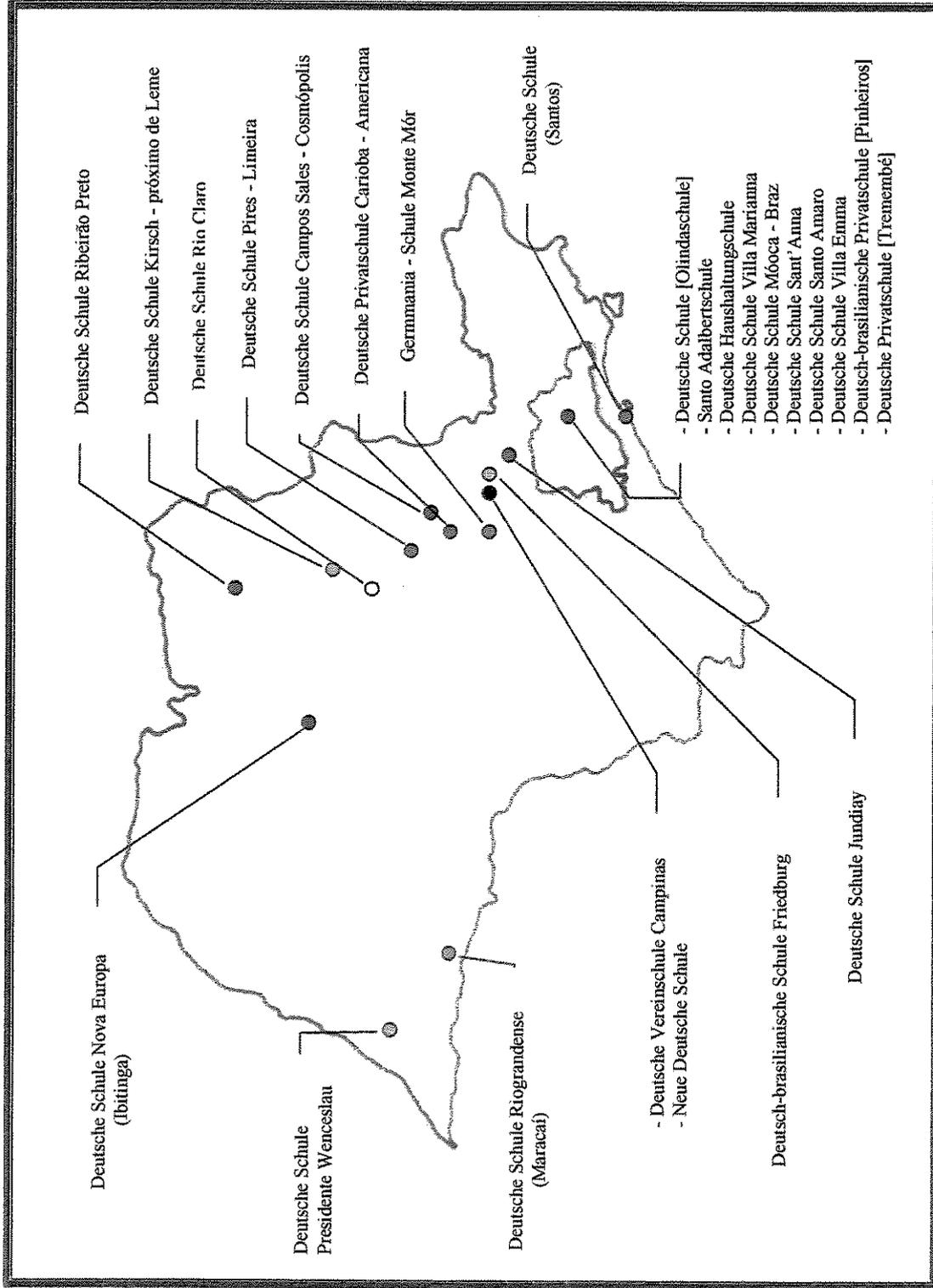
O quadro a seguir oferece um resumo das escolas alemãs no Estado de São Paulo apresentadas na lista anterior. Veja, também, o mapa que indica a localização de cada escola dentro do Estado.

Quadro das escolas alemãs no Estado de São Paulo no ano de 1926.

Escolas	Fundação	Número de alunos	Número de professores	Local
Deutsche Schule -Olindaschule	1878	481	22	S. Paulo, capital
Deutsche Schule St. Adalbert	1901	400	11	S. Paulo, capital
Deutsche Haushaltungsschule	1923	11	_____	S. Paulo, capital
Deutsche Schule Vila Mariana	1901	300	10	S. Paulo, capital
Deutsche Schule Moóca-Braz	1911	140	4	S. Paulo, capital
Deutsche Schule Sant' Anna	1923	115	3	S. Paulo, capital
Deutsche Schule Santo Amaro	1916	26	2	S. Paulo, capital
Deutsche Schule Villa Emma	1915	26	1	S. Paulo, capital
Deutsche Schule Pinheiros	1925	46	_____	S. Paulo, capital
Dt. Vereinschule Campinas	1863	28	1	Campinas
Neue Dt. Schule Campinas	1893	200	4	Campinas
Deutsche Privatschule-Carioba	_____	12	3	Americana
Dt. Schule Campos Salles	1898	30	2	Cosmópolis
Deutsche Schule Friedburg	1879	47	1	Campinas, rural
Deutsche Schule Jundiahy	1924	21	2	Jundiaí
Deutsche Schule Kirschdorf	1900	20	1	Leme
Deutsche Schule Riograndense	1925	20	1	Macaraí
Deutsche Schule Monte-Mór	1923	33	1	Monte Mór
Deutsche Schule Nova Europa	1912	24	2	Ibitinga
Deutsche Schule Pires	1894	43	1	Limeira
Dt. Schule Presid. Wenceslau	1926	40	1	P. Wenceslau
Dt. Schule Ribeirão Preto	1913	34	1	Ribeirão Preto
Deutsche Schule Rio Claro	1883	160	_____	Rio Claro
Deutsche Schule Santos	1892	60	3 + 1 diretor	Santos
Deutsche Privatschule	_____	14	_____	Tremembé

Fonte: Die Deutsche Schule im Auslande, n.º. 7/8, p.186-189,1920.

Localização das Escolas Alemãs no Estado de São Paulo por volta de 1926



Escolas alemãs no Estado de São Paulo (mapa elaborado pela autora).

O mapa, o quadro e a lista apresentados anteriormente oferecem ao leitor uma ampla visão das escolas alemãs no Estado de São Paulo por volta do ano de 1925. Pode-se observar o número de alunos e de professores de cada instituição, assim como a data de fundação e localização de cada escola. Infelizmente, não há informação sobre a data de fechamento de todas elas; sabe-se apenas que, com o movimento de nacionalização do ensino empreendido pelo governo brasileiro a partir de 1938, as escolas alemãs foram alvo desse processo tendo como conseqüência o fechamento ou a transformação em escolas brasileiras.

A lista das escolas fornece informações importantes como, por exemplo, o número de habitantes alemães de cada bairro ou região. Ao analisar esses dados nota-se que, em algumas escolas, o número de alunos era relativamente baixo quando comparado ao número de habitantes alemães. Como exemplo, pode-se observar os casos da Deutsche Schule Campos Salles em Cosmópolis onde moravam 600 alemães e a escola tinha apenas trinta alunos, ou então o caso da escola alemã da Vila Santana na cidade de São Paulo que contava com 115 alunos num bairro onde moravam aproximadamente 5000 alemães e ainda o da escola alemã da cidade de Santos onde moravam aproximadamente 1000 alemães e a escola contava com apenas com sessenta alunos.

Partindo da hipótese de que as famílias eram compostas de, em média, cinco pessoas¹⁹ (pai, mãe e três filhos) e que em cada família havia uma criança em idade escolar, o número de crianças que tinha acesso à escola alemã era relativamente limitado. Com base nesta suposição, pode-se aventar as seguintes hipóteses: a) havia muitas crianças em idade escolar fora da escola; b) muitos teuto-brasileiros freqüentavam a escola pública brasileira ou c) as crianças freqüentavam a escola alemã de um outro bairro. A terceira hipótese poderia justificar, por exemplo, o caso da Vila Santana, onde o imigrante alemão tinha a possibilidade de enviar seus filhos a uma outra escola, também de origem alemã, localizada na capital.

¹⁹ Deve-se salientar que a hipótese das famílias terem três filhos é modesta, pois, segundo a lista de relação dos colonos alemães que embarcaram com destino ao porto de Santos apresentada por Zenha (1950, 63-69), as famílias tinham, normalmente, de quatro a cinco filhos, havendo, inclusive, famílias numerosas com dez filhos.

A escola teuto-brasileira: um espaço privilegiado da educação étnica

A quantidade de escolas alemãs existentes no Estado de São Paulo em meados da década de 20 do século passado fornece subsídios para uma análise sobre a importância dessa instituição para as comunidades de imigrantes alemães. Pode-se observar que muitas escolas foram fundadas ainda no final do século XIX e início do século XX. As primeiras organizações das colônias eram a escola e a igreja. Até mesmo os núcleos coloniais mais pobres e distantes investiam na construção de uma escola.

As escolas eram mistas, isto é, meninos e meninas freqüentavam a mesma classe e, com rara exceção, não tinham uma religião determinada como critério de matrícula. As escolas eram abertas a alunos de todas as crenças. Muitas dessas escolas anteriormente citadas, principalmente as escolas rurais, permaneceram em funcionamento por um curto período de tempo. Várias delas abriam e fechavam com muita freqüência devido à crise financeira e/ou à falta de professor.

Embora a grande maioria das escolas teuto-brasileiras se ocupasse com o ensino básico, isto é, com o ensino relacionado aos quatro primeiros anos escolares, havia algumas escolas que ofereciam níveis de ensino mais avançados.

É necessário salientar que havia uma certa hierarquia dentro do ensino alemão oferecido no Estado. No ápice dessa pirâmide encontrava-se a *Deutsche Schule* da Rua Olinda - atual Colégio Visconde Porto Seguro - que era freqüentado pela elite alemã. Nessa escola o aluno tinha a possibilidade de concluir os estudos obrigatórios para o ingresso em uma universidade. A *Deutsche Schule Villa Marianna* era freqüentada por uma clientela de classe média, cujos pais eram, em grande número, comerciantes, enquanto que as *Deutsche Schule Vila Santana* e *Moóca-Braz* acolhiam aos alunos, na sua maioria, filhos de operários.

As escolas coloniais, situadas no interior do Estado, ofereciam, normalmente, o ensino de quatro anos e caso o aluno quisesse dar continuidade aos estudos teria que se deslocar para as escolas maiores da capital ou de cidades, como Campinas e Rio Claro. Das escolas do interior que ofereciam o ensino além da quarta série, destacava-se a *Deutsche Schule Rio Claro*. Nessa escola os alunos permaneciam até a *Mittelschule*, ou seja, até a oitava

série. A extensão do ensino nessa instituição até a oitava série deve-se, provavelmente, a dois fatores importantes: a) à grande distância da capital e b) à existência do sistema de internato que foi anexado à escola em 1910.

A criação e manutenção de escolas adquiriram um significado relevante entre os imigrantes. Dessa maneira eles mantiveram o *Deutschtum*, o que acarretou no isolamento do grupo, não se integrando à vida social brasileira e, por muito tempo, não aprendendo a língua portuguesa. Ao discutir a escola alemã no Brasil, Willems (1946) registra que

se a escola pública brasileira tivesse, desde os primeiros anos de colonização, preenchido a lacuna deixada na organização dos colonos, pela impossibilidade de transportar, para cá, a escola pública alemã, a língua alemã possivelmente teria desaparecido já na segunda geração. Acresce que durante meio século a colonização estrangeira se fazia com extrema lentidão. Foram poucos os imigrantes alemães aportados aqui e a multiplicação proporcional de escolas não teria sido tarefa difícil, contanto que a formação das gerações novas se houvesse feito, desde o começo, sob o controle do mestre brasileiro. Isto não se deu. Ao contrário, filhos e netos dos primeiros imigrantes raramente chegaram a conhecer o vernáculo (p. 384).

Além da precariedade do sistema escolar brasileiro da época, a transmissão da cultura étnica alemã foi um fator de grande importância que estimulou os imigrantes alemães a construir escolas para seus filhos. Essa tarefa não teria alcançado tão grande sucesso se o filho do imigrante tivesse freqüentado as escolas públicas brasileiras, onde aprenderiam, certamente, o idioma português e, em pouco tempo, estariam inseridos/diluídos na sociedade brasileira. Nesse sentido, o ensino dentro das escolas teutas, principalmente as chamadas *Volkschulen* (o equivalente às escolas primárias), tornou-se complexo e direcionado à germanidade.

A escola, ao lado da igreja, lutava para manter viva a tradição alemã. Para isso, foram criados meios de comunicação como jornais, revistas, calendários etc, que circulavam diariamente não apenas no ambiente escolar, mas também em toda a comunidade. Todo esse material de leitura tinha a intenção de informar e, principalmente, de formar o espírito alemão. Encontram-se facilmente na literatura alemã produzida no Brasil opiniões como:

Nós precisamos ter escolas com língua, canto e religião alemãs, ou estaremos serrando o galho sobre o qual estamos sentados (nós precisamos ter nossas escolas comunitárias e confessionais se não quisermos fechar também as

nossas igrejas). Para nós, alemães evangélicos ou católicos, a fundação de escolas particulares para nossos filhos é uma questão de sobrevivência e nenhuma família alemã deveria se eximir de mantê-las (Deutsche Post, 25/3/1907, p.1 apud: MEYER, 2000, p. 108).

A instituição escolar alimentava um conjunto de representações voltadas para a cultura alemã. Com aulas de música, de canto, de poesias, ensino de religião e manutenção da língua, a criança aprendia valores étnicos e morais específicos da cultura germânica. Dessa forma, a escola teuto-brasileira constituiu-se reproduzindo representações que norteavam as relações do grupo e limitavam suas fronteiras.

Partindo do ponto de vista das teorias críticas da educação, o sistema escolar teuto-brasileiro produzia e reproduzia as relações sociais e culturais de um determinado grupo étnico. O currículo oculto sustentava o ensino étnico com o objetivo de formar um sujeito cultural específico. Conforme afirmam Bourdieu e Passeron (1975), o currículo oculto tem conotação que o leva além dos limites da sala de aula; ensina o indivíduo a ver a sociedade de forma diferente e contribui, muitas vezes, para ocultar a realidade. Nesse sentido, o ensino escolar ia além da aprendizagem dos rudimentos de leitura, escrita e cálculo. A criança tomava conhecimento de uma cultura diferenciada que deveria ser reproduzida na escola e na família.

Na década de 1925 a 1935 o número de escolas teuto-brasileiras no Estado de São Paulo aumentou significativamente. Nesse período foram criadas quinze novas escolas. Desse número cinco situavam-se na capital e dez no interior. Das quinze novas escolas, apenas uma não era associativa. Todas as outras foram organizadas e criadas por associações escolares. O relatório anual da *Deutsche Schule (Olindaschule)*, referente ao ano de 1935, registra as novas escolas e ressalta que no início de 1936 o sistema escolar alemão no Estado contava com quarenta escolas, 3799 alunos, 167 professores e 4194 associados. Vê-se a seguir o quadro das novas escolas, data de fundação, o número de alunos, de professores e de membros da associação escolar de cada uma, assim distribuídos:

Escolas alemãs na capital e no interior do Estado de São Paulo – 1935

	ESCOLAS	Data de fundação	Número de alunos	Número de professores	Membros da Associação Escolar
Capital	Lapa	1928	52	02	102
	Bosque da Saúde	1932	60	03	164
	Campo Bello	1930	49	02	83
	Villa Galvão-Gopouva	1930	38	02	47
	São Caetano	1930	152	05	118
Interior	Araçatuba	1934	16	02	25
	Colônia Aymoré	1934	32	02	80
	Colônia Quellental	1928	28	01	29
	Colônia Costa Machado	1929	10	01	20
	Colônia Tannenberg	1935	15	02	16
	Itararé	1928	18	_____	24
	Manoel da Nobrega	1934	9	01	11
	Serrinha	1934	18	01	16
	Santa Maria	1935	24	01	39
	Presidente Bernardes	_____	10	01	Particular

Fonte: Jahresbericht: Deutsche Schule (Olindaschule), 1935.

De modo geral, as escolas alemãs no Estado de São Paulo tiveram que enfrentar grandes problemas para se manter em funcionamento. Com o decorrer dos anos muitas escolas fecharam e outras foram criadas. Algumas funcionavam com poucos alunos e em péssimas condições de infra-estrutura. A *Deutsche Schule São José dos Campos*, por exemplo, foi construída por iniciativa própria de um colono chamado Hödl, que assumiu todas as despesas financeiras. Lamentavelmente, a escola foi, logo após sua construção, destruída completamente por uma tempestade de vento. Por falta de recursos financeiros para a reconstrução do prédio escolar, os trinta e um alunos tiveram que se matricular em outras escolas²⁰.

²⁰ Cf. Livro protocolo do Lehrerverein, SP – 1925-1931, p.33.

As escolas coloniais sofreram também com a falta de professores. Normalmente, quando o mestre caía enfermo a escola permanecia fechada por falta de um substituto. Nas pequenas colônias era comum a escola funcionar apenas dois ou três dias por semana, economizando, assim, as despesas de pagamento do professor.

Apesar das dificuldades, a expansão de escolas estrangeiras chegou a tal ponto que o governo sentiu necessidade de estabelecer leis que regulamentassem estas instituições, adaptando-as ao sistema escolar brasileiro. Uma das questões que causaram grande polêmica e foi considerada como um perigo para o país foi o fato de os imigrantes manterem seu idioma, como meio de comunicação nestas escolas. O regulamento de 30 de maio de 1929: artigo 276, emitido pela Diretoria Geral de Instrução Pública, abrange temas que já eram discutidos em 1917 e determina, dentre outras medidas, as condições essenciais para o funcionamento de um estabelecimento de ensino. A partir de então, o governo brasileiro passou a fiscalizar com maior rigor essas escolas, tomando medidas que atingiram diretamente as escolas alemãs, como a obrigatoriedade do ensino em língua vernácula, do ensino de história e geografia do Brasil ministrados por brasileiros natos, de cantos nacionais, da documentação escolar (livro de matrícula, livro de chamada e/ou livro especial para termos de visita das autoridades de ensino) em língua portuguesa e de respeitar os feriados nacionais. O artigo 280 determinava, ainda, a proibição nos colégios ou cursos, do ensino de língua estrangeira a crianças menores de dez anos, salvo se já soubessem ler e escrever corretamente o português.

As medidas acima mencionadas provocaram grandes mudanças nessas instituições, especialmente com relação ao ensino das disciplinas de história, geografia e de português. Naquela época era muito difícil encontrar um professor brasileiro com formação adequada para lecionar essas disciplinas. A questão da língua tornava-se bastante delicada, visto que, na sua maioria, nem os alunos nem os professores dominavam o português. O primeiro passo foi a mudança da denominação da escola para outra em português. A *Deutsche Schule Rio Claro*, por exemplo, passou, já a partir de 1917, a ser denominada como “Escola Particular de Theodor Kölle”.

No decorrer dos anos, todas as escolas tiveram que se adaptar às novas regras estabelecidas pelo governo brasileiro. Nos períodos pós-guerras e especialmente com o movimento de nacionalização do ensino, muitas escolas foram fechadas. Poucas mantêm-se até os dias de hoje. Das escolas apresentadas anteriormente, apenas as escolas maiores e mais

bem estruturadas, encontram-se em pleno funcionamento na atualidade. Essas são escolas de elite se se entender esse termo como escolas particulares que mantêm valores altos em suas mensalidades, limitando o ingresso a uma determinada classe social. Das escolas anteriormente citadas, pode-se selecionar algumas, como a *Deutsche Schule* que era também conhecida como “*Olinda Schule*” e hoje é o “Colégio de Visconde de Porto Seguro”; a *Deutsche Schule Villa Marianna*, denominada hoje “Colégio Benjamin Constant”; a *Deutsche Schule Santo Amaro*, que traz hoje o nome de “Humboldtschule”; a *Deutsche Schule Sant’Anna*, conhecida como “Colégio Imperatriz Leopoldina”; a *Deutsche Vereinschule Campinas*, que recebeu o nome de “Escola Rio Branco” e a *Deutsche Schule de Rio Claro*, denominada: “Colégio Koelle”.

Essas escolas não têm, hoje, as mesmas características do início do século XX. Além das mudanças históricas e sócio-econômicas que ocorreram ao longo desses anos, as escolas tiveram que se adaptar ao sistema de ensino brasileiro. Na atualidade, todas as escolas são de caráter particular.

Outro fato interessante que se destaca na lista apresentada refere-se às associações escolares. Todo indivíduo que tivesse alguma afinidade com o *Deutschtum* e interesse em preservá-lo, poderia tornar-se sócio (colaborador financeiro) mesmo não tendo filhos na escola. Essa importante função da escola justifica o fato de que, em muitos locais, o número de membros-sócios das associações escolares era bem maior do que o número de alunos que freqüentavam a escola. Isso ocorreu, por exemplo, na colônia de Friburgo, próxima a Campinas, que tinha quarenta e sete alunos e 128 sócios.

Ao analisar as escolas alemãs no Estado de São Paulo deve-se ter o cuidado para não classificá-las como um modelo educacional único. Como se percebe na lista anteriormente apresentada, essas escolas tinham, muitas vezes, características bem distintas. Algumas eram comunitárias, outras privadas. Havia, ainda, as confessionais: católicas (como é o caso da Santo Adalbertschule) ou evangélicas (*Deutsche Schule Rio Claro*).

Não se pode esquecer, também, dos diferentes tipos de ensino oferecidos pelas diferentes escolas. No topo das escolas encontrava-se a *Deutsche Schule (Olindaschule)*, que oferecia, inclusive, o ensino profissionalizante (*Handelskursus*). Havia, ainda, as escolas que estendiam o ensino até à oitava série e as escolas coloniais que se ocupavam com o ensino de

primeira à quarta séries. A *Deutsche Schule Villa Marianna* oferecia também o chamado jardim da infância.

A vida comunitária nas colônias era bastante intensa sendo a escola o local de socialização, espaço cultural e de desenvolvimento de várias atividades. Era, normalmente, no prédio escolar que aconteciam as festas comemorativas de integração entre os colonos. O prédio escolar era usado nos fins-de-semana pelos imigrantes como uma espécie de clube. Lá eram realizados bailes e outras atividades de lazer.

É necessário ressaltar a grande importância dada ao prédio escolar. Estes eram sempre bem cuidados, pois a escola deveria ser o local preferido das crianças alemãs. Afinal, era a instituição escolar que formava o sujeito que o imigrante alemão trazia em seu imaginário. Muitas escolas, principalmente as maiores, como a *Olindschule*, por exemplo, que era a referência máxima da escola teuta no Estado de São Paulo, possuíam prédios magníficos. A valorização da beleza interna e externa do prédio escolar expressa os valores do grupo germânico. Nota-se que mesmo as colônias mais pobres e distantes das zonas urbanas construíam prédios significativos para a época, mantendo salas amplas e bem arejadas. Pode-se dizer que a escola era um importante elemento de coesão social, pois era nesse espaço que a comunidade se reunia e realizava atividades que davam continuidade à tradição e perpetuavam os costumes herdados de seus antepassados.

Apresentam-se a seguir fotos de algumas escolas teuto-brasileiras. Infelizmente, não foi possível encontrar fotos de todas, por isso a escolha das fotos, aqui apresentadas, não se realizou de forma exaustiva, mas sim de acordo com o material disponível.

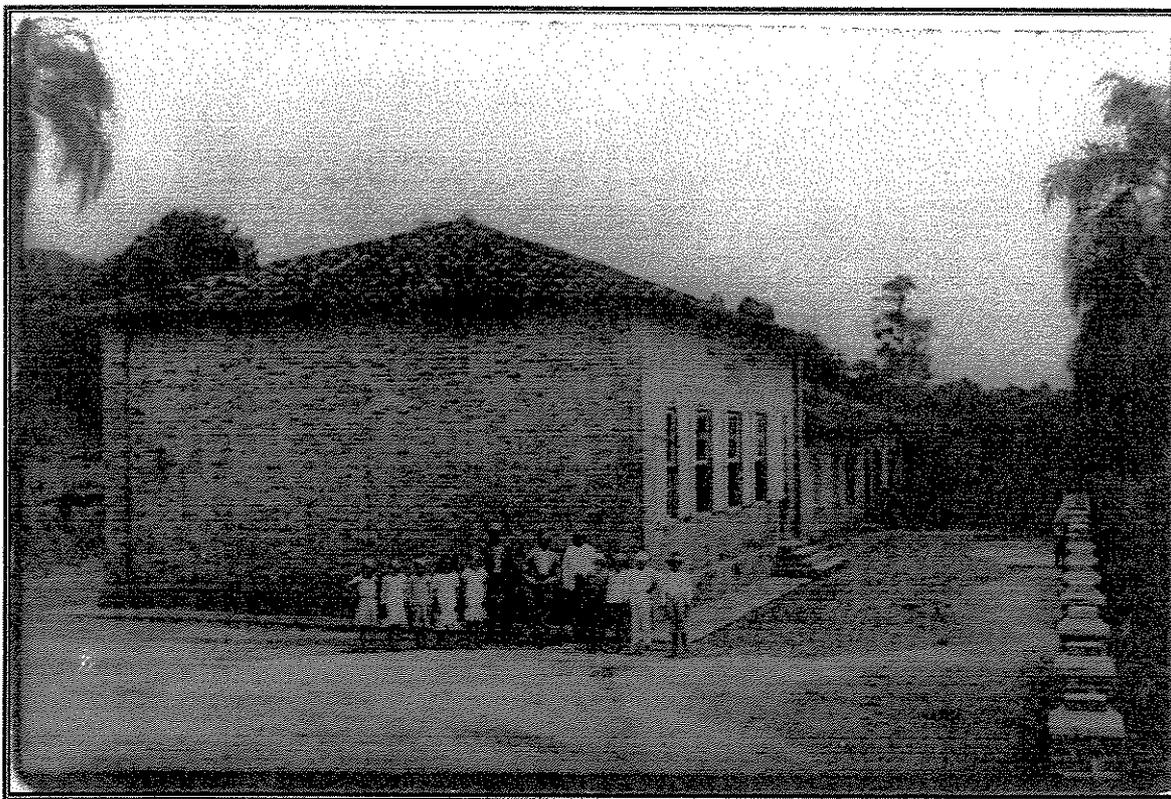
Deutsche Schule São Paulo – Olindaschule



Escola Alemã da Rua Olinda, São Paulo, SP.

A Escola Alemã (*Olindaschule*) era a maior e melhor estruturada escola teuta do Estado de São Paulo. Foi fundada em 1878 na cidade de São Paulo por uma associação escolar. Como se percebe na foto acima, o prédio escolar era bastante imponente para a época. A foto pertence ao acervo do Instituto Martius-Staden. Não há dados de data e outras informações sobre a foto.

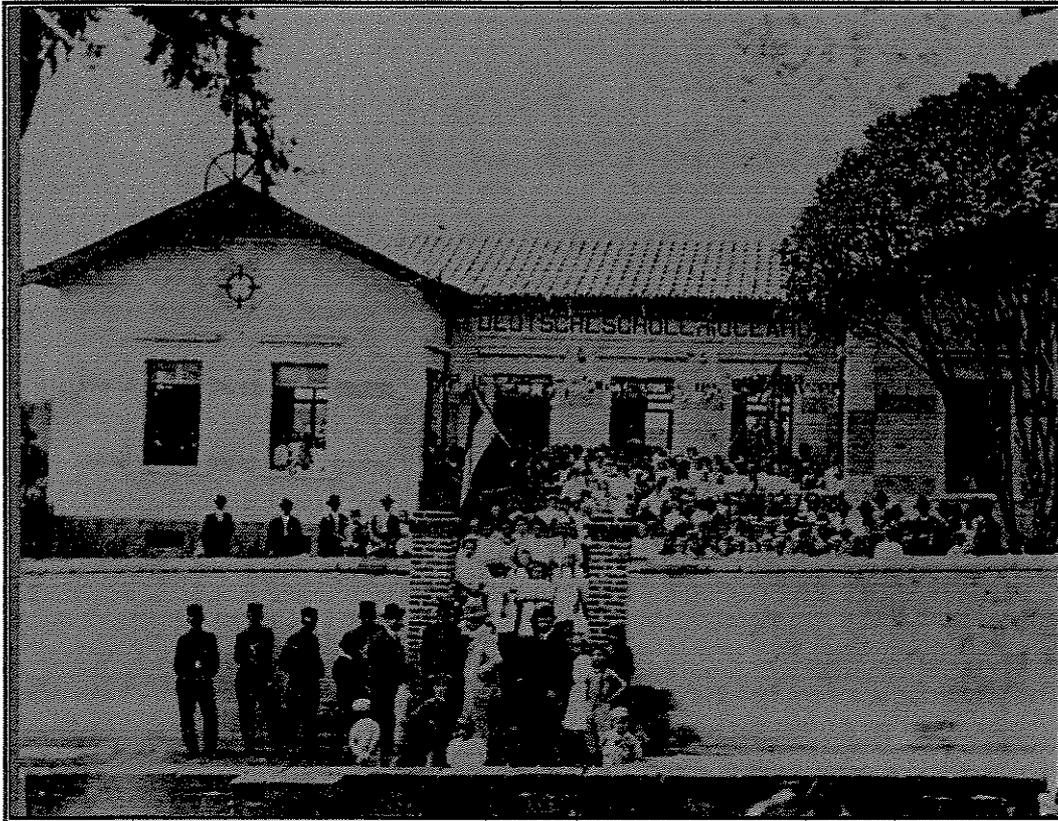
Deutsch-brasilianische Schule Friedburg



Escola Teuto-Brasileira de Friburgo, Campinas, SP.

A Escola Alemã de Friburgo, situada próximo à cidade de Campinas, foi fundada em 1879. O prédio escolar da foto acima foi construído em 1917 pelos próprios moradores da colônia alemã que formaram uma Associação Escolar. O prédio tem estilo rústico, característica das escolas de zona rural. As janelas grandes possibilitavam maior entrada de luz nas salas de aula. Em frente ao prédio, alguns moradores e crianças. Da esquerda para a direita: cinco meninas, em seguida Guilherme Steffen, Ricardo Gübel, João Krahenbühl e quatro meninos. Infelizmente, não se sabe a data precisa da foto nem quem a tirou. A foto pertence ao Projeto: Vida familiar de diferentes grupos étnicos em São Paulo e Campinas: educação, lazer e consumo cultural em cidades em rápida transformação (1890-1950) - Centro de Memória – UNICAMP.

Deutsche Schule Rio Claro



Escola Alemã, Rio Claro, SP.

No dia 6 de fevereiro de 1909, a Escola Alemã de Rio Claro (como está escrito na parte central do prédio) comemorou a abertura de mais três salas de aula na Avenida 14. A escola foi fundada em 1883 e, a partir de 1910, passou a oferecer à comunidade alemã o sistema de internato. Nota-se a presença de um grande público, que se encontra dentro e fora do prédio escolar, aglomerando-se, principalmente, na área central em frente ao prédio. No centro encontram-se as bandeiras do Brasil e da Alemanha. Bandeirinhas enfeitam o local, criando uma atmosfera festiva. Além dos professores, alunos e seus familiares, estavam presentes membros da Comunidade Luterana de Rio Claro, pois naquela época escola e igreja caminhavam juntas. Embaixo, à esquerda, encontram-se guardas, provavelmente municipais, que garantiam a ordem no local. Do lado esquerdo, destaca-se a presença de quatro senhores, membros da comunidade. A foto pertence ao acervo do Museu Theodor Kölle, Rio Claro, SP.

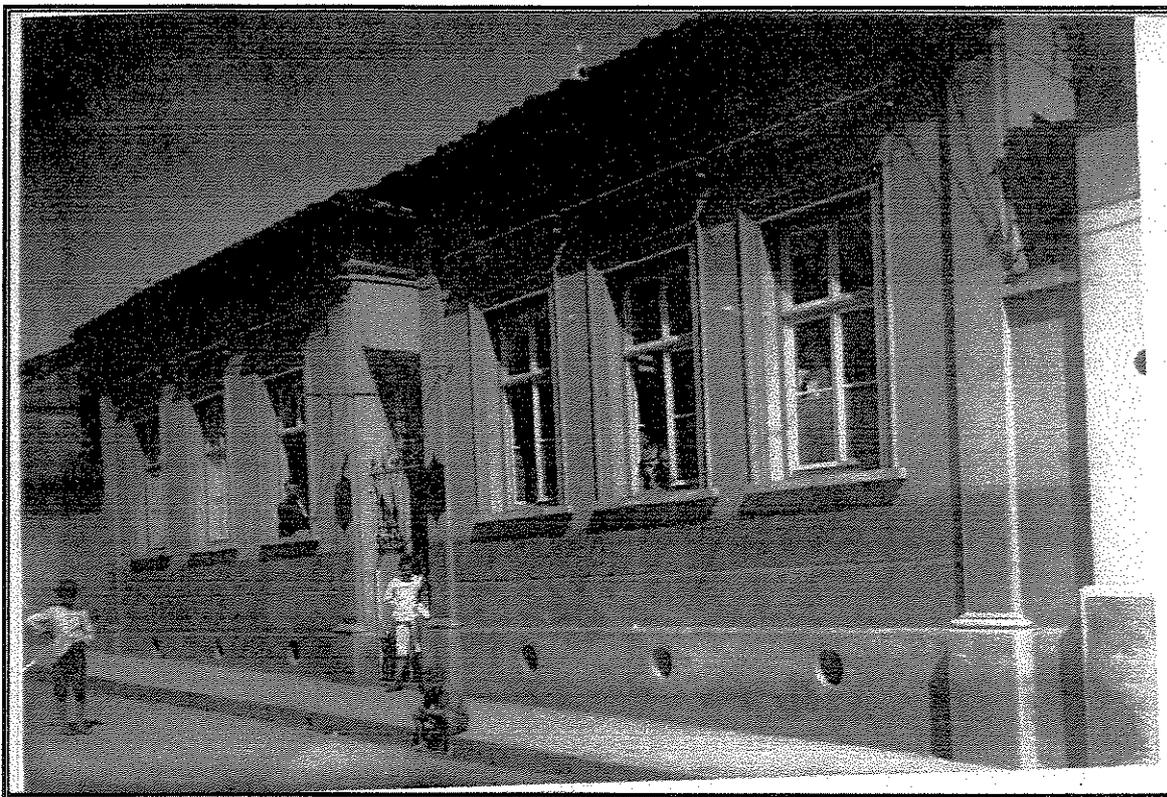
Deutsche Vereinschule Campinas



Associação Escolar Alemã de Campinas, Campinas, SP.

A “Sociedade Alemã de Instrução e Leitura de Campinas” foi fundada no ano de 1863. É a escola de origem alemã mais antiga de estado de São Paulo. A escola situava-se à Rua Visconde de Rio Branco. A foto acima, registra o prédio da referida instituição. Em primeiro plano está o prédio escolar, mas nota-se, também, a presença de uma pessoa ao lado direito do prédio. Como era de costume, na época, as janelas eram grandes. Do lado esquerdo pode-se ler o nome da escola escrito em alemão e em português: Deutsche Schule / Escola Alemã. A foto foi tirada pelo studio “Photografia Costa” de Campinas. Não se sabe a data precisa em que ela foi feita, mas, segundo pesquisas, foi entre a década de 1912 e 1920. A foto original, em branco e preto, encontra-se em bom estado de conservação e pertence à coleção particular do pesquisador José Alexander Denarelli.

Neue Deutsche Schule Campinas



Nova Escola Alemã, Campinas, SP.

A Nova Escola Alemã de Campinas foi fundada pelo professor Carlos Zink em 1893. A escola era particular e situava-se à Rua José de Alencar. Segundo relatos do Dr Hoch, presidente da Associação Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros, referentes ao ano de 1929, esta era a única escola no Estado de São Paulo que, até então, não tinha aderido à Associação dos Professores Teuto-Brasileiros de São Paulo. Em 1931, as duas escolas de origem alemã de Campinas fundiram-se. Em 1930 a *Deutsche Schulverein*, a outra escola alemã de Campinas, contava com trinta alunos e a *Neue Deutsche Schule*, ou seja, a escola representada na foto acima, com 160 alunos. Após a união, a escola passou a ser denominada *Verein Deutsche Schule*. A partir do dia 1º de outubro de 1931, a nova escola passou a funcionar sob a direção de Carlos Zink, com aproximadamente 200 alunos.

A foto registra, em primeiro plano, o prédio da referida escola. Nas janelas pode-se observar a presença de crianças e de uma pessoa adulta que, segundo registros na foto, é o professor Carlos Zink. Em frente ao prédio notam-se ainda três meninos que, provavelmente, eram alunos da escola. A foto foi tirada em 1917 e pertence à coleção de Geraldo Sesso Júnior – Centro de Memória, UNICAMP.

AS ASSOCIAÇÕES ESCOLARES E A PROPOSTA CURRICULAR PARA AS ESCOLAS COLONIAIS

As associações escolares (*Schulvereine*)

Por ser a organização escolar alemã no Estado de São Paulo, fundamentalmente baseada em escolas do tipo comunitário (*Schulvereine*)¹, faz-se necessária uma breve explicação sobre este tipo de organização escolar nas colônias alemãs do Estado.

Conforme exposto em tópico anterior, os imigrantes alemães já traziam consigo a tradição escolar. Para eles, enviar os filhos à escola era um ato de extrema importância. Ao chegarem ao Brasil depararam-se com um sistema de ensino público que funcionava precariamente. Isso acontecia também no Estado de São Paulo. A escassez de estabelecimentos escolares era grande. Os professores, de modo geral, não tinham formação adequada. Faltava material didático. Enfim, havia muitos problemas e a maior parte da população vivia à margem do processo educacional.

As péssimas condições da instrução pública contribuíram para que os imigrantes alemães se organizassem e fossem, pouco a pouco, construindo suas próprias

¹ O relatório apresentado pela diretoria do *Lehrerverein* – Associação dos Professores Teuto-brasileiros, SP – na Assembléia Geral, em maio de 1930, indica a existência de vinte e uma *Schulvereine* – Associações Escolares – que eram filiadas à Associação dos Professores. (material encontrado no acervo do Arquivo do Instituto Martius-Staden, SP).

escolas nas diferentes colônias do Estado. A partir desse esforço da comunidade alemã, surgiram as chamadas escolas comunitárias, que constituíam a maior parte das escolas teuto-brasileiras em São Paulo. Para entender melhor este tipo de organização, é interessante analisar os estatutos de uma dessas instituições escolares. De modo geral, os estatutos das diferentes escolas eram bastante semelhantes na sua forma e em seus dizeres, distinguindo-se apenas em alguns pontos que atendiam às necessidades locais. Sendo assim, optou-se, nessa pesquisa, pela análise dos estatutos de uma das escolas citadas na lista anteriormente apresentada. Nesse caso serão discutidos e analisados os estatutos da Associação Escolar da Escola Teuto-Brasileira da Vila Santana e Arredores.



Capa dos estatutos da Associação Escolar Sant'Anna e Arredores

A figura acima, folha de rosto dos estatutos da Associação Escolar Teuto-Brasileira da Vila Santana e Arredores, indica que estes foram escritos em 1923 e aprovados pela Assembléia Geral, em maio de 1926, sendo oficialmente registrados no dia 2 de junho de

1926. O documento é minucioso e bastante longo². Nos seus onze capítulos e cinquenta e sete parágrafos são discutidos, detalhadamente, os objetivos da Associação, os direitos e deveres dos sócios, da diretoria e dos alunos, assim como o regulamento interno da escola. A Associação Escolar da Escola Sant'Anna e Arredores foi fundada com sede na paróquia do bairro Sant'Anna, situada no município da capital de São Paulo.

O parágrafo 1º do capítulo I dos estatutos que determinam o local e os objetivos da Associação, registra:

A Associação Escolar da Escola Sant'Anna e Arredores foi fundada com sede na paróquia do bairro Sant'Anna, situada no município da capital de São Paulo. A Associação tem por objetivo a manutenção de uma escola com a tarefa de oferecer uma boa educação aos filhos de brasileiros, alemães e outros residentes no bairro Sant'Anna e arredores, que queiram aprender, além da língua do país a língua alemã. Além disso, é tarefa da escola oferecer aulas de português, alemão e inglês a adultos em cursos especiais diurno e noturno, podendo assim facilitar, por um lado, a aprendizagem do português para os alemães que chegam ao Brasil e, por outro lado, expandir o conhecimento do idioma alemão entre os brasileiros.

A escola da Associação será dirigida em concordância rigorosa com as determinações legais existentes, sem nenhuma vantagem lucrativa. Crianças, cujos pais não possuem condições financeiras também poderão ser aceitas.

A escola era aberta a todos os moradores do bairro Santana e arredores. O estatuto deixa bem claro que a Associação deveria ser dirigida de acordo com as determinações legais existentes, sob observações rigorosas e sem nenhum fim lucrativo. Seria mantida mediante contribuições dos sócios e de doações de simpatizantes. Era administrada por uma diretoria composta de sete membros (1º presidente, 2º presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º tesoureiro, 2º tesoureiro e 1º suplente). Todos os membros da diretoria deveriam dominar os idiomas alemão e português. Os cargos da diretoria não eram remunerados e deveriam ser preenchidos por adultos do sexo masculino. Em caso de extinção, a Associação deixaria todos seus bens às associações semelhantes na capital de São Paulo ou ao Estado de São Paulo.

Segundo os estatutos, a escola tinha, também, a tarefa de oferecer cursos de línguas (português, alemão e inglês) para a comunidade em período noturno. Nota-se que, na

² Segue em anexo cópia do documento original em língua alemã e sua tradução para o português.

década de 1920, os imigrantes alemães já se preocupavam em aprender a língua portuguesa, elemento essencial para que houvesse integração entre as duas culturas: alemã e brasileira.

O capítulo VII dos estatutos – Professores – regulamenta a função do professor dentro da escola. Em sete parágrafos (do 45 ao 52), determina que a direção da escola seja confiada ao diretor, juntamente com os professores. No final de cada mês, os professores tinham o dever de entregar ao membro inspetor da diretoria um relatório completo de suas atividades e dos acontecimentos na escola. Todo professor tinha um livro no qual devia anotar as faltas dos alunos e, paralelamente, um diário escolar, onde eram registrados, trimestralmente, a nota dos alunos e os conteúdos ensinados. A aula tinha que ser dada de acordo com o horário e o programa elaborado pela diretoria. Ao término de cada ano realizavam-se os exames finais. O parágrafo 51 determina, ainda, a proibição dos castigos corporais. Toda queixa, por parte dos professores, tinha que ser feita por escrito e entregue à diretoria.

Analisando os sete parágrafos do capítulo sete, percebe-se que a relação professor-Associação se restringia às relações empregado-empregador. Os professores eram considerados membros-conselheiros, isto é, eles não tinham direito ao voto e também não podiam ser escolhidos para compor a diretoria da sociedade.

A escola era mista e não confessional. Meninos e meninas desfrutavam do mesmo sistema de ensino. O ingresso a ela só era permitido a crianças acima de seis anos de idade. As aulas eram ministradas em língua portuguesa e em língua alemã, de acordo com as definições legais existentes. O ano escolar correspondia ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro. Exceto aos domingos, eram feriados escolares os feriados nacionais oficiais e aqueles dias definidos pela diretoria³. Além disso, eram férias: a) de 15 de dezembro até 02 de janeiro; b) durante a Semana Santa e c) na segunda quinzena do mês de junho.

O capítulo IX regulamenta a direção interna da escola, destacando os deveres dos alunos, sendo que os parágrafos 53, 54, 55 e 56 registram o rigor da escola para com eles. A matrícula na escola obrigava-os à grande estima e obediência ao professor, à manutenção da ordem escolar, assim como à boa conduta, dentro e fora da escola. Os alunos deveriam chegar pontualmente e estarem vestidos corretamente para a aula. Se um aluno, em consequência de

³ As escolas teuto-brasileiras decretavam feriado os dias de feriados nacionais da Alemanha. Os feriados nacionais brasileiros passaram a ser comemorados apenas após decreto e fiscalização do governo brasileiro.

doença ou quaisquer outros motivos, não pudesse assistir à aula, os pais ou os responsáveis teriam que fazer, imediatamente, um comunicado à escola. Quando o aluno voltasse a freqüentar as aulas, este deveria apresentar, por escrito, uma justificativa apontando as razões de sua ausência.

Todo aluno tinha o dever de cuidar do prédio escolar, das salas, da mobília e de todos os utensílios da escola, sendo responsável pelos danos causados. A diretoria tinha o direito de expulsar os alunos nos seguintes casos:

- a) por desobediência incorrigível;
- b) por rebelião contra os professores;
- c) por doenças contagiosas ou repugnantes.

Para aceitar novos alunos, no transcorrer do ano letivo, a escola realizava um teste, cujo resultado indicava em que ano o aluno entraria. Nota-se, aqui, que não havia um boletim ou um documento de transferência.⁴ A continuidade dos estudos do aluno, em outro estabelecimento, dependia do resultado do exame aplicado na escola em que ia se matricular. Se no dia do teste, por algum motivo, o aluno não realizasse o exame com sucesso, ele deveria voltar atrás e repetir etapas de seus estudos já realizadas.

Como curiosidade é interessante ressaltar aqui o tratamento reservado à figura feminina dentro das organizações alemãs. Embora uma grande proporção do professorado nas escolas teuto-brasileiras fosse formada por elementos do sexo feminino, percebe-se que as professoras quase nunca faziam parte das discussões ou assumiam algum cargo. Como se verifica, o estatuto proibia que as mulheres fizessem parte da diretoria da associação. Não é por acaso que os seminários do Rio Grande do Sul, destinados à formação de professores, inicialmente só aceitavam rapazes como alunos. Reportando-se a uma reunião do Conselho Curador em 1921, Hoppen (s.d., p.37) registra: “não se aceitariam moças (...) opinava-se que apenas um homem poderia dirigir uma escola com a eficiência exigida e ser líder espiritual e cultural da comunidade.” O ingresso de mulheres no Seminário foi autorizado em fins de 1926.

⁴ O problema da validade dos diplomas ou boletins das escolas alemãs era uma questão que preocupava os alemães. Esse assunto já fazia parte da pauta de reivindicações do I Congresso das Escolas Alemãs Teuto-Brasileiras, em 1920, realizado na cidade de São Paulo.

Nos registros do *Lehrerverein* (Associação dos Professores) encontra-se apenas o nome de uma mulher como membro da diretoria. O livro-ata registra, na nova diretoria de 1925, o nome de Alice Morawitz, professora da “*Olindaschule*”, como membro suplente da diretoria da Associação.

As associações escolares foram de grande importância para a expansão das escolas teutas no Estado. Deve-se ressaltar a forte integração que havia entre as associações e as comunidades. Além de se dedicarem na construção de novas escolas elas contribuíam ainda na organização do núcleo, como é o caso da associação escolar de Friburgo que doou à comunidade evangélica local um terreno para construir a igreja⁵.

A proposta curricular para o ensino teuto nas escolas coloniais

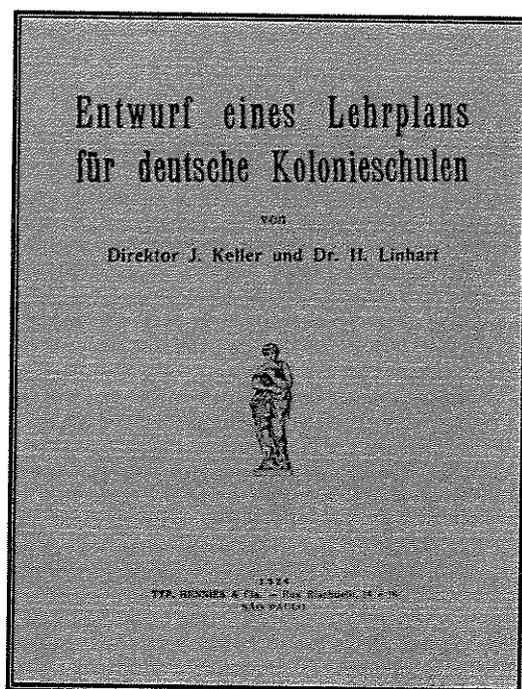
A organização de escolas nas diferentes colônias alemãs foi um empreendimento que exigiu grande esforço por parte da comunidade teuto-brasileira. Os imigrantes tiveram grandes dificuldades para fundar, estruturar e manter suas escolas. Apesar dos problemas com a infra-estrutura, com aspectos financeiros e políticos além da escassez de material didático, verifica-se que havia preocupação em padronizar o ensino realizado nessas escolas.

Depois de um longo período, visitando as escolas no interior do Estado de São Paulo, o professor/diretor Johannes Keller constatou que havia grande divergência no currículo e nas metas de ensino dessas escolas.

Em 1926, conforme se pôde verificar na capa do plano de ensino para as escolas alemãs coloniais (observar na próxima página), o diretor J. Keller, juntamente com Dr. H. Linhart, foram incumbidos pela Associação dos Professores do Estado de São Paulo (*Lehrerverein*) de elaborar um plano com o objetivo de padronizar os quatro primeiros anos de ensino nas escolas coloniais do Estado.

⁵ Livro - Ata da Comunidade de Friburgo. Ata da reunião referente ao dia 2 de outubro de 1932.

A adoção do plano de ensino não era uma imposição do *Lehrerverein*, mas sim uma proposta que deveria despertar a discussão pedagógica no sentido de melhorar e unificar o sistema de ensino escolar teuto-brasileiro.



Capa do plano de ensino para as escolas alemãs coloniais.

A seguir é apresentada a proposta curricular para as escolas de acordo com as disciplinas e séries.

Proposta curricular para as escolas teuto-brasileiras

Disciplinas	Classes	Conteúdo
Alemão	I – II – III – IV	<ul style="list-style-type: none"> - Letra de forma e letra corrente. - Os diferentes sons. - Introdução de vocábulos relacionados ao meio da criança. - Contar histórias e repetir histórias contadas. - Textos relacionados à geografia: rios, cidades, florestas e montanhas. - Conceitos de tempo. - Substantivos.

Alemão	I – II – III – IV	<ul style="list-style-type: none"> - Adjetivos. - Advérbios e grau de advérbios. - Preposições. - Pronomes. - Declinação. - Conjugação de verbos. - Sintaxe. - Pontuação. - Interjeições. - Produção de textos. - Ditado. - Memorização de poesias. <ul style="list-style-type: none"> • Exercícios orais e escritos. • Gramática. • Redações. • Aprofundamento dos conteúdos que já foram tratados.
Português	I – II – III – IV	<ul style="list-style-type: none"> - Segue os mesmos tópicos da língua alemã. - Tradução a partir da 2ª Série. - Produção de textos - Conceitos gerais sobre o Estado de São Paulo. - Textos relacionados à história do Brasil. Desde o descobrimento do Brasil, enfatizando a história sobre a cultura indígena. <ul style="list-style-type: none"> • Aprofundamento dos conteúdos que já foram tratados.
Ciências Naturais	I – II – III – IV	<ul style="list-style-type: none"> - Plantas do Brasil, sua localização e sua utilização para o homem. - Introdução ao mundo animal, considerando, especialmente, os animais domésticos e os existentes no Brasil. - Breve resumo dos conceitos da física: ar, água, temperatura, tempestade, gravitação etc. <ul style="list-style-type: none"> • Aprofundamento dos conteúdos tratados anteriormente, especialmente, os relacionados à física.
Geografia	IV	<ul style="list-style-type: none"> - Conceitos sobre o globo, órbita da terra, mares e continentes. - Estações do ano.

Geografia	IV	<ul style="list-style-type: none"> - Fases da lua – sol. - O Estado de São Paulo: localização, cidades, rios, montanhas, ferrovias, economia, principalmente relacionada ao café e fronteiras. - A cidade de São Paulo. - Breve resumo sobre a geografia da Alemanha, dando ênfase às províncias. - Breve comentário sobre o Brasil: capitais, montanhas, rios, localização, situação econômica e fronteiras. <ul style="list-style-type: none"> • A Europa. • Outros continentes. • Geografia da Alemanha.
História	IV	<ul style="list-style-type: none"> - Os antigos Germanos. - A luta por Roma. - Carlos “O Grande”. - História da cultura alemã na Idade Média. - História do Brasil (desde o descobrimento). <ul style="list-style-type: none"> • Contos relacionados à Idade Moderna. • A Reforma – Martinho Lutero. • Período de 1870 a 1871. • Wilhelm I / Bismark. • Fundação do Reino Alemão. • A Guerra Mundial e suas causas. • A República Alemã.
Aritmética	I – II – III – IV	<ul style="list-style-type: none"> - Números de 1 a 10.000. - As quatro operações: adição, subtração, multiplicação e divisão. - Cálculo mental (exercícios extraídos do cotidiano) - Introdução dos conceitos de unidade, dezena e centena - Regra de três - Trabalhos com medidas e pesos - Frações - Exercícios envolvendo porcentagem e juros <ul style="list-style-type: none"> ✓ Regra de três. ✓ Todo tipo de cálculo, envolvendo juros e descontos.

Geometria	III – IV	<ul style="list-style-type: none"> - Desenhos e linhas. - Figuras geométricas: quadrado, retângulo, polígono, círculo e elipse. - medições de figuras retilíneas. - Trabalho com régua e compasso. - Construção de formas geométricas simples. - Exercícios de aplicação: trabalhos de mensuração agrária. <ul style="list-style-type: none"> • Figuras planas e sólidas. • Cálculo de área e volume.
Desenho	I – II – III - IV	<ul style="list-style-type: none"> - Desenho a mão livre. - Sombra e perspectiva. <ul style="list-style-type: none"> • Aprofundamento do ensino de sombra e perspectiva.
Música	I –II – III - IV	<ul style="list-style-type: none"> - Escala de sons. - Ouvir músicas. - Canções infantis. - Canto em uma e duas vozes.
Ginástica	I –II – III - IV	<ul style="list-style-type: none"> - Exercícios que movimentam o corpo. - pular corda, correr, caminhar. - nadar.

- *Aulas de aprofundamento para alunos mais velhos.*
- ✓ *Aulas de aprofundamento para alunos avançados.*

Comentários gerais sobre a proposta curricular - uma interpretação de texto complementar ao plano curricular

Língua Alemã

Segundo o plano de ensino, o idioma alemão deveria ser ensinado nos quatro primeiros anos escolares. O professor deveria, desde a primeira série, dar grande ênfase ao ensino visual. Isto é, a partir do concreto, de objetos que fazem parte do cotidiano da criança,

ensinar a ler e escrever. A pronúncia e os diferentes sons deveriam ser treinados diariamente, visto que o ler e o escrever estão intimamente ligados, ambos deveriam ser ensinados simultaneamente, de modo que o lido, fosse escrito e o escrito, lido. As letras maiúsculas e minúsculas, assim como as cursivas e as de forma deveriam ser praticadas. O conteúdo da cartilha deveria ser discutido com os alunos e o exercício de cópia era indicado para melhorar a escrita. O professor deveria apresentar na lousa, por meio de desenhos, os temas dos textos trabalhados. O professor nunca deveria perder de vista a importância do ensino visual, pois a figura auxilia a memorização.

A partir da segunda série, o professor deveria explorar mais os elementos da natureza, como: as plantas, os animais e as paisagens. Os exercícios de leitura e escrita deveriam ser ampliados, na medida em que vocábulos mais complexos eram introduzidos e pequenos textos redigidos. Os contos seriam trabalhados de forma que o aluno contasse e/ou repetisse as histórias. Da mesma forma poder-se-ia trabalhar com poesias simples. Até o término da segunda série o aluno tinha que dominar a escrita e a leitura.

Na terceira série o aluno recebia um livro de leitura mais complexo que trazia textos abordando temas da Geografia, como por exemplo, os rios, as cidades, as florestas, serras e montanhas que se localizavam nas proximidades. O esboço de mapas simples deveria sempre ser feito na lousa para facilitar a aprendizagem. Os ditados eram importantes para o aperfeiçoamento da escrita. Os conceitos de tempo verbal e de adjetivo eram exercitados metodicamente nas aulas orais. O aluno era estimulado a escrever, cada vez mais, redações livres com temas relacionados às suas experiências do cotidiano.

A partir da quarta série as aulas davam ênfase às seguintes disciplinas: Ciências Naturais, Geografia e História. Era trabalhado um outro livro de leitura com textos, ainda mais complexos, que deveriam ser lidos, discutidos e contados pelos alunos. Os conceitos de substantivo, verbo, adjetivo eram aprofundados por meio de exercícios, orais e escritos, de declinação, conjugação e comparação. Tendo o cuidado para não cair no ensino sistemático da língua, o professor deveria ensinar de modo que o aluno soubesse aplicar e usar corretamente pronomes, adjetivos numerais, preposições, advérbios e interjeições. O aluno iniciava, também, a aprendizagem de sintaxe. Ao término da quarta série o aluno tinha que ter compreensão total da escrita e capacidade de redigir textos livres e mais complexos.

É notável a grande importância que recebia o ensino por meio de imagens. Estas facilitavam a aprendizagem, auxiliando o aluno na compreensão e na memorização dos conteúdos. O professor tinha que, além de dominar os conteúdos normais relacionados à disciplina, dominar a arte do desenho. Tinha que saber desenhar a mão-livre, pois os conteúdos deveriam ser desenhados na lousa⁶.

Língua portuguesa

O ensino da língua portuguesa, da primeira até a terceira série, deveria seguir a mesma metodologia do ensino da língua alemã. O aprender decorando deveria ser evitado. Segundo os autores do plano de ensino, os professores brasileiros estimulavam o aluno a decorar; isso era supérfluo e prejudicial. Os professores alemães tinham que influenciar o professorado brasileiro no sentido de mudar seus métodos de ensino.⁷

A partir da terceira série iniciavam-se as pequenas traduções, nas quais o aluno exercitava, ao mesmo tempo, os dois idiomas: alemão e português. Exercícios de ortografia e pequenos ditados faziam parte das aulas. Em Geografia, os alunos deveriam começar aprendendo a Geografia do Brasil, estendendo-se para conceitos específicos, referentes ao Estado de São Paulo. As aulas de História ressaltavam a história do país. Esta deveria começar a ser contada mediante história simples da descoberta do Brasil, da primeira colonização e de uma curta apresentação da cultura brasileira indígena (mitos e contos indígenas).

A quarta série seria uma extensão dos conteúdos (gramática, redações, ditados e traduções) aprendidos na terceira série. O ensino da Geografia e da História Brasileira seriam repetidos e aprofundados.

O ensino da cultura brasileira indígena estava incluso no plano de ensino para as escolas teutas, no entanto, é necessário destacar que, em momento algum, os autores fizeram referência aos negros que aqui viviam. A diversidade de culturas existentes no país foi ignorada. Outro fato interessante refere-se ao ensino das disciplinas de História e Geografia do Brasil. Conteúdos relacionados a essas duas disciplinas eram ensinados nas aulas de

⁶ Os escritos em itálico são observações e comentários da autora.

⁷ Nota-se que os autores do plano de ensino tinham conhecimento do sistema de ensino brasileiro. Os métodos de ensino brasileiros eram tidos como exemplos não desejáveis no ensino ministrado nas escolas teutas.

Português. Considerando que os alunos não tinham o domínio do idioma português, pode-se concluir que o conteúdo ensinado era apenas uma pequena introdução ao tema.

Ciências Naturais

O plano previa uma ou duas horas de aula semanais, da primeira à terceira séries, para as Ciências Naturais. O ensino deveria ser visual (*Anschauungsunterricht*), por meio de observações concretas. Na quarta série o aluno deveria estudar as principais plantas do Brasil, com explicação de suas respectivas zonas de localização e de sua utilidade para a humanidade. O estudo do mundo animal, dando ênfase aos animais brasileiros, especialmente aos domésticos, deveria realizar-se, também de forma concreta. No programa de Ciências Naturais constavam, ainda, conceitos de Física, como: ar, água, temperatura, tempestades e gravitação.

Geografia

O ensino de Geografia estava contido nas aulas de alemão e português. Na quarta série, as aulas de alemão tratavam dos conceitos gerais da Geografia, como o globo terrestre, as estações do ano, a órbita da terra, o sol, as fases da lua, as partes da terra e os mares, o Estado de São Paulo (suas montanhas, seus rios, localização, fronteiras, cidades, ferrovias, economia e, especialmente, a economia cafeeira) e a cidade de São Paulo. Era prevista, também, uma breve visão da Geografia da Alemanha com destaque às paisagens alemãs. A Geografia do Brasil (as capitais, as montanhas e rios, enfim, um panorama de todo o país, destacando localização, fronteiras e significado econômico) estava contida nas aulas de Português. É interessante destacar que os conteúdos geográficos relacionados ao Brasil eram transmitidos nas aulas de Português, enquanto que os conteúdos mais gerais eram trabalhados nas aulas de alemão. Os alunos mais velhos ampliavam seus conhecimentos geográficos dos Estados europeus, especialmente, da Alemanha.

O plano reforçava, ainda, a necessidade de o professor desenhar os mapas na lousa. Mediante repetição e chamadas orais, o aluno deveria dominar o conteúdo e estar sempre apto a esboçar, sozinho, tais mapas na lousa.

História

O ensino de História estava, como o ensino de Geografia, contido nas aulas de alemão e português. Na quarta série aprendia-se nas aulas de alemão a história do passado do povo alemão. Temas como a história dos antigos germânicos, a luta por Roma, a história de Carlos - O Grande, assim como a cultura alemã da Idade Média deveriam ser trabalhados por meio de contos. Aproveitavam-se as aulas de português para aprender sobre a História do Brasil - da descoberta até aquele momento presente. O aluno deveria estar, a todo momento, preparado para as chamadas orais. No ensino de História, como no das outras matérias, o professor deveria evitar o aprendizado mediante à decoração dos conteúdos.

As aulas de aprofundamento eram dedicadas a temas, como a História Moderna Alemã - Martinho Lutero e a Reforma, o período de 1870/71, Wilhelm I e Bismarck - a fundação do Reino Alemão, a Guerra Mundial e suas causas e a República Alemã.

Aritmética⁸

Considerando que o período escolar das escolas rurais era relativamente curto (quatro anos), quando comparado com o das escolas urbanas (oito anos) e que as crianças entravam para a escola mais velhas (com oito a dez anos), o professor da zona rural tinha o conteúdo programático anual muito mais extenso do que o das escolas urbanas.

Na primeira série o plano de ensino contemplava o aprendizado dos números de 1 a 100 e as operações simples de adição e subtração com esses números. As diferentes etapas do aprendizado com os números seriam introduzidas, primeiramente, por meio do cálculo mental. Os exercícios deveriam ser extraídos do cotidiano dos alunos. O ensino visual (*Anschauungsunterricht*) era de extrema importância.

Na segunda série os cálculos aprofundavam-se com utilização de números com duas casas. Introduziam-se os conceitos de unidade, dezena e centena, assim como a operação da multiplicação. Recomendavam-se muitos exercícios de cálculo mental e de aplicações.

⁸ A tradução do substantivo “Rechnen”, do alemão para o português, é “cálculo” ou “calcular”, ou seja, o ato de fazer contas. Adotarei neste trabalho, a palavra aritmética para que não haja confusão com a palavra “cálculo” que em matemática tem maior relação com o cálculo diferencial e integral.

A terceira série compreendia, além da repetição/reforço dos conteúdos já aprendidos nas duas primeiras séries (adição, subtração e multiplicação), a continuidade do aprendizado dos números até a casa dos 10.000. Introduziam-se a divisão, a regra de três e o trabalho com medidas.

Na quarta série continuava-se o trabalho com as operações, introduzindo o sistema decimal. Desenvolvia-se um trabalho com o sistema de peso e medidas, dando enfoque ao sistema métrico decimal, regra de três com frações, porcentagem e introdução ao cálculo de juros.

O material didático utilizado, por ser considerado um dos melhores, era o livro de Otto Büchler, publicado na editora Rotermund⁹. O livro de Büchler era composto de quatro volumes, sendo indicados para as escolas coloniais os volumes nº 1, 2 e 3. O plano salientava, ainda, que os livros de aritmética publicados na Europa eram, quase sem exceção, de boa qualidade, mas não continham aspectos brasileiros.

Geometria

A geometria prevista no plano não deveria ter caráter científico, ou seja, sem teoremas e demonstrações. O ensino da geometria começava a partir da terceira série.

O programa da terceira série continha: desenho e discussão de linha, ângulo, quadrado, retângulo, polígono, círculo e elipse. Trabalhava-se o metro e suas subdivisões para se efetuar em medições de figuras retilíneas.

Na quarta série avançava-se no cálculo realizado em figuras geométricas. Introduzia-se o trabalho com régua, compasso e a construção de formas geométricas simples. Como aplicação, eram sugeridos trabalhos de mensuração agrária.

Os alunos mais velhos deveriam aprender a trabalhar com figuras planas e sólidas e a calcular suas áreas e volumes.

Percebe-se que os alunos tinham exercícios práticos envolvendo a vida cotidiana na colônia, como, por exemplo, cálculo de áreas, volumes e mensuração agrária.

⁹ A editora Rotermund situava-se no Rio Grande do Sul, cidade de São Leopoldo. Foi a editora que mais contribuiu para a produção de livros didáticos para as escolas alemãs no Brasil.

Desenho

Nas primeira, segunda e terceira séries o plano de ensino não previa aulas específicas de desenho. O ensino de desenho acontecia no momento das outras aulas, especialmente, nas aulas de observação (*Anschauungsunterricht*). O desenho era uma importante ocupação para os alunos no momento em que as aulas eram divididas, isto é, para as classes mistas, que continham alunos de duas ou mais séries. Para as aulas de desenho eram necessários: lousa, caderno de desenho, lápis colorido, pena de desenhar e giz.

O programa da 4ª série compreendia desenhos a mão livre, seguindo modelos (castiçais, xícaras, jarros, garrafas etc.), sombras e perspectivas e desenho da natureza (paisagens, flores, árvores e pessoas). Os conteúdos da quarta série eram explorados nas aulas de aprofundamento, para alunos mais velhos, de acordo com a aptidão de cada aluno.

Música

Havia grande discussão em torno das aulas de música. Para muitos, essa matéria era desnecessária e não deveria fazer parte do plano de ensino. Os autores do plano argumentam que essa crítica era uma grande injustiça, pois o canto alegria a vida e, além disso, as crianças gostam de cantar.

Na primeira e na segunda séries introduziam-se as canções infantis, cantadas a uma só voz. Trabalhava-se a voz e o ouvido. Na terceira e quarta séries o aluno aprenderia as canções populares alemãs, cantadas a duas vozes. Recomendava-se que o aluno decorasse as letras dos cantos.

Ginástica

Segundo relata o plano de ensino, as aulas de ginástica eram tratadas com preconceito, indiferença e desprezo por parte de muitas escolas. Normalmente, com raras exceções, faltavam nas escolas os aparelhos necessários à ginástica. Frequentemente o professor não tinha a formação necessária para tal, caindo assim os exercícios corporais em descuido. Apesar dessa relação problemática com as aulas de ginástica, defendia-se a idéia de

que algo deveria ser feito nessa disciplina. Tinha-se a consciência de que exercícios físicos aumentam a força e a flexibilidade do corpo e fazem com que ele resista melhor às inclemências da vida. Mesmo não tendo os aparelhos e professores com formação adequada, alguns exercícios simples eram indicados, como movimentos com pernas, braços e costas, saltos sobre o fio, saltos em extensão e em altura, salto a vara, corridas de todas as espécies, cabo de força, caminhadas (o professor deveria aproveitar essas caminhadas para realizar estudos do meio), jogos, e natação.

As escolas maiores da capital ou de zona urbana tinham, normalmente, um professor de ginástica. Algumas tinham, inclusive, um local próprio para as aulas de ginástica. Os alunos das escolas coloniais ajudavam a família com o trabalho no campo, fato esse, que pode explicar a desatenção dos professores com relação às aulas de ginástica, pois o trabalho no campo por si só já exigia grande esforço corporal.

Ao refletir sobre o plano de ensino para as escolas coloniais alemãs do Estado de São Paulo, alguns pontos despertam nossa atenção e nos levam a concluir que:

- O plano de ensino definia com muita clareza a metodologia a ser adotada. O ensino deveria acontecer a partir de coisas concretas que pertencem ao meio, no qual o aluno está inserido. O método decorativo, metodologia usada pelas escolas públicas brasileiras, segundo as observações feitas no plano, deveria ser evitado. A aprendizagem dava-se por repetições de exercícios aplicados. O aluno deveria fazer muitos exercícios gramaticais, ditados (dados, tanto pelo professor como pelos próprios alunos) e traduções. Percebe-se que, principalmente, nas aulas de língua, havia grande preocupação em adaptar os textos aos temas que pertenciam ao cotidiano da criança. Frases vazias eram condenadas.
- O ensino visual (*Anschaungsunterricht*) norteava a proposta curricular. Em quase todas as disciplinas é destacada a importância da criança ver, pegar e manipular. O

professor deveria desenhar na lousa mapas e figuras relacionados aos temas estudados.

- A interdisciplinaridade, principalmente entre as disciplinas de Português, Alemão, História, Geografia e Desenho, fazia parte do processo ensino-aprendizagem. Aproveitavam-se as aulas de língua (português e alemão) para introduzir tópicos relacionados à História e à Geografia. O desenho deveria estar presente em todas as disciplinas.
- Havia uma preocupação com os alunos mais velhos que queriam aprofundar-se nos estudos. Percebe-se que em todas as disciplinas, com exceção da Música e da Ginástica, os alunos mais velhos tinham a possibilidade de ampliar seus conhecimentos nas aulas de aprofundamento.
- O ensino da Geografia e História do Brasil era destacado como ponto de partida para o conhecimento e melhor compreensão do próprio país, fosse esse a Alemanha ou o Brasil.
- Era dada grande ênfase ao cálculo mental e à memorização de poesias. Antes de a criança começar a fazer cálculos por escrito no caderno, ela era estimulada a desenvolver cálculos mentais. Salienta-se que o exercício do cálculo mental e da memorização de poesias tem grande importância no ensino escolar alemão até na atualidade.
- O ensino ministrado nas escolas da capital e nas escolas do interior era diferente. Nas primeiras, como se confirma nos estatutos da Associação Escolar de Sant'Anna e Arredores, as crianças ingressavam a partir de seis anos, enquanto que nas escolas do interior isso não ocorria. Normalmente, a criança entrava na escola bem mais velha do que a criança da zona urbana (com oito ou dez anos de idade). As crianças das escolas coloniais tinham, ainda, a desvantagem do curto período

escolar (quatro anos - conforme afirma o plano de ensino). O professor tinha que desenvolver, nesse curto período, um conteúdo programático muito mais extenso.

- As aulas de ginástica e de música eram vistas com preconceito, pois, para muitos professores, não tinham o mesmo valor das outras disciplinas. Percebe-se que essa discussão se esgotava dentro da escola, pois tanto a música como a ginástica eram as atividades de lazer preferidas entre os imigrantes. Principalmente a música despertava a união entre eles e servia de instrumento de preservação da cultura alemã. Muitas associações de canto foram formadas nas diferentes colônias. Estas utilizavam, normalmente, espaços escolares para os ensaios.
- O ensino da língua portuguesa não foi esquecido pelo plano. Percebe-se que os imigrantes preocupavam-se em ensinar o vernáculo a seus filhos, pois, assim, estariam preparando-os para exercer a cidadania brasileira.

Com relação ao ensino de língua, gostaria de registrar aqui o documento redigido pelo inspetor escolar, ex-diretor da Instrução Pública, Adriano Mosimann¹⁰. Esse documento foi enviado às escolas alemãs (não foi possível saber a data) com o objetivo de ensinar aos professores como trabalhar o vernáculo (português). Veja a seguir o documento:

Conselhos para o ensino de vernáculo a principiantes¹¹
(Aulas diárias de conversação, de quinze a vinte e cinco minutos)

- I. A língua não se aprende pela gramática. Esta deve apenas corrigir defeitos de linguagem.
- II. A criança pequena aprende a língua pelos olhos e pelos ouvidos; ela vê (e apalpa) os objetos, cujos nomes ouve os pais pronunciar. Êstes corrigem, aos poucos, a linguagem dos filhos. Faça-se o mesmo a escola.

¹⁰ Adriano Mosimann foi inspetor da Instrução Pública no Estado de Santa Catarina. (ver documento original em anexo).

¹¹ Para facilitar a leitura, o documento foi transcrito na íntegra, inclusive com a ortografia da época, mantendo seus erros de escrita, e no formato original. Ver cópia do original em anexos. Mimeo, s/d. (acervo do Arquivo do Instituto Martius - Staden, SP).

- III. A tradução sistemática, principalmente por escrito, é condenável porque exige inútil esforço mental dos alunos e constitui grande perda de tempo.
Faça-se com que os alunos saibam o que estão dizendo em português e nada mais. A língua portuguesa, como qualquer outra, tem idiotismo intraduzíveis. A tradução não permite habituar os alunos a pensar na língua que, no momento, estão falando, sem o que nunca chegarão a falar e escrever, corretamente, o vernáculo. Pela tradução só línguas mortas podem ser ensinadas e aprendidas.
- IV. Deve-se principiar pelo ensino visual e auditivo palestrando sobre objetos ao alcance da mão. Versando sobre assuntos tirados do mundo infantil, consistem essas palestras numa espécie de troca de idéias entre o professor e o discípulo, aos quais cabe a parte mais ativa. O professor apenas guia os alunos provocando, habitualmente as sentenças.
- V. Façam-se as perguntas com voz clara e pausada (sem deturpar a pronúncia, mostrando o objetivo, e exijam-se sempre respostas completas.
A enunciação dos vocabulos pelo professor será muito vagarosa, exata e fiel; tenha-se o cuidado de não deslocar o acento tônico. As aulas de conversação

devem suprir a falta de convivência do alunos, com pessoas que conhecem o vernáculo. D'aí o exigir-se frases com sentido completo.
- VI. Corrijam-se os erros de pronúncia dos alunos com brandura e faça-se repetir a frase toda, que deve, porém, ser pronunciada antes pelo professor.
Uma das principais dificuldades consiste em vencer a natural timidez dos alunos. Seria grave erro vituperá-los ou até rir-se deles quando erram. Eles devem ver no professor um amigo e auxiliar paciente, na difícil tarefa de aprender uma língua que habitualment não ouvem falar.
- VII. Não se prolongue demasiadamente essas aulas (que devem ser diárias), visto como exige grande esforço mental dos alunos.
Nas crianças a atenção não é espontânea; só existe, enquanto o ensino for interessante e o interesse diminua à medida, que aumenta o cansaço.
- VIII. A conjugação deve acompanhar o desenvolvimento da linguagem dos alunos. Nas primeiras duas semanas, os exercícios só versarão sobre a primeira e a terceira pessoa singular do presente do indicativo dos verbos ter e ser (eu tenho, ele tem; eu sou, ele é.) Aos poucos será dado depois o presente indicativo dos verbos auxiliares e outros verbos regulares que entrem no assunto das palestras.
A conjugação deve ser deduzida de exercícios prévios; é errado mandar decorar, para depois fazer exercícios. Como no ensino da aritmética, também aqui a regra deve, intuitivamente, ressaltar de exemplos.
- IX. Não se tenha pressa. Três a cinco vocabulos bastam para os exercícios.
Supondo que o ano letivo tenha 230 dias uteis e que o aluno aprenda e retenha três vocabulos e seu emprego por dia, teremos que adquirirem, no correr do ano, o domínio prático sobre 690 palavras, o que não é pouco, considerando que 800 a 1000 vocabulos são suficientes para o usual intercambio de idéias.
- X. As aulas de conversação, que não excluem as de leitura, escrita, etc., devem ser dadas, de preferência, a duas ou três classes em conjunto o que é econômico e facilita o serviço. Após

uns meses, serão ministradas, aos maiores, lições de cousas, pelo mesmo metodo (*Anschauungsunterricht*.)

As aulas em conjunto têm a vantagem de não ser a atenção do professor desviada para uma classe que esteja fazendo trabalhos por escrito; além disso, os alunos maiores, menos acanhados, farão com que os principiantes vençam mais de pressa a timidez.

XI. Só se use o idioma alemão como lingua auxiliar.

Vai esboçada a primeira lição, conforme a exposição feita. Suponhamos que os alunos não tenham, siquer, idéa da lingua vernacula.

(O professor mostre um lapis) Achtung! Was ist das ?

Das ist ein Bleistift. - Jetzt werde ich euch sagen, wie man das auf portugiesisch sagt. Seht mir auf den Mund, dann versteht ihr besser!

Que é isto ? (Mande repetir ir a pergunta por alguns alunos mais espertos e depois em conjunto. Diga) Que é isto? Was heisst das noch auf Deutsch? ... Richtig!

Was ist das? ... Schön, das ist ein Bleistift. Das heisst auf portugiesisch: Isto é um lapis. (Mande repetir individualmente e em conjunto. Exercite bem as duas sentenças, depois resuma:) Isto é um lapis. Que é isto? Um lapis. Este lapis. (Explique e exercite bem.)

Wie ist der Bleistift? - Der Bleistift ist schwarz. Como é o lapis? O lapis é preto. (Exercite bem, sentença por sentença. Agora já conhecem 4).

(Mostre um lapis verde) Que é isto? - Isto é um lapis. - Como é êste lapis? Este lapis heisst: Dieser Bleistift. O lapis: Der Bleistift.

- Este lapis é verde. (Exercite-se muito, só em português:) Que é isto? Isto é um lapis. Como é o lapis? O lapis é preto. Como é êste lapis? Este lapis é verde. (Mostre) Este lapis é preto e êste é verde, (Depois de repetir muito, possivelmente, sem usar a língua alemã, diga sentença por sentença - inclusive as perguntas - e faça os alunos dizê-las em conjunto. A aula está terminada. Sendo possível, mande-se os alunos maiores escrever, como copia ou caligrafia, uma pergunta com a resposta correspondente.

(Na aula seguinte se falará sobre outros objetos, mas de maneira que sejam repetidas sentenças aprendidas anteriormente. Nas primeiras 15 aulas, será suficiente passar, de cada vez, duas a três sentenças novas. Ensinem-se as cores e dimensões dos objetos e pratique-se da forma apontada, o emprego das pessoas do singular do presente do indicativo dos verbos ter e ser, principiando pela primeira e terceira, pessoa. Aos poucos, deve ser diminuído o uso da língua alemã, pois as aulas em apreço são a unica oportunidade em que os alunos falam e ouvem falar o vernaculo. Quanto ao demais conselhos supra e o bom senso do professor serão suficientes para garantir um resultado satisfatorio.)

Adriano Mosimann;
Inspetor Escolar

Nota-se, no documento acima, a preocupação em explicar, passo-a-passo, o procedimento ao ensinar o vernáculo, ou seja, o português. O documento destaca também,

como no plano de ensino, a necessidade de ensinar a partir do visual (*Anschauungsunterricht*). De nada adianta ensinar o aluno a dizer a palavra lápis, se ele não tem em mente a imagem do objeto lápis. Condena o ensino da gramática sem um contexto que possa fundamentá-la, assim como as traduções vazias. O documento ressalta, ainda, a necessidade do professor não se apoiar em outra língua para ensinar o vernáculo, pois era nas aulas de português que o aluno tinha sua única chance de falar o idioma, visto que a língua de comunicação em casa, com a família, era o alemão.

Dificuldades para a implantação do plano de ensino

O relatório feito pelo diretor Keller, em maio de 1929, mostra-nos que havia uma forte resistência do professorado quando se tratava da unificação do material didático. A esse respeito relata o diretor:

A diferença do material didático é um dos pontos que nos traz mais preocupação. Quem não trabalhou com esse assunto, não faz a menor idéia das dificuldades que temos com esse tema. Cada professor acha-se como um pequeno ou grande Pestalozzi e não quer, jamais, se desprender do livro que escolheu¹².

Percebe-se nas palavras do diretor Keller que a resistência ao diferente, ao novo, por parte dos professores, dificultava a implantação do plano de ensino. Embora tenha sido decidido no *Schultag* – Congresso Nacional das Escolas Teuto-Brasileiras – que o material didático deveria ser unificado, facilitando, assim, uma similaridade do ensino alemão no Brasil, percebe-se que em muitas escolas, principalmente nas do interior, a realização da unificação do currículo e do material didático ficava a desejar.

Apesar do esforço e da grande preocupação em manter a ordem, a disciplina e um bom andamento no processo pedagógico, muitos professores tinham dificuldades, também, devido às precárias condições de ensino. O professor/diretor Kölle descreveu em seu relatório

¹² Cf. Relatório do diretor Keller, 1929 (manuscritos do acervo do Instituto Martius - Staden, SP).

anual de 1929¹³ que as condições de ensino-aprendizagem, principalmente nas escolas do interior do Estado, eram péssimas. Ele registrou a dificuldade que o professor tinha em desenvolver seu trabalho pedagógico, pois devido à falta de espaço físico, recursos financeiros e, até mesmo, de professores, em muitas escolas as classes permaneciam, por muito tempo, multiseriadas. Alunos de diferentes níveis eram colocados na mesma sala de aula. Frente a esses problemas, a proposta básica de muitas escolas, principalmente das rurais, se limitava à alfabetização das crianças, ao ensino do cálculo simples, da religião e conhecimentos básicos de História e Geografia. E, assim, eram deixados ao abandono os conteúdos propostos pela Associação dos Professores do Estado de São Paulo.

Outra dificuldade enfrentada pelas escolas rurais era com relação à presença dos alunos nas aulas. Muitos deles precisavam ajudar a família nos trabalhos do campo, principalmente no período das colheitas, por isso faltavam às aulas. A frequência regular, que é um fator de extrema importância para o bom desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos, nem sempre podia ser controlada pelo professor.

A precária infra-estrutura e o escasso material didático nas escolas, principalmente nas escolas coloniais, eram fatores que, também, colaboravam para a não adoção do plano de ensino. Havia poucos livros, mapas ou cartilhas no início da organização escolar alemã no Brasil. Normalmente, os alunos traziam para a escola o livro que mais lhes agradava (livro de histórias, romances, bíblia ou mesmo a cartilha com a qual o pai ou o irmão mais velho tinha estudado) e era a partir desse material que o professor desenvolvia o seu trabalho. A criação de bibliotecas para os alunos, para os professores e para a comunidade foi um tema que sempre fez parte da pauta de discussão nas escolas, no entanto, muitas escolas tinham seu plano pedagógico prejudicado por falta desse material didático.

Sabe-se que no início da organização escolar alemã no Brasil, grande parte do material didático era enviada diretamente do Reino Alemão para as escolas alemãs. O Estado Alemão colaborou muito para o bom funcionamento das escolas alemãs no Brasil. Mapas, atlas, diapositivos, livros, cartilhas, eram enviados, em grande quantidade, ao Brasil para as escolas. Na *Deutsche Schule* (Olindaschule) de São Paulo, fundou-se, em 1934, uma central de

¹³ Cf. Relatório do professor/pastor Kölle, 1929. (o material pertence ao acervo da família Koelle – Rio Claro, SP).

livros que foi denominada *Deutsches Bücheramt*. A central recebia material didático doado pelo Reino Alemão e o distribuía às escolas do Estado de São Paulo.

Se, por um lado, esses envios aliviavam o problema da falta de material didático, por outro o material causava grande problema, pois, muitas vezes, ele não correspondia à realidade do Brasil. A Geografia, a História, os hábitos, tradições, costumes, enfim, a cultura do povo alemão eram bastante diferentes do que se deveria estudar, de acordo com o ensino brasileiro. Normalmente, os alunos deparavam-se com realidade, costumes e regiões por eles jamais imaginadas. Foi a partir dessas dificuldades que surgiu a necessidade de criar meios para que o material didático fosse elaborado e editado aqui no Brasil. No decorrer dos anos surgiram três editoras (as três localizadas no Rio Grande do Sul) que deram grande contribuição à produção de livro didático para as escolas de origem alemã no Brasil. As editoras eram: Rotermund, Metzler e Selbach. A primeira trabalhava a serviço das escolas evangélicas, foi a que mais produziu material didático para as escolas alemãs no Brasil. As duas últimas serviram aos interesses das escolas católicas, principalmente no Sul.

Perfil dos alunos e dos pais

Como vimos anteriormente, as escolas alemãs foram criadas, principalmente, com o objetivo de atender aos filhos dos imigrantes alemães. No entanto, não era proibida a freqüência a ela de alunos brasileiros, filhos de pais brasileiros. É claro que o fato de as aulas serem ministradas por um professor alemão e no idioma alemão limitava a presença de alunos brasileiros, sem ascendência alemã, na escola.

Muitos alunos eram filhos de famílias alemãs, mas tinham nascido no Brasil e tinham, portanto, a nacionalidade brasileira. Apesar de alguns pais brasileiros matricularem seus filhos na escola alemã, ainda era muito pequeno o número de alunos brasileiros que freqüentavam as escolas teutas. Em 1895 a *Deutsche Schule* de São Paulo elaborou um

relatório¹⁴ sobre o desenvolvimento da escola no decorrer dos anos. Nesse relatório pode-se conferir a nacionalidade dos alunos dessa instituição. Em 1 de agosto de 1889 freqüentavam a escola 173 alunos, agrupados de acordo com as seguintes nacionalidades:

Teuto - brasileiros	110
Brasileiros	31
Alemães	13
Suíços	06
Portugueses	05
Italianos	04
Austriacos	02
Suecos	02

Verifica-se que o maior número de alunos era de teuto-brasileiros, ou seja, de crianças de ascendência alemã, nascidas no Brasil. Surpreendentemente, ocupavam o segundo lugar os alunos brasileiros e não os alemães, como era de se esperar, considerando que as aulas eram ministradas em língua alemã. Os imigrantes suíços de língua alemã matriculavam, normalmente, seus filhos nas escolas alemãs, pois, além do idioma em comum, identificavam-se por serem imigrantes. Muitos freqüentavam a escola por um tempo limitado, acredita-se que, talvez, para acompanhar o pai que, temporariamente, vinha trabalhar no Brasil.

Os pais eram, principalmente na cidade de São Paulo, como se confere na lista de escolas apresentada no início deste capítulo, operários de fábrica. Muitos imigrantes já tinham uma formação profissional e se recusavam a trabalhar no campo. No livro de matrícula da *Deutsche Schule* de Rio Claro pode-se constatar que os pais tinham, de modo geral, ofícios bastante diversificados, dentre os quais engenheiro, fundidor, carpinteiro, escultor, mecânico, ajustador, ferreiro, serralheiro, empregado da Câmara Municipal, joalheiro, lavrador, zelador, maquinista, alfaiate, comerciante, carpinteiro, arquiteto, contador etc.

Havia também a presença de pais que trabalhavam na construção da Companhia Paulista de Estrada de Ferro e, ainda, os que possuíam seu próprio negócio, como: padaria, gráfica, armazéns de gêneros alimentícios, fábrica de cerveja etc.

Grande número de pais era de origem camponesa. Muitos imigrantes vieram para trabalhar nas grandes fazendas que cultivavam a lavoura do café. Com o passar do tempo

¹⁴ Cf. Relatório: *Berichte über die Entwicklung und Verwaltung des Vereins "Deutsche Schule" in São Paulo – 1879-1895*. (o material encontra-se no acervo do Instituto Martius - Staden, SP).

esses imigrantes foram, gradativamente, adquirindo sua propriedade própria, onde cultivavam seu próprio alimento.

JOHANNES KELLER: um defensor e propagador do *Deutschtum* no Estado de São Paulo

A manutenção e cultivo do *Deutschtum* era uma questão de identidade étnica entre os imigrantes alemães. Ser alemão, na Alemanha ou no Brasil, era motivo de grande orgulho que desencadeava sentimento de superioridade. O modo de ser, viver e agir do imigrante alemão deveria ser ensinado às novas gerações. Investir na cultura e no trabalho foi o caminho encontrado para perpetuar tal sentimento. Não é por acaso que as crianças aprendiam nas escolas tantas cantigas, poesias e textos que exaltavam a figura do imigrante alemão. Sem dúvida, a instituição escolar desempenhou um importante papel na realização dessa tarefa. Os esforços nesse sentido foram enormes. Dentre outras pessoas que se destacaram na organização do sistema de ensino teuto-brasileiro no Estado de São Paulo e na manutenção do *Deutschtum*, registra-se aqui o papel de destaque que Johannes Keller assumiu ao longo desse trajeto.

O professor Johannes Keller tinha origem suíça e emigrou para o Brasil no ano de 1897. Em dezembro desse mesmo ano, Keller chegou, juntamente com onze famílias (quarenta e quatro pessoas), à colônia Campos Sales - Cosmópolis¹⁵. Lá, ele estabeleceu-se como colono e, rapidamente, se tornou um líder entre os outros colonos, destacando-se como ajudante e conselheiro do grupo. Ao perceber as dificuldades de seus compatriotas em adaptar-se às novas condições e em resolver os problemas do cotidiano, Keller foi reivindicar junto à administração melhores condições de vida para os colonos, motivo pelo qual teve que abandonar o Núcleo Colonial.

¹⁵ A criação da Colônia Campos Sales – Cosmópolis foi resultado da organização governamental que, preocupada com a formação de grupos étnicos dentro dos núcleos coloniais, trouxe para Cosmópolis imigrantes de diversas nacionalidades.

A partir desse acontecimento, Keller passou por várias outras colônias atuando como professor. Trabalhou, por exemplo, na colônia de Friburgo, próxima à cidade de Campinas. Em janeiro de 1903 Johannes Keller foi contratado como professor único na *Deutsche Schule da Villa Marianna* na capital de São Paulo que, naquela época, funcionava com vinte e sete alunos. Com a chegada do professor Keller a escola alemã da Vila Mariana foi, gradativamente, se estruturando. Aumentou o número de alunos e de professores e, em pouco tempo, a escola tornou-se a segunda maior escola alemã do Estado de São Paulo.

Por volta de 1925, quando a escola alemã da Vila Mariana já se encontrava bem estruturada, o professor Keller passou a atuar nas disciplinas de alemão e matemática. Keller preocupava-se em instruir seus alunos, também, para a vida prática do cotidiano. A observação e a manipulação de objetos eram componentes importantes em seus métodos de ensino. Na tentativa de educar o aluno em todos os sentidos, ele organizava excursões para as cidades vizinhas, passeios pelas matas da região e visitas em fábricas e cervejarias. Nos anos de 1925/26 ele organizou dezessete excursões, nas quais realizou estudos do meio com seus alunos. Nesse período foram visitados, dentre outros, os seguintes locais: a Cervejaria Antártica, fábrica de papel, fábrica de borracha, vidraria, observatórios etc.

Além do importante desempenho como professor e diretor da escola da Vila Mariana, Johannes Keller foi um dos assíduos defensores e propagadores do *Deutschtum* em São Paulo. Em 1916, exerceu papel importante na fundação da Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo. Keller trabalhou ativamente em prol do sucesso e da continuidade dessa organização durante todo o período de sua existência. Colaborou para a fundação de novas escolas, tanto na capital como no interior. Como exemplo, tem-se a *Deutsche Schule* de São Caetano, conhecida como *Johannes Keller Schule*, fundada em 1930.

A pedido da Associação dos Professores de São Paulo, Keller realizava visitas constantemente às escolas teutas do interior com a tarefa de conversar com o(s) professor(es) e com os colonos, instruí-los e ajudá-los a resolver as dificuldades do dia-a-dia. Nos arquivos do Instituto Martius-Staden encontram-se vários relatórios do diretor Keller, nos quais ele relata suas experiências e a verdadeira situação das escolas. Muitas escolas do interior mantinham-se abertas graças aos esforços do diretor Keller. Ao saber que uma escola passava por dificuldades financeiras, ele, juntamente com o grupo da Vila Mariana, organizava nos fins de

semana apresentações de músicas, danças e outras festividades com o intuito de arrecadar dinheiro para a escola.

Uma das grandes preocupações do diretor Keller era com relação à unificação do currículo escolar das escolas coloniais. Em 1926, ele e seu colega de trabalho Dr. Hermann Linhart foram incumbidos pela Associação dos Professores de São Paulo de realizar tal tarefa. Esse foi um dos maiores feitos do diretor Keller em prol da organização do ensino teuto no Estado de São Paulo.

Em 1927, foi fundada oficialmente a Associação Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros no congresso de Curitiba, cuja sede deveria se instalar na cidade de São Paulo. O diretor da *Olindaschule*, Dr. Hoch, que até então era presidente do *Lehrerverein*, foi nomeado presidente da nova Associação e Johannes Keller assumiu a presidência do *Lehrerverein* de São Paulo. Em 1928, foi condecorado como sócio emérito da Associação dos Professores Teuto-Brasileiros de São Paulo. Recebeu também da Alemanha homenagens do VDA –*Volksbund fürs Deutschtum im Auslande* - (Associação Popular para a Cultura Alemã no Exterior) como reconhecimento de seu trabalho pela manutenção do *Deutschtum*. Keller permaneceu como presidente do *Lehrerverein* até maio de 1929.

Depois de tantos anos de trabalhos o professor/diretor Johannes Keller abandonou suas atividades escolares, pois, segundo ele mesmo relata, já se sentia cansado e desanimado com as novas idéias que eram introduzidas nas escolas. Infelizmente, não foi possível descobrir quais eram essas “novas idéias”, segundo suas palavras, mas considerando o período (1929), pode-se aventar duas hipóteses: ou eram as idéias relacionadas ao nacional-socialismo que começavam a ser introduzidas de forma mais aberta nas escolas teuto-brasileiras ou eram as idéias referentes ao processo de nacionalização do ensino implantado pelo governo brasileiro.

O nome de Keller continua a aparecer nos documentos do *Lehrerverein* após seu afastamento da Escola Alemã da Vila Mariana. O relatório referente ao ano de 1941 registra seu nome como membro honorário que tem o direito de participar das reuniões da diretoria da associação. Porém, não se sabe se ele continuou a desenvolver atividades em prol do *Deutschtum*. O professor/diretor Keller permaneceu em São Paulo até a data de seu falecimento em 11 de setembro de 1946.

A história de vida de Johannes Keller está relatada no *Kalender Volk und Heimat*, nas edições de 1937 e 1938, sob o tema: *Leiden und Freuden eines deutschen Lehrers in Brasilien*. (Sofrimentos e Alegrias de um Professor Alemão no Brasil).

A foto abaixo registra o prédio da escola alemã da Vila Mariana, os professores e os alunos. Infelizmente, não há informações mais detalhadas sobre esta foto. Conforme está indicado, ela foi tirada no dia 27 de janeiro de 1914 e, segundo o professor Teodoro Koelle, a primeira pessoa do lado direito é o professor/diretor Johannes Keller. A foto pertence ao arquivo particular da família Koelle.

Deutsche Schule Vila Mariana



Foto - Professores e alunos da Escola Alemã da Vila Mariana, SP.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES TEUTO-BRASILEIROS DO ESTADO SÃO PAULO

Antes de abordar o tema - Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo – faz-se necessário uma breve análise histórica das diferentes organizações que envolviam os professores teuto-brasileiros no Brasil. Estes eram representados por três diferentes organizações, assim denominadas:

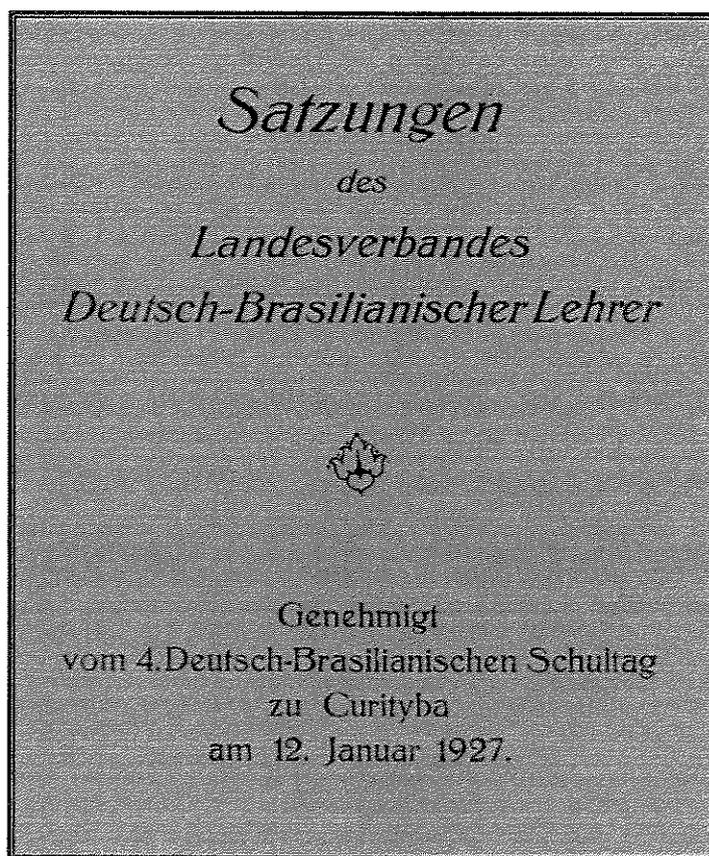
1. Landesverband Deutsch-Brasilianischer Lehrer (LDL)
2. Ruhegehalts- und Hintergebliebenenfürsorge Kasse (RHK)
3. Lehrervereine (LV)

Liga Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros (LDL)

Por ordem de importância, a Liga Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros, denominada *Landesverband Deutsch-Brasilianischer Lehrer – LDL*, encontrava-se no topo das organizações dos professores alemães no Brasil. A ela estavam vinculadas as associações

escolares e as associações de professores existentes em diferentes estados do Brasil, onde havia colônias de imigrantes alemães.

De acordo com os documentos referentes aos Congressos Nacionais das Escolas Teuto-Brasileiras (*Schultage*), a idéia de criar uma associação nacional surgiu em 1925, durante o *Schultage* realizado na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, por dificuldades financeiras e organizacionais, a criação da Liga Nacional só foi oficializada durante o IV Congresso Nacional, realizado em Curitiba, em 1927, conforme indicado abaixo na capa dos estatutos da Associação.



Estatutos da Liga Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros.

De acordo com os estatutos, a sede da Associação Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros era em São Paulo na Rua Olinda, 190¹.

¹ A sede da Associação Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros encontrava-se no mesmo espaço físico da *Deutsche Schule (Olindaschule)*, SP.

A Associação tinha como objetivo principal a promoção das escolas teuto-brasileiras e a permanente defesa dos interesses dos professores. Para atingir tais objetivos a Associação deveria atuar nas seguintes esferas:

- a) contato com os inspetores brasileiros de ensino,
- b) contato com outras associações de professores da América do Sul,
- c) adesão na Associação dos Professores Alemães no Exterior,
- d) adesão na Frente Popular para a Cultura Alemã no Exterior (VDA),
- e) apoio do Fundo de Aposentadoria (RHK),
- f) tentativa de adaptar os livros didáticos às relações/ realidade brasileira,
- g) edição de uma revista associada,
- h) realização de reuniões.

Dos campos de atuação da LDL acima citados, serão destacados aqueles que dizem respeito ao campo didático-pedagógico. Uma das grandes tarefas do LDL foi com relação à aquisição de material didático para as escolas teuto-brasileiras. A Associação esforçava-se para conseguir material, produzido no Brasil ou no Reino Alemão. Em São Paulo criou-se uma central – *Deutsches Bücheramt* - que funcionava em uma sala da *Deutsche Schule*, Rua Olinda, 48. A central encarregava-se de distribuir esse material às escolas que mais necessitavam.

Logo após a fundação da Associação Nacional, uma de suas primeiras tarefas foi a realização de uma pesquisa que oferecesse à instituição dados sobre as condições reais de cada escola teuta no Brasil. Com esse objetivo foi enviado às escolas um questionário – *Fragebogen*², no qual o diretor ou a pessoa responsável deveria relatar, com exatidão, o número de alunos por sexo, número de professores, a data de fundação da escola, o endereço da instituição, o tipo de escola classificada por gênero, sua religião, dependência administrativa, nível de ensino, material didático utilizado, existência ou não de biblioteca, carência de material didático etc.

Esses questionários são, na atualidade, fontes documentais importantes quando se quer estudar cada escola isoladamente.

² Ver em anexo a tradução do referido questionário, acompanhada da cópia de um modelo original que se encontra no Arquivo do Instituto Martius-Staden, SP.

A diretoria do *Landesverband* era composta pelos presidentes das diferentes Associações de Professores, pelos diretores das escolas normais, pelo diretor da revista da Associação, pelo presidente da RHK e, onde não havia associação de professores oficialmente registrada, era indicada uma pessoa do local para compor a diretoria³.

As seguintes associações estaduais de professores teuto-brasileiros aderiram à Associação Nacional⁴.

- Deutscher Katholischer Lehrverein von Rio Grande do Sul;
- Deutscher Evangelischer Lehrverein von Rio Grande do Sul;
- Verein Deutsch-brasilianischer Privatlehrer von Santa Catarina;
- Deutscher Lehrerverband von Paraná;
- Deutscher Lehrverein von São Paulo;
- Deutscher Lehrverein von Rio de Janeiro und Espirito Santo;
- Grupos da Bahia e de Pernambuco (esses se encontravam ainda em formação).

Estavam representadas 1.155 escolas que somavam, em nível nacional, um total aproximado de 46.000 alunos. Especificamente, segundo o mesmo livro-protocolo (p. 82), o Estado de São Paulo fazia-se representar por vinte e oito escolas, nas quais trabalhavam 112 professores. Essas escolas contavam com 2.778 alunos.

Informações mais detalhadas sobre a composição do *Landesverband* encontram-se registradas no documento *Deutsche Lehrerorganisationen in Brasilien.* - (Organização de Professores Alemães no Brasil), datado em 21.04.1937 (pasta: Lehrerverband - Acervo do Arquivo do Instituto Martius-Staden, SP), que oferece os seguintes dados:

³ O estatuto destaca que a pessoa indicada deveria ser de absoluta confiança da diretoria.

⁴ Informações sobre a composição da então recém-criada Associação constam no livro-ata, referente aos anos de 1925-1931, da Associação dos Professores do Estado de São Paulo.

Associações de Professores Teuto-Brasileiros

Associações	Escolas	Professores	Alunos
Evangelische Lehrerverein Rio Grande do Sul	430	520	17.000
Katholische Lehrerverein Rio Grande do Sul	350	360	13.000
Santa Catarina (Lehrerverein e Schulverband)	370	400	11.300
Deutscher Lehrerverband von Paraná	50	70	2.900
Hans Staden-Verein, São Paulo	37	130	3.500
Lehrerverein von Rio de Janeiro und Espirito Santo	60	70	2.300
TOTAL	1.297	1.550	50.000

Fonte: *Deutsche Lehrerorganisationen in Brasilien*, pasta: Lehrerverband - acervo do Inst. Martius-Staden, SP.

A tabela acima oferece uma visão abrangente da formação do LDL, além de ricas informações sobre a composição das escolas teuto-brasileiras em diferentes regiões do país. Algumas observações são relevantes, como, por exemplo, o número de alunos (50.000) que freqüentava as escolas alemãs e que representa uma quantidade relativamente alta, se se considerar que em 1937, a instrução escolar brasileira ainda era reservada à elite. O número de professores (1.550) era, também, considerável. Nota-se que as escolas eram, em sua maioria, pequenas, pois em alguns estados, como Paraná, Rio de Janeiro e Espirito Santo, por exemplo, havia quase o mesmo número de escolas e de professores, ou seja, um professor para cada escola. Essa situação se modificava em São Paulo, onde havia trinta e sete escolas e 130 professores.

A diferença nos dados relacionados ao Estado de São Paulo pode ser melhor compreendida quando se analisam as escolas com grande número de alunos e, conseqüentemente, de professores existentes na cidade de São Paulo como, por exemplo, a *Deutsche Schule (Olindaschule)*, *Deutsche Schule Villa Marianna* entre outras. Um outro fator importante está relacionado à pluralidade de oferta educacional nas escolas teutas de São Paulo. O ensino teuto-brasileiro oferecido no Estado começava no *Kindergarten* e ia até o curso propedêutico ao ensino superior. Os alunos tinham ainda a possibilidade de freqüentar curso profissionalizante.

Fundo de Aposentadoria e Invalidez (RHK)

Como se observou na tabela apresentada anteriormente, o número de professores que atuavam nas escolas teuto-brasileiras era relativamente alto. Uma das grandes preocupações desses profissionais estava relacionada ao futuro, pois eram, normalmente, mal pagos e não tinham uma lei que os amparasse na velhice. Foi dessa preocupação que surgiu a idéia de criar um Fundo de Aposentadoria e Invalidez. Em 1912 os professores do Rio Grande do Sul já haviam criado um Fundo de Aposentadoria (*Pensionskasse*, abreviado como: PK), que era administrado pela Associação de Professores Evangélicos do referido Estado. Mas, segundo Karl Jonas, os aposentados recebiam salários de 10, 20, 38 e 74 mil réis.⁵ Um valor irrisório para a sobrevivência, visto que esses aposentados não tinham propriedade nem casa própria, ficando, assim, o problema da velhice sem solução.

Em 1º de julho de 1921 foi criado, por iniciativa de Adolf Nabe⁶, o chamado Fundo de Aposentadoria e Invalidez (*Ruhegehalts- und Hintergebliebenenfürsorge -Kasse - RHK*). A nova organização era de caráter nacional e tinha como função oferecer ao professor segurança quando - por idade ou invalidez - fosse obrigado a deixar suas funções profissionais. Em 15 de novembro de 1922, um ano e meio após sua fundação, a RHK contava com oitenta e dois sócios, assim distribuídos: dezesseis do Rio de Janeiro / Espírito Santo, seis de São Paulo, quatorze de Santa Catarina, dez do Paraná e vinte e seis do Rio Grande do Sul. Havia, ainda, contribuições individuais externas, cuja intenção era apenas fortalecer a instituição, sem gozar dos direitos. Naquela época havia trinta e uma pessoas nessa condição, sendo onze sócios do Estado do Rio de Janeiro e vinte do Paraná⁷.

Além da contribuição mensal de seus sócios, a organização complementava suas receitas financeiras com auxílio vindo das seguintes fontes⁸:

⁵ Cf. Karl Jonas. *Von der Ruhegehaltskasse für deutsche Lehrer in Brasilien*. in: "Die Deutsche Schule im Auslande, nº 9/10 - setembro/outubro, 1927, p. 268-271. O professor Karl Jonas relata, também, nesse artigo, que o salário do professor, naquela época, era em média de 100 mil réis (o que correspondia à quantia de 50 marcos alemães). Jonas salienta que, em muitas regiões, havia professores cujos salários correspondiam ao valor de 50 mil réis.

⁶ Adolf Nabe foi diretor da Deutsche Realschule no Rio de Janeiro de 1914 a 1926.

⁷ Cf. Relatório Anual de 1921-1922. (Correspondência do Lehrerverein, SP – pasta: 1922-1926).

⁸ As informações contidas nesse documento não são detalhadas. Não se sabe, por exemplo, de onde vinham os 20% referentes à venda de materiais didáticos.

- contribuições das associações - 2% da soma arrecadada dos professores,
- 20% das doações feitas às escolas sem nenhum fim determinado,
- 20% das somas líquidas das vendas e publicações de livros e materiais didáticos,
- 10% da soma líquida do dinheiro arrecadado com as festas realizadas nas escolas,
- doações feitas diretamente à RHK,
- juros do capital da RHK,
- contribuições de professores cujas escolas não estavam associadas à RHK. (Estes professores deveriam contribuir com 4% de seu salário mensal).

Em 1924 houve a fusão do Fundo de Aposentadoria do Rio Grande do Sul (PK) que trouxe para o caixa da RHK um capital no valor de 63.000 mil réis. Como se confere nos dados abaixo, a RHK estruturou-se rapidamente e com grande sucesso. Dentro de poucos anos a organização já contava com o seguinte capital:

novembro de 1922	_____	16.390\$000
dezembro de 1923	_____	34.461\$000
novembro de 1924	_____	120.782\$000
junho de 1925	_____	133.000\$000
novembro de 1926	_____	208.000\$000
setembro de 1927	_____	230.000\$000

Principalmente com a ajuda da direção das escolas e de donatários voluntários, a RHK em 1927 já prestava seus serviços a muitos professores. Muitas escolas colaboravam pagando metade do salário para o professor aposentado. Bazares e outras atividades festivas eram promovidas com o objetivo de arrecadar dinheiro para o Fundo de Aposentadoria. Nesse ano, a RHK tinha 261 sócios, entre os quais 163 com direito à aposentadoria, sessenta que apenas apoiavam a instituição e trinta e oito, membros transferidos da PK, a já mencionada organização do Rio Grande do Sul. O número de sócios ainda era muito reduzido quando comparado ao número de professores alemães no Brasil. Segundo Jonas, estimava-se que, naquela época, havia no Brasil cerca de 1200 professores que atuavam nas escolas alemãs. Acredita-se que a não adesão da maioria dos professores era conseqüência do grande número

de professores leigos que pouco se interessavam pelas questões profissionais. O valor relativamente alto da taxa de contribuição mensal era um outro fato que provocava a não adesão do professor⁹.

A tabela abaixo mostra o número de sócios da RHK, no período de 1930 a 1933, de acordo com os diferentes estados:

Número de sócios da RHK - 1930 a 1933

Estados	1930	1931	1932	1933
Rio de Janeiro	37	40	44	48
São Paulo	39	35	36	36
Paraná	53	57	50	46
Santa Catarina	44	44	75	155
Rio Grande do Sul	66	76	94	96
PK	31	29	25	21
TOTAL	270	281	324	402

Fonte: Jahresbericht der RHK zum 6. Deutschbrasilianischen Schultag in Blumenau 1933.

Nota-se que houve um aumento significativo do número de sócios, apenas nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O número de sócios regulares, em 1933, subiu para 402 membros. Além deles, estavam vinculados a RHK 50 associações escolares e 100 sócios voluntários.

A contribuição do sócio correspondia a 4% de seu salário. Para facilitar a adesão dos professores que tinham baixo salário, foi criado um fundo que pagava até três quartos de sua contribuição. O sócio só tinha direito à aposentadoria após dez anos de contribuição. No caso de professores mais velhos que, conseqüentemente, se aposentariam em um espaço de tempo mais curto, foi estipulado que deveriam pagar, por cinco anos, ou seja, de 1921 a 1926, uma taxa maior de contribuição, correspondente a 5% de seu salário, ao invés de 4%.

Com a fundação da RHK o professor teve um ganho significativo nos valores da aposentadoria. Enquanto o menor valor de aposentadoria pago pela PK era de 10\$000 réis, os filiados à RHK recebiam cerca de dez vezes esse valor, ou seja, o valor de 100\$000 réis. O

⁹ Deve-se ressaltar que o grupo do Estado do Rio de Janeiro obrigou, desde sua fundação, a filiação de seu professorado à RHK.

maior valor de aposentadoria passou de 74\$000 a 233\$000 réis. O aposentado recebia o valor equivalente a um terço do salário, mas a proposta era que, com o passar de cada ano, esse valor aumentasse em 1/60 até chegar a 45/60 do salário.

A administração da RHK era feita por uma diretoria central com sede na cidade do Rio de Janeiro (Rua Carlos de Carvalho, nº. 76) e por cinco diretorias regionais. Dentre essas, encontrava-se a diretoria do Estado de São Paulo que era encarregada de arrecadar as contribuições mensais e repassar à diretoria central.

Conforme se viu anteriormente, em 1922, apenas seis professores do Estado de São Paulo eram sócios da RHK. Segundo registro em ata de 15 de maio de 1923, os professores alemães de São Paulo decidiram, nessa data, criar o grupo estadual da RHK que seria um grupo à parte do *Schulverband*. (Associação das Escolas Teuto-Brasileiras do Estado de São Paulo). Hoch, que foi um dos diretores da *Deutsche Schule*, assumiu a presidência do grupo, e o professor Erich Zimmermann a tesouraria, ficando o professor/diretor Keller como secretário da nova organização.

Segundo dados retirados dos livros-atas, em 1930 a quantidade de sócios da RHK era muito baixa em comparação ao número de professores que atuavam nas escolas do Estado de São Paulo. De modo geral, os professores, principalmente aqueles de escolas do interior, alegavam dificuldades financeiras.

Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo (LV)

As primeiras Associações de Professores Teuto-Brasileiros foram fundadas no Estado do Rio Grande do Sul, local onde se encontrava o maior número de escolas alemãs. A primeira a ser fundada foi a Associação dos Professores Teuto-Brasileiros Católicos, no ano de 1898 e a segunda, fundada em 1901, foi a Associação dos Professores Teuto-Brasileiros Evangélicos. Ambas inspiraram-se em modelos já existentes na Alemanha¹⁰. Os professores teuto-brasileiros dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo fundaram,

¹⁰ Cf. KREUTZ, 1991, p. 83.

também, suas associações que desempenharam papel de grande importância tanto na organização do ensino quanto na vida profissional dos professores nesses locais.

Como já mencionado, o objetivo central deste capítulo é abordar, discutir e analisar a Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado do São Paulo. O capítulo dois mostra que já no final do século XIX, o Estado de São Paulo contava com um grande número de escolas de origem alemã, fundadas pelos imigrantes que aqui viviam. Com o aumento do número de escolas e, conseqüentemente, do número de professores que nelas atuavam, surgiu a necessidade da organização institucional, o que culminou com a criação da Associação dos Professores Teuto-Brasileiros no Estado. A Associação tinha a responsabilidade de zelar pelas escolas teuto-brasileiras no Estado, de elaborar material didático e de regulamentar os assuntos profissionais referentes ao professorado.

Deve-se destacar que a Associação daquela época possuía um sentido diferente de uma associação profissional da atualidade. Hoje, no âmbito organizacional, o agrupamento se dá por categoria, existindo representantes das escolas e dos professores, organizados, respectivamente, em seus sindicatos específicos. A Associação dos Professores Teuto-Brasileiros de São Paulo era, praticamente, formada por pessoas que defendiam ambos os interesses. Além de professores eram, também, membros dessa Associação as já mencionadas *Schulvereine*, que representavam os interesses das escolas.

A história da Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado São Paulo compreende quatro momentos diferentes, que abrangem o período de 1916, ano de sua fundação, até 1938. Por várias vezes a Associação passou por mudanças nos estatutos, alterando inclusive sua denominação. O quadro abaixo mostra os diferentes períodos mencionados:

Diferentes denominações da Associação dos Professores Teutos do Estado de São Paulo

Períodos	Denominações
I 08. 12. 1916 – 15. 11. 1921	Lehrer- und Schulverein für Mittelbrasilien, São Paulo
II 15. 11. 1921 – 23. 08. 1925	Deutscher Schulverband für den Staat São Paulo
III 23. 08. 1925 – 06. 04. 1935	Deutscher Lehrerverein São Paulo
IV 06. 04. 1935 – 17.08. 1938	Hans Staden - Verein São Paulo

Fonte: Livros-atas da Associação dos Professores, acervo do Inst. Martius-Staden, SP

I. período - Lehrer- und Schulverein für Mittelbrasilien, São Paulo

A Associação de Professores e Escolas do Brasil Central, São Paulo foi fundada no dia 8 de dezembro de 1916¹¹. Um dos principais mentores dessa iniciativa foi o professor/diretor Johannes Keller, então diretor da *Deutsche Schule Villa Marianna*. Na ata de fundação da referida Associação consta que foi convocada uma assembléia para esse objetivo específico, à qual compareceram nove pessoas: três professoras e seis professores. Nesse mesmo dia foi escolhida a diretoria da Associação, tendo como representantes os seguintes participantes¹²:

Primeiro presidente:	Herr Otto Schöler
Vice-presidente:	Herr Johannes Keller
Secretário:	Herr Theodoro Bauer
Tesoureiro:	Herr Schmidt
Vogal:	Herr Robert Müller

Uma comissão de quatro pessoas, da qual fizeram parte os professores Schöler, Keller, Müller e Bauer, foi nomeada para elaborar os estatutos da recém-fundada Associação.

O primeiro estatuto do *Lehrerverein* de São Paulo foi publicado em fevereiro de 1917, no primeiro número da revista “*Für Schule und Haus*”, editada pela própria associação. O artigo 1º registra os objetivos e o local da sede da Associação, determinando que

A Associação dos Professores e Escolas do Brasil Central tem sua sede em São Paulo. Ela tem como objetivo a promoção das escolas teuto-brasileiras, assim como a elevação espiritual e material da categoria dos professores. Esta Associação é tida como pessoa jurídica.

Para alcançar esses objetivos o estatuto previa as seguintes atividades: a) conferências, b) edição de uma revista específica, c) manutenção de uma biblioteca para professores e alunos, d) elaboração própria de material didático adequado, e) manutenção de uma agência de emprego, f) fundação e fortalecimento das associações escolares e

¹¹ Ver a cópia do original da ata de fundação em anexo 1.

¹² Cf. livro Protocolo do Lehrerverein de São Paulo de 1916 a 1921.

regulamento das relações entre professores e comunidade escolar, g) manutenção de uma soma em dinheiro que serviria de apoio em caso de aposentadoria e de morte e h) proteção judicial para seus membros.

Os professores concursados, que já estavam em atividade, poderiam tornar-se sócios, enquanto que os não concursados deveriam comprovar três anos de exercício da profissão antes de serem aceitos como sócios. Era permitida, também, a adesão dos chamados amigos e protetores do sistema escolar alemão e das Associações Escolares (*Schulvereine*). Estes últimos tinham, entretanto, apenas voz conselheira e não voto.

Todas as pessoas interessadas em se tornarem membros do *Lehrerverein* deveriam entregar, junto ao requerimento de aceitação, um breve curriculum. O estatuto previa a expulsão de sócio nos seguintes casos:

- a) falta de cumprimento de suas obrigações financeiras para com a Associação,
- b) problemas relacionados ao comportamento moral, que poderiam prejudicar a imagem da Associação.

Além da contribuição mensal no valor de 2000 mil réis, todo membro tinha que dispor de um valor de 5.000 mil réis para tornar-se sócio. Se dentro de quatro meses o associado não cumprisse com seus deveres, este receberia uma advertência; depois de um mês, se não houvesse manifestação por parte do interessado, seria, então, expulso da Associação. Os membros que se desvinculassem da Associação não teriam nenhum direito sobre seus bens.

A Associação encarregava-se de organizar conferências que se realizavam mensalmente, assim como uma assembléia geral anual. Um número mínimo de seis membros presentes tornava a assembléia deliberativa. Na assembléia deveriam ser discutidos os seguintes temas: a) leitura da ata da última reunião, b) relatório sobre a administração e prestação de contas da situação financeira, c) curto resumo das conferências, d) eleição do presidente e dos secretários e e) requerimentos de associados.

A diretoria da Associação era composta de dois presidentes, um secretário, um tesoureiro e um vogal. Os membros da diretoria, os quais permaneciam no cargo por um ano, poderiam ser reeleitos. Todos os cargos da diretoria eram honoríficos. A direção e delegação da Associação ficavam sob responsabilidade do presidente que tinha como dever: a) convocar reuniões, b) administrar finanças e ser responsável por elas, c) associar novos membros e, em caso de necessidade, desligá-los, d) cobrar relatório anual dos sócios que eram responsáveis

por escolas, e) conseguir emprego adequado para seus sócios e f) garantir proteção para seus sócios em casos de injustiça e para aqueles que, sem culpa, caíssem em miséria.

Infelizmente os estatutos não explicitam quais seriam os comportamentos morais que poderiam denegrir a imagem da associação e acarretar a expulsão do membro. Não há também explicação sobre o significado de “sem culpa” citado anteriormente.

Em caso de extinção da Associação, o artigo 14º, último artigo dos estatutos, garantia que os seus bens fossem transferidos para o órgão que cuidava dos assuntos relacionados à questão de viúvas e de órfãos.

Os estatutos oferecem-nos uma visão geral sobre os objetivos da Associação dos Professores Teuto-Brasileiros de São Paulo, assim como sobre os direitos e deveres de seus sócios. Percebe-se que os professores se preocupavam não apenas com os aspectos pedagógicos, elaborando seu próprio material didático, fundando bibliotecas que atendessem às necessidades dos professores e dos alunos, mas também com a continuidade de sua formação, por meio de conferências mensais.

As conferências mensais eram proferidas por professores-membros da Associação. Nessas conferências os professores tinham a oportunidade de discutir as questões polêmicas da época (situação econômica, política e financeira), questões pedagógicas e de relatar suas experiências profissionais. Segundo registram os livros-atas, os temas discutidos nas conferências eram bastante diversificados. São registrados aqui alguns dos temas abordados:

- Quais as tarefas que a Guerra Mundial desperta nas escolas alemãs no exterior?
- tirando os castigos corporais, quais são os meios que estão à disposição do professor para combater os vícios e defeitos dos alunos?
- experiências e observações de um professor da colônia,
- sistema escolar brasileiro,
- experiências com cobras venenosas,
- os exercícios físicos na escola,
- o esporte como disciplina escolar,
- o futuro das escolas estrangeiras,
- sete anos de um professor da colônia,

- a nova Alemanha e a escola (fase pós-guerra),
- a língua alemã nas aulas e os princípios fundamentais do trabalho escolar,
- o Reino Alemão no Brasil.

Conforme os temas mencionados acima, nota-se que alguns professores desenvolviam, também, trabalhos de investigação científica, como, por exemplo, a conferência do professor Hermann sobre suas experiências com cobras venenosas. Os temas de discussão eram variados e havendo sempre a preocupação de vincular as realidades da Alemanha e do Brasil.

Logo após sua fundação, a Associação dos Professores criou uma revista, que era editada mensalmente¹³. Segundo Robert Müller, seu editor, esta tinha como objetivo principal veicular informações entre os professores, de modo que estes se mantivessem sempre atualizados. Nela poder-se-iam apresentar e discutir as novas teorias referentes à educação, relatar experiências profissionais, como as conferências, por exemplo, e trocar idéias pedagógicas.

O novo meio de comunicação entre professores era chamado ora de revista, ora de jornal e era denominado: *Für Schule und Haus*¹⁴ (Para Escola e Casa). Como se confirma na capa apresentada em anexo, o primeiro número foi editado logo após a fundação da Associação, em fevereiro de 1917. O periódico apresentava formato de jornal e era composto de oito páginas.

Infelizmente, não se tem informação sobre o número de volumes editados, nem sobre o porquê da interrupção de sua edição. Foram localizados apenas cinco números da revista referentes aos meses de fevereiro, março, maio, junho e julho. O mês de abril não foi localizado. Na revista encontram-se artigos que abordam a situação política e financeira da Alemanha e oferta de emprego, mas de grande valia para a educação é a edição das conferências que eram realizadas nas reuniões do *Lehrerverein*.

O primeiro número traz o rico texto da conferência do presidente Otto Schöler, que foi realizada na reunião da associação, em 2 de janeiro de 1917. O presidente foi bastante

¹³ Ver a cópia da capa do original do primeiro número da revista em anexo.

¹⁴ Apenas o primeiro número traz como título “Für Schule und Haus.” Os números posteriores ignoram o “Für” e registram apenas “Schule und Haus” (Escola e Casa).

enfático quando atribuiu à escola a tarefa de preservar o *Deutschtum*. Segundo ele, a escola deveria preservar a língua alemã como meio de comunicação entre professores e alunos, fosse nas salas de aula ou no pátio. Em suas palavras, a “tola desculpa” de que os alunos deveriam falar em português em respeito aos alunos brasileiros que lá se encontravam não deveria ser considerada, pois, se pais brasileiros enviavam seus filhos à escola alemã, era porque queriam que seus filhos aprendessem o idioma alemão e que fossem educados de acordo com a cultura alemã. As aulas de história deveriam dar grande ênfase aos heróis nacionais, isto é, aos heróis alemães, como Lutero, Carlos - o Grande, Bismark, Hindenburg, Wilhelm II, entre outros. Otto Schöler defendia, ainda, que a escola se fundamentava, principalmente, no conceito de obrigação (*Pflicht*). Sua tarefa era cultivar e manter a cultura alemã. Afirmava que a educação e o ensino nas escolas alemãs eram diferentes das de outros povos, por isso os teutos deveriam combater, energicamente, as pressões e intromissões de pais e/ou do governo brasileiro”¹⁵.

Além das atividades pedagógicas, a Associação preocupava-se, ainda, com os professores que, longe de sua terra natal e, muitas vezes, dos familiares, tinham problemas de saúde. O estatuto garantia auxílio aos sócios que caíssem em miséria, “de modo não culposo”. A esse respeito, encontra-se nas atas o caso do professor Hölzle da colônia de Wenceslaw que, por longo tempo, esteve doente, recebendo auxílio financeiro do *Lehrerverein* para despesas de remédios e de hospital. Logo após a primeira Guerra Mundial, o *Leherverein* contribuiu, também, financeiramente para professores na Alemanha que passavam por dificuldades em função da guerra.

Registros sobre o número de sócios que aderiram à Associação, no primeiro período, não foram encontrados nos arquivos. Os documentos relativos a essa fase são escassos e correspondem, quase que exclusivamente, aos manuscritos das atas de reuniões.

O *Leher- und Schulverein* funcionou sob a presidência de Otto Schöler até outubro de 1919, ocasião em que o professor Erich Zimmermann assumiu, em caráter provisório, a presidência.

¹⁵ Cf. SCHÖLER, Otto. *Welche Aufgaben erwachsen der deutschen Auslandsschule durch den Weltkrieg?* In: *Für Schule und Haus*, nº 1 - fevereiro, 1917.

II. período - Deutscher Schulverband für den Staat São Paulo

Na assembléia geral, realizada em outubro de 1921, na *Deutsche Schule* de Rio Claro, a Associação - *Lehrer- und Schulverein für Mittelbrasilien, São Paulo* – sofreu modificações, recebendo, inclusive um novo nome: *Deutscher Schulverband für den Staat São Paulo* - **Associação das Escolas Alemãs do Estado de São Paulo** (livro-ata, 1921 a 1925).

A nova Associação foi fundada por sugestão do então cônsul alemão no Brasil, Kurt Martin. Segundo o cônsul, as escolas teuto-brasileiras e o conjunto de professores só conseguiriam algum progresso se houvesse a união de todas as escolas. No início desse novo período a Associação tinha vinte e cinco membros e sete associações escolares (*Schulvereine*) a ela filiadas. Em 15 de novembro de 1921, a instituição sofreu mudanças estruturais significativas, começando por uma nova diretoria composta pelos seguintes nomes:

Presidente: Dr. Hoch - diretor da Deutsche Schule (Olinda Schule).

Secretário: Johannes Keller - diretor da Deutsche Schule Villa Marianna.

Tesoureiro: G. Knoblauch - comerciante¹⁶.

Com as mudanças a nova organização passou a ser bem mais estruturada e a definir, com maior clareza, seus objetivos, podendo, assim, atuar com maior legitimidade. As associações escolares foram obrigadas, indiretamente, a se filiarem ao *Deutscher Schulverband*, caso contrário, não receberiam auxílio financeiro, nem material didático.

Na condição de presidente, o diretor Hoch implantou várias iniciativas que contribuíram diretamente para a melhoria do ensino nas escolas teuto-brasileiras. Algumas escolas, principalmente a *Deutsche Schule* da Rua Olinda, receberam equipamentos, como máquinas de escrever, máquinas de costura e laboratórios de química e física. Foi introduzido um novo plano curricular, tentando assim unificar o ensino nas escolas coloniais. Era dada grande ênfase ao ensino visual (*Anschauungsunterricht*). A organização de estudos do meio,

¹⁶ Knoblauch era um comerciante bastante respeitado e de grande carisma entre os alemães. Ele era considerado como protetor (*Gönner*) das escolas alemãs no Estado de São Paulo. Conforme relata Keller, com sua morte em 14 de julho de 1926, as escolas alemãs sofreram grande perda, pois ele era responsável pela coleta de dinheiro entre firmas e doadores que era distribuído entre as escolas. Cf. em: KELLER, J. *Leiden und Freude eines deutschen Lehrers in Brasilien*. Kalender Volk und Heimat, 1938.

excursões e visitas às diferentes fábricas passaram a fazer parte da rotina de muitas escolas. Todas essas mudanças e inovações davam às escolas alemãs um caráter de progresso e modernização que muito poucas escolas públicas estaduais de origem brasileira, na época, ofereciam aos alunos.

Além das já citadas conferências, outros temas passaram a ter destaque nas reuniões da Associação nesse segundo período. Os problemas pedagógicos e financeiros das escolas, principalmente aquelas do interior do Estado, eram temas de grande preocupação dos professores. Como se confere nos livros-atas, muitas escolas coloniais passavam por dificuldades, tanto financeiras quanto pedagógicas. Muitas escolas tinham que fechar suas portas, temporariamente, por falta de professores. Os salários eram baixos. Membros da associação defendiam a idéia de que, ao invés de enviar auxílio financeiro às colônias, as organizações deveriam aumentar o salário do professor, pois só assim ele se sentiria estimulado a realizar um bom trabalho em sala de aula.

Uma outra questão que inquietava o professorado e fomentava grande discussão nas reuniões, a partir de 1919, se prendia à segurança e estabilidade profissional do professor alemão. É perceptível, a partir de relatos que constam nas atas da Associação, a preocupação com o fato de que, a partir de então, o governo brasileiro passaria a controlar com maior rigor o ensino ministrado nas escolas teutas. Já se comentava a necessidade das aulas serem ministradas em língua portuguesa, fato este que causava preocupação para as escolas alemãs. A grande maioria dos professores, assim como dos alunos, não tinha o domínio da língua portuguesa. Com relação a esse assunto, na reunião da diretoria do *Lehrerverein*, realizada em abril de 1919, Knoblauch fez o seguinte comentário: “as escolas alemãs deveriam dar mais atenção às aulas de português, visto que mais de 90% dos alunos não têm condições de acompanhar aulas ministradas nesse idioma.” (Livro-Ata, 1919, p. 18).

A partir de 1919 o governo brasileiro começou a fiscalizar e a estipular novas regras para o funcionamento das escolas alemãs no país, fato que trouxe novas preocupações com relação ao futuro do professor alemão no Brasil. Caso houvesse grandes mudanças, muitos professores não teriam outra alternativa a não ser retornar à pátria. Na reunião de 20 de

outubro de 1919¹⁷ os professores elaboraram uma pauta de reivindicações que dizem respeito à vida profissional do mestre alemão no exterior. Os pontos discutidos e registrados foram:

1. Os professores alemães que trabalhavam no exterior ficariam em contato próximo com o Reino Alemão, no sentido de que os anos de trabalho, fora da Alemanha, fossem contados em dobro e que, com o regresso à pátria, estes tivessem direito a exercer a profissão em uma escola alemã com os mesmos direitos vigentes na escola anterior;
2. A família do professor alemão no exterior deveria ter direito ao auxílio no caso de viuvez e da orfandade de filhos;
3. Ao professor alemão no exterior deveria ser garantido, a cada cinco anos, meio ano de férias remuneradas, para que pudesse, em sua pátria, descansar e freqüentar cursos de atualização profissional;
4. O Reino Alemão deveria nomear, junto às legações, um conselho escolar, com especialistas que conhecessem as circunstâncias escolares, garantindo, assim, a proteção aos professores;
5. O Ministério das Relações do Exterior (da Alemanha) deveria agir de modo que fosse escolhido um representante de confiança pelo corpo docente, para atuar ao lado do diretor nas reuniões da diretoria escolar;
6. O Reino Alemão deveria fundar uma escola no exterior (Brasil) com a finalidade de atender a alemães e capacitar professores que seriam empregados nas escolas estrangeiras (no caso, teuto-brasileiras).

Essas reivindicações evidenciam o forte elo de ligação entre os professores alemães que atuavam no Brasil e o Reino Alemão. Todos os itens procuram oferecer ao professor proteção, segurança e estabilidade no trabalho e garantias em caso de retorno à Alemanha. Principalmente no primeiro item nota-se que os professores se sentiam profissionalmente inseguros e que desejavam obter reconhecimento e valorização do governo alemão nos aspectos referentes à vida profissional que desenvolviam no exterior.

A continuidade dos estudos, assim como a formação de novos professores que pudessem atuar nas escolas teuto-brasileiras, era tema de destaque nas reuniões. A proposta

¹⁷ Cf. Livro-ata, 1916-1921, p.27.

era que o Reino Alemão fundasse e mantivesse uma escola, já direcionada para a formação de professores, que, depois de formados, atuariam nas escolas teuto-brasileiras. Com relação a esse assunto, cabe ressaltar que, segundo Kreutz (1991, p. 127), em 1902 foi inaugurada a Escola Normal de Professores Paroquiais (*Lehrerseminar*), uma iniciativa confessional em Bom Princípio, RS. Apesar da inauguração solene, a escola nem chegou a funcionar por falta de alunos e de condições financeiras. Grande destaque teve o *Lehrerseminar* de São Leopoldo¹⁸ que, com o compromisso de enviar alunos recém-formados para atuar no Estado de São Paulo, recebia auxílio financeiro da Associação dos Professores daquele estado e de firmas alemãs situadas ali¹⁹.

A formação e o constante aperfeiçoamento do professor é um dos aspectos que sempre mereceram especial atenção. No item número 3, os professores reivindicavam um semestre de férias remuneradas e salientavam a importância de passarem esse período na Alemanha, onde poderiam realizar cursos de aperfeiçoamento profissional. Com relação a esse tema, lê-se na correspondência do *Lehrerverein* (pasta: 1926) que a empresa naval alemã *Hamburg-Südamerikanische Dampfschiffahrts – Gesellschaft* oferecia aos professores, a pedido do *Lehrerverein*, cinco passagens para a Alemanha, com 50% de desconto.

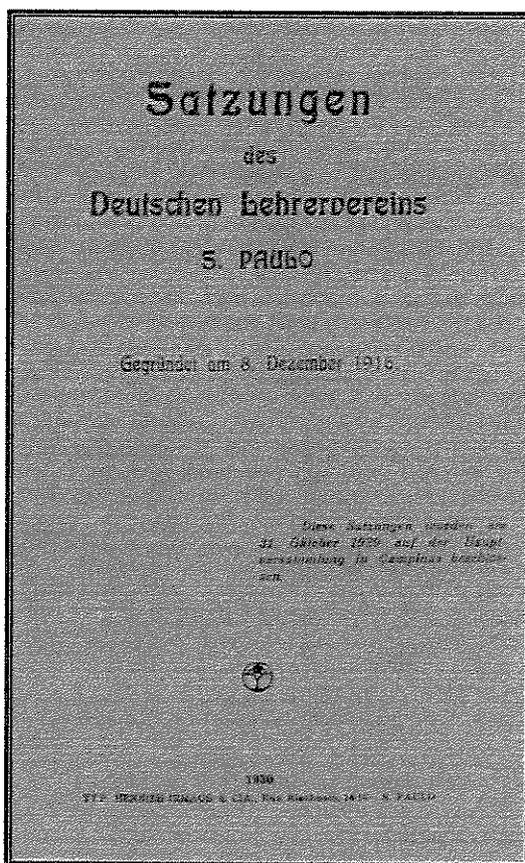
O esforço para a manutenção do *Deutschtum* era grande. Para atingir esse objetivo havia um trabalho mútuo entre as diferentes esferas sociais. A luta pela preservação e cultivo da cultura alemã entre os imigrantes não era apenas um esforço da Associação dos professores, das escolas e dos diretores, havia, também a contribuição das firmas alemãs que se instalaram no país e das organizações confessionais católica e luterana.

¹⁸ O *Lehrerseminar* de São Leopoldo foi inaugurado no dia 11 de julho de 1926. A Escola Normal foi fundada com o objetivo de formar alunos de origem alemã, nascidos no Brasil, para atuarem como professores nas escolas teuto-brasileiras, principalmente nas escolas coloniais, onde faltavam professores com formação adequada. (Jornal: *Der Gemeinde – Bote*. 31.07.1926)

¹⁹ Cf. Livro-ata, 1925-1931, p.108.

III. período - Deutscher Lehrerverein São Paulo

No dia 23 de agosto de 1925 o *Schulverband* convidou seus membros e todos os professores das escolas teuto-brasileiras do Estado de São Paulo para uma assembléia geral, cujo objetivo era transformar o *Deutscher Schulverband für den Staat São Paulo* em *Deutscher Lehrerverein São Paulo*, ou seja, em uma **Associação de Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo**. Os estatutos da nova Associação foram aprovados na assembléia geral realizada na cidade de Campinas em 31 de outubro de 1929, como se observa na capa do documento a seguir.



Capa dos estatutos do Lehrerverein, SP.

A proposta de mudança surgiu em decorrência de dois fatores importantes: primeiro, porque as normas do *Schulverband* impediam progressos nos trabalhos e, segundo,

porque a fundação do *Landesverband* no III Congresso Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros, no Rio de Janeiro, tinha provocado desejo de mudanças, crescendo a necessidade de centralizar as forças do professorado teuto-brasileiro do Estado de São Paulo²⁰.

Visto que os estatutos do *Schulverband* não permitiam a transformação imediata de uma associação para outra, fundou-se, então, nessa mesma assembléia, o *Deutscher Lehrerverein São Paulo*. A nova Associação deveria, posteriormente, negociar as mudanças com a antiga associação, o *Schulverband*.

Como membros fundadores está registrado no Livro-ata (1925-1931, p. 1-2.) um total de vinte e cinco pessoas, dentre as quais onze professores da *Deutsche Schule* São Paulo (*Olindaschule*), sete pertenciam à *Deutsche Schule* Villa Marianna, uma à *Deutsche Schule* Campinas, uma à *Deutsche Schule* Nova Europa, uma à *Deutsche Schule* Santo Amaro, uma à *Deutsche Schule* Moóca-Braz, uma à *Deutsche Schule* Carioba, uma à *Deutsche Schule* Vila Sant'Anna e uma à *Deutsche Schule* Villa Emma.

Para a elaboração dos estatutos foi nomeada uma comissão composta dos seguintes nomes: Erich Zimmermann, Kurt Notboom, Alice Morawitz (*Deutsche Schule*, SP), Johannes Keller (*Deutsche Schule* Vila Mariana) e Gotthilf Sihler (*Deutsche Schule* Campinas). Inicialmente, o presidente dessa comissão foi o Kurt Notboom, que por motivos de doença teve que se afastar, assumindo o cargo o diretor Hoch.

A diretoria da Associação estava assim composta por representantes das seguintes escolas:

Primeiro presidente:	Dr. Gustav A. Hoch	-	Deutsche Schule
Segundo presidente:	Johannes Keller	-	Villa Marianna
Primeiro secretário:	Dr. Kurt Notboom	-	Deutsche Schule
Segundo secretário:	Jakob Zimmermann	-	Villa Marianna
Primeiro tesoureiro:	Erich Zimmermann	-	Deutsche Schule
Segundo tesoureiro:	Karl Dressler	-	Villa Emma
Vogal:	Alice Morawitz	-	Deutsche Schule

²⁰ Cf. Livro-ata 1925-1931, p.1-2 - ata de fundação da nova Associação.

Deve-se salientar aqui que, pela primeira vez, aparece na composição da diretoria do *Lehrerverein* o nome de uma mulher, Alice Morawitz, que era professora da *Deutsche Schule* da Rua Olinda. Sabe-se que alguns estatutos de associações escolares, como os estatutos da *Deutsche Schule Villa Sanntana*, por exemplo, proibiam, oficialmente, mulheres de se candidatarem para cargos da diretoria. Outra questão que se torna evidente é a posição de comando assumida pela *Deutsche Schule* da Rua Olinda. Dos sete nomes que compunham a diretoria, quatro exerciam atividades nessa instituição. Três desses professores assumiam, inclusive, os cargos principais: primeiro presidente, primeiro secretário e primeiro tesoureiro, além, é claro, da posição estratégica da vogal. Dois professores pertenciam à *Deutsche Schule* da Vila Mariana e apenas um representava uma escola menor, a *Deutsche Schule* da Vila Emma.

Os estatutos da nova organização traziam algumas mudanças significativas. O parágrafo 2, que define os objetivos do *Lehrerverein*, registra: “O *Lehrerverein* tem por objetivo promover as escolas teuto-brasileiras e proteger o professorado teuto-brasileiro no Estado de São Paulo.”

O novo estatuto não enfatiza a produção de material didático, mas sim a proteção do professor. Isso se deve, provavelmente, ao fato de que as escolas teuto-brasileiras já começavam a ter problemas legais com o governo brasileiro. Pode-se também concluir que em 1925 as questões relacionadas à elaboração e produção de materiais didáticos, já estavam bem encaminhadas com as editoras do Sul que produziam material para as escolas.

Durante esse novo período, a Associação esforçou-se no sentido de organizar e modernizar as escolas teuto-brasileiras do Estado de São Paulo. Grandes mudanças pedagógicas e de infra-estrutura ocorrem, abrangendo as seguintes esferas:

- elaboração do currículo escolar para as escolas coloniais;
- adaptação do material didático, principalmente o *Lesebuch* (livro de leitura), à realidade do Estado. (livro-ata, 1925, p.4);
- introdução de novos cursos e material de infra-estrutura nas escolas maiores, como: máquina de escrever, máquina de costura, salas de química e física;
- criação do sistema do Serviço Teuto-Brasileiro de Filmes Culturais - *Deutscher Kulturfilmdienst* (DKD);

- introdução de serviço de bibliotecas ambulantes – *Wanderbüchereien*.

A criação e organização de bibliotecas para professores, alunos e, também, para os colonos era um dos objetivos do *Deutscher Lehrerverein* de São Paulo. Como o número de escolas era grande e se encontravam distantes umas das outras, espalhadas por todo o Estado, essa questão tornava-se difícil de resolver. Com essa preocupação surgiu a idéia de criar as bibliotecas ambulantes.

Segundo relatório da Assembléia Geral do *Lehrerverein*, em 1934, a Associação dos Professores já contava com vinte bibliotecas ambulantes, com cinquenta volumes cada, e que se deslocavam para diferentes pontos do interior do Estado. A organização das bibliotecas foi possível graças à ajuda da Associação para a Cultura Alemã no Exterior (VDA), que enviou livros da Alemanha. As bibliotecas eram propriedade da Associação dos Professores e eram administradas por ela. Cada biblioteca deveria permanecer por um ano em um determinado local. Após um ano as bibliotecas circulavam em outras colônias, oferecendo, assim, novas oportunidades de leitura aos alunos e aos colonos.

O trabalho do Serviço Teuto-Brasileiro de Filmes Culturais - *Deutscher Kulturfilmdienst* (DKD)- desempenhou papel importantíssimo na manutenção do *Deutschtum*. Por isso esse tema será abordado mais detalhadamente no próximo capítulo.

Em 1927, o presidente da Associação, Hoch, assumiu a presidência do *Landesverband* (Associação Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros), fato que levou o vice-presidente, então diretor da *Deutsche Schule Villa Marianna*, Johannes Keller a assumir o cargo de presidente do *Lehrerverein* de São Paulo. Mais uma vez houve mudanças na composição da diretoria que estava formada pelos seguintes membros:

Primeiro presidente:	Johannes Keller	-	Villa Marianna
Segundo presidente:	Dr. Notboom	-	Olindaschule
Primeiro secretário:	Herr Pfütze	-	Olindaschule
Segundo secretário:	Herr Linhart	-	Villa Marianna
Primeiro tesoureiro:	Dr. Fouquet	-	Olindaschule
Segundo tesoureiro:	Karl Dressler	-	Villa Emma
Vogal:	Alice Morawitz	-	Olindaschule

O diretor Keller permaneceu até 1929 na presidência do *Lehrerverein*, período em que se despediu das atividades educacionais.

IV. período - Hans Staden - Verein São Paulo

Conforme registra a ata da Assembléia Geral realizada no dia 6 de abril de 1935, e se confirma na capa dos estatutos abaixo, foram propostas novas mudanças para o *Deutscher Lehrerverein* que recebeu, nesse mesmo dia, nova denominação: Hans Staden – Verein São Paulo – Associação Hans Staden, São Paulo.



Capa dos estatutos do Lehrerverein, SP, 1935.

O livro-ata registra, ainda, que a mudança do nome foi necessária, pois o *Lehrerverein* tinha ampliado seu campo de atuação. O nome Hans Staden seria uma homenagem ao primeiro alemão que esteve no país, iniciando, assim, as relações Brasil-Alemanha. A nova denominação foi proposta por Karl Fouquet que, desde o ano de 1932, era presidente do *Lehrerverein*.

A nova Associação foi registrada no Diário Oficial do dia 25.9.1935, no qual se pode ler:

Registro da Associação Hans Staden, SP

Publicações Particulares	
Associação "Hans Staden"	
Extracto para o registro dos Estatutos.	
Denominação	: "Hans Staden"
Sede	: Nesta Capital
Fins	: Cultivar as relações teuto-brasileiras, no terreno cultural em geral, e escolar particular.
Representação	: O presidente representa a sociedade activa e passivamente, em juizo ou fora delle.
Responsabilidade:	Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociaes.
Reforma	: Quaisquer respostas de alterações dos estatutos, inclusive no tocante à administração, devem ser enviadas por escripto, à directoria a qual os remetterá aos sócios, pelo menos duas semanas antes da sessão da Assembléia Geral.
Extinção	: Em caso de dissolução o patrimonio social reverterá em beneficio da Caixa de Aposentadoria e de Pensões (Ruhegehalts-und Hinterbliebenen-Fuersorgekasse - RHK) dos professores e professoras allemãs no Brasil.

Fonte: Diário Oficial de 25/9/1935

A Sociedade adquiriu um caráter mais amplo, destacando o cultivo das relações teuto-brasileiras, tanto no âmbito cultural quanto escolar.

Foi escolhido como primeiro presidente o professor Karl Fouquet²¹. Os demais membros da diretoria ficavam sob a livre escolha do presidente. Desse modo, a diretoria foi formada pelos seguintes nomes:

Karl Fouquet	- Primeiro presidente.
Gottfried Richter	- Segundo presidente e diretor da Central de Livros.
Fritz Levermann	- Relações comerciais, conselheiro escolar, secretário e tesoureiro.
Karl Otto Müller	- Serviço Teuto-Brasileiro de Filmes Culturais – <i>Kulturfilmdienst. (DKD)</i>
Hellmuth Hanitzsch	- Cursos de Língua.
August Faust	- Representante das associações escolares (<i>Schulvereine</i>).

As mudanças desse período iniciaram-se pelo processo de formação da diretoria. O presidente tinha poderes plenos inclusive para escolher seus colaboradores.

A partir de 1935, a sociedade passou a atuar de forma mais profissional, centralizando suas atividades, principalmente, no Serviço Teuto-Brasileiro de Filmes Culturais – *Kulturfilmdienst*, na Central de Livros e na oferta de cursos de línguas: alemão e português.

Em 1936, a Associação Hans Staden registrava a seguinte lista de sócios:

Lista de sócios da Associação Hans Staden, SP (ver na página seguinte).

²¹ Karl Fouquet nasceu em 1897 em Blumenau, SC e faleceu em 1980 em São Paulo. Estudou na Alemanha e em 1926 regressou ao Brasil. Tornou-se professor da *Deutsche Schule*, SP. De 1926 a 1968 dedicou-se, quase que exclusivamente, aos trabalhos da Associação dos Professores e do Instituto Hans-Staden, denominado atualmente Instituto Martius Staden. O professor Fouquet prestou grande serviço à cultura alemã no Brasil. Elementos sobre sua história de vida e sua participação no movimento político, social e educacional da cultura alemã no Brasil ainda carecem de uma nova e mais detalhada investigação histórica científica. (*Deutsche Zeitung*, São Paulo, 29 Juni, 2001, p. 7).

Lista de sócios da Associação Hans Staden, SP.

	Nome das escolas	Nº de sócios	Nº de alunos	Nº de professores
E	Olinda	585	810	42
S	Villa Marianna	715	720	20
C	Móoca-Braz	402	152	8
O	Sant ^o Anna	241	187	7
L	Santo Amaro	134	102	4
A	Pinheiros	-----	320	9
S	Lapa	152	152	2
	Bosque da Saúde	161	60	3
U	Campo Bello	83	49	2
R	Gopouva	47	38	2
B	São Caetano	118	152	5
A	Santo André	232	72	2
N	Villa Emma	60	50	1
A	Santa Clara	123	70	3
S				
Total	14	3053	2834	110
	Santos	137	104	13
E	Manuel da Nobrega	11	9	1
S	Serrinha	16	18	1
C	Santa Maria	39	24	1
O	Campinas	86	145	5
L	Friedburg	107	29	1
A	Cosmópolis	52	47	2
S	Monte Mór	110	41	2
	Kirchdorf – Leme	25	18	1
do	Rio Claro	-----	126	8
	Nova Europa	60	27	3
I	Araçatuba	25	16	2
N	Kolonie Paulista	41	32	2
T	Kolonie Aymoré	80	32	2
E	Kolonie Quellental	29	28	1
R	Kolonie Tannenberg	16	15	2
I	Kolonie Riograndense	30	24	1
O	Kolonie Itararé	24	18	1
R	Presidente Bernardes	-----	10	1
Total	19	888	763	50
	Londrina	65	50	1
	Heimtal	40	52	2
Escolas	Neu Danzig	28	23	1

Periféricas	Roland	80	40	1
	Padre José Bento	16	18	1
	Uvá	24	19	1
Total	06	253	202	7
Em construção	- Roseira - Xiririca	—	—	—
Fecharam	Wolhynia Ribeirão Preto	—	—	—
Total geral		4194	3799	167

Fonte: Documento avulso – Akten LDL, Mappe 5, acervo do Instituto Martius-Staden, SP.

Unir forças era muito importante para os imigrantes alemães. Nenhuma colônia alemã no Brasil deveria estar isolada, sem acesso aos serviços prestados pelas associações. A Associação Hans-Staden também oferecia apoio pedagógico-cultural às chamadas escolas periféricas, isto é, às escolas isoladas de outros estados. As escolas Londrina, Heimtal, Neu-Danzig e Roland situavam-se no Estado do Paraná. A escola Padre Bento no Estado de Minas Gerais e a escola Uvá no Estado de Goiás.

Comentários gerais sobre as mudanças ocorridas na Associação dos Professores

A Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo sofreu grandes e significativas modificações ao longo dos anos, e, como consequência, deu-se, por várias vezes, a mudança de seu nome. Gostaríamos de fazer algumas observações sobre alguns pontos que nos chamaram a atenção ao relatar os diferentes períodos da Associação.

Quando de sua fundação (1916) a Associação era denominada Associação de Professores e Escolas do Brasil Central, São Paulo. Cabe observar que a Associação dos Professores foi criada a partir da união entre professores e representantes de escolas, ou seja, professores e seus “patrões” fundaram conjuntamente a organização. Esse fato leva a acreditar

que a intenção maior da Associação era a organização do sistema de ensino teuto e não da categoria dos professores enquanto profissionais. As associações escolares e os professores lutavam pelos mesmos interesses, ou seja, no sentido de estruturar o sistema de ensino teuto-brasileiro, construir novas escolas, principalmente coloniais, e elaborar e/ou adquirir material didático que vinha da Alemanha. Deve-se lembrar ainda que, naquela época, a bandeira de luta dos professores teuto-brasileiros era manter o vínculo com a Alemanha e obter o reconhecimento do Reino Alemão, garantindo, assim, que os professores alemães que viessem trabalhar no Brasil tivessem os mesmos direitos trabalhistas daqueles professores que exerciam suas atividades profissionais na Alemanha.

No segundo período (1921-1925) a Associação dos Professores recebeu o nome de Associação das Escolas Alemãs do Estado de São Paulo. Nota-se que nessa fase a organização é de escolas e não de professores. Salienta-se, inclusive, a participação e influência do cônsul alemão nas decisões da Associação. O interesse em organizar o sistema de ensino teuto-brasileiro era grande e envolvia toda a comunidade alemã. Reforçando essa idéia, encontra-se na diretoria da Associação, como tesoureiro, um comerciante, que, a princípio, não tinha envolvimento com a educação, mas acabou contribuindo muito para que a educação teuta se expandisse no Estado. O que se nota nesse período é um grande empenho em unir forças no sentido de manter a cultura, os hábitos e costumes, a língua alemã, enfim, o chamado *Deutschtum*.

Depois desse período de quatro anos, verifica-se um despertar do professorado que sentiu necessidade de se organizar separadamente das instituições escolares. De 1925 a 1935 a Associação dos Professores recebeu a denominação que a caracterizava realmente como tal: Associação de Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo. Pela primeira vez, a diretoria foi composta apenas por docentes. Destaca-se a presença de uma mulher na direção. Esse foi o período de maior duração e de grandes realizações. Percebe-se que nessa fase houve um grande empenho em conquistar melhorias que pudessem auxiliar o trabalho do professor na sala de aula. Fatos como elaboração do currículo escolar, introdução das bibliotecas ambulantes, criação de novas salas de aula em alguns estabelecimentos escolares e adoção de novos materiais didáticos, adaptados à realidade brasileira, são exemplos de conquistas alcançadas nesse período. O Estado de São Paulo foi privilegiado com a sede da Associação Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros (LDL). Numa época em que os meios

de comunicação eram escassos, o *Lehrerverein* de São Paulo tinha rápido e livre acesso às novas informações e, porque não dizer, aos novos materiais que eram enviados, pela Alemanha, ao LDL.

No quarto período a Associação deixou de representar, especificamente, a categoria dos professores e passou a atuar em outras esferas mais amplas que abrangiam as relações teuto-brasileiras de modo geral. Esse foi o período mais curto (1935-1938) na história da Associação que agora se denominava *Hans Staden – Verein*. No ano de 1938, o movimento de nacionalização intensificou-se e a Associação Hans Staden teve que se adaptar às novas exigências políticas. Foi a partir desse ano que a Associação recebeu um nome brasileiro (Sociedade Hans Staden) e foi registrada devidamente como uma sociedade brasileira. Nesse período a Associação assumiu o Arquivo da Imigração Alemã, fundado em 1925 por J. Otto Roosen-Runge que, até então, era abrigado na *Deutsche Schule (Olindaschule)* de São Paulo.²²

Os estatutos da Sociedade Hans Staden foram aprovados pela Assembléia Geral de 16 de setembro de 1938 e inscritos no cartório de registro de José Soares de Arruda, São Paulo, sob o nº. de ordem 1493, livro A, nº. 3, de pessoas jurídicas, em 20 de setembro de 1938. O artigo 1º. registra os objetivos da nova sociedade da seguinte forma:

“A Sociedade denominada “Sociedade Hans Staden” tem por objetivo fomentar as relações culturais entre brasileiros e alemães, divulgar os conhecimentos da língua e literatura de ambos os países, como também difundir os estudos históricos respectivos” (Estatutos da Sociedade Hans Staden, 1939).

Os estatutos salientam ainda que a Sociedade não tinha caráter político ou religioso e que quaisquer pessoas de perfeita idoneidade, sem distinção de nacionalidade ou sexo (grifo nosso) e que tivessem interesse em propugnar pelo intercâmbio brasileiro-germânico poderiam fazer parte da associação. O artigo 21 dos estatutos determina, ainda, que, em caso de dissolução da Sociedade, seu patrimônio reverter-se-ia em benefício de instituições culturais brasileiras, a juízo da diretoria.

É interessante destacar que é a primeira vez que aparece nos estatutos a determinação de que, em caso de dissolução, os bens da Sociedade reverteriam em benefício

²² Relatório da Diretoria da Sociedade Hans Staden, São Paulo apresentado à Assembléia Geral Ordinária realizada em São Paulo em 11 de dezembro de 1941. Acervo do Instituto Martius-Staden (pasta: 1926-1941, G IV fNº.7).

de instituições culturais brasileiras. É, também, a primeira vez que os estatutos são redigidos em língua portuguesa. Os estatutos de 1935 apresentam-se, ainda, no idioma alemão.

A partir de 1938, os documentos da Sociedade passaram a ser escritos no idioma português, apresentando-se, algumas vezes, em ambos os idiomas: português e alemão. Como se confere no documento da próxima página, em 1939 a Associação já funcionava em endereço próprio, Rua Barão de Itapetininga, 120, 4º. andar, salas: 415-417. O documento salienta, ainda, que a sociedade se mantém alheia a ideologias políticas e confessionais. Destaca o grande número de alunos (aproximadamente 700 alunos) que freqüentavam os cursos de línguas. Deve-se lembrar que naquela época havia muitos imigrantes que tinham interesse em aprender o idioma português, assim como muitos teutos que não gostariam de perder o idioma de seus antepassados, o alemão. No documento estão registrados, ainda, os nomes que compunham a diretoria da nova Sociedade: August Fausto, Carlos Fouquet, R. Henburg, Johannes Keller, Paulo Kölle, G. Nickel, Gottfried Richter, H.W. Wasmuth.

Segue na página seguinte um documento da Sociedade Hans Staden, com data de 1939, apresentado nos dois idiomas: português e alemão.

**Sociedade Hans Staden
Hans Staden-Verein**

Rua B. de Itapetininga, 120 - 4.^o
5. Paulo

São Paulo, Abril de 1939

A Diretoria da Sociedade Hans Staden, pretendendo desenvolver sua actividade no sentido de estreitar as relações amistosas entre brasileiros e alemães, vem, por meio desta, pedir a valiosa cooperação de V. S.

Fundada em 1916 e tendo seus estatutos devidamente registrados, a Sociedade, que se mantém alheia a ideologias políticas e confessionais, escolheu, em 1934, o nome de Hans Staden, primeiro pioneiro alemão que pisou ha cerca de 400 anos a terra paulista, onde viveu e sofreu lutando pela causa do Brasil. Lembrem seus leitros os primórdios da historia paulista, constituindo a "Historia Verdadeira" de sua lavoura um dos mais antigos e mais elucidativos documentos dos tempos primitivos do Brasil.

Assim sendo, o nome de Hans Staden corporifica o programa, tal qual se acha traçado nos estatutos desta Sociedade, a saber: a manutenção e intensificação das relações culturais, existentes entre brasileiros e alemães, mediante a propagação mútua de conhecimentos linguisticos, literarios e historicos.

Executando, a risca, seu programa, a Sociedade vem mantendo os cursos de linguas, neste Capital e em Santos, os quais, em 1938, accusaram a frequencia de quasi 700 adultos, e, prosseguindo no mesmo, tomou, ultimamente, sobre si, por alguns anos, a guarda, a integração e a exploração científica do archivo historico da imigração alemã.

Cumpre-nos, pois, a nós, conservar os frutos de decênios de labor, dando-lhe base mais longa e solida. E, para esse fim, que cumos solicitar o auxilio de todos, homens e mulheres, que compeendam e estejam dispostos a fomentar a tarefa assumida por esta Sociedade.

Ficou estabelecida a contribuição minima de \$3000 mensais. Quaisquer outras informações poderão ser obtidas em nosso escritório, a rua Barão de Itapetininga, 120, 4.^o andar, salas 415-417, onde os interessados serao atendidos diariamente das 10 às 12 horas ou pelo telefone n.º 4-3981.

A Diretoria:

A. Faust, Dr. C. Fouquet, R. Ilgenburg,
Diretor J. Keller, Dr. P. Kölle, Dr. G. Nickel,
G. Richter, Dr. H. W. Wasmuth.

**Sociedade Hans Staden
Hans Staden-Verein**

Rua B. de Itapetininga 120, 4. 5.
5. Paulo

São Paulo, em April 1939.

Als Vorstand des Hans Staden-Vereins werden wir uns an Sie mit der Bitte, unsere Arbeit zur Pflege freundschaftlicher Beziehungen zwischen Brasilianern und Deutschen zu unterstützen, indem Sie als Mitglied beitreten.

Der Hans Staden-Verein wurde 1916 gegründet. Er ist ein- getragener brasilianischer Verein, frei von politischen und konfessionellen Bindungen und trägt seit 1934 den Namen des Mannes, der vor fast 400 Jahren als erster Deutscher den Boden São Paulos betreten und hier als erster Soldat für Brasilien gekämpft und gestorben hat. Die Erinnerung an Hans Staden ist für dauernd mit der bekannnten Festung Vertigo an der paulistaner Küste verbunden, und sein Buch, die „Wahrschafig Historia“ gehört zu den frühesten und wertvollsten Veröffentlichungen über Brasilien. Hans Staden bedeutet deshalb ein Programm, wie es in den Vereinsstatuten niedergelegt wurde: Pflege kultureller Beziehungen zwischen Brasilianern und Deutschen durch gegenseitige Vermittlung von Sprache, Literatur- und Geschichtswissenschaften. Das sei mit auf die mit Erfolg durchgeführt wurde, ist bekannt. Es sei mit auf die Spruchstufen hingewiesen, die in der Hauptstadt und in Santos unterhalten werden und an denen 1938 fast 700 Erwachsene teilnahmen. Neuworbings hat der Verein unter anderem auch das Geschichtsbuch der deutschen Einwanderung für einige Jahre zum Ausbun und zur Auswertung übernommen.

Heute gilt es, das zu erhalten, was in jahrzehntelanger, fleißigster Tätigkeit erreicht worden ist und noch möglichkeit auf einer breiteren Grundlage weiterzubauen. Deshalb treten wir an alle Männer und Frauen heran, die bereit sind, unsere Arbeit zu fördern.

Der Mitgliedsbeitrag ist auf monatlich R\$. 300,00 festgesetzt. Weitere Auskunft wird gern erteilt. Das Büro in der Rua Barão de Itapetininga 120, 4. Stockwerk, Nummer 415-417, ist täglich von 10-12 Uhr geöffnet, Nummer 4-3981.

Der Vorstand:

A. Faust, Dr. C. Fouquet, R. Ilgenburg,
Direktor J. Keller, Dr. P. Kölle, Dr. G. Nickel,
G. Richter, Dr. H. W. Wasmuth.

DA ORGANIZAÇÃO À REPRESSÃO

Congressos das Escolas Teuto-Brasileiras - *Schultage*

Uma das grandes preocupações dos imigrantes alemães era com relação ao unir forças. Nesse sentido, foram organizados congressos (*Schultage*) em âmbito nacional que tinham por objetivo formar e informar todas as instituições e pessoas que, de algum modo, lutavam pela educação alemã no Brasil e se empenhavam na organização escolar alemã fora do Reino Alemão. Entre os anos de 1920 e 1933 foram realizados seis congressos em diferentes estados brasileiros, conforme consta na tabela abaixo:

Congressos Nacionais dos Professores Teuto-Brasileiros

Local	Ano	dias / mês
São Paulo – SP	1920	08 e 09 de outubro
Porto Alegre – RS	1922	02 a 04 de janeiro
Rio de Janeiro – RJ	1925	08 a 11 de junho
Curitiba – PR	1927	11 a 14 de janeiro
Porto Alegre – RS	1931	04 a 08 de janeiro
Blumenau – SC	1933	27 set. – 01 de outubro

Fonte: Pastas-Schultag, acervo do Instituto Martius-Staden, SP

Os relatórios e artigos de jornais ou revistas publicados na época, demonstram a repercussão desses eventos. A participação de professores, diretores, presidentes de associações escolares, personalidades vindas da Alemanha, enfim, de todos aqueles que lutavam ou simpatizavam com a causa, era significativa.

A realização desses congressos contribuiu para estruturar e fortalecer o ensino alemão no Brasil, pois era nesses congressos que a comunidade alemã se reunia e tomava conhecimento da real situação das escolas alemãs existentes no país. Nesses encontros eram discutidos problemas escolares em geral, o currículo, o material didático, a metodologia, a formação de professores e também, com grande ênfase, as questões profissionais que envolviam o professorado.

Para uma análise mais minuciosa sobre temas abordados foi escolhido o primeiro congresso, visto que esse representa o início de uma série de congressos que contribuíram para a organização do ensino alemão no Brasil. As propostas de trabalho conjunto nele apresentadas fornecem uma melhor compreensão do ensino nas escolas teuto-brasileiras na época.

O **I Congresso Nacional das Escolas Teuto-brasileiras** no Brasil, foi realizado no ano de 1920 - de 8 - 9 de outubro - nas instalações da *Deutsche Schule* (Olindaschule), cidade de São Paulo.¹ Durante sua realização houve a organização de comissões de trabalhos, cuja função era discutir e levantar propostas referentes a temas que afligiam a comunidade escolar alemã no Brasil. Tais comissões foram distribuídas de acordo com os seguintes temas:

1. currículo e metas escolares,
2. formação de professores e agência de emprego,
3. fundo de aposentadoria,
4. questões gerais.

Cada comissão apresentou ao final do evento, um relatório relativo aos temas discutidos, contendo sugestões e propostas. A comissão número 1, que discutiu a questão do currículo e metas escolares, concluiu seus trabalhos relatando os seguinte tópicos:

¹ Cf. Relatório do Congresso Brasileiro das Escolas Alemãs, SP. *Deutsch-Brasilianischer Schultag - Sitzungsberichte*, 1920 (acervo: pastas Schultag - Instituto Martius-Staden, SP).

- 1) é necessário que haja um currículo único para todas as escolas alemãs no Brasil, podendo, assim, facilitar a transferência do aluno de uma escola para outra. Para isso era necessário que todas as escolas adotassem os mesmos livros didáticos e a mesma metodologia de ensino;
- 2) as escolas deveriam esforçar-se para que os diplomas (boletins) tivessem validade também fora do Brasil em instituições de igual nível;
- 3) a extensão do ensino nas escolas alemãs até o nível do *Abitur* era desejada, mas, naquele momento, impossível de ser realizada;
- 4) as escolas das colônias (escolas do interior, na sua maioria rurais) deveriam manter um currículo único até o quarto ano escolar, de modo que fosse possível a passagem do aluno dessas escolas para escolas de nível mais elevado. A essas escolas deveriam ser anexados internatos, garantindo, assim a freqüência regular dos alunos, assim como a seqüência dos estudos nas escolas de nível mais elevado. O currículo deveria conter sete anos de estudos ao invés de quatro. Após esse período, o aluno poderia freqüentar a *Realschule*.² A língua portuguesa precisava ser ensinada em todas as escolas coloniais. O idioma deveria ser ensinado sob o ponto de vista prático, ou seja, o aluno deveria aprender a comunicar-se em situações do cotidiano, podendo assim exercer sua cidadania.

A comissão número 2, que se encarregou da discussão da formação de professores e agência de emprego, registrou também alguns itens importantes principalmente para a organização profissional da categoria, como:

- 1) as escolas normais de Santa Cruz e de Blumenau deveriam ser construídas com o auxílio de todos aqueles que tivessem interesse pelos assuntos escolares. Essas escolas deveriam formar professores não só para as colônias de classe multiseriada, mas também para escolas de diversas classes.

² Segundo a enciclopédia - *Brockhaus Enzyklopädie, 1972: 491*- o sistema de ensino *Realschule* foi fundado em 1706, na cidade de Halle, pelo pastor e professor, Christoph Semler que se apoiava nas idéias de August Hermann Francke e, em 1747 em Berlim pelo teólogo e pedagogo, discípulo de Francke em Halle, Johann Julios Hecker. Essas pessoas exerciam também, a profissão de magistério ligada às áreas como: comércio, indústria, agricultura e outras profissões práticas. Sob a influência de A. G. Spillecke e a aceitação das novas línguas, a *Realschule* desenvolveu-se rumo a uma escola de formação geral ao lado dos chamados *Gymnasien* (escolas específicas que preparam os alunos para o ensino superior).

- 2) era necessário que os professores teuto-brasileiros pudessem dar continuidade à sua formação na Alemanha;
- 3) todas as escolas que tinham mais de uma classe deveriam ter, pelo menos, um professor com formação na Alemanha;
- 4) era necessário que tudo o que fosse realizado no Brasil, tivesse o amplo apoio do Reino Alemão e das Associações Alemãs no Exterior;
- 5) os professores alemães que iam para o exterior precisavam ter conhecimentos básicos do país no qual iriam trabalhar, referentes à língua, à economia e à geografia. Tais conhecimentos deveriam ser adquiridos na Alemanha. Quando no exercício da profissão, os professores deveriam permanecer o tempo máximo no país;
- 6) deveria haver uma previsão de viagens regulares de férias à pátria, ou seja, à Alemanha.
- 7) os professores licenciados da Alemanha mantinham seus direitos de aposentadoria naquele país sem nenhuma restrição. O tempo de trabalho no Brasil devia ser contado em dobro;
- 8) toda comunidade escolar tinha o direito de dirigir-se à agência de emprego no Reino (Alemanha) ou no exterior para conseguir um professor que lhe parecesse a melhor escolha ou que lhe oferecesse maior segurança, porém, a confirmação da nomeação e do fechamento dos contratos deveria ser efetuados pelo Ministério do Exterior. Esses princípios deviam ser considerados também para os professores que eram obrigados a vir para o Brasil e que desejavam manter seus direitos na Alemanha;
- 9) professores deveriam ser enviados apenas às escolas que lhes garantissem um salário suficiente, de modo que fosse assegurado seu sustento de forma adequada.

Os relatos da comissão número 3, que tratou do fundo de aposentadoria, evidenciam o quanto os professores alemães estavam preocupados com as questões profissionais. Segundo o relatório do congresso, não havia leis nem um plano de carreira que oferecesse amparo ao professorado na velhice ou à sua família, em caso de morte. A discussão girou em torno da criação do chamado Fundo de Aposentadoria e Invalidez³ (RHK) com abrangência nacional. Todas as escolas e associações de professores teuto-brasileiras deveriam aderir à RHK.

³ Esse tema foi abordado no capítulo IV.

Na comissão número 4, que tratou de assuntos gerais, foram discutidos também temas relevantes para o bom andamento do ensino alemão no Brasil, como:

- 1) construção de bibliotecas nas escolas, que servissem não apenas aos alunos e professores, mas também, a toda a comunidade alemã,
- 2) filmes e diapositivos educativos deveriam ser providenciados e trocados entre as diferentes escolas,
- 3) criação de uma revista escolar nacional que atendesse à escola e à família, com a proposta de que as outras revistas já existentes se fundissem a essa nova,
- 4) era necessário despertar o interesse dos pais pela escola, procurando, assim, eliminar as barreiras que dificultavam as atividades do clero e do professorado,
- 5) determinou-se, em nome do congresso, que fosse nomeada uma pessoa com experiência nos assuntos escolares brasileiros para atuar junto à legação alemã no Rio de Janeiro,
- 6) as escolas teuto-brasileiras deveriam sobreviver sem a ajuda financeira de estranhos.

A partir dos tópicos, aqui relatados, tratados no Congresso de São Paulo, pode-se ter uma visão mais clara da estruturação e organização das escolas, dos interesses defendidos pelos professores e diretores, assim como do estreito vínculo que mantinham com o Reino Alemão. O Congresso citado foi um momento importante que marca o início da institucionalização em nível nacional do sistema escolar teuto-brasileiro. Dele participaram quarenta e quatro representantes de escolas, da igreja, da imprensa e do comércio⁴.

Nota-se que as discussões eram bem abrangentes e que iam além das reflexões pedagógicas. Grande ênfase era dada às questões profissionais e ao contato permanente com o Reino Alemão e/ou com outras associações no exterior. Sem dúvida, como já citamos anteriormente, havia grande preocupação em dar continuidade à cultura alemã aqui no Brasil. Sendo a escola o elemento principal desse elo de continuidade, era de interesse da comunidade que o professor recebesse parte de sua formação na Alemanha. Os congressos eram, também, freqüentados pelos pastores e religiosos, o que vem confirmar que as instituições Igreja/Escola trabalhavam juntas, em comum acordo. Com o intuito de preservar a autonomia e de não sofrer interferências de desconhecidos, ou seja, de elementos que não pertencessem à

⁴ Cf. KELLER, J. *Leiden und Freuden eines deutschen Lehrers in Brasilien* (1937, p :100).

comunidade alemã, era importante que as escolas teuto-brasileiras não aceitassem ajuda financeira de “estranhos”.

Em linhas gerais esses mesmos temas foram discutidos, também, em outros congressos. O **II Congresso Nacional das Escolas Teuto-Brasileiras** foi realizado em Porto Alegre, entre os dias 2 e 4 de janeiro de 1922. Ali foram discutidos, além de temas pertinentes à rotina escolar, o estatuto da RHK, e a questão da nacionalização do ensino que acarretou pressões do governo brasileiro sobre o conjunto das escolas não estatais, das quais faziam parte as escolas de origem alemã, bem como suas conseqüências, como veremos posteriormente.

Em 1925 foi realizado o **III Congresso Nacional das Escolas Teuto-Brasileiras**, na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 8, 9, 10 e 11 de junho. Nesse congresso destacou-se a proposta de criação da Associação Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros (LDL)⁵, apresentada pelos professores do Estado do Rio de Janeiro.

No **IV Congresso Nacional das Escolas Teuto-Brasileiras** realizado em Curitiba, em 1927, foram debatidas questões relevantes para fortalecer a união dos professores teutos no Brasil. No primeiro dia do congresso participaram noventa e nove pessoas, dentre elas vários representantes das escolas rurais. Um dos principais temas do congresso foi a regulamentação do estatuto da Associação Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros (LDL). Mereceu também grande destaque a discussão sobre o reconhecimento das escolas alemãs, tanto pelo governo brasileiro, quanto pelo governo alemão. A necessidade de criar escolas com nível de ensino mais avançado para que os alunos pudessem dar continuidade aos estudos foi, também, tema de discussão. Havia grande preocupação no sentido de que os alunos teuto-brasileiros não freqüentassem as escolas superiores brasileiras, pois, assim, perderiam, rapidamente a cultura alemã, não preservando suas origens. Segundo relatos do Dr. Eldinger, muitos alunos que freqüentavam uma faculdade brasileira, deixavam, com rapidez, de cultivar e preservar a cultura alemã (*Die Deutsche Schule im Auslande*. 1927: n 6/7, p. 165).

Os relatórios dos congressos revelam que o material didático e a construção de bibliotecas eram temas recorrentes de discussão nos encontros alemães. No IV Congresso foi

⁵ Esse tema foi abordado no capítulo anterior.

proposta também a criação de *Wanderbibliothek* - biblioteca ambulante - que pudesse servir às pessoas que residiam em lugares mais distantes.

O V Congresso Nacional das Escolas Teuto-Brasileiras deveria ter sido realizado em janeiro de 1929, em Joinville, mas teve sua data e local modificados, devido ao clima político de insegurança que reinava naquela cidade. O governo brasileiro tinha assumido uma posição contrária em relação às escolas alemãs e, segundo registrado no Livro-ata (Band III, 1916-1938, p.90), era conveniente, naquele momento, adiar todas as grandes programações alemãs de caráter nacional. Foi sugerido também que, a partir de então, os congressos fossem realizados a cada três anos, ao invés de a cada dois anos, como vinha acontecendo. Sendo assim, o quinto congresso foi realizado, novamente, em Porto Alegre, em 1931.

O VI Congresso Nacional das Escolas Teuto-Brasileiras, foi realizado no ano de 1933, na cidade de Blumenau. Além de todas as atividades normais, realizadas em todos os congressos, como relatório da RHK, do Landesverband e das associações de professores dos diferentes estados, destacou-se a apresentação de um grande número de conferências que norteavam os rumos da educação alemã no Brasil.

A conferência *Schule und Elternhaus* (Escola e Família) mostra que os alemães estavam bastante preocupados com a relação entre a escola e a família. Segundo o professor Fritz, as instituições família e escola eram, muitas vezes, indiferentes uma à outra. Muitas famílias viam na figura do professor uma pessoa que apenas transmitia conhecimentos formais. O educar na família e o educar na escola eram tidos como atividades distantes e não complementares. A esse respeito disse o professor Fritz:

[...] a realidade mostra que falta entendimento entre escola e família. Frequentemente os pais se colocam de forma indiferente à escola; não conhecem o professor que está com seus filhos todos os dias, todos os anos e que se esforça, mais do que eles pensam, nessa relação. Talvez os pais sejam de opinião de que o professor nada mais faz do que transmitir conhecimentos externos e capacidades. Não pensam que o professor, sobretudo, educa e forma a alma da criança. Não pensam que o professor também educa ao mesmo tempo que ensina a escrita, o cálculo e a história (PIETZSCHKE, 1933, p.1).

A citação acima mostra a amplitude da tarefa da escola. Quando o professor afirma que: "... o professor, sobretudo, educa e forma a alma da criança.", pode-se entender

que, além da formação escolar, o professor se encarregava de transmitir conteúdos religiosos no sentido de formar o caráter de seus alunos.

A conferência do professor Ullrich de Santa Catarina, sob o título – “Como educamos nossas crianças na escola?” aborda o tema da exclusão do jovem teuto-brasileiro na sociedade brasileira. O professor Ullrich era de opinião de que a escola tinha o dever não só de educar, mas também de despertar em seus alunos o amor pela pátria. Essa tarefa, segundo ele, poderia ser alcançada por meio das aulas de história e de geografia, pois só pode amar um país quem o conhece. Cabia aos professores e educadores despertar na criança a consciência, por meio de aulas, de que o Brasil é um dos maiores, dos mais ricos e belos países da terra.⁶ As escolas teuto-brasileiras teriam que se ocupar mais intensivamente com os aspectos brasileiros. Paralelamente a esse olhar voltado para o Brasil, o professor salienta a importância das escolas não deixarem de cultivar a cultura alemã e o *Deutschtum*.

Infelizmente, não foram encontrados todos os textos das conferências realizadas nos congressos, pois a partir de análise desses textos poder-se-ia conhecer melhor o pensamento do professor alemão, seus interesses e valores. Acredita-se que muitas conferências não foram transcritas ou que se perderam ao longo dos anos. Sabe-se que, a partir de 1942, período em que os agentes do governo atuaram de forma mais intensa, muitos documentos, materiais didáticos e outras literaturas foram censurados, destruídos ou apreendidos pela polícia⁷.

Serviço Teuto-Brasileiro de Filmes Culturais - *Deutscher Kulturfilmdienst* (DKD)

Como foi abordado em capítulo anterior, a escola teuto-brasileira dava grande valor para o ensino visual (*Anschauungsunterricht*). A imagem era usada como um material didático eficiente na transmissão do conhecimento. Não é por acaso que o Reino Alemão

⁶ Cf. : *Wie erziehen wir unsere Schulkinder?* - Texto de conferência, realizada no VI Congresso em Blumenau, 1933, proferida pelo professor Ullrich de Santa Catarina.

⁷ Cf.: DIETRICH, 2001.

enviava para as escolas teuto-brasileiras tantos mapas, diapositivos e outros materiais ilustrativos.

Embora o serviço de filmes fosse uma prática comum na Alemanha, foi a partir de 1933 (período em que Hitler assumiu o poder) que o governo passou a apoiar, de forma mais efetiva, essa atividade. O Serviço de Filmes Culturais foi implantado oficialmente na Alemanha, pelo decreto de 26 de junho de 1934. A nova organização tinha como principal tarefa providenciar filmes que seriam utilizados pelas escolas como material didático. Para atingir tal objetivo o Reino Alemão recebeu o auxílio de empresas de produção de filmes, como da Ufa, por exemplo. Essa criou uma secção de produção de filmes didáticos para trabalhar, juntamente com o Reino Alemão, na produção de tais filmes. Devido a crise financeira que predominava na Alemanha da época, estabeleceu-se que as próprias famílias, com exceção daquelas cujos pais estavam desempregados ou que tinham grande número de filhos, pagariam o custo desses filmes. Para isso, cada família contribuía mensalmente com um pequeno valor, de modo que a contribuição anual atingisse oitenta centavos. Apesar da pequena contribuição, a central de filmes atingiu, rapidamente, grande sucesso. Em dezembro de 1935, já possuía, aproximadamente, 6083 aparelhos para rodar os filmes e 22.218 cópias de filmes⁸.

A nova proposta pedagógica foi logo trazida para o Brasil. Já na década de 1930 as escolas teuto-brasileiras desfrutavam dessa moderna técnica para instruir seus alunos e manter, sempre vivo, o *Deutschtum*.

O Serviço de Filmes Culturais passou a ser desenvolvido no Brasil a partir de maio de 1932 por Rosche, membro do Proseminar de São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Apesar do grande esforço, o trabalho desenvolvia-se lentamente e com muitas dificuldades. Em 1933, a Associação Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros (LDL) assumiu, oficialmente, a organização do Serviço de Filmes que recebeu a denominação de Serviço Teuto-Brasileiro de Filmes Culturais ou DKD (Deutsch-Brasilianischer Kulturfilmdienst beim LDL). Os trabalhos tiveram início nas escolas do Sul, mas a técnica estendeu-se, rapidamente, para outros estados de colonização alemã. (Jornal: Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul, Nr.10, 1935).

⁸ Cf. MÜLLER. *Aus dem Kulturfilmdienst in Deutschland und in Brasilien*. Relatório anual da Escola Alemã de São Paulo, 1936.

A central LDL tinha a tarefa de estabelecer contatos com a Alemanha, adquirir as películas e distribuí-las às diferentes centrais municipais e distritais. Com a apresentação dos filmes, pretendia-se estabelecer maior contato entre a Alemanha e o Brasil, permitindo, assim, que o teuto-brasileiro conhecesse melhor a terra natal de seus pais. A divulgação e propaganda da Alemanha eram, também, um alvo importante a ser atingido por meio do trabalho cinematográfico. A revista *Die Deutsche Schule im Auslande* (Nr. 12, 1931) traz um artigo sob o título: *Kulturfilmpropaganda*, que, na verdade, é um aviso às associações teutas da América do Sul e da América Central, sobre o envio, sem custo, de um documentário que deveria ser apresentado em todas as colônias alemãs. O filme seria mostrado primeiramente no Brasil, sendo encaminhado, posteriormente, ao Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e para a América Central. Com o intuito de cativar turistas e/ou estudantes para o país, o filme mostrava paisagens, cidades e monumentos históricos da Alemanha. A esse respeito o artigo registra:

Trata-se de um filme de propaganda que tem o objetivo de atrair amigos e visitantes para a Alemanha, visto que a corrente de viajantes e estudantes da América do Sul se dirige, quase que exclusivamente, a Paris, França. O filme deve ser mostrado não apenas nas escolas ou nas associações, mas também, aos pais de alunos não alemães. Sua apresentação deve ser inserida nas programações sociais, junto com música, organizadas pelas Associações escolares⁹.

Junto ao filme era enviado, também, um texto explicativo nos idiomas: alemão, português e espanhol.

O mapa da próxima página indica o espaço territorial, as centrais administrativas e o número de equipamentos utilizados no desenvolvimento de tal atividade no Brasil no ano de 1936.

Como se observa no mapa apresentado, o Serviço de Filmes estendia-se do Espírito Santo até o Rio Grande do Sul. Segundo o estatuto do DKD (1934), o Serviço de Filmes tinha sua sede junto à sede da Associação Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros, ou seja, em São Paulo. Em 1936, a organização possuía vinte aparelhos de projeção e geradores de eletricidade, visto que em muitas escolas do interior ainda não havia luz elétrica.

⁹ Cf.: *Kulturfilmpropaganda*. In: „Die Deutsche Schule im Auslande“. Nr. 12, 1931, p. 405.

Serviço de Filmes da Associação Nacional dos Professores
Teuto-brasileiros



Serviço de Filmes Culturais no Brasil

Serviço de Filmes da Associação Nacional dos Professores Teuto-brasileiros



Serviços de Filmes Culturais no Brasil

No Estado de São Paulo o Serviço de Filmes foi fundado, organizado e promovido pela Associação dos Professores - *Lehrerverein (LV)* - em trabalho conjunto com a Federação Paulista das Associações Teuto-Brasileiras. - *Verband Deutscher Vereine São Paulo (VDV)* - em 27 de março de 1934. A central de São Paulo tinha a tarefa de organizar apresentações nas escolas e em outras associações, fosse na capital, no interior, na cidade ou na zona rural. Além do Estado de São Paulo, estava sob sua responsabilidade, as colônias do Norte do Paraná. A comissão inicial que se responsabilizou pela organização de tal trabalho foi composta de cinco nomes¹⁰.

1. Presidente - Karl-Otto Müller
2. Operador - Riedel (Banco Alemão Transatlântico)
3. Operador - Kumpl (Hermann Stolz & CIA)
4. Operador - Levermann (Villa Marianna)
5. Operador - Abraham (Villa Marianna)

O presidente deveria ser escolhido pelo presidente da Central Geral que na época era Carlos Fouquet. Os operadores eram homens de confiança do presidente. Esses deveriam revezar-se e apresentar, com regularidade, os filmes nas escolas da capital e do interior. O trabalho era voluntário e as despesas eram cobertas pela contribuição voluntária recolhida da platéia.

A apresentação de filmes cativou rapidamente o colono alemão. Não só os alunos assistiam às projeções, como também toda a comunidade local. Para se ter uma idéia, a primeira apresentação na *Deutsche Schule (Olindaschule)* em São Paulo atraiu aproximadamente 500 pessoas e na Villa Marianna 300. Os filmes despertavam, também, grande interesse nos colonos do interior. Segundo relatório do *Deutscher Lehrerverein - SP*, em Campinas, compareceram 100 pessoas e na colônia de Friburgo, acima de 200 pessoas. Normalmente, vinham pessoas das colônias mais próximas e juntos, adultos e crianças, realizavam uma grande festa com músicas e discursos que vangloriavam a terra natal.

¹⁰ Müller, Karl Otto. *Deutschbrasilianischer Kulturfilmdienst*. In: Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul, Nr. 10 - Outubro, 1935.

Ao abordar o tema imagens e memórias, von Simson (1998) enfatiza o Serviço Alemão de Filmes como um eficiente recurso didático na transmissão de referências culturais, uma vez que esses mostravam as diferentes regiões da Alemanha, a política, a vida e o cotidiano daquelas pessoas reforçando também os ideias do Nacional Socialismo. Por meio de imagens, os mais velhos rememorizavam a sua pátria, fortalecendo sua cultura, hábitos e costumes e os mais jovens conheciam, admiravam e assimilavam o *Deutschtum*. A autora afirma ainda que o Serviço de Filmes era patrocinado pela Representação do Serviço de Ferrovias do Império Alemão no Brasil numa parceria com a iniciativa privada da época (Zeiss, Agfa e Siemens).

O relatório do primeiro ano do Serviço de Filmes - março de 1934 a março de 1935 – prestado pela Central de São Paulo revela a popularidade que ganhou essa atividade. Em um ano de trabalho foram realizadas 119¹¹ apresentações, nos diferentes locais e com frequências assim distribuídas:

Local de apresentações de filmes pelo DKD (capital e interior)

Capital do Estado	Freq	Interior do Estado / outros locais	Freq
Deutsche Schule Rua Olinda	12	Santos	02
Deutsche Schule Vila Marianna	05	Campinas	03
Deutsche Schule Mooca-Braz	07	Rio Claro	07
Deutsche Schule Sant'Anna	07	Nova Europa	03
Deutsche Schule Pinheiros	05	Kirchdorf – Leme	01
Deutsche Schule Santo Amaro	08	Ferraz	01
Deutsche Schule Campo Bello	08	Carioba	02
Deutsche Schule São Bernardo	09	Cosmópolis	01
Deutsche Schule São Caetano	09	Monte-Mor	03
Deutsche Schule Santa Clara	08	Araçatuba	02
Turnerschaft	03	Colônia Paulista	01
Wanderbund Villa Marianna	03	Presidente Wenceslau	03
Deutscher Sportclub	01	Assis	01
_____	_____	Congonhas do Campo	02
_____	_____	Bello Horizonte	01
_____	_____	Ouro Preto	01

Fonte: Relatório de um ano de trabalho do Serviços de Filmes Teuto-Brasileiro em SP.

¹¹ O relatório registra um número de 121 apresentações. Provavelmente, houve um engano na soma.

O segundo relatório anual do Serviço de Filmes (1935-1936), feito pela Associação Hans-Staden -SP, relata os progressos alcançados e registra mudanças no sistema de trabalho, como:

- organização de trabalho conjunto com a filial da Agfa que forneceria filmes diretamente para o DKD de São Paulo;
- a central de filmes de São Paulo passaria a produzir documentários que mostrariam as colônias e seus moradores. O DKD de São Paulo recebeu como presente da poetisa Maria Kahle uma máquina filmadora, o que possibilitava a produção das próprias películas;
- visto que os objetivos do DKD iam além de mostrar filmes, os operadores passariam a atender a um número fixo de regiões, pois assim poderiam conhecer melhor a colônia, o caráter de seus moradores e realizar melhor trabalho;
- as escolas deveriam organizar conferências, que seriam realizadas após a apresentação do filme. Para o cultivo e manutenção do *Deutschtum* os alunos deveriam cantar canções alemãs e/ou declamar poemas;
- para incentivar as escolas a promover tais apresentações, o dinheiro arrecadado das contribuições voluntárias nas apresentações dos filmes seria dividido com a escola, isto é, o custo das apresentações era de 25\$000 réis. Arrecadações acima desse valor eram divididas e abaixo eram complementadas pelas escolas;
- a escola deveria, em todas as apresentações, entregar aos alunos a programação, seguida da explicação sobre o importante papel do DKD;
- a compra de novos aparelhos projetores (cinco aparelhos), de modo que dois locais pudessem ser atendidos numa mesma noite.

As mudanças acima mencionadas levam a concluir que a transmissão dos filmes não tinha como único fim um auxílio didático/pedagógico na escola. As escolas eram usadas como um local de socialização e meio de comunicação entre grupos que tinham interesses ideológicos definidos e a comunidade em geral. O relatório citado acima registra a importância de se trabalhar conjuntamente com o N.S.D.A.P. (Partido Nacional-Socialista dos

Trabalhadores Alemães), pois, conforme enfatiza tal relatório, ambas organizações compartilhavam dos mesmos interesses e defendiam as mesmas idéias.

Alguns aspectos do desenvolvimento político-social brasileiro a partir de 1930 e o movimento de nacionalização

Em 1930 Getúlio Vargas subiu ao poder por golpe e permaneceu nele por um período de quinze anos, como chefe de um governo provisório e ditatorial. O momento político-econômico era marcado pela crise mundial que afetava diretamente a produção agrícola, provocando a ruína dos fazendeiros e o desemprego nas grandes cidades. Segundo Fausto (2001, p. 186), a Igreja Católica foi uma grande aliada do Estado, fazendo com que a massa da população católica apoiasse o novo governo. Em troca, o governo tomou medidas importantes em seu favor, lançando em abril de 1931 o decreto que permitiu o ensino de religião nas escolas públicas.

Desde o início, o governo Vargas mostrou-se centralizador. Em novembro de 1930 dissolveu o Congresso Nacional e assumiu todos os poderes: executivo e legislativo com ingerência em estados e municípios por meio de nomeações de interventores. Todos os governadores antigos foram demitidos e em seu lugar foram nomeados interventores federais. Desse modo Vargas detinha o controle não só dos aspectos políticos como também de outras esferas. O primeiro ato de repressão do governo recaiu sobre os partidos e organizações de esquerda, especialmente sobre o PCB. O governo implantou uma nova política trabalhista e criou em novembro de 1930 o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Pelo decreto de março de 1931, enquadrou os sindicatos que passaram a ser vinculados ao governo. O sindicato foi definido como órgão consultivo e de colaboração com o poder público, perdendo, assim, sua autonomia e poder de organização da classe trabalhadora.

O governo de Getúlio preocupou-se, também, com os problemas da educação. Seu principal objetivo era formar uma elite intelectualmente melhor preparada. Apesar das

reformas de ensino, anteriormente ocorridas, a instrução nacional ainda era precária¹². Poucos tinham acesso à instrução escolar. Segundo dados oficiais, no ano de 1936, 72,63% da população brasileira, ainda era analfabeta. Em novembro de 1930, o governo Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde. Francisco de Campos, então Ministro da Educação, estabeleceu, definitivamente, reformas importantes para o ensino, como: currículo seriado, o ensino em dois ciclos, a frequência obrigatória e a exigência de diploma de nível secundário para ingresso no ensino superior.

Seguindo sua visão centralizadora e de um regime ditatorial, o governo Vargas intensificou, a partir de 1938, o processo de nacionalização. A presença de diferentes grupos étnicos e suas organizações incomodavam as autoridades governamentais da época. Medidas com objetivo principal de eliminar os canais formais de atuação desses grupos e de forçar sua assimilação foram tomadas.

A segunda década do século XX é caracterizada como um período de grandes movimentações no sentido de estruturar o país e dar ao povo brasileiro uma identidade nacional. Um dos movimentos de grande importância desse período foi o Nacionalismo, movimento iniciado com a idéia gestada por alguns intelectuais, principalmente Olavo Bilac, de “abrasileirar” a nação. Isto é, o povo brasileiro deveria ser alfabetizado, aprender hábitos e costumes, como a higiene, por exemplo, de acordo com os valores de um determinado grupo dominante da época. Em 7 de setembro de 1916 foi fundada a Liga de Defesa Nacional que tinha seus objetivos bem definidos na direção de despertar no povo brasileiro o sentimento de patriotismo. Essa organização defendia como metas gerais a manutenção da idéia de coesão e integridade nacional; a defesa do trabalho nacional; a difusão da instrução militar nas diferentes instituições; o desenvolvimento do civismo; o culto do heroísmo; a fundação de associações de escoteiros; linhas de tiro e batalhões patrióticos; avivamento do estudo da história do Brasil e das tradições brasileiras; propagação da educação popular e profissional;

¹²A partir da década de 1920 ocorreram várias tentativas de reformas no ensino, mas essas limitaram-se a espaços estaduais. A reforma de 1920 realizada por Antônio Sampaio Dória em São Paulo, marca o início de uma série de reformas localizadas que trouxeram ao ensino uma visão renovadora, com novos métodos e técnicas de ensino-aprendizagem. As reformas aconteceram nas capitais dos grandes centros. Dentre outras destacam-se a reforma realizada por Lourenço Filho em 1924 no Ceará, para onde ele fora convidado a reorganizar o ensino primário; Anísio Teixeira na Bahia e em 1932 no Distrito Federal e Rio de Janeiro.

difusão, nas escolas, do amor à justiça e o culto do patriotismo; combate ao analfabetismo e a promoção do ensino da língua pátria nas escolas estrangeiras existente no país (grifo nosso)¹³.

A partir desse entusiasmo patriótico estimulado pela Liga de Defesa Nacional surgiram Ligas Nacionalistas em diferentes estados do país. Dentre estas organizações estaduais destaca-se a Liga Nacionalista de São Paulo que, segundo Nagle (2001), teve maior influência e continuidade de ação. De modo geral, as Ligas estaduais defendiam os mesmos objetivos da Liga de Defesa Nacional, porém, não se pode esquecer da ênfase que a Liga Nacionalista de São Paulo deu aos aspectos políticos.

O movimento nacionalista abrangeu diferentes esferas da sociedade brasileira, mas as primeiras manifestações apareceram no âmbito educacional. As datas cívicas foram comemoradas com grande intensidade, caravanas nacionalistas percorriam todo o país, novos materiais didáticos, dando ênfase, principalmente, aos aspectos cívicos e morais, foram introduzidos nas escolas com o intuito de exaltar o patriotismo e o sentimento nacional. A intenção, conforme afirma CARVALHO (1989), era regenerar a nação, visto que o povo brasileiro era tido como uma grande massa de analfabetos, ignorantes e preguiçosos que sofriam da falta de crença e de esperança.

Originaram-se novas idéias educacionais. Criaram-se novas expectativas em torno da educação. A instrução escolar passou a ser vista como salvadora da pátria. Era necessário oferecer escola primária a todos e extinguir o analfabetismo. De grande importância foi a reforma educacional realizada em 1920 no Estado de São Paulo por Sampaio Dória. Essa reforma, embora tenha permanecido pouco tempo em vigor, teve grande significado para a organização, reestruturação e desenvolvimento da educação estadual. Pode-se dizer que ela serviu de modelo e marcou o início de uma série de outras reformas que ocorreram no Brasil.

Antes de ser nomeado para o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, Sampaio Dória era professor de Psicologia, Pedagogia e Educação Cívica na Escola Normal Secundária da capital. Com sua posse – em 29 de abril de 1920 –, Dória destacou a reforma do ensino como principal meta de sua administração. A Reforma de 1920 foi bastante ampla e trouxe mudanças significativas para o ensino paulista nos primeiros

¹³ Cf. NAGLE, 1974, ed. 2001, p. 64-81.

anos de década de 1920. A lei nº 1750, de 8 de dezembro de 1920, foi promulgada por Washington Luís Pereira de Souza, então Presidente do Estado de São Paulo, e regulamentada pelo decreto nº 3356 - de 31 de maio de 1921. De acordo com Antunha (1967, p. 165-166), as principais mudanças ocorridas pela lei nº 1750 foram:

- a) redução do ensino primário a dois anos e a conseqüente criação do ensino médio de dois anos de duração, correspondente aos 3º e 4º anos primários, então extintos (art. 1º);
- b) redução da obrigatoriedade e gratuidade da freqüência escolar primária. As crianças legalmente obrigadas a freqüentar o curso primário de dois anos passaram a ser apenas as de nove e dez anos de idade;
- c) taxaço do curso médio;
- d) unificação das escolas isoladas ao tipo único de dois anos;
- e) redistribuição dos professores de terceiro e quarto ano que ficaram em disponibilidade para as novas classes alfabetizadoras de primeiro e segundo ano a serem formadas;
- f) desdobramento das escolas isoladas e também do trabalho do professor das escolas em que fosse excessiva a matrícula e no caso de não haver condições para a existência de dois professores;
- g) isenção aos pobres das taxas em todos os graus de ensino;
- h) crianças de sete e oito anos não eram obrigadas à freqüência escolar e não tinham permissão para ingressarem nas escolas públicas antes de completarem nove anos de idade;
- i) criação de duas mil escolas isoladas.

Pode-se perceber nas medidas mencionadas acima, que a principal preocupação da reforma era com relação à extinção do analfabetismo. O próprio Dória assim definiu o objetivo principal de sua reforma “ensinar pouco a muitos”. Conforme se viu em tópico anterior, o analfabetismo era considerado o principal fator de atraso da nação. O desdobramento das escolas isoladas e o aumento da carga horária dos professores permitiam o atendimento a um número maior de alunos. Visto que o Estado não dispunha de recursos

financeiros suficientes para criar, estruturar e manter um grande número de novos estabelecimentos, pensou-se em adotar tais medidas. Para conter as despesas seriam aproveitados os estabelecimentos já existentes, oferecendo novos turnos de trabalho, que seriam desenvolvidos pelos mesmos professores. Desse modo, o professor teria a possibilidade de melhorar seus vencimentos e, ao mesmo tempo, um número bem maior de crianças poderia ser atendido na mesma instituição.

Para compreender melhor a realidade escolar e para formular o plano definitivo da reforma, Sampaio Dória realizou o recenseamento escolar, que lhe ofereceu dados estatísticos reais da verdadeira situação escolar no Estado¹⁴. O censo revelou resultados surpreendentes; das 547.975 crianças de sete a doze anos residentes no Estado de São Paulo, apenas 175.830 encontravam-se matriculadas nas escolas públicas e particulares. A quantidade de crianças em idade escolar que permanecia sem receber instrução (372.145 crianças) era assustadora. A construção de duas mil novas escolas não era suficiente para resolver o déficit do ensino no Estado¹⁵.

Segundo Antunha (1967, p. 175), os pontos da reforma mais discutidos no Congresso paulista foram: a) a redução do ensino primário a dois anos; b) a criação do ensino médio; c) a taxaçoão desse curso e d) as medidas nacionalizadoras.

A presença de grande número de imigrantes era outra questão que ameaçava a formação do povo brasileiro. Os imigrantes de diferentes nacionalidades, além de trazerem consigo seu modo de vida, hábitos, costumes, idioma e cultura, podendo, assim, facilmente influenciar o brasileiro, construíam escolas específicas para educar seus filhos. A lei 1750 deixava livre aos particulares o exercício do magistério, porém, era necessário que se cumprisse a lei.

As escolas estrangeiras que funcionavam sem a fiscalização do Estado mantinham, normalmente, a língua de seu país como meio de comunicação. Cada uma seguia um currículo e adotava o material que mais lhe interessasse. A expansão dessas escolas ameaçava a unidade da nação, fato esse que causava grande preocupação aos governantes. Dentre outras medidas, salienta-se a questão da fiscalização dessas escolas. A partir da Reforma, nenhuma escola particular poderia funcionar sem o registro prévio da Diretoria

¹⁴ Ações semelhantes foram repetidas no Ceará em 1922 e no Distrito Federal em 1927.

¹⁵ Cf. ANTUNHA, 1967.

Geral da Instrução Pública. Para obter tal registro a lei era bastante clara, que rezava em seu artigo 5º – “do ensino particular” - § 2º, compete ao professor ou ao diretor:

“- 1º) comunicar ao Inspetor Regional que submeterá à aprovação do Diretor Geral:

- a) a localização do prédio de aulas para prévia inspeção médica;
- b) as disciplinas que vão ser ensinadas;
- c) o seu desenvolvimento, o horário das aulas, o número máximo de alunos para cada classe;
- d) o regime interno do colégio, como disciplina, o material didático, os tipos de carteiras, as condições de alimentação;
- e) os professores que ministrarão o ensino.

- 2º) Assumir o compromisso escrito:

- a) de respeitar os feriados nacionais;
- b) de ministrar ou fazer ministrar o ensino em vernáculo, salvo o de língua estrangeira;
- c) de incluir no programa o número de aulas que o governo determinar, o ensino de português por professores brasileiros natos, e o de geografia e história do Brasil, por professores brasileiros natos, uns e outros de competência reconhecida;
- d) de ensinar nas classes infantis, cantos nacionais aprovados pela Diretoria de Instrução Pública;
- e) de franquear o estabelecimento às autoridades de ensino;
- f) de fornecer os dados estatísticos designados pelo Diretor Geral da Instrução Pública.”

Com relação à língua estrangeira, o § 4º, do art.5º determinava, ainda: “é proibido nos colégios ou cursos, o ensino de língua estrangeira a crianças menores de 10 anos de idade” (ANTUNHA, 1967).

As medidas acima atingiam diretamente as escolas estrangeiras. A exigência do ensino em vernáculo, com professores natos para as disciplinas de história e geografia, de comemorações de feriados nacionais e de outros decretos dão uma idéia de como essas escolas funcionavam e do quanto elas passaram a incomodar o governo, por apresentar um caminho bastante diverso do “nacionalismo obrigatório” que se instalara. Cabe lembrar que nem todas as escolas particulares eram estrangeiras. Ao analisar o ensino particular no Estado de São

Paulo, Antunha relata na página 128, que, em 1917, havia na capital 172 escolas particulares e no interior 293. Este número subiu significativamente, em 1918 – na capital para 414 e no interior para 675 escolas - quando entrou em vigor a lei 1579, de 17.12.1917, que introduziu uma série de dispositivos a respeito do ensino primário privado, tomando inclusive as primeiras providências com relação ao processo de nacionalização das escolas estrangeiras.

Com certeza, a reforma de 1920 não resolveu todos os problemas da educação paulista, mas ela representa, a nosso ver, um marco, a partir do qual a União, os estados e os municípios, começaram a pensar a educação brasileira de forma mais séria e objetiva.

Na década de 1930 o Brasil contava com grande número de escolas de origem estrangeira. Imigrantes de diversas nacionalidades como japoneses, italianos e alemães construíram escolas próprias, nas quais seus filhos pudessem ser educados de acordo com a cultura do país de que provinham. Segundo Kreutz (1994), em 1938 havia no Brasil 1.500 escolas teuto-brasileiras, sendo a maioria delas localizadas nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O Estado de São Paulo, contava, na época, com aproximadamente quarenta escolas de origem alemã.

A partir de 1938 durante o governo Vargas, foram tomadas várias medidas no sentido de desorganizar os núcleos coloniais. No âmbito cultural destacam-se: a proibição das escolas que mantinham o ensino em língua estrangeira, assim como a proibição da publicação de jornais, revistas, almanaques e o fechamento de muitas sociedades culturais e recreativas. O objetivo era fazer com que as escolas de origem estrangeira seguissem as leis brasileiras de ensino e, para isso, era necessário que essas instituições adotassem a língua portuguesa como meio oficial de comunicação, dessem maior ênfase à cultura e ao civismo brasileiro e que houvesse a inserção dos núcleos coloniais na sociedade brasileira.

Ao percorrer a literatura, percebe-se que esse assunto preocupava tanto os políticos como os intelectuais mais ativos da época. A Associação Brasileira de Educação (ABE), tinha posição clara em relação a esse tema e afirmava que:

A ação do Governo Federal, em prol da nacionalização do ensino nas zonas coloniais estrangeiras terá assim que atender, para ser eficaz, a um duplo aspecto, visando de um lado, o aumento das escolas e o seu conveniente aparelhamento e, de outro lado, o preenchimento das cadeiras por professores na altura da tarefa que lhes será confiada, isto é, que não sejam apenas mestres, mas devotados patriotas e educadores no mais belo sentido da palavra. Uma providência com essa extensão terá que vir mais cedo ou

mais tarde e o dever de todos os brasileiros de reclamá-la, para que venha quanto antes, dada a íntima relação, que não pode ser contestada, entre o problema da nacionalização das escolas do sul e o futuro do país considerado no aspecto basilar da permanência dos laços espirituais que condicionam a sobrevivência da federação na sua integridade territorial e na sua unidade moral (Associação Brasileira de Educação, 1938, p. 309-311).

A organização dos grupos imigrantes significava uma ameaça à unidade do país. Sentia-se também a necessidade de adotar uma política de inserção dos grupos estrangeiros, já que a maioria das crianças que freqüentava essas escolas tinha nascido no Brasil, sendo, portanto, brasileiras mas desconhecendo a cultura nacional. A interrupção do sistema de ensino gestado pelos grupos estrangeiros dependia de uma ação forte e decisiva por parte do governo. Nesse processo, a figura do professor desempenhava papel importante. Ao mestre era, também, reservada a importante tarefa de despertar nesses grupos o sentimento de patriotismo.

A campanha de nacionalização durou todo o período da Segunda Guerra Mundial e trouxe conseqüências diretas ao sistema de ensino teuto-brasileiro que, na época, possuía uma rede de ensino bastante ampla e organizada. As escolas de origem alemã tiveram que, definitivamente, se adaptar às leis de ensino brasileiras. Segundo Kreutz (1994, p.45), o decreto nº 406 de maio de 1938 marca o início da legislação federal referente à nacionalização do ensino. Dentre outras proibições, foi decretado que o material usado na escola teuto-brasileira fosse em português e que os professores e diretores fossem natos. Não era permitida a circulação de materiais em língua estrangeira. Esse decreto e outras leis estabelecidas no período de 1938 a 1942 restringiram a atuação do imigrante e a difusão de outras culturas em território nacional, obrigando, assim, os estrangeiros a se adaptarem às leis nacionais.

Um outro tema que preocupava as autoridades brasileiras era a divulgação da ideologia nazista dentro da comunidade e das escolas alemãs. A partir do final da década de 1930, muitas escolas de origem alemã encontravam-se sob suspeita de divulgar e incentivar as idéias nacional-socialistas. Ao pesquisar os arquivos do DEOPS, Dietrich (2001) encontrou relatórios produzidos pelas autoridades policiais de São Paulo que registraram o perigo dessas escolas se transformarem em uma pequena Alemanha, dentro do território brasileiro. Relatórios policiais registram que:

[...] as escolas alemãs, entre as quais algumas que funcionavam desde o século XIX, estavam infiltradas de agentes nazistas, enviados pelo III Reich com a missão especial de divulgar a ideologia nazista aos alemães radicados na capital paulista. Estes agentes modificaram o papel de manutenção da cultura nas escolas, incutiram novas práticas, de acordo com a orientação do governo nacional-socialista, programando excursões campestres, e divulgando o ideário nazista através de canções e literatura (DIETRICH, 2001, p.186).

Segundo Dietrich, além da Escola Alemã da Vila Mariana, a unidade que levantava maior suspeita, outras três escolas alemãs foram indicadas pela polícia: a Escola Alemã de Santo Amaro, a Escola Alemã de Sant'Anna e a Escola Alemã da rua Olinda (atual Colégio Visconde de Porto Seguro). Depois das investigações as autoridades policiais concluíram o processo com um “nada consta” contra a Escola Alemã de Santo Amaro. Quanto a Escola Alemã de Sant'Anna o prontuário registra que “elementos nazistas” dirigiam esta escola, sendo a mesma posteriormente fechada. Investigações mais detalhadas foram realizadas na Escola Alemã da rua Olinda. Em 1942 foi instalado inquérito para afastamento de professores de nacionalidade alemã. Houve também apreensão de materiais didáticos. A polícia apreendeu neste estabelecimento trinta e sete películas de filmes com legenda em alemão. Estes foram, posteriormente, recuperados pela escola com algumas alterações. As investigações cessaram apenas quando a polícia soube que o diretor da escola, Gustav Adolf Hoch¹⁶, havia sido denunciado a Joseph Goebbels, Ministro de Propaganda e da Informação do governo Hitler, por não defender as idéias nazistas. Das escolas acima citadas, a que mais teve dificuldades com o processo de nacionalização foi a *Deutsche Schule Villa Marianna*. Grande parte de seu corpo docente foi indiciado pela polícia por envolvimento direto com o Partido Nazista em São Paulo. Em 1942 a escola teve seu nome mudado para “Ginásio Brasileiro Benjamin Constant”.

Tudo indica que, a partir de 1938, a polícia passou a acompanhar de perto as atividades dos imigrantes alemães. Em sua pesquisa, Dietrich encontrou inclusive documentos que acusavam Karl Fouquet (presidente da Sociedade Hans-Staden - antiga Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo) de tentar transformar a Escola Alemã

¹⁶ Gustav Adolf Hoch faleceu na prisão no dia 17 de julho de 1942 durante as diligências. Sobre este tema ver: *Im brasilianischen Gefängnis starb Dr. Gustav Adolf Hoch*. In: *Deutsche Arbeit*, 42. Jahrgang, Heft 10, Oktober 1942.

da rua Olinda em nazista. Segundo a polícia, este teria encontrado resistência, tanto por parte do governo, quanto da própria comunidade alemã, o que acarretou sua demissão da referida instituição.

O movimento nacionalista prolongou-se no decorrer da história, permanecendo até o final da Segunda Guerra Mundial. Até o ano de 1942 o governo Vargas tinha, por meio de ações nacionalizadoras, fechado as associações e as escolas de origem alemã na capital e no interior do Estado de São Paulo. Muitas dessas escolas sofreram intervenção do Estado, tiveram seu corpo docente renovado e foram transformadas em escolas genuinamente brasileiras. Outras, fecharam suas portas e deixaram de funcionar. Há, ainda, as que, como forma de resistência, foram demolidas provavelmente pela própria comunidade, como é o caso da Escola Alemã da comunidade do Bairro dos Pires em Limeira (BEZERRA, 2001).

Apesar do esforço do governo brasileiro em, por meio de medidas e decretos, direcionar o elemento estrangeiro no Brasil para uma assimilação compulsória dos valores culturais e políticos da nação, nota-se que os diferentes grupos estrangeiros carregam até os dias de hoje características étnicas peculiares que os distinguem da população brasileira o que faz a beleza e a diversidade de nossa cultura, que é - em última instância - a mistura de todos os povos que para cá vieram. Além dos aspectos físicos pode-se identificar facilmente grupos que preservaram a cultura e costumes de seu povo. A grande variedade de gastronomia na cidade de São Paulo revela-nos, muitas vezes, grupos étnicos como japoneses, italianos e alemães que lá se estabeleceram. Mas não são apenas os hábitos alimentares que resistiram ao tempo e podem ser utilizados como forma de manifestar diferenças étnicas. A língua alemã, por exemplo, continua a ser falada por um grande número de teuto-brasileiros que, apesar de repressões e a exemplo da maioria das famílias das mais variadas nacionalidades, prosseguiu sendo o idioma doméstico. Há, ainda na atualidade, pequenas cidades, como a cidade de Pomerode em Santa Catarina, por exemplo, onde o idioma alemão continua vivo e faz parte do cotidiano de seus moradores.

As necessidades do mundo globalizado contribuíram para que as minorias buscassem alternativas que lhes ofereçam melhores chances no mercado de trabalho. Não é sem razão que antigas escolas alemãs como o atual Colégio Visconde de Porto Seguro e o Colégio Humboldt procuraram nos últimos tempos reatar os laços de relações com a Alemanha. Na atualidade essas escolas oferecem aos alunos a possibilidade de realizarem

intercâmbios e de fazer as provas do chamado *Abitur* (exame alemão obrigatório ao fim da escola média). Não podemos nos esquecer, ainda, da história do grupo de canto Lyra, apresentada no primeiro capítulo, que permanece ativo e que luta para resgatar seus bens.

Um outro fator que também caracteriza a identidade étnica é a religião. Há grupos que professam religiões específicas como é o caso dos brasileiros de origem judia, alemã (no caso dos evangélicos luteranos), japonesa etc.

Esses exemplos nos levam a acreditar que uma mudança radical no *modus vivendi* nem sempre é possível por meio de decretos e leis. Os diferentes povos possuem tradições e culturas distintas que não podem ser erradicadas repentinamente. Mesmo assimilados, esses grupos carregam traços simbólicos que são importantes critérios de identificação étnica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após tantos anos de regime imperial escravocrata e de uma economia baseada no setor agrário, o país sofreu mudanças significativas no final do século XIX e início do século XX. A instituição do trabalho livre, o regime republicano, a expansão da economia cafeeira agro-exportadora, o crescimento urbano com a conseqüente industrialização, foram transformações que trouxeram ao Brasil um caráter de modernidade. Apesar dessas mudanças a sociedade não perdeu seus traços hierárquicos que distinguem a elite política, econômica e sociocultural da massa popular. A distinção de classes acarretava formas diferentes de participação na sociedade. O acesso do indivíduo ao trabalho, ao consumo e à cultura perpassava pela sua condição de classe social.

O processo imigratório desempenhou papel importante, tanto no campo quanto no trabalho na indústria que começava a despontar. O contingente de imigrantes alemães que veio para o Brasil não foi tão grande como os de outras nacionalidades, como, por exemplo, italianos, portugueses e espanhóis. No entanto, não se pode desprezar a presença do imigrante alemão como grupo ativo, econômica e socialmente, na construção do desenvolvimento urbano industrial do Estado de São Paulo.

A imigração alemã para o Brasil destacou-se como o contingente de maior importância até meados do século XIX. Embora muitos grupos viessem de outros países como Áustria e Suíça, por exemplo, também tinham origem e cultura germânicas. A presença desses grupos foi um fator determinante tanto para a economia cafeeira agro-exportadora que conheceu maior impulso com a chegada deles quanto para a expansão das indústrias. Camilo (1998) enfatiza em sua pesquisa a importância dos imigrantes alemães para a formação da

indústria na cidade de Campinas. Segundo a autora, eles foram pioneiros no processo de industrialização da cidade em diversos ramos como marcenaria e carpintaria, fábrica de chapéus, fundição etc. Mas não foi apenas na cidade de Campinas que o alemão desenvolveu atividades industriais. Por volta de 1880 foram criadas mais de seis novas fábricas de cerveja na cidade de São Paulo, entre as quais a Companhia Antártica Paulista que se tornou a maior de seu ramo no país. Segundo registra Siriani (2003, p.162), o grande ramo industrial alemão da cidade acabou sendo a fabricação de chapéus, contando com doze fábricas, desde os promórdios da imigração alemã na década de 1820.

A peculiaridade da colonização alemã constituiu-se em sua forma de organização, em seu esforço em manter a língua e a cultura de origem. Esta pesquisa mostrou-nos que a escola era considerada pelos imigrantes e, também, pelo Reino Alemão, um elemento estratégico para o desenvolvimento do projeto de manutenção da língua e da cultura alemã entre os grupos emigrados. Além de ensinar a ler, escrever e calcular, o professor tinha a difícil tarefa de transmitir valores que davam ênfase e, por assim dizer, constituíam-se na própria essência do espírito germânico.

O trabalho do professor não se encerrava na sala de aula. Além dos compromissos didáticos-pedagógicos, ele assumia o papel de animador cultural, desenvolvendo atividades como organização e manutenção de bibliotecas, ensaios de peças de teatro e de grupos de corais, organização de excursões e festas nas escolas, promoção de caminhadas e visitas a outros grupos de imigrantes etc, o que envolvia toda a comunidade. Na maioria das escolas, era de sua responsabilidade o bom funcionamento da biblioteca, pois sua organização cuidando dos empréstimos e recebimentos de livros, tanto para alunos quanto para a comunidade, ficavam sob o controle do mestre para maior difusão das idéias e do espírito germânicos. Uma outra atividade desenvolvida pelo professor eram as aulas de religião. Embora a grande maioria das escolas se declarasse a-confessional, a escola teuta dava grande ênfase ao ensino religioso luterano, pois como vimos em capítulo anterior, a formação espiritual era de grande importância na manutenção da germanidade.

O grande número de escolas alemãs que existiam na capital e no interior do Estado de São Paulo levou-nos a refletir sobre a seguinte pergunta: o imigrante alemão não tinha uma escola brasileira na qual pudesse matricular seus filhos ou ele não queria que seus filhos frequentassem uma escola brasileira? Se, por um lado, havia escassez de escolas

públicas nas zonas rurais, o que pode justificar a criação das escolas teutas nessas áreas, por outro, verifica-se que nas zonas urbanas existiam escolas de boa qualidade. Mesmo assim, foi construído um grande número de escolas alemãs na capital do Estado e em cidades mais desenvolvidas como Campinas, por exemplo, exclusivas para os filhos de imigrantes.

Como vimos em capítulos anteriores, o imigrante alemão esforçou-se para manter o *Deutschtum*. A luta pela preservação e cultivo da língua e da cultura alemã entre eles era intensa e abrangia diferentes setores da comunidade, principalmente, as organizações confessionais católica e luterana. Autores renomados na área da psicologia da educação têm demonstrado que as crianças se adaptam rapidamente às novas situações. Ao frequentar uma escola brasileira, o filho do imigrante conheceria e aprenderia um novo modo de vida e, certamente, passaria a fazer uso de um novo idioma: o português. A aquisição desse conhecimento, pelo menos até a metade da década de 1920, não interessava, com raras exceções, ao imigrante alemão. Não foi por acaso que a Conferência de Pastores do Sínodo do Brasil Central, realizada em 1908, recomendou a construção de um internato na *Deutsche Schule* de Rio Claro. Como interno, o aluno receberia educação escolar e religiosa, genuinamente alemãs.

Atitudes como essas nos levam a deduzir que as novas relações sociais exógenas não eram de interesse da maior parte dos imigrantes alemães que privilegiava as endógenas. Além das escolas, é notável o grande número de associações de lazer, de auxílio mútuo, de ginástica e de canto que foram criadas por eles ao longo dos anos. Se, por um lado, grande parte desses imigrantes era a favor de criar, organizar e manter sua própria cultura dentro dos núcleos coloniais, deixando assim de participar de um universo social mais amplo na sociedade brasileira, por outro lado deve-se dizer que essa tomada de posição não deve ser absolutizada. Embora fosse opinião da minoria, as atas de reuniões do *Lehrerverein* registram, por várias vezes, discordâncias referentes ao isolamento dos colonos. Nota-se que alguns imigrantes percebiam a necessidade de colocar seus filhos em contato com a cultura brasileira, preparando-os, assim, para a inserção no mercado de trabalho.

A Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo, fundada em 1916 e que funcionou ativamente até 1938, canalizou esforços das diversas esferas no sentido de organizar o sistema de ensino teuto no país. O *Lehrerverein* foi um suporte importante na manutenção do *Deutschtum*, pois eram os professores que tinham a tarefa de

transmitir às novas gerações o espírito e a cultura alemã. Sendo assim, a escola tornou-se um espaço estratégico para o desenvolvimento da cultura étnica.

O ensino era tradicional e centrado na figura do professor. A concepção de educação era totalmente acrítica, pois privilegiava o conhecimento, o intelecto do adulto. A criança era vista como imatura e incompleta. A ela cabia ouvir, assimilar e aprender. Caso o aluno se revelasse rebelde a esse processo, era, muitas vezes, reservado ao professor o direito aos castigos corporais.

Ao estudar a Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo, surgiram novos temas, como por exemplo, a Federação Paulista das Associações Teuto-Brasileiras, que foram alargando nossas análises e mostrando o admirável poder de organização dos colonos alemães. A partir deste trabalho de pesquisa pudemos conhecer e entender melhor o imigrante alemão, seu modo de vida e suas ações dentro dos núcleos e em contato com a realidade nacional.

As várias formas de organização em torno do sistema de ensino como os Congressos Nacionais e o Serviço de Filmes Culturais que foi instituído nacionalmente na década de 1930 e organizado em São Paulo pela Associação dos Professores, revelam-nos que o sistema de ensino teuto-brasileiro se encontrava bem estruturado e empregava técnicas modernas de aprendizagem, não só nas escolas maiores da capital, como a da Rua Olinda, por exemplo, como tentava expandi-las para as pequenas aglomerações de imigrantes. O grande interesse do governo alemão em investir na organização de um sistema escolar aqui no Brasil é um fato relevante, pois é justamente no período em que os governos centralizadores e ditatoriais se desenvolvem na Europa e o nazismo domina a Alemanha é que se intensificaram os trabalhos com os chamados filmes culturais no Brasil. Nota-se que os trabalhos com filmes faziam parte de uma ação planejada baseada na difusão ideológica e política.

A pesquisa em documentos, artigos de jornais e revistas da época revelou-nos que a partir de década de 1930 houve um grande esforço orquestrado a partir da nação de origem para transmitir a ideologia nazista aos alemães que residiam no Brasil. Foi, principalmente, com a fundação da Federação Paulista das Associações Teuto-Brasileiras em 1931, que houve maior investimento no sentido de divulgar as idéias nazistas dentro das escolas e dos núcleos coloniais do Estado de São Paulo. O trabalho conjunto realizado entre a Federação e a Associação dos Professores na organização dos trabalhos relacionados ao

Serviço de Filmes Culturais, tinha a clara intenção de atingir todos os núcleos coloniais e associações e se valer do espaço escolar, já bem estruturado, para transmitir as idéias do nacional-socialismo. As apresentações desses filmes tinham como objetivo mostrar o sucesso do governo nazista na Alemanha e, segundo membros do regime nacional-socialista, a “superioridade do povo alemão” nas suas experiências migratórias, inclusive no Brasil.

O processo de nacionalização instituído pelo governo brasileiro foi necessário para evitar a organização de uma “pequena Alemanha” dentro do território nacional. As autoridades governamentais tinham que tomar providências no sentido de inserir os grupos organizados de estrangeiros na sociedade brasileira. No entanto, o projeto de nacionalização foi realizado de forma agressiva e repressora, acarretando assim, grandes perdas, tanto para os núcleos coloniais quanto para o próprio país. A campanha de nacionalização tinha como objetivo erradicar as influências estrangeiras e inculcar nas populações de origem européia (principalmente nos alemães residentes nos estados do sul) o sentimento de brasilidade. A manutenção do *Deutschtum* (língua, hábitos, cultura e espírito alemão) foi interpretada pelas autoridades brasileiras como uma ameaça à unidade nacional. Por meio de uma legislação específica, o programa de nacionalização pretendia a assimilação compulsória ou forçada das minorias, o que colocou à margem da lei a maior parte das instituições consideradas estrangeiras, como escolas, sociedades assistenciais culturais, imprensa e clubes. Com essas medidas a maioria das escolas teutas foi fechada, destruindo-se assim, por completo, todo um sistema de ensino já organizado e em pleno funcionamento.

Na busca de materiais e informações ao longo desta pesquisa, deparamos com novos temas que ampliaram nossos horizontes e que podem ser pontos de partida para novas investigações. Entre eles destacam-se dois tópicos que mereceriam estudos mais direcionados e detalhados, que são as questões relacionadas ao Serviço de Filmes Culturais e a hipótese de ser relativamente baixo o número de crianças alemãs que freqüentavam as escolas teutas.

Ao reconstituir para melhor entender a história do *Lehrerverein* do Estado de São Paulo, percebemos que suas atividades e sua influência dentro dos núcleos alemães revelam que essa organização ultrapassou os limites meramente profissionais, dando grande contribuição para a história do imigrante alemão no Estado, tanto na criação de escolas, na organização do ensino teuto-brasileiro quanto no fortalecimento dos grupos étnicos na fase inicial de relativo isolamento. Parece também ter fornecido aos jovens oriundos dessa etnia

uma formação escolar de qualidade que lhes permitiu, quando a nacionalização abruptamente atingiu as comunidades étnicas, chances de inserção na realidade brasileira em níveis da pequena classe média para cima na escala social das cidades paulistas. Assim o contingente de língua e cultura germânicas parece ter sido importante na formação da classe média paulista e teve papel relevante deixando sua marca no desenvolvimento do Estado de São Paulo.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Estatutos:

- Satzungen des Lehrervereins Mittelbrasiliens - São Paulo, 1916.
- Satzungen des Deutschen Lehrervereins São Paulo. 1929.
- Satzungen des Hans Staden – Vereines São Paulo, 1935.
- Satzungen des Deutsch- Brasilianischen Schulvereines für Sant'Anna und Umgebung, 1926.
- Satzungen des Landesverbandes Deutsch-Brasilianischer Lehrer, 1927.
- Satzungen des Deutschbrasilianischen Kulturfilmdienstes (DKD), 1934.
- Satzungen des Verbandes der Deutschen Vereine São Paulo, 1931.

(acervo do arquivo do Instituto Martius-Staden, São Paulo)

Relatórios:

- Jahresbericht, *Über Schulen im Staat São Paulo*. Deutsche Schule (Olindaschule) de São Paulo. (1938: 110.)
- Jahresbericht, *Deutsch-Brasilianischer Kulturfilmdienst: Bericht der Bezirksstelle São Paulo über das erste Tätigkeitsjahr*. (1934-1935).
- Bericht der RHK zum 6. deutschbrasilianischen Schultag in Blumenau 1933.
- Bericht des Vorstandes auf die Hauptversammlung in Campinas am 31. Oktober 1929.
- Bericht des Bezirks São Paulo der Ruhegehaltkasse über das Geschäftsjahr 1929/30.
- Bericht des Deutschen Lehrervereins – São Paulo für die Schultage in Porto Alegre, 1931.

(acervo do arquivo do Instituto Martius-Staden, São Paulo)

Periódicos e revistas

- Jornal: Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul, Nr.10, 1935).
- Jornal: Deutsche Zeitung - TIEMANN, Joachim. *Das Institut Martius-Staden Geschichte und Gegenwart*. In: Deutsche Zeitung, 29 de junho de 2001.
- Jornal: Der Gemeinde-Bote – Die Evangelischen Seminare in São Leopoldo. 1926/ julho, p.2
- Jornal: Deutscher Morgen. 16 Julho de 1937.
- KELLER, Johannes – LINHART, H. *Entwurf eines Lehrplans für Deutsche Kolonieschulen*. In: Deutsche Schule im Auslande – n.11/Nov., pp. 307-311, 1927.
- HOCH, Gustav Adolf *Die Deutschen Schulen im Staate S. Paulo nebst einigen Bemerkungen über brasilianisches Schulwesen*. In: Die Deutsche Schule im Auslande – n. 7/8, pp.: 186-191, 1926.
- JONAS, Karl. *Von der Ruhegehaltskasse für deutsche Lehrer in Brasilien*. In: Die Deutsche Schule im Auslande – n. 9/10, set/out, pp.: 268-271, 1927.
- Für Schule und Haus – N. 1, 2, 4, 5 e 6.
(acervo do arquivo do Instituto Martius-Staden, São Paulo)

Manuscritos / documentos diversos

Livros-atas do Lehrerverein do Estado de São Paulo - 1916 a 1938

- Protokolle, Band I - vom 08.12.1916 bis zum 15.11.1921
- Protokolle, Band II - vom 15.11.1921 bis zum 23.08.1925
- Protokolle, Band III - vom 23.08.1925 bis zum 25.10.1931
- Protokolle, Band IV - vom 06.11. 1931 bis zum 17. 08.1938

(acervo do arquivo do Instituto Martius-Staden, São Paulo)

- Livro -Ata da Comunidade de Friburgo.

(acervo do arquivo do Centro de Memória. Unicamp, Campinas)

- Lista - *Uebersicht ueber die dem Hans Staden-Verein angeschlossenen Deutschen Schulen des Staates São Paulo und seiner Randgebiete.*(s/d).
- Lista - *Mitglieder-Verzeichnis am 1. Mai 1937.* (Zusammensetzung des Verbands-Vorstandes für den Geschäftsabschnitt 1937/39 auf Grund des § 8-A-2 und b der Satzungen).
- Formulário - *Fragebogen des Landesverbandes Deusch-Brasilianischer Lehrer.* (s/d).
- Pastas: Schultage
- Pastas: Landesverband
- Pastas: Verband der Deutschen Vereine São Paulo (VDV)

- Correspondências do Lehrerverein - São Paulo, 1922 a 1938: pasta 1922 -1926, pasta 1927, pasta 1928, pasta 1929, pasta 1930, pasta 1931, pasta 1932, pasta 1933, pasta 1934, pasta 1934, pasta 1935-I, 1935-II, pasta 1936, pasta 1937, pasta 1938.

(acervo do arquivo do Instituto Martius-Staden, São Paulo)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNHA, Heladio Cesar Gonçalves *A Reforma de 1920 da Instrução Pública do Estado de São Paulo*. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado, 1967.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Nacionalização do Ensino* in: Instruindo e divulgando comunicados de Imprensa. Vol. 1 (números de 1 a 200 – 1935-1940) Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1938.

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. 6ª. edição. Rio de Janeiro: editora UFRJ; Brasília: editora UnB, 1996.

BARBANTI, Maria Lúcia Spedo Hilsdorf. *Escolas Americanas de Confissão Protestante na Província de São Paulo: Um Estudo de suas Origens*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, USP, 1977.

BARTH, E. A.: Briefe eines Lehrers aus Brasilien In: *Allgemeine deutsche Lehrerzeitung*: zugleich Organ der allgemeinen deutschen Lehrerversammlungen und des Deutschen Lehrerpensionsverbandes ; 22 - 7, p. 51 - 52 (1870).

_____. Briefe eines Lehrers aus Brasilien In: *Allgemeine deutsche Lehrerzeitung*: zugleich Organ der allgemeinen deutschen Lehrerversammlungen und des Deutschen Lehrerpensionsverbandes; 22 - 7, p. 67 - 68 (1870).

BECHER, H. *O Barão Georg Heinrich von Langsdorff: pesquisas de um cientista alemão no século XIX*. Brasília, UnB, 1990.

BECK, Nestor L, J. Aos Conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs. In: *Martinho Lutero, obras selecionadas*. Volume 5: p.302, 1995.

BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. *De Colonos a Proprietários: A Saga da Formação do Bairro dos Pires*. Tese de mestrado. Unicamp, 2001.

BINZER, Ina v. *Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. São Paulo: Anhembi, 1956.

BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

- BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. *A Reprodução*. Rio de Janeiro; Francisco Alves, 1975.
- BRITO, Marilza Elizardo. *Memória e Cultura*. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, Rio de Janeiro, 1989.
- BRUNN, Gerhard. *Deutschland und Brasilien (1889 - 1914)* Viena: Böhlau Verlag Köln, 1971.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CAMILLO, Ema E. R. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas (1850-1887)*. Campinas, SP. Mercado das Letras, Centro de Memória - Unicamp, 1998.
- CAMPOS, Maria C. S. de Souza. *Educação: agentes formais e informais*. (Temas básicos da educação e ensino). São Paulo: EPU, 1985.
- CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. *Inventário DEOPS – Alemanha*. São Paulo. Arquivo do Estado, 1997.
- CARNEIRO, J. Fernando. “Conferência na Sessão de Instalação .” In: *I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 1963.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República* – Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989.
- CINTRÃO, Janaina Florinda Ferri. *Nova Europa: a ideologia germanista no interior paulista*. Tese de doutorado, UNESP: Araraquara, SP, 1999.
- COUTO, Miguel. *No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo*. Typ. Jornal do Comércio de Rodrigues & C. Rio de Janeiro, 1927.
- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um Colono no Brasil - 1850* (Tradução, prefácio e notas de Sergio Buarque de Holanda). São Paulo: Martins, 1972.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de grande Lavoura, 1820 - 1920* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DEUTSCHER BUNDESTAG, Referat Öffentlichkeitsarbeit. *Fragen an die Deutsche Geschichte: Ideen, Kräfte, Entscheidungen von 1800 bis zur Gegenwart*. Bonn, 1989.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Imigração Urbanização e Industrialização: estudos sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil* Rio Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, MEC, 1964.
- DIETRICH, Ana Maria. *A caça à suástica: O Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP – SP, 2001.
- DREHER, Martin Norberto. Apontamentos para a História da Comunidade Evangélica de Campo Bom. In: SPERB, Angela Tereza (Org.). *Sal da Terra: 160 anos da Comunidade e Escola Evangélica de Campo Bom*. Canoas: Gráfica Editora, 1992.
- ENZYKLOPÄDIE, Brockhaus. F. A. Brockhaus Wiesbaden, 1972. vol. 15 p.491.
- FAUSER, Hildegard Werle, “Die Grumbiern wie ein Kopp so Groß“ – *Die Einwanderung aus dem deutschsprachigen Raum in den Staat São Paulo*. Edição da autora, 1999.

- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- FELIX, Jose Luis. *Colônia Rio Grandense: problemas de aculturação e de língua*. Tese de mestrado pela Faculdade de Ciências e Letras de Assis -UNESP, 1990.
- FOUQUET, Carlos. *Der Deutsche Einwanderer und seine Nachkommen in Brasilien 1808 - 1824 - 1974*. São Paulo – Porto Alegre: Instituto Hans Staden e Federação dos Centros Culturais “25 de Julho”, 1974.
- GOETHE, J.W. *Geschichte der Farbenlehre* in Textos escolhidos em três volumes, Leipzig, Vol. III.
- HARDT, Lúcia Schneider. Germanidade e cidadania: a escola na trajetória da comunidade. In: SPERB, Angela Tereza (Org.). *Sal da Terra - 160 Anos da Comunidade e Escola Evangélica de Campo Bom*. Canoas: Gráfica Editora, 1992.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOPPEN, Arnildo. *Formação de Professores Evangélicos no Rio Grande do Sul*. Parte (1909-1939) Edição do autor.
- KAHLE, Maria. *Deutsche Heimat in Brasilien*. Verlag Grenze und Ausland, Berlin, 1937.
- KAISER, Glória. *Dona Leopoldina: uma Habsburg no trono brasileiro*. (Tradução de: Christiane Rupp.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- KARASTOJANOV, Andréa Mara Souto. *Vir, Viver e Talvez morrer em Campinas: um estudo sobre a comunidade residente na zona urbana durante o Segundo Império*. Campinas, SP. Editora da Unicamp. Centro de Memória – Unicamp. 1999.
- KAUSCHMANN, Karl. Vierter deutsch-brasilianischer Schultag zu Curityba (Staat Paraná) vom 11. bis 14. Januar 1927. In: *Deutsche Schule im Auslande*. N. 6/7, p. 164-170, 1927.
- KOMISSAROV, B. *Da Sibéria à Amazônia: a vida de Langsdorff*. Brasília, Langsdorff, 1992.
- KREUTZ, Lúcio. *O Professor Paroquial: magistério e imigração alemã*. Florianópolis, Ed. UFSC, 1991.
- _____. A Escola Teuto-Brasileira Católica e a Nacionalização do Ensino. In: *Nacionalização e Imigração Alemã*. (Org.) São Leopoldo, Telmo Müller, 1994.
- LAUERHASS JR., L. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo Brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986.
- LEÃO, Carneiro. A. *Os deveres das novas gerações Brasileiras*. In: À Margem da História da República. Vicente Licínio Cardoso (org.) Apresentação de Potyguar Mattos. – 3 ed. rev. e atual. Recife: FUNDAJ: Editora Massangana, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão ... [et al] 4ª .ed. Campinas, SP: Unicamp, 1996.
- LEITE, Rogério Cerqueira. *Quem tem medo do nacionalismo?* São Paulo, Brasiliense, 1983.
- LENHARO, Alcir. *Nazismo: o triunfo da vontade*. São Paulo: Atica, 1996.

- MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação: da antiguidade ao nossos dias*. Editora Cortez, 1992.
- MÜLLER, Telmo Lauro (org.). *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NASCIMENTO, T.A.Q.R. (et al.). *Memórias da educação: Campinas (1850-1960)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp: Área de Publicações CMU/Unicamp. (Coleções Campiniana, 20) 1999.
- NOBRE, Sônia Ap. dos Santos. *Colégio Koelle: um marco na história da educação em Rio Claro (1883-1933)*, Monografia, Unesp - Rio Claro (SP), 1998.
- OBERACKER, Carlos H. Jr. *A Contribuição Teuta à Formação da Nação*. Presença Edições, vol. 1 e 2 - segunda edição em língua portuguesa, 1985.
- PAIVA, César. *Die Deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik*. Dissertation zur Erlangung der Würde des Doktors der Philosophie der Universität Hamburg, 1984.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo: Loyola, 1987.
- PATTO, Maria Helena Souza. *Estado Ciência e Política na Primeira República – A desqualificação dos pobres*, Estudos Avançados 13 (35, 1999).
- PEREIRA, Aloysio et alii *Rio Claro – Sesquicentenária*. Rio Claro: Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”/ Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia Do Governo do Estado de São Paulo, 1978.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer Imigração assalariada. In: FAUSTO, Boris (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira* 3ª ed. São Paulo: Difel, 1987, t. II, v.5 pp.274-319.
- _____. *A imigração e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PIGNATARO, Lícia Capri *Imigrantes alemães em Rio Claro e seus descendentes Koelle*, Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município, 1983.
- RAMBO, Arthur Blasio A Nacionalização e a Escola Teuto-Brasileira Evangélica. In: *Nacionalização e Imigração Alemã*. Org.: Müller, T. São Leopoldo: Unisinos, 1994.
- RICHARD, Lionel. *A República de Weimar, 1919-1933*. São Paulo, Companhia das Letras (Coleção: A vida Cotidiana) 1988.
- ROCHA, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1969.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1926.
- SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e Identidade Ética*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura. 1981.
- _____. *Imigração e Cultura no Brasil*. Ed. UNB, 1990.
- _____. *Estudo sobre a reelaboração e segmentação da identidade étnica*. Cadernos CERU série 2, Nº 13, 2002.

_____. *Racismo e o ideário na formação do povo no pensamento brasileiro*. Cadernos PENESB. Org. Iolanda de Oliveira. Rio de Janeiro, Eduff, 2002.

SIMSON, Olga R. M.von. Diversidade cultural, reconstituição da tradição e globalização: os teuto-brasileiros de Friburgo – Campinas. In *textos CERU: Famílias em São Paulo: vivências na diferença*. Série 2 nº 7 : 1997.

_____. Imagem e Memória. In: *O Fotógrafo*. SAMAIN, Etienne (Org) São Paulo HUCITEC.1998.

SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Coleção Teses e Monografias, vol. 6, 2003.

SOUZA, F. R. *O direito à educação: lutas populares pela escola em Campinas*. Campinas: Unicamp: Área de Publicações CMU/Unicamp. (Coleções Campiniana, 18), 1998.

SPERB, Angela Tereza (org.). *Sal da Terra - 160 Anos da Comunidade e Escola Evangélica de Campo Bom*. Canoas: Gráfica, 1992.

SUDHAUS, Fritz. *Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19.Jahrhundert*. Hamburg (s.c.p.), 1940.

TRIMER, Roger. *Lições de Vida - Histórias do Koelle*. São Carlos: Riani Costa, 1994.

VERÍSSIMO, José Dias Matos. *A Educação Nacional*. Série Novas Perspectivas 14, Porto Alegre – RS, 1985.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*, São Paulo: Nacional (coleção Brasileira, v. 250), 1946.

WITTER, José Sebastião. *A revolta dos parceiros*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ZENHA, Edmundo. *A Colônia Alemã de Santo Amaro, sua instalação em 1829*. São Paulo: Divisão do Arquivo do Estado, 1950.

ZWEIG, Stefan. *Brasilien: Ein Land der Zukunft*. Frankfurt am Main: Insel, 1981.

ANEXOS

ANEXO 1

Tradução da ata de fundação das Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo¹.

São Paulo, 8 de dezembro de 1916

Início: 9:00 horas

Com o objetivo de fundar uma associação de professores foi convocada uma reunião para o dia 8 de dezembro de 1916, na qual compareceram as seguintes professoras e professores: Senhora E Schöler - Eggbert, senhorita Hofmann, senhorita L. Fischer e os senhores Keller, R. Müller, O. Schöler, H. Meyer, Th. Bauer e P. Klemig.

O senhor Schöler inicia a reunião com breves comentários sobre a necessidade de se fundar uma associação de professores, apontando suficientes razões para a fundação. A mesa lhe agradece pela fala. O senhor Müller propõe que o senhor Schöler assuma a presidência da mesa. A proposta foi aceita pelos participantes.

O senhor Klemig propõe que seja escolhida, naquele momento, uma diretoria para que na próxima reunião não se perdesse tempo novamente com este assunto. Depois de discutir o tema, a proposta foi aceita e conduzida à votação. Foram escolhidos os seguintes nomes:

Sr. O. Schöler como primeiro presidente.

Sr. Keller como vice-presidente.

Sr. Th. Bauer como secretário.

Sr. Schmidt como tesoureiro.

Sr. R. Müller como vogal.

Para a redação dos estatutos foi nomeada uma comissão composta dos seguintes nomes: Schöler, Keller, Müller e Bauer.

A próxima reunião foi marcada para o dia 2 de janeiro de 1917. O senhor Schöler fará nesta data uma conferência sobre o tema: Quais as tarefas que a Guerra Mundial desperta nos professores alemães que trabalham no exterior?

Fim da reunião: 10:45 horas

Assinam:

Otto Schöler

Th. Bauer

1º. Presidente

Secretário

¹ Manuscritos originais em alemão encontram-se no Arquivo do Instituto Martius-Staden, São Paulo, capital. Tradução de Sônia Nobre.

ANEXO 1a

Cópia extraída do original da ata de fundação da Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo, fundada em 8 de dezembro de 1916.

São Paulo, aos 8 de Dezembro 1916.

Legimus J. W.

Wir sind am 8. Dez. des 1916 vereinigt in der Versammlung großer Gründung einer Lehrervereinigung...
L. Schüler, E. Kellen, R. Keller, O. Schöler, H. Meyer, H. Bauer, P. Klein.

Der Schüler spricht im Namen...
Der Schüler spricht im Namen...
Der Schüler spricht im Namen...

- Der Schüler als 1. Vorsitzender
- " Keller " Stellvertreter
- " H. Bauer " Schriftführer
- " Oskar Schmidt " Kassier
- " P. Keller " Schriftg.

Die Abfassung der Statuten...
auf Bauer, ernannt.

Die nächstfolgende Versammlung...
am 19.12. festgesetzt...
wird...
Kellner?

Oskar Schmidt 1. Vorsitzender
H. Bauer Schriftf.
Schriftf. der Versammlung 10/16

ANEXO 2

Tradução do primeiro Estatuto da Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo².

Estatutos da Associação dos Professores do Brasil Central

1.

A Associação dos Professores do Brasil Central tem sua sede em São Paulo. Ela tem como objetivo a promoção das escolas teuto-brasileiras, assim como a elevação espiritual e material da categoria dos professores. Classifica-se a Associação como pessoa jurídica.

2.

A Associação procura alcançar seus objetivos por meio de:

- a) realização de reuniões do conselho;
- b) edição de uma revista específica;
- c) manutenção de uma biblioteca para professores e alunos;
- d) elaboração própria de material didático apropriado;
- e) agência de emprego;
- f) fundação e fortalecimento de associações de escolas e regulamentos das relações entre professores e comunidade escolar;
- g) manutenção de um fundo que sirva de apoio em caso de aposentadoria e de morte;
- h) proteção jurídica para seus membros.

3.

Membros da Associação podem ser:

- a) professores e professoras concursados que exercem a profissão;
- b) professores e professoras não concursados que possam provar o exercício de três anos na profissão;
- c) amigos e protetores do sistema escolar e associações de escolas teuto-brasileiras; Estes, entretanto, têm apenas voz conselheira.

4.

Todas as pessoas que se inscreverem para ser membro da Associação deverá entregar junto com o requerimento de aceitação um breve currículo vitae.

5.

Todos os associados devem contribuir com um valor de cinco mil réis para a filiação e dois mil réis mensais.

6.

Se no período de quatro meses o associado não cumprir com seus deveres, este receberá uma advertência. Não havendo manifestação, após um mês o associado será expulso

² Texto original em alemão encontra-se no Arquivo do Instituto Martius-Staden, São Paulo, capital.

da Associação. Os membros que se desvincularem não terão nenhum direito sobre os bens da Associação.

7.

Anualmente será realizada uma reunião geral. Além disso, haverá reuniões mensais que serão realizadas na primeira terça-feira de cada mês.

8.

Toda reunião será deliberativa se contar com a presença mínima de seis membros.

9.

Na reunião geral farão parte da pauta os seguintes temas:

- a) leitura da ata da última reunião;
- b) relatório sobre a administração e prestação de contas da situação financeira;
- c) um curto resumo das reuniões de trabalho realizadas;
- d) eleição da diretoria e do conselho fiscal;
- e) requerimentos dos associados.

10.

A direção e delegação da Sociedade fica sob responsabilidade da diretoria. A diretoria compõe-se de dois presidentes, um secretário, um tesoureiro e um vogal. Os membros da diretoria, os quais permanecem no cargo por um ano, poderão ser reeleitos. Caso um dos membros da diretoria saia do cargo durante o ano, este será substituído pelo vogal.

11.

Todos os cargos da diretoria são honoríficos.

12.

À diretoria compete:

- a) convocar reuniões;
- b) administrar a finança e ser responsável por ela;
- c) associar novo membro e, em caso de necessidade, desligá-lo;
- d) cobrar relatório anual dos sócios que são responsáveis por uma escola;
- e) conseguir emprego adequado para os seus sócios;
- f) garantir proteção para seus sócios em casos de injustiça;
- g) apoiar os sócios que inocentemente ficam na miséria.

13.

A expulsão de um sócio se justifica:

- a) se ele não cumprir com suas obrigações financeiras com relação à Associação;
- b) quando o seu comportamento moral exige sua desvinculação.

14.

Caso a Associação venha a se extinguir seus bens deverão ser transferidos para o fundo de apoio às viúvas e órfãos da Associação Geral dos Professores Alemães.

ANEXO 2a

Cópia extraída do texto original do primeiro Estatuto da Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo, fundada em 1916³.

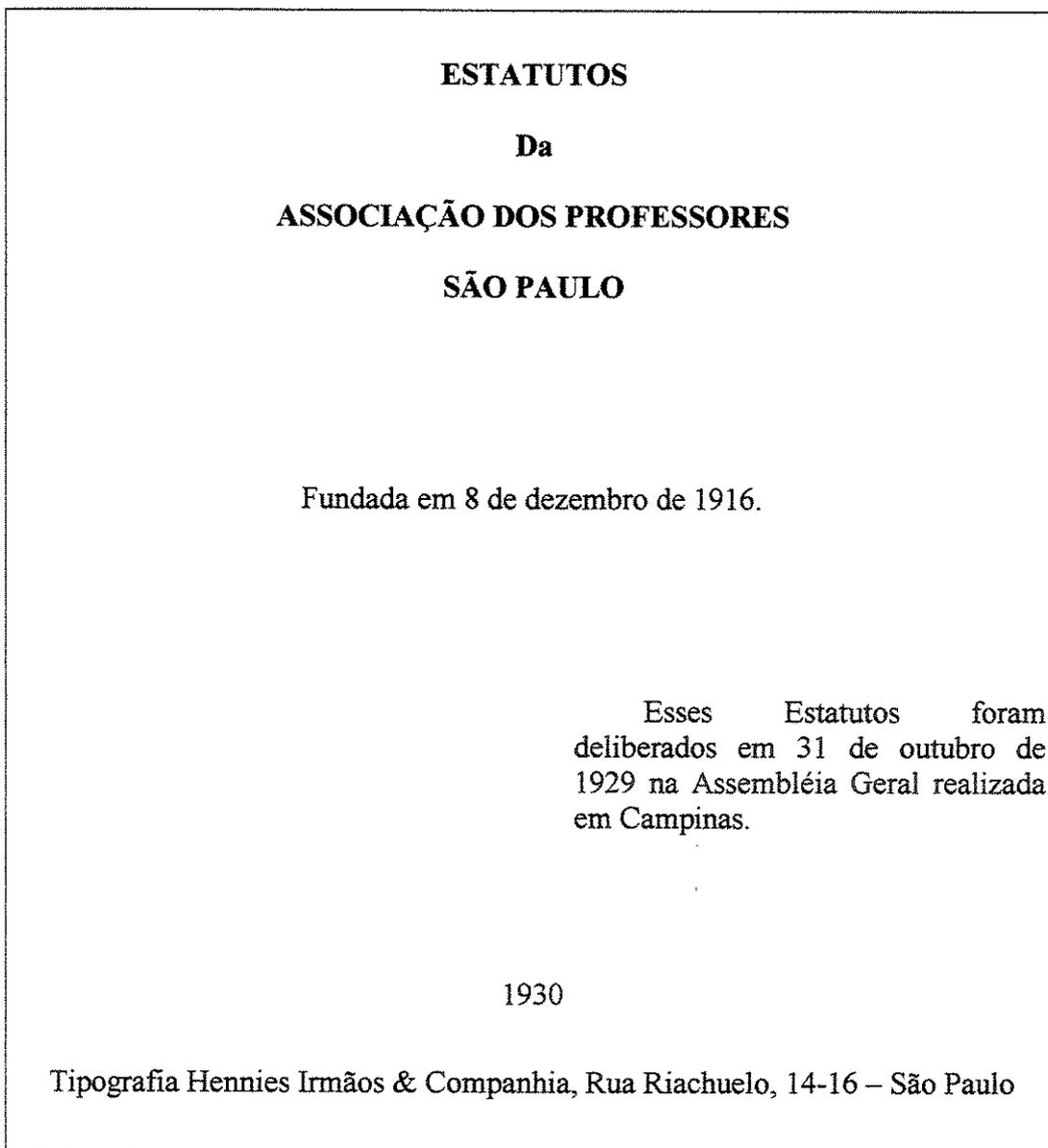
Satzungen des Lehrervereins Mittelbrasilien

1. Der Lehrerverein von Mittelbrasilien hat seinen Sitz in São Paulo; er bezweckt die Förderung der deutschbrasilianischen Schulen und die geistige und materielle Hebung des Lehrerstandes. — Er ist eine juristische Person.
2. Der Verein sucht seine Zwecke zu erreichen durch:
 - a) Abhaltung von Konferenzen.
 - b) Herausgabe einer Fachzeitschrift.
 - c) Unterhaltung einer Lehrer- und Schülerbibliothek.
 - d) Beschaffung geeigneter Lehrmittel.
 - e) Stellenvermittlung.
 - f) Gründung und Stärkung von Schulvereinen und Regelung des Verhältnisses zwischen Lehrer und Schulgemeinde.
 - g) Unterhaltung einer Unterstützungs-, Pensions- und Sterbekasse.
 - h) Rechtsschutz für seine Mitglieder.
3. Mitglieder des Vereins können werden:
 - a) Geprüfte Lehrer und Lehrerinnen, die im Berufsleben tätig sind.
 - b) nichtgeprüfte Lehrer und Lehrerinnen, die eine dreijährige Lehrtätigkeit nachweisen können.
 - c) Freunde und Gönner des deutschbrasilianischen Schulwesens und Schulvereine, die indessen nur beratende Stimme haben.
4. Jede zum Eintritt sich meldende Lehrperson hat dem Aufnahmegesuch einen kurzen Lebenslauf beizufügen.
5. Jedes Mitglied hat ein einmaliges Eintrittsgeld von fünf Mülreis und einen monatlichen Beitrag von zwei Mülreis zu entrichten.
6. Kommt ein Mitglied innerhalb vier Monaten seinen Verpflichtungen nicht nach, so erfolgt eine Mahnung; trifft nach Verlauf eines weiteren Monats keine befriedigende Antwort ein, so erfolgt der Ausschluß des betreffenden Mitgliedes. — Ausgetretene Mitglieder verlieren jeden Rechtsanspruch auf das Vereinsvermögen.
7. Alljährlich findet eine Hauptversammlung statt, außerdem sind monatliche Konferenzen an jedem ersten Dienstag abzuhalten.
8. Jede Versammlung ist bei Anwesenheit von sechs Mitgliedern beschlußfähig.
9. Für die Hauptversammlung wird folgende Tagesordnung festgesetzt:
 - a) Verlesung des Protokolls der letzten Hauptversammlung.
 - b) Verwaltungsbericht und Kassenvorlage.
 - c) Kurze Zusammenfassung der geleisteten Konferenzarbeiten.
 - d) Wahl des Vorstandes und der Rechnungsrevisoren.
 - e) Anträge der Mitglieder.
10. Die Leitung und Vertretung des Vereins liegt in den Händen des Vorstandes. Er setzt sich zusammen aus zwei Vorsitzenden, einem Schriftführer, einem Kassierer und einem Beisitzer. Die Mitglieder des Vorstandes deren Amtstätigkeit auf ein Jahr berechnet ist, können wiedergewählt werden. Scheidet ein Mitglied des Vorstandes im Laufe des Jahres aus, so wird dasselbe durch den Vorstand ergänzt.
11. Alle Vorstandsämter sind Ehrenämter.
12. Der Vorstand hat folgende Befugnisse:
 - a) Versammlungen einzuberufen.
 - b) die Kasse zu verwalten, und für sie zu haften.
 - c) Mitglieder aufzunehmen und nötigenfalls auszuschließen.
 - d) von seinen Mitgliedern, denen eine Schule unterstellt ist, alljährlich Jahresberichte einzufordern.
 - e) geeignete Lehrstellen für seine Mitglieder zu beschaffen.
 - f) seinen Mitgliedern bei ungerechten Angriffen Schutz zu gewähren.
 - g) seine schuldlos in Not geratenen Mitglieder zu unterstützen.
13. Der Ausschluß eines Mitgliedes erfolgt:
 - a) wenn er seinen finanziellen Verpflichtungen dem Vereine gegenüber nicht nach kommt,
 - b) wenn sein moralisches Verhalten dies erfordert.
14. Sollte es zur Auflösung des Vereines kommen, so ist der Bestand des Vermögens der Witwen und Waisenkasse des „Allgemeinen Deutschen Lehrervereins“ zu überweisen.

³ O texto original em alemão encontra-se no Arquivo do Instituto Martius-Staden, São Paulo, capital. In: Für Schule und Haus. Vol. 1, p. 2, 1917.

ANEXO 3

Cópia da tradução do Estatuto da Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo, 1929⁴.



⁴ Para a finalidade desta pesquisa apresenta-se parte dos Estatutos da Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo, 1929.

§ 1. Nome e sede

A Associação é denominada “Associação dos Professores Teuto-Brasileiros – São Paulo”. A Associação é uma divisão regional da Associação Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros.

Sede: São Paulo - capital

§ 2. Objetivos

Promover o sistema escolar alemão e proteger o professorado alemão.

§ 3. Sócios

Podem ser sócios regulares professores e professoras que atuam em benefício da cultura e costumes alemães.

Como sócios apoiadores serão aceitos associações alemãs e amigos do sistema escolar alemão.

Sócios e amigos do sistema escolar alemão podem, por mérito, serem nomeados como membros honorários da Associação ou da diretoria.

§ 4. Recepção

A recepção de um novo membro é decidida pela diretoria quando se tem a maioria dos votos.

§ 5. Contribuição

Contribuição mensal para sócios regularesRs 2\$000
Contribuição mensal para sócios apoiadores (mínimo).....Rs 3\$000

ANEXO 3a

Capa dos Estatutos da Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo, 1929. Cópia extraída do original em alemão que se encontra no arquivo do Instituto Martius-Staden, São Paulo, capital.

Satzungen

des
Deutschen Lehrervereins
S. PAULO

Gegründet am 8. Dezember 1916.

*Diese Satzungen wurden am
31. Oktober 1929 auf der Haupt-
versammlung in Campinas beschlos-
sen.*



1930

TYP. HENNIES IRMAOS & CIA., Rua Rischuelo, 14-16 - S. PAULO



§ 1. Name und Sitz.

Der Verein führt den Namen "Deutscher Lehrerverein — São Paulo" und ist ein Bezirksverein des Landesverbandes Deutsch-Brasilianischer Lehrer.

Sitz: São Paulo Stadt.

§ 2. Zweck.

Förderung des deutschen Schulwesens und Schutz der deutschen Lehrerschaft im Staate São Paulo.

§ 3. Mitglieder.

Ordentliche Mitglieder können Lehrer und Lehrerinnen werden, die im Sinne des Deutschtums wirken.

Als unterstützende Mitglieder werden deutsche Vereine und Freunde des deutschen Schulwesens aufgenommen.

Mitglieder und Freunde des deutschen Schulwesens, die sich besondere Verdienste um den Verein erworben haben, können zu Ehrenmitgliedern des Vereins oder des Vorstandes ernannt werden.

§ 4. Aufnahme.

Die Aufnahme erfolgt durch den Vorstand mit Stimmenmehrheit.

§ 5. Beitrag.

Monatsbeitrag für ordentliche Mitglieder . .	Rs. 2\$000
Monatsbeitrag für unterstützende Mitglieder	
mindestens	Rs. 3\$000

ANEXO 4

Estatutos da Associação Escolar Teuto-Brasileira da Vila Santana e Arredores.
Originais em alemão encontram-se no Arquivo do Instituto Martius-Staden, São Paulo, capital.

Estatutos
da
Associação Escolar Teuto-Brasileira Sant'Anna
e Arredores

*

Fundada em 27 de janeiro de 1923.

Estatutos aprovados pela Assembléia Geral
no dia 29 de maio de 1926.

Registrados no dia 2 de junho de 1926.

Tipografia Hennies Irmãos & Campanhia – São Paulo.
1928

ESTATUTOS

Capítulo I

Título, objetivos, sede, representação e extinção da Associação, responsabilidades dos sócios.

§ 1

A Associação Escolar da Escola Sant'Anna e Arredores foi fundada com sede na paróquia do bairro Sant'Anna, situada no município da capital de São Paulo. A Associação tem por objetivo a manutenção de uma escola com a tarefa de oferecer uma boa educação aos filhos de brasileiros, alemães e outros residentes no bairro Sant'Anna e arredores, que queiram aprender, além da língua do país a língua alemã. Além disso, é tarefa da escola oferecer aulas de português, alemão e inglês a adultos em cursos especiais diurno e noturno, podendo assim facilitar, por um lado, a aprendizagem do português para os alemães que chegam ao Brasil e, por outro lado, expandir o conhecimento do idioma alemão entre os brasileiros.

A escola da Associação será dirigida em concordância rigorosa com as determinações legais existentes, sem nenhuma vantagem lucrativa. Crianças, cujos pais não possuem condições financeiras também poderão ser aceitas.

§ 2

A Associação será administrada por sua diretoria e será representada de modo ativo e passivo, judicial e não-judicial, pelo primeiro presidente, fazendo-se valer por meio da assinatura de três membros da diretoria.

§ 3

Os estatutos da Associação só poderão ser modificados a partir da decisão de uma Assembléia Geral, conforme parágrafo 32 deste estatuto.

§ 4

Os sócios da Associação não serão individualmente responsáveis pelos deveres que dizem respeito à Associação.

§ 5

A Associação desfaz-se com a decisão da Assembléia Geral sob observação do § 33 dos estatutos. Em caso de extinção a Associação deixará todos seus bens a associações semelhantes na capital de São Paulo ou ao Estado de São Paulo.

Capítulo II

Sócios

§ 6

A Associação constitui-se de sócios contribuintes ativos e sócios de honra.

§ 7

Por decisão da Assembléia Geral podem ser nomeados membros de honra: sócios e outras pessoas que, de algum modo, se distinguiram em favor da Associação.

§ 8

Como sócio normal são considerados todos aqueles que, sem distinção de sexo, pagam uma contribuição mensal, determinada pela Assembléia Geral; todavia a diretoria tem o direito de recusar a entrada de sócio, caso isso contrarie os interesses da Associação. Contra a decisão da diretoria, pode-se entrar com recurso na próxima Assembléia Geral.

§ 9

Todos aqueles membros que pagaram, pelo menos uma vez sua contribuição anual têm o direito de voto nas reuniões.

§ 10

Para compor a diretoria podem ser escolhidos apenas homens adultos que dominam os idiomas português e alemão.

§ 11

Os professores da escola mantida pela Associação serão considerados membros-conselheiros. Eles não têm direito de voto e também não podem ser eleitos.

§ 12

As contribuições mensais deverão ser pagas no final de cada mês. O sócio que atrasar suas contribuições por três meses pode ser riscado da lista dos sócios da Associação, sem o direito a nenhuma reclamação.

§ 13

Todo sócio da Associação pode ser expulso da Associação a partir de indicação da diretoria apresentada em Assembléia Geral comum ou extraordinária. Para a validade da proposta feita pela diretoria basta 1/3 dos votos dos membros presentes.

Capítulo III

Diretoria

§ 14

A Associação será administrada pela diretoria. A diretoria será escolhida para um período de 2 anos e será composta de 7 membros, assim distribuídos: 1º presidente, 2º presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º tesoureiro, 2º tesoureiro e 1 suplente. A função da diretoria não será remunerada.

§ 15

Um membro escolhido para a diretoria tem o dever de aceitar o cargo, a não ser que, este tenha um bom motivo ou que já tenha participado da administração no ano anterior.

§ 16

Um cargo da diretoria é tido como vago quando um membro-diretor faltar por três meses das reuniões. Neste caso, assim como em caso de morte de um membro-diretor, o cargo vago será preenchido na próxima Assembléia Geral.

§ 17

Após um ano de mandato, um dos presidentes, um dos secretários, um dos tesoureiros e o suplente devem renunciar ao cargo, podendo estes serem eleitos novamente.

§ 18

A diretoria tem reunião, pelo menos, uma vez por mês (na primeira quinzena do mês) convocada pelo presidente da diretoria ou por requerimento de dois membros da diretoria. Se o requerimento não for encaminhado, esses mesmos membros têm o direito de convocar a diretoria através de um convite por escrito.

§ 19

As reuniões da diretoria serão oficiais com a presença mínima de quatro membros. Os professores que trabalham para a Associação podem participar das reuniões apenas quando convidados.

§ 20

As decisões da diretoria são validas com a maioria simples dos votos. Em caso de empate na votação, o requerimento é considerado como recusado.

§ 21

Em caso de impedimento, o primeiro presidente será substituído pelo segundo, o primeiro secretário pelo segundo, o primeiro tesoureiro pelo segundo. Na ausência de ambos o cargo será exercido pelo suplente.

§ 22

Os membros da diretoria devem alternar-se na inspeção mensal da escola. Eles são obrigados, pelo menos uma vez por mês, visitar a escola durante o horário de aula. Em caso de impossibilidade, os diretores podem ser substituídos do mesmo modo que foi determinado no parágrafo anterior.

§ 23

Ao primeiro presidente compete:

- a) representar ativa e passivamente a Associação perante assuntos judiciais ou outros;
- b) assinar, juntamente com dois outros diretores, contratos e outros documentos.

A diretoria tem a autorização de:

- a) contratar e demitir professores e/ou outro tipo de empregado;
- b) adquirir materiais escolares necessários;
- c) escolher o local da escola e decidir o novo local em caso de transferência;
- d) elaborar, juntamente com os professores, o horário e o currículo escolar;
- e) estipular a mensalidade da escola e os descontos;

f) decidir a expulsão dos alunos conforme o § 44.

§ 24

O secretário administra os arquivos da Associação e é responsável pelas correspondência da Associação, pelos relatórios das Assembléias Gerais, assim como das reuniões da diretoria. Deve elaborar uma lista de sócios da Associação e de alunos.

§ 25

Ao tesoureiro é confiada a administração do caixa da Associação. Ele é responsável pelo recolhimento das contribuições mensais dos sócios e pelo recebimento de outros rendimentos da Associação. No entanto, o tesoureiro não pode executar nenhum pagamento sem a autorização do primeiro presidente.

§ 26

É necessário fazer relatórios pormenorizados sobre todas as reuniões da diretoria. Estes relatórios devem ser lidos nas Assembléias Gerais, caso algum sócio assim o desejar.

§ 27

Ao final de cada semestre o tesoureiro tem que prestar contas na Assembléia Geral sobre sua atividade, sobre o balanço do passivo e do ativo, apresentar o inventário e extrato de contas. Depois de aprovado na Assembléia Geral, estes relatórios precisam ser anexados junto à ata.

§ 28

Os membros da diretoria respondem na Assembléia Geral pela realização de suas funções. Isso nunca deve ser feito por um membro isolado.

§ 29

Todas as queixas ou reclamações, feitas por sócios, devem ser efetuadas por escrito e entregue à diretoria.

Capítulo IV

Revisores (Conselho Fiscal)

§ 30

Na primeira Assembléia Geral de cada ano serão nomeados três revisores (conselheiros) que analisarão a prestação de contas da diretoria e assinarão o balanço anual.

Capítulo V

Assembléias Gerais

§ 31

Serão realizadas duas Assembléias Gerais por ano. Extraordinariamente quando a diretoria marcar ou quando mais da metade dos sócios solicitar. O convite para as Assembléias

Gerais precisa ser enviado aos sócios através de circulares pela diretoria, ou publicado em jornal. O convite precisa abordar os seguintes pontos: pauta do dia, data, horário e local da reunião.

§ 32

As Assembléias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, têm poder de decisão preferivelmente com a presença de muitos sócios; todavia, é necessário, pelo menos a metade dos votos dos sócios para tomar decisões como: dissolução da Associação, mudança do estatuto e expulsão de um sócio. Caso a reunião não tenha o número suficiente de sócios para ser deliberativa, ela deve ser adiada por uma hora. Depois deste procedimento, ela será deliberativa com qualquer número de participantes.

§ 33

As decisões das Assembléias Gerais são válidas com a maioria simples dos votos, com exceção do caso previsto no parágrafo 13 ou quando se trata da dissolução da Associação. Nestes casos as Assembléias Gerais só são deliberativas com 2/3 dos votos dos sócios.

§ 34

Em casos de empate, o voto do primeiro presidente é decisivo. As atas das Assembléias Gerais são assinadas conjuntamente pelo primeiro presidente e pelo secretário.

Capítulo VI

Escola

§ 35

A escola é não confessional e mista para meninos e meninas. Crianças abaixo de 6 anos não são aceitas.

§ 36

A aula é dada na língua portuguesa e alemã, de acordo com as definições legais existentes.

§ 37

A mensalidade escolar é fixada pela diretoria anualmente.

§ 38

Dois meses de atraso da mensalidade tem como consequência a expulsão do referido aluno, exceto em caso em que os pais apresentem à diretoria boas razões para a falta do pagamento.

§ 39

O ano comercial e escolar corresponde ao período de 1º de janeiro até 31 de dezembro.

§ 40

Para a aceitação de novos alunos no transcorrer do ano letivo é necessário que se faça um teste, cujo resultado indica em que ano o aluno é aceito.

§ 41

A saída de um aluno precisa ser participada ao diretor por escrito.

§ 42

O aluno que faltar tem que trazer justificativa por escrito de seus pais.

§ 43

No caso de menos que dois meses de falta do aluno; este tem que pagar a mensalidade correspondente, do mesmo modo que o pagamento das mensalidades não sofrem alteração durante o período de férias.

§ 44

Alunos podem ser expulsos pela diretoria nos seguintes casos:

- a) por desobediência incorrigível;
- b) por rebelião contra os professores;
- c) por doenças contagiosas ou repugnantes.

Capítulo VII

Professor

§ 45

A direção interna da escola é confiada ao diretor e aos professores.

§ 46

Ao fim de cada mês os professores têm que entregar ao inspetor da diretoria um relatório completo.

§ 47

Toda queixa por parte dos professores precisam ser feitas por escrito e entregue à diretoria.

§ 48

A aula precisa ser dada de acordo com o horário e o programa elaborado pela diretoria.

§ 49

Todo professor tem um livro no qual ele anota as faltas dos alunos, bem como um diário onde são registradas as notas trimestrais e os conteúdos ensinados.

§ 50

Ao termino de cada ano escolar realizam-se os exames normais.

§ 51

Castigos corporais são proibidos.

Capítulo VIII

Férias

§ 52

Exceto os domingos, são feriados escolares os feriados nacionais oficiais e aqueles dias definidos pela diretoria.

Além disso são férias:

- a) de 15 de dezembro até 02 de janeiro;
- b) durante a semana santa;
- c) na segunda quinzena do mês de junho.

Capítulo IX

Administração interna da escola

§ 53

A matrícula do aluno na escola obriga-lhe à grande estima e obediência ao professor, à detenção da ordem escolar, assim como a boa conduta dentro e fora da escola.

§ 54

Os alunos precisam chegar pontualmente e vestidos corretamente para a aula.

§ 55

Se um aluno não puder assistir a aula em consequência de doença ou quaisquer outros motivos, os pais ou os responsáveis precisam fazer imediatamente um comunicado à escola. Quando o aluno voltar a freqüentar a escola ele precisa apresentar por escrito uma justificativa apontando as razões de sua ausência.

§ 56

Todo aluno tem o dever de cuidar do prédio, das salas, da mobília e de todos os utensílios da escola, sendo responsável pelos danos causados.

§ 57

Todas as reclamações por parte dos sócios devem ser feitas por escrito e entregue à diretoria.

ANEXO 4a

Cópia extraída do original dos estatutos da Associação Escolar Teuto-Brasileira da Vila Santana e Arredores. Originais em alemão encontram-se no arquivo do Instituto Martius-Staden, São Paulo, capital.

Satzungen des Deutsch-Brasilianischen Schulvereines für Sant' Anna und Umgegend

*

Gegründet am 27. Januar 1923

Statutengenehmigung in der Generalversammlung
am 29. Mai 1926.

Registriert am 2. Juni 1926.



Typ. HANNEN IMMAOR & CIA. - SAO PAULO
1926



ZZ 1/2 3

Satzungen.

KAPITEL I.

**Titel, Zweck, Sitz,
Repräsentation und Auflösung des Vereines,
Verantwortlichkeit der Mitglieder.**

§ 1.

Es wurde gegründet der «Deutsch-brasilianische Schulverein für Sant' Anna und Umgegend» mit Sitz im Vorort und in der Pfarrei von Sant' Anna, gelegen im Municip der Hauptstadt des Staates S. Paulo. Zweck des Vereines ist die Unterhaltung einer Schule mit der Aufgabe, Kindern von Brasilianern, Deutschen und sonstigen Bewohnern von Sant' Anna und Umgegend, eine gute Erziehung zu erteilen, welche ausser der Landessprache die deutsche Sprache erlernen möchten, ferner ist es Aufgabe der Schule erwachsenen Personen besondere Tages- und Abendkurse der portugiesischen, deutschen und englischen Sprache zu erteilen, einerseits um nach Brasilien kommenden Deutschen das Erlernen der portugiesischen Sprache zu erleichtern, andererseits um unter den Brasilianern die Kenntnis der deutschen Sprache zu verbreiten.

Die Schule des Vereines wird geleitet in Uebereinstimmung und unter strengster Beobachtung der bestehenden gesetzmässigen Bestimmungen, ohne irgend welche finanzielle Vorteile dabei im Auge zu

haben und unter Zulassung von Kindern, deren Eltern die entsprechenden Mittel nicht aufbringen können.

§ 2.

Der Verein wird verwaltet durch seinen Vorstand und wird in aktiver und passiver Weise, gerichtlich und aussergerichtlich, vom ersten Vorsitzenden vertreten und bindet sich durch Unterschrift von drei Vorstandsmitgliedern.

§ 3.

Die Satzungen des Vereins können nur durch Beschluss einer General-Versammlung in Uebereinstimmung mit § 32 eben dieser Satzungen umgeändert werden.

§ 4.

Die einzelnen Mitglieder des Vereins sind nicht verantwortlich für die Verpflichtungen, welche der Verein in seinem Namen eingicht.

§ 5.

Der Verein löst sich auf durch Beschluss der Generalversammlung unter Beobachtung des § 33 der Satzungen und fasst im Falle seiner Auflösung seinen gesamten Bestand ähnlichen Gründungen der Hauptstadt oder des Staates S. Paulo zukommen.

KAPITEL II.

Mitglieder.

§ 6.

Der Verein besteht aus aktiven, unterstützenden und Ehrenmitgliedern.

§ 7.

Durch Beschluss der Generalversammlung können zu Ehrenmitgliedern ernannt werden: aktive

Mitglieder und andere Personen, welche sich in irgend einer Weise zu Gunsten des Vereins ausgezeichnet haben.

§ 8.

Als ordentliche Mitglieder werden, ohne Unterschied des Geschlechts, alle diejenigen betrachtet, welche einen Monatsbeitrag entrichten, welcher letzterer von der Generalversammlung bestimmt wird, es steht jedoch dem Vorstände das Recht zu, die Aufnahme von Mitgliedern abzulehnen, falls es die Interessen des Vereins erheischen. Gegen den Vorstandsbeschluss kann Berufung eingelegt werden auf der nächsten Generalversammlung.

§ 9.

Allen denjenigen Mitgliedern, welche wenigstens einmal ihren Jahresbeitrag entrichtet haben, steht in den Versammlungen Stimmrecht zu.

§ 10.

Für die Aemter des Vorstandes können nur männliche, erwachsene Mitglieder gewählt werden, welche der portugiesischen und deutschen Sprache mächtig sind.

§ 11.

Die Lehrer der vom Verein unverhaltenen Schulle werden als beratende Mitglieder betrachtet, sie besitzen kein Stimmrecht und sind auch nicht wählbar.

§ 12.

Die Monatsbeiträge sind am Ende eines jeden Monats zu entrichten, das Mitglied, welches mit seinen Beiträgen für drei Monate im Rückstande bleibt, kann aus der Liste der Vereinsmitglieder gestrichen werden, ohne Recht auf jedwede Reklamation.

§ 13.

Jedes Vereinsmitglied kann aus dem Vereine gestossen werden auf Vorschlag des Vorstandes hin

durch eine gewöhnliche oder aussergewöhnliche Generalversammlung. Für die Rechtsgültigkeit vom Vorstande unterbreiteten Vorschlages genügt ein Drittel der gegenwärtigen stimmberechtigten Mitglieder.

**KAPITEL III.
Vorstand.**

§ 14.

Der Verein wird vom Vorstand verwaltet. Der Vorstand wird für den Zeitraum von 2 Jahren gewählt und setzt sich aus 7 Mitgliedern auf folgende Weise zusammen :

- 1. Vorsitzender, 2. Vorsitzender, 1. Schriftführer, 2. Schriftführer, 1. Kassierer, 2. Kassierer, und 1 Beisitzer.

Die Aemter des Vorstandes werden nicht besoldet.

§ 15.

Ein für die Aemter des Vorstandes gewähltes Mitglied hat die Pflicht, das Amt anzunehmen, ausgenommen, wenn ein wichtiger Beweggrund vorliegt oder falls es schon im abgelaufenen Geschäftsjahr ein Amt des Vorstandes verwaltet hat.

§ 16.

Ein Vorstandsamt gilt als unbesetzt, wenn ein Vorstandsmitglied länger als drei Monate nicht mehr zu den Sitzungen des Vorstandes erschienen ist, für diesen Fall, sowie bei Todesfall eines Vorstandsmitgliedes, wird das Amt auf der nächsten Generalversammlung neu besetzt.

§ 17.

Nach Ablauf jedes Geschäftsjahres legen ihr respektives Vorstandsamt nieder : einer der Vorsitzenden, der Schriftführer, der Kassierer und der Beisitzer, selbige können jedoch wiedergewählt werden.

§ 18.

Der Vorstand hat monatlich wenigstens einmal Sitzung und zwar in der ersten Hälfte des Monats und dann, wenn der Vorsitzende den Vorstand einberuft, ferner auf Antrag zweier Vorstandsmitglieder hin; dieselben haben das Recht, falls ihrem Antrag nicht stattgegeben wird, den Vorstand durch schriftliche Einladung einzuberufen.

§ 19.

Die Vorstandssitzungen sind gesetzmässig bei Anwesenheit von wenigstens vier Mitgliedern. Die im Dienste des Vereins stehenden Lehrer können an den Vorstandssitzungen nur dann teilnehmen, wenn sie dazu eingeladen worden sind.

§ 20.

Die Beschlüsse des Vorstandes sind rechtsgültig bei einfacher Stimmenmehrheit, bei Stimmengleichheit wird jeder Antrag als abgelehnt betrachtet.

§ 21.

Im Falle der Verhinderung wird der 1. Vorsitzende durch den zweiten, der 1. Schriftführer durch den zweiten, der 1. Kassierer durch den 2. Kassierer vertreten, in der Abwesenheit beider werden die Vollmachten vom Beisitzer ausgeübt.

§ 22.

Die Vorstandsmitglieder übernehmen abwechselnd für je einen Monat die Inspektion der Schule, sie sind verpflichtet, wenigstens einmal monatlich die Schule während der Unterrichtszeit zu besuchen, in Verhinderungsfälle können sich die Vorstandsmitglieder auf die im vorigen Paragraphen festgelegte Weise vertreten lassen.

§ 23.

Dem 1. Vorsitzenden steht es zu :
a) den Verein aktiv und passiv, vor Gericht und sonst, zu vertreten ;

- b) zusammen mit zwei anderen Vorstandsmitgliedern Kontrakte und sonstige Dokumente zu unterzeichnen ;

Der Vorstand hat die Befugnis:

- a) Lehrer anzustellen und zu entlassen, das Gleiche gilt für Hilfskräfte und sonstige Angestellte;
- b) die erforderlichen Schulutensilien anzuschaffen;
- c) das Schullokal zu wählen und über Verlegungen desselben zu bestimmen;
- d) im Verein mit den Lehrern den Stunden- und Lehrplan auszuarbeiten;
- e) das Schulgeld zu bestimmen und zu er-mässigen;
- f) über die Ausschliessung von Schülern gemäss § 44 zu bestimmen.

§ 24.

Der Schriftführer verwaltet das Archiv des Vereines und steht es ihm zu, die Korrespondenz des Vereines zu erledigen, die Berichte über die Generalversammlungen sowie über die Vorstandssitzungen auszuarbeiten und ein Verzeichnis der Vereinsmitglieder und der Schüler zu führen.

§ 25.

Dem Kassierer ist die Verwaltung der Kasse anvertraut und es steht ihm zu, die monatlichen Beiträge der Mitglieder zu erheben und andere Einkünfte des Vereines in Empfang zu nehmen; derselbe kann aber keine Bezahlungen erledigen, zu welchen ihn der 1. Vorsitzende nicht zuerst bevollmächtigt hat.

§ 26.

Ueber alle Vorstandssitzungen müssen eingehende Berichte ausgearbeitet werden, welche auf Wunsch

irgend eines Mitgliedes in den Generalversammlungen zur Verlesung kommen müssen.

§ 27.

Am Ende jedes Geschäfts-Halbjahres muss der Kassierer der Generalversammlung einen ausführlichen Bericht vorlegen über seine Tätigkeit sowie über die aktive und passive Bilanz, Kassenauszug und Inventar; diese Berichte müssen, nachdem sie von der Generalversammlung bestätigt worden sind, in die entsprechenden Akten aufgenommen werden.

§ 28.

Die Vorstandsmitglieder sind der Generalversammlung Rechenschaft schuldig für die Führung ihrer Aemter, niemals jedoch einem einzelnen Mitglied.

§ 29.

Alle Beschwerden oder Reklamationen seitens der Mitglieder müssen schriftlich formuliert dem Vorstände eingereicht werden.

KAPITEL IV.

Revisoren.

§ 30.

In der ersten Generalversammlung eines jeden Geschäftsjahres werden drei Revisoren ernannt, welche die Abrechnungen des Vorstandes zu prüfen und die Bilanz des betreffenden Geschäftsjahres zu unterzeichnen haben.

KAPITEL V.

Generalversammlungen.

§ 31.

Es finden jährlich zwei ordentliche Generalversammlungen statt, ausserordentliche, wenn der Vor-

stand es bestimmt oder wenn mehr als die Hälfte der imberechtigten Mitglieder um eine solche ersuchen.

Die Einladung zu den Generalversammlungen muss den Mitgliedern durch Zirkulare zugehen oder der Vorstand erlässt die Einladung durch entsprechende Publikation in der Zeitung. In den Einladungen müssen folgende Punkte angeführt sein: die Tagesordnung, das Datum, die Stunde und der Ort der Versammlung.

§ 32.

Die ordentlichen und ausserordentlichen Generalversammlungen sind beschlussfähig bei Anwesenheit beliebig vieler Mitglieder, jedoch ist die Anwesenheit wenigstens der Hälfte der stimmberechtigten Mitglieder notwendig, wenn beschlossen werden soll: die Auflösung des Vereins, Aenderung der Satzungen, Ausstossung eines Mitgliedes. Ist die Generalversammlung nicht beschlussfähig, so wird selbige auf eine Stunde später vertagt und ist dann beschlussfähig bei beliebiger Anzahl der erschienenen Mitglieder.

§ 33.

Die Beschlüsse der Generalversammlungen sind rechtskräftig bei einfacher Stimmmehrheit, ausgenommen der in § 13 vorgesehene Fall oder wenn es sich um Auflösung des Vereines handelt; in diesen Fällen ist die Generalversammlung nur beschlussfähig, wenn mehr als zwei Drittel der erschienenen Mitglieder stimmen.

§ 34.

In Fällen von Stimmgleichheit hat der 1. Vorsitzende durch seine Stimme die Entscheidung.
Die Berichte der Generalversammlungen unterzeichnen der 1. Vorsitzende und sein Schriftführer gemeinsam.

KAPITEL VI.
Schule.

§ 35.

Die Schule ist konfessionslos und gemischt für Knaben und Mädchen.
Kinder unter 6 Jahren werden nicht aufgenommen.

§ 36.

Der Unterricht wird in portugiesischer und deutscher Sprache erteilt in Uebereinstimmung mit den bestehenden gesetzlichen Bestimmungen.

§ 37.

Das Schulgeld wird jährlich vom Vorstande festgesetzt.

§ 38.

Verzögerung der Zahlung für den Zeitraum von zwei Monaten hat den Ausschluss des betreffenden Schülers zur Folge, ausgenommen ist der Fall, wenn die Eltern beim Vorstande dringende Gründe für den Ausfall der Zahlungen geltend machen können.

§ 39.

Das Geschäfts- und Schuljahr läuft vom 1. Januar bis zum 31. December.

§ 40.

Bei Aufnahme von Schülern im Laufe des Schuljahres ist eine Vorprüfung des betreffenden Schülers erforderlich, von deren Resultat es abhängt, in welchem Jahrgang der Schüler aufgenommen wird.

§ 41.

Der Austritt eines Schülers muss dem Direktor der Schule schriftlich mitgeteilt werden.

§ 42.

Fehlt ein Schüler, so müssen dessen Eltern das Fehlen ihres Kindes unter Angabe des Grundes schriftlich entschuldigen.

§ 43.

In dem Falle, dass ein Schüler für den Zeitraum von weniger als zwei Monaten fehlt, muss dennoch das entsprechende Schulgeld entrichtet werden, ebenfalls erleidet die Einrichtung des Schulgeldes keinen Ausfall für die Zeit der Ferien.

§ 44.

Schüler können vom Vorstand von der Schule ausgeschlossen werden in folgenden Fällen:

- a) wegen unverbesserlichen Ungehorsams;
- b) wegen Auflehnung gegen die Lehrer;
- c) wegen ansteckender oder ekelregender Krankheiten.

KAPITEL VII.

Lehrer.

§ 45.

Die innere Leitung der Schule ist dem Director und den Lehrern anvertraut.

§ 46.

An jedem Monatsende haben die Lehrer einen ausführlichen Bericht dem inspizierenden Vorstandsmitglied zu überreichen.

§ 47.

Alle Beschwerden seitens der Lehrer müssen schriftlich abgefasst und den Vorstände übergeben werden.

§ 48.

Der Unterricht muss gemäss dem Stundenplan und dem vom Vorstände ausgearbeiteten Programm erteilt werden.

§ 49.

Jeder Lehrer führt ein Buch, in welches die Fehltag der Schüler, sowie ein Tagebuch, in welches nach Ablauf von 3 Monaten die Noten der

Schüler sowie der täglich durchgenommene Unterrichtsstoff eingetragen wird.

§ 50.

Am Ende eines jeden Schuljahres finden die üblichen Prüfungen statt.

§ 51.

Körperliche Züchtigungen sind untersagt.

KAPITEL VIII.

Ferien.

§ 52.

Ausser den Sonntagen sind schulfreie Tage die offiziell bestimmten Nationalfeiertage und diejenigen Tage, welche vom Vorstande bestimmt werden.

Ausserdem sind Ferien:

- a) vom 15. Dezember bis zum 2. Januar;
- b) während der Karwoche;
- c) in der zweiten Hälfte des Monats Juni.

KAPITEL IX.

Innere Leitung der Schule.

§ 53.

Die Aufnahme eines Schülers in die Schule verpflichtet denselben zu Hochachtung und Gehorsam seinen Lehrern gegenüber, zur Einhaltung der Schulordnung sowie zu einem guten Betragen innerhalb und ausserhalb der Schule.

§ 54.

Die Schüler müssen pünktlich und ordentlich gekleidet zum Unterricht erscheinen.

§ 55.

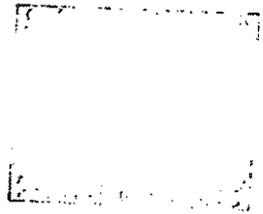
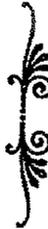
Ist ein Schüler infolge Krankheit oder aus ir-
gen einem anderen Motive verhindert, am Unter-
richt teilzunehmen, so müssen die Eltern oder Pfle-
geeltern desselben sofort entsprechende Mitteilung
machen; besucht der Schüler wieder die Schule,
so muss er eine schriftliche Entschuldigung mit An-
gabe des Grundes aufweisen.

§ 56.

Es ist Pflicht eines jeden Schülers, das Gebäu-
de, die Räumlichkeiten, das Mobiliar und die übri-
gen Utensilien der Schule in jeder Weise zu schonen;
er ist haftbar für jeden angerichteten Schaden.

§ 57.

Alle Reklamationen seitens der Mitglieder müs-
sen schriftlich dem Vorstande eingereicht werden.



ANEXO 5

Tradução do questionário elaborado pela Associação Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros (LDL) e aplicado às escolas alemãs no Brasil⁵.

QUESTIONÁRIO

DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES TEUTO-BRASILEIROS

Enviar em cópia dupla para a Associação dos Professores responsável ou, no caso de não existência, para a “Associação Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros”, São Paulo, Rua Olinda 48.

Escola Alemã em:

Nome da escola:

Endereço:

Município: Estado:

Tipo de escola (para meninos, meninas ou mista; primária ou nível mais elevado; evangélica, católica, ambas, ou a-confessional):

Ano de fundação: Possui prédio próprio:

Quem mantém a escola?

Número de classes: Número de alunos: Meninos: Meninas:

Quantas crianças têm o alemão como língua materna?

Qual é a língua principal nas aulas?

Possui biblioteca para professores? Número de volumes (acervo):

Possui biblioteca para alunos? Número de volumes (acervo):

Quais livros didáticos são usados?

Quais materiais didáticos de grande importância faltam?

Nome do diretor da escola:

Número de professores: Número de professoras:

⁵ Originais em alemão encontram-se no arquivo do Instituto Martius-Staden, São Paulo, capital.

ANEXO 5a

Modelo de questionário aplicado às escolas alemãs pela Associação Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros (LDL). Cópia extraída do original em alemão que se encontra no arquivo do Instituto Martius-Staden, São Paulo, capital.

Fragebogen

des Landesverbandes Deutsch-Brasilianischer Lehrer.

In doppelter Ausfertigung einzusenden an den zuständigen Lehrerverein oder, falls keiner vorhanden, an den „Landesverband Deutsch-Brasilianischer Lehrer“, São-Paulo, Rua Olinda 48

Deutsche Schule in: Santo Amaro

Name der Schule: Deutsche Schule - Santo Amaro E. V. (eingetragener Verein).

Anschrift: Escola Alemã, Santo Amaro

Munizip: São Paulo Bundesstaat: São Paulo

Art der Schule (Knaben-, Mädchen- oder gemischte Schule; Volks- oder Höhere Schule; evangelisch, katholisch, paritätisch oder konfessionslos):

Gemischte Schule, zum größeren Teile katholisch, zum kleineren evangelisch.

Jahr der Gründung: 1916 Ist eigenes Schulhaus vorhanden? Ja

Wer unterhält die Schule? Der Verein Deutsche Schule, S. Amaro

Zahl der Klassen: 1 Zahl der Kinder: 33 a) Knaben: 19 b) Mädchen: 14

Wieviel Kinder deutscher Muttersprache? 28

Welches ist die Hauptunterrichtssprache? Deutsch

Ist Lehrerbücherei vorhanden? keine Bücherei Zahl der Bände: ca. 400 u. viele Zeitschriften

Ist Schülerbücherei vorhanden? Nein Zahl der Bände: —

Welche Lehrbücher werden verwandt? Ein einheitliches deutsches Lesebuch konnte noch nicht eingeführt werden, weil die Schule auf die Weisungen des Landesverbandes wartet. - Cartilha de Infancia und Cartilha moderna.

Welche, unbedingt notwendigen Lehrmittel fehlen? Die Schule hat außer einigen Landkarten und 2 Vogel- u. 2 kleinen Tierabbildungen gar nichts. Auch diese wurden erst zum größten Teile im Jahre 1937 erworben. Dringend notwendig wäre 1 Globus, Abbildungen über brasilianische Tiere, 2 Schulbücher für große Schüler und eine kleine Sammlung für die Erklärung der grundlegendsten Begriffe der Physik.

Name des Schulleiters: Otto Fritsch

Zahl der Lehrer: 1 Herr Herrm. Bärton Zahl der Lehrerinnen: 1
Vincenti aus S. Paulo, der jede Woche einmal Religionsunterricht erteilt, 3.

ANEXO 6

Cópia do documento original elaborado pelo inspetor da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina, Adriano Mosimann. O material encontra-se no arquivo do Instituto Martius-Staden, SP (pasta Landesverband - mimeo s/d).

... fazer de tudo para...
... (O professor mostra um lapis) Achiamy! Marikat!
... Das ist ein Bleistift, - jetzt werde ich euch zeigen, wie man das auf-
... Was ist das? ... Sohm, das ist ein Bleistift. Das heisst auf portu-
... Wie ist der Bleistift? - Der Bleistift ist schwarz. Como é o lapis?
... O lapis é preto. (Escreve bem, sempre por sentença, agora já cobriam 4).
... Lapis! Este lapis heisst Bleistift. O lapis heisst Bleistift.
... Este lapis heisst Bleistift. O lapis heisst Bleistift.
... O lapis heisst Bleistift. O lapis heisst Bleistift.
... (Em sala seguinte se falará sobre outros objetos, mas de maneira
... a qual, será suficiente passar, de cada vez, duas a três sentenças novas. Es-
... a mesma-se as cores e dimensões dos objetos e praticar-se, da forma apontada,
... o emprego das pessoas do singular do presente do indicativo dos verbos
... de conjugação principal, e se possível, passivos. Aos poucos, deve ser
... introduzido o uso da língua estrangeira, e sempre falar o vernáculo. Quanto ao de-
... talhe, os conselhos acima e bem como do professor, serão suficientes para
... garantir um resultado satisfatório.)

Adriano Mosimann
Inspeção de Ensino

- I - A língua não se aprende pela gramática...
II - A tradução sistemática, principalmente por escrito, é condenável...
III - Deve-se principiar pelo ensino visual e auditivo...
IV - Faça-se as perguntas com voz clara e pausada...
V - Corrija-se o erro de pronúncia dos alunos...
VI - Não se prolongue demasiadamente essas aulas...
VII - A conjugação deve acompanhar o desenvolvimento da linguagem...
VIII - Não se tenha medo de a criança aprender...
IX - As aulas em conjunto têm a vantagem de não ser a atenção do pro-

Instruções para o ensino da língua portuguesa nas escolas teuto-brasileiras.

ANEXO 7

Cópia do original da capa do primeiro número da revista "Para Escola e Casa". O material encontra-se no arquivo do Instituto Martius-Staden, SP.

Für Schule und Haus

Organ des
„Deutschen Lehrervereins für Mittelbrasilien“

Schriftleitung: R. Müller.

No. 1

São Paulo, im Februar 1917.

I. Jahrgang

Wahlspruch: „Wer sich zu einem bestimmten Wesen bilden will, dem muß der Sinn geöffnet sein für alles, was er nicht ist.“ (Schleiermacher).

Ein Wort an unsere Leser

Keine Nation hat die Notwendigkeit der Bildung so tief empfunden wie die Deutsche. Sie hat für keine andere Nation eine Herartige und gewinnreiche Lehrer-Berufsbildung geschaffen. Deutschland bemüht sich, die Seite stellen, die hat sie ihr Ziel erreicht? — Mit der Meinung, daß, wer nur etwas rechtlich gelernt habe, auch ein Lehrerberuf gefolgt sei, hat sie gründlich aufgegeben, mit der ersten Erkenntnis, daß das Unterrichten eine Kunst ist, die durch Übung und Nachdenken gelernt wird. Nach dem Maß der Kenntnisse und Begabung, welches man von den Lehrern der deutschen Schulen beansprucht, wurde gesteigert, die Lehrenden weiter gebildet, die Seminare wurden Berufsschulen mit bestimmt ausgeprägtem Charakter.

Wir alle, die nun eine gründliche Lehrerbildung durchmachen, sind jetzt hier im Auslande unserem Berufe treu geblieben sind, wissen, daß mit dem Abschluß eines Lehrer-Seminars keineswegs unsere Bildung zum Abschluß findet; außerdem wurde uns allen eine Anleitung für unsere selbständige Weiterbildung gegeben, zur Erfassung der hohen Aufgabe, welche dem künftigen Lehrer vorliegt.

Wohl schon die Berufslöhner reichliche Veranlassung haben, an ihre weitere Fortbildung zu denken, wieviel mehr tut es solchen Lehrern im Auslande, die auf keine Ausbildung zurückblicken können! Um solchen Lehrern Gelegenheit zu geben, sich noch nachträglich für ihr Amt tüchtig zu machen, ist der Deutsche Lehrerverein regelmäßig Konferenzen abzuhalten, eine Zeitschrift und eine Fachzeitschrift zu gründen. Für die theoretische und praktische Fortbildung ist es dem Lehrer von großem Vorteil, wenn er öfter Umgang mit strebsamen Amtsgenossen hat, namentlich, wenn er auch in ihrer amtlichen Tätigkeit beobach-

ten kann, und wenn er Mithilfe findet, um die Eitelkeit und ernst arbeitenden Lehrern, die in jedem Umgang Mühe zu machen und zu lernen, an den Konferenzen regelmäßig, hörend und sprechend, sich beteiligen.

Der alten Vaterlande ist die Teilhabe an den Beschlüssen liberal durch die Reichsregierung.

Dringendes Bedürfnis ist auch eine Fachzeitschrift, die den Zweck verfolgt, mit den auswärtigen Kollegen oder Freunden pädagogische Gedanken auszutauschen, gegenwärtige Auffassungen zu verhandeln, zu vergleichen, zu ergänzen oder zu bekräftigen, auch soll sie mir in meinem schweren Berufe ein treuer Freund und Ratgeber sein. Deshalb muß unsere Zeitung darauf bedacht sein, etwas für Geist und Gemüt zu bringen, etwas, was von hohem Wert ist, was verdient, gelesen und behalten zu werden. Sie darf uns nicht mit faulen, verfallenen Zeug abspeisen, sondern muß Edles, Gutes, Lehrreiches, Erhebendes bringen. Nach diesen Richtungen hin sei unsere Zeitung uns ein befreundeter Ratgeber und ein treuer Freund!

Zur Erreichung dieses Zieles wünscht sich nun die Schriftleitung eine eifrige Mitarbeit der Leser, vor allem derjenigen, die dem Lehrstande angehören. Es würde der Arbeit des Lehrervereins außerordentlich förderlich sein, wenn regelmäßig die Wünsche, Beobachtungen, Erfahrungen, Vorschläge und was sonst wissenschaftlich ist, von den Schulen in der Weise mitgeteilt würden, daß sie in unserer Zeitschrift „Für Schule und Haus“ veröffentlicht werden könnten. Auch Beiträge über die Entwicklung und das Gelingen der Schulen, freigewordene Lehrstellen u. d., wären sehr willkommen. Die Schulen und der Lehrstand würden davon nur Nutzen haben. R. M.

PARA ESCOLA E CASA. Capa do primeiro número da revista organizada e editada pela Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo. Publicado na cidade de São Paulo em fevereiro de 1917.

